

Jucelia Tramontin Dalpiás

COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS

**COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM
VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC**

CRICIÚMA, SC

2025

JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS

**COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM
VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (Doutorado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Milioli
Coorientadora: Prof. Dr^a. Caroline Vieira Ruschel

CRICIÚMA, SC

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D149c Dalpiás, Jucelia Tramontin.

Complexidade socioambiental e sustentabilidade para o bem viver em Praia Grande nos Caminhos dos Cânions do Sul/SC / Jucelia Tramontin Dalpiás. - 2025.

224 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2025.

Orientação: Geraldo Milioli.

Coorientador: Caroline Vieira Ruschel.

1. Complexidade socioambiental. 2. Geoparques - Praia Grande (SC). 3. Bem viver - Praia Grande (SC). 4. Natureza - Influência do homem - Aspectos sociais. 5. Educação ambiental. 6. Sustentabilidade ambiental. I. Título.

CDD 23. ed. 304.2

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pela candidata **JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS**, sob o título: **“COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC”**, para obtenção do grau de **DOUTORA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguida a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Tese.

Criciúma/SC, 19 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente



DANIEL RUBENS CENCI
Data: 15/09/2025 16:51:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Rubens Cenci
Primeiro Examinador

Documento assinado digitalmente



MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES
Data: 18/09/2025 08:41:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues
Segundo Examinador

JULIANO BITENCOURT / Assinado de forma digital por
CAMPOS:99883163991 / JULIANO BITENCOURT
Data: 2025.09.08 16:46:10 -0300

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Terceiro Examinador

Documento assinado digitalmente



CARLYLE TORRES BEZERRA DE MENEZES
Data: 18/09/2025 16:22:49-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes
Quarto Examinador

Documento assinado digitalmente



GERALDO MILIOLI
Data: 19/08/2025 17:28:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Geraldo Milioli
Presidente e Orientador

Minha gratidão aos que vieram antes de nós e dedicaram suas vidas a cuidarem dessa terra. Que possamos ser merecedores e perpetuadores desse cuidado às próximas gerações. Que possamos assim como nós, pisar nos rios de águas cristalinas, ouvir o cantar dos mais belos pássaros e demais animais pertencentes a essa terra e vislumbrar os belos cânions permeados de uma biodiversidade encantadora, e ao assobio dos pássaros no grotão, possamos relembrar as histórias amedrontadoras contadas por nossos avós saboreando um chimarrão ou um chá aos pés dos gigantes cânions. E, se Deus assim nos permitir, que possamos no derradeiro fim, poder ser enterrado nesse chão abençoado e contemplar essas raras belezas praiagrandenses pela eternidade.

AGRADECIMENTOS

Somos seres únicos, complexos. Onde, de acordo com Morin, concentramos múltiplas perspectivas: somos sócias, econômicos, políticos e seres de sabedoria e loucura. Minha gratidão a esse ser planetário (Morin), que por meio de seus estudos podemos refletir/repensar nossa condição humana.

Gratidão a Deus pela força, pela coragem e pelo amadurecimento ao longo do caminho. Entramos no doutorado de uma maneira, ao finalizá-lo nunca mais poderemos ser os mesmos. Antigos moldes e paradigmas já não nos representam. Constituímos uma pequena (bem pequena), parte da população, mas a responsabilidade após essa trajetória é difícil mensurar.

As incertezas da vida, dificuldades, mudanças, escolhas que muitas vezes precisaram fazer, deixando a família em espera, são fatos e sentimentos que estão envolvidos a gratidão pela coragem e entusiasmo que nos foram dadas ao longo do processo. O chegar, não é mais importante que todo o trajeto, pois ele nos fez amadurecer.

Gratidão à minha família por estarem próximos durante esses anos. Meu filho Henrique e, de modo especial, minha filha Helena que tem me acompanhado de maneira muito próxima. Seu encantamento e preocupação com a natureza se destaca em suas falas e ações. Que essa semente em seu coração floresça e espalhe esperança.

Meus irmãos, de modo especial minha irmã Silvana; pais, tios e saudosos avós (*In memoriam*). Seu olhar, cuidado e cultivo da terra nos ensinaram a simplicidade e o entendimento que precisamos semear não somente para nós, mas para os que virão depois (Pierina¹).

Minha irmã de coração Silvia, que comigo divide as incertezas, angústias e alegrias da Pós-Graduação. Sua história, assim como a minha é de superação e conquistas.

Aos meus colegas de trabalho, meus amigos, parentes, agradeço o apoio durante esse trajeto.

À Adriana Francisco que tem me auxiliado ao longo desses anos, com certeza sua ajuda foi fundamental para que eu pudesse me dedicar as pesquisas.

Aos membros da banca pelo aceite, agradeço a disponibilidade e contribuições, de modo especial prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos, pesquisador que vem deixando marcas (contribuições científicas) nos Caminhos dos Cânions do Sul.

¹ Pierina Tramontin Dalpiás In memória (Avó da autora).

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela disponibilidade da bolsa de pesquisa e a UNESCO pela oportunidade.

Ao professor Nilso Ivo Ladwig (in memoriam), pelo aceite nos primeiros anos do doutorado. Foram traçados caminhos diferentes após isso, mas, registro meu reconhecimento e gratidão.

Aos colegas do PPGCA, de maneira especial do laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA) local onde se postulam novas formas de conhecimentos, um novo paradigma científico, mudando nossos olhares ainda enraizados e bastante fragmentados pela formação disciplinar que recebemos.

À minha coorientadora Caroline Vieira Ruschel, agradeço os momentos de orientação, questionamento e desafios, me fizeram amadurecer e ir além.

Ao senhor Dr. João José de Matos (in memoriam), idealizador do projeto Geoparque no Sul catarinense. Em seus últimos anos de vida, teve a felicidade de testemunhar seus sonhos se tornarem realidade.

Às pessoas que dedicaram um pouco do seu tempo para participar dessa pesquisa. Minha gratidão as que aceitaram e também as que não aceitaram. Ambas as atitudes nos remetem a uma série de análises.

À professora Jéssica de Oliveira Pereira pelo apoio e auxílio. Minha gratidão!

E, por último, não menos importante, o professor Geraldo Milioli. Professor que me recebeu quando já estava no doutorado. Na época, não foi escolha minha essa decisão, meus planos eram outros, mas o universo sabe o que faz. Refletir sobre o paradigma do pensamento complexo, trouxe novos princípios à minha vida, mudando minha maneira de ser e de conceber o conhecimento, fomentando novas formas de saberes, que entrelaçam a teia da vida e rompem com o saber parcelado, disjunto que isola, que separa. Tal pensamento, à luz de Morin, e concretizados pelo professor Geraldo aos seus orientados, se efetiva na ação prática por meio da solidariedade, humanidade, religando o ser ao universo e a si mesmo, rompendo com o limite de arranjos existenciais que limitam, moldam, fragmentam. Esse novo olhar na academia, ainda enfrenta muitas críticas e resistências, pois ainda está muito presente nos moldes educacionais e concepções disciplinares. Romper com esse antigo paradigma requer uma evolução do método, romper fronteiras culturais, sair das “caixas” disciplinares, indo ao encontro do ser para que seja plenamente humano. Ao senhor, professor Geraldo, meu reconhecimento, respeito e minha gratidão.

Às vezes me sinto esmagado pelo amor à vida. Que beleza, que harmonia, que unidade profunda, que complementariedade e solidariedade entre os seres vivos! Que força criadora para inventar miríades de espécies animais e vegetais singulares! Às vezes me sinto esmagado pela crueldade da vida, pela necessidade de matar para viver, por sua energia destruidora, seus conflitos, sempre com o triunfo da morte. Depois consigo reunir, manter, ligar indissoluvelmente as duas verdades contrárias. A vida é dádiva e fardo, a vida é maravilhosa e terrível.

Edgar Morin (2021)

RESUMO

O município de Praia Grande, situado no extremo sul de Santa Catarina, está inserido em uma região que abriga duas Unidades de Conservação Federais, os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, e apresenta a maior concentração de cânions do Brasil. Em conjunto com os municípios de Jacinto Machado (SC), Morro Grande (SC), Timbé do Sul (SC), Mampituba (RS), Torres (RS) e Cambará do Sul (RS), obteve, em 2022, a chancela de UGGp (Geoparque Mundial da UNESCO). Além disso, o território praiagrandense abriga uma comunidade reconhecida como remanescente quilombola. Nesse contexto complexo, Praia Grande não pode ser vista apenas como um município convencional. Com base nessa singularidade, o presente estudo tem como objetivo analisar a complexidade socioambiental, a gestão dos bens comuns, as possibilidades e os obstáculos à sustentabilidade a partir da chancela do GMCCS, tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC. Refletir sobre a complexidade socioambiental e a sustentabilidade nesse cenário requer um olhar capaz de reunir, contextualizar e, ao mesmo tempo, reconhecer o singular, um desafio que envolve múltiplos passos. Para garantir fidelidade à realidade estudada, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica pautada na complexidade, buscando ultrapassar visões fragmentadas e promover uma compreensão dialógica da realidade local. A pesquisa caracteriza-se por uma natureza qualitativa e exploratória. Foram descritas as estratégias de investigação, a unidade de análise, os instrumentos de coleta de dados, o processo de sistematização e a análise das informações obtidas. O trabalho de campo foi conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas, considerando-se não apenas os relatos de profissionais das esferas pública, privada, educacional e comunitária, mas também suas percepções e vínculos afetivos com o território. Destaca-se ainda a contribuição da bibliografia utilizada, que subsidiou as reflexões teóricas. As principais reflexões indicam que, com o reconhecimento como UGGp, instaurou-se uma nova configuração territorial, marcada por maior visibilidade nacional e internacional e pelo compromisso com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, torna-se imprescindível reconfigurar práticas nos âmbitos político, econômico, social, cultural e ecológico. O processo de governança no âmbito municipal, como integrante de um território reconhecido pela UNESCO, enfrenta uma responsabilidade ampliada, que exige o fomento de práticas inovadoras, participativas e integradoras. Não é possível estabelecer um processo de gestão em Praia Grande como em qualquer outro município. Sua especificidade demanda modelos inclusivos, horizontais e envoltos em uma nova racionalidade, que fortaleçam o protagonismo comunitário e a corresponsabilidade pela preservação e pelo cuidado com o

território. Refletir sobre essa nova lógica de atuação exige a participação efetiva da população. Nesse contexto, ainda se faz necessário fortalecer processos de gestão que estimulem o engajamento da comunidade local e fomentem práticas alinhadas ao ideal do Bem Viver e aos princípios dos UGGps.

Palavras-chave: Complexidade Socioambiental; Bem Viver; Gestão; Geoparques Mundiais da UNESCO; Praia Grande/SC.

ABSTRACT

The municipality of Praia Grande, located in the extreme south of Santa Catarina, is located in a region that is home to two Federal Conservation Units, the Aparados da Serra and Serra Geral National Parks, and has the largest concentration of canyons in Brazil. Together with the municipalities of Jacinto Machado (SC), Morro Grande (SC), Timbé do Sul (SC), Mampituba (RS), Torres (RS) and Cambará do Sul (RS), it obtained the UGGp seal in 2022. In addition, the Praia Grande territory is home to a community recognized as remaining quilombolas. In this complex context, Praia Grande cannot be seen as just a conventional municipality. Based on this uniqueness, the present study aims to analyze the socio-environmental complexity, management of Common Goods, possibilities and obstacles to sustainability based on the GMCCS seal, taking the municipality of Praia Grande/SC as a research reference. Reflecting on socio-environmental complexity and sustainability in this scenario requires a perspective that is capable of bringing together, contextualizing and, at the same time, recognizing the singular, the individual, a challenge involving multiple steps. To ensure fidelity to the reality studied, a theoretical-methodological approach based on complexity was adopted, seeking to overcome fragmented views and promote a dialogical understanding of the local reality. The research is characterized by a qualitative and exploratory nature. The research strategies, the unit of analysis, the data collection instruments, the systematization process and the analysis of the information obtained were described. The fieldwork was conducted through semi-structured interviews, considering not only the reports of professionals from the public, private, educational and community spheres, but also their perceptions and emotional ties with the territory. The contribution of the bibliography used, which supported the theoretical reflections, is also noteworthy. The main reflections indicate that, with the recognition as UGGp, a new territorial configuration was established, marked by greater national and international visibility and by the commitment to environmental conservation and sustainable development. In this scenario, it is essential to reconfigure practices in the political, economic, social, cultural and ecological spheres. The governance process at the municipal level, as part of a territory recognized by UNESCO, faces an expanded responsibility, which requires the promotion of innovative, participatory and integrative practices. It is not possible to have a management process in Praia Grande like any other municipality. Its specificity demands inclusive, horizontal models, involved in a new rationality that strengthens community protagonism and co-responsibility for the preservation and care of the territory. Reflecting on this new logic of action requires the effective participation of the population. In this context, it is still necessary

to strengthen management processes that stimulate the engagement of the local community and promote practices aligned with the ideal of Good Living and the principles of UGGps.

Keywords: Socioenvironmental Complexity; Good Living; Management; UNESCO Global Geoparks; Praia Grande/SC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Demonstração do universo e amostra da pesquisa.	27
Figura 2 - Descrição da Unidade de Análise a partir de sua constituição sistêmica e complexa	30
Figura 3 - Ilustração da análise e sistematização dos dados.....	31
Figura 4 - Localização do Município de Praia Grande/SC.....	35
Figura 5 - Imagem da cidade de Praia Grande	36
Figura 6 - Bacias Hidrográficas.....	36
Figura 7 - Municípios integrantes da AMESC	37
Figura 8 - Destaque do espriado do rio Mampituba (acervo municipal Praia Grande).	38
Figura 9 - Destaque do espriado do rio Mampituba.	39
Figura 10 - Exposição de produtos ecológicos pelos agricultores.....	40
Figura 11 - Ilustração dos Cânions que rodeiam a cidade.	40
Figura 12 - Registro de voos de balão no município	41
Figura 13 - Passeios turísticos no município de Praia Grande	41
Figura 14 - Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral	44
Figura 15 - Cachoeira do funil; Cachoeira dos Ventura.....	45
Figura 16 - Aplicação de agrotóxicos nas lavouras.....	48
Figura 17 - Cabanas construídas para atender turistas e novas moradias.....	49
Figura 18 - Registro dos momentos do pouso/quedas dos balões.	49
Figura 19 - Inundações em Praia Grande	50
Figura 20 - Assoreamento nos leitos dos rios.....	51
Figura 21 - Ausência da vegetação nas margens dos rios	51
Figura 22 - Lixo espalhado por conta da ação dos animais.....	52
Figura 24 - Estação de tratamento do SAMAE no bairro 1º de maio em Praia Grande.....	53
Figura 25 - Elementos sob múltiplas curvas os elementos Organização.....	56
Figura 26 - Descrição das etapas de um Geoparque.....	70
Figura 27 - Descrição dos benefícios de um Geoparque.	71
Figura 28 - Processo de Reavaliação da UNESCO.	72
Figura 29 - Diagrama das diferenças e semelhanças no que tange aos Parques Nacionais/Unidades de conservação e Geoparques Mundiais da UNESCO.....	74
Figura 30 - Localização dos municípios que fazem parte do Geoparque Caminhos dos Cânions dos Sul/SC	78

Figura 31 - Benefícios para o território	79
Figura 32 - Definição geral do termo	82
Figura 33 - principais características apresentadas por Ostrom e de Hardin.....	84
Figura 34 - Definição e conceituação	86
Figura 35 - Modelo de Gestão para Sustentabilidade.....	96
Figura 36 - Estudantes coletando lixo nos arredores da escola no município de Praia Grande/SC	98
Figura 37 - Ilustração das gavetas disciplinares	99
Figura 38 - Gráfico Formação docente.....	108
Figura 39 - Gráfico Integração de elementos principalmente no campo educacional.....	113
Figura 40 - Gráfico Concepções conceituais e técnicas díspares entre Parques Nacionais e Geoparque Mundial da UNESCO	115
Figura 41 - Gráfico Ações e Programas de Educação ambiental	116
Figura 42 - Gráfico Modelo de formação continuada horizontal “ConJunto	117
Figura 43 - Prática de Educação para Sustentabilidade.....	118
Figura 44 - Organização Curricular e Realidade Municipal.....	119
Figura 45 - Educação Ambiental nas escolas	120
Figura 46 - Saídas de Campo.....	123
Figura 47 - Formação em Educação Ambiental	124
Figura 48 - Palestras, visitas ao Geossítios	125
Figura 49 - Programas de Educação Ambiental Escolar	127
Figura 50 - Palavras-chave/realidade educacional	128
Figura 51 - Diagrama Ideal de atuação do Eixo Educação.....	130
Figura 52 - Belezas do município de Praia Grande.	134
Figura 53 - Como preservar as belezas naturais no município.....	135
Figura 54 - Mudanças percebidas no município nos últimos anos.....	136
Figura 55 - Listagem das coisas que mais gostam em Praia Grande.....	137
Figura 56 - Coisas que não gostam no município de Praia Grande.....	137
Figura 57 - Animal acolhido na rua com sinais de maus tratos, ferimento do olho e no pescoço.	139
Figura 58 - Parte da pele arrancada por brigas com cães maiores na rua.....	139
Figura 59 - Cadela e filhotes abandonados, amarrada em grade.	141
Figura 60 - Descrição da cidade de Praia Grande	142
Figura 61 - Descrição saídas de campo.	143

Figura 62 - Elementos descritos que estão presentes no município.	145
Figura 63 - Retorno das comunidades	147
Figura 64 - Conceito de geoparque e seu grau de impacto.....	148
Figura 65 - Turismo de base comunitária.....	150
Figura 66 - Principais mudanças na cidade de Praia Grande	153
Figura 67 - Consequências positivas e negativas com o aumento do turismo	154
Figura 68 - Listagem das coisas que mais gostam e que não gostam em Praia Grande.....	159
Figura 69 - Açaí da Ju	160
Figura 70 - Palavras que representam a cidade de Praia Grande.....	164
Figura 71 - Demonstra um caminho para efetivar essa realidade.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos sujeitos que compõem o objeto de estudo.	28
Quadro 2 - Descrição dos sujeitos e instrumentos utilizados	29
Quadro 3 - Instituições de Ensino de Praia Grande/SC	46
Quadro 4 - Estudantes matriculados por etapas.....	46
Quadro 5 - Detalhamento das etapas do tratamento.	54
Quadro 6 - Primeiras áreas protegidas entre os anos de 1776 e 1976	60
Quadro 7 - Histórico dos Congressos Mundiais de Parques da IUCN.....	62
Quadro 8 - Categorias e funções das áreas protegidas reconhecidas pela IUCN no ano de 1994.	63
Quadro 9 - Categorias de UCs de acordo com SNUC.....	64
Quadro 10 - Desastres causados por inundações em Praia Grande 1974/2020.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
CCSUGGp	Caminhos dos Cânions dos Sul Geoparque Mundial da UNESCO
CICCS	Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul
GGN	Global Geoparks Network
GMCCS	Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PARNAS	Parque Nacional Aparados da Serra
PN	Parque Nacional
PNSG	Parque Nacional Serra Geral
RGGN	Rede Global de Geoparques Nacionais
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UGGp	Unesco Global Geoparks
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo Geral.....	21
1.2.2 Objetivos Específicos.....	21
1.3 HIPÓTESES	22
1.4 JUSTIFICATIVA	22
1.5 ESTRUTURAÇÃO DA TESE	23
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
2.1 NATUREZA E SUJEITOS DA PESQUISA	25
2.2 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	28
2.3 UNIDADE DE ANÁLISE.....	29
2.4 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	31
3 MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE SC - PK	33
3.1 MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE PK: PERFIL POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL	34
3.2 LOCALIZAÇÃO.....	34
3.3 ORIGEM DO NOME DA CIDADE	38
3.4 ECONOMIA LOCAL	39
3.5 EVOLUÇÃO POLÍTICA DE PRAIA GRANDE.....	41
3.6 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	44
3.8 EDUCAÇÃO	45
3.9 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.....	46
3.10 COMPLEXIFICANDO OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	55
4 REFERENCIAL TEÓRICO	58
4.2 PARQUES NACIONAIS	59
4.3 GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO.....	68
4.4 GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO NO BRASIL.....	75
4.5 GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL (GMCCS)	77
4.6 PRAIA GRANDE: UM ECOSISTEMA NA PERSPECTIVA DOS BENS COMUNS NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL.....	81
4.7 EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL.....	93
4.7.1 Educar para a sustentabilidade: ressignificação de discursos e mudanças de paradigmas	93
4.8 É PRECISO “PRAIAGRANDIR” RUMO A RACIONALIDADE AMBIENTAL	103
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	106
5.1 DO DESPRAIADO* NO TEMPO À PROSPECÇÃO DE POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS NO TERRITÓRIO PRAIAGRANDENSE	106
5.2 EM UM MUNDO DE CONEXÕES, A GOVERNANÇA É UM PRINCÍPIO DETERMINANTE NA EFICIÊNCIA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS E À CONSERVAÇÃO EFETIVA DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL NO TERRITÓRIO PRAIAGRANDENSE	166
6 UM OUTRO OLHAR PARA SEGUIR NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS: POESIA E ARTE COMO COMPLEMENTO TEÓRICO-CIENTÍFICO RUMO AO PRAIAGRANDIR.....	171
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	192
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
7.2 RECOMENDAÇÕES FUTURAS	195
8 REFERÊNCIAS.....	197
APÊNDICES	211
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	211

APÊNDICE B - CEP – COMITÊ DE ÉTICA	213
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	214
APÊNDICE D - CARTA DE ACEITE	215
APÊNDICE E – CARTA DE ACEITE 02	216
APÊNDICE F – CARTA DE ACEITE 03.....	217
APÊNDICE G – ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTA 01.....	218
APÊNDICE H – ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTAS 02	221
APÊNDICE I – NOME CIENTÍFICO E IMAGENS DE PLANTAS QUE FAZEM PARTE DA FLORA PRAIAGRANDENSE UTILIZADA COMO DESCRIÇÃO NO DECORRER DA ANÁLISE DE DADOS.	223

1 INTRODUÇÃO

O município de Praia Grande está localizado no sul de Santa Catarina. Apresenta belezas raras e inigualáveis, despertando atenção nacional e internacional, destacando-se por exibir cenários de grande encanto natural, nos quais se sobressaem os cânions, balneários, cavernas, grutas, cascatas, piscinas naturais e a cultura local (AMESC, 2023).

Em conjunto com mais seis municípios, Jacinto Machado, Morro Grande, Timbé do Sul (em Santa Catarina) e Mampituba, Torres e Cambará do Sul (no Rio Grande do Sul) recebeu, em 2022, a chancela de Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp). A partir desse universo ecossistêmico complexo, realizou-se o presente estudo.

Com o intuito de esclarecer o termo “complexo”, amplamente mencionado neste trabalho, recorre-se ao pensamento de Morin (2000), que apresenta a epistemologia da complexidade como uma compreensão que contextualiza e articula os saberes. Segundo o autor, “a escolha não se situa entre o saber particular, preciso, limitado, e a ideia geral abstrata. Situa-se entre o luto e a investigação de um método capaz de articular aquilo que está separado e de unir aquilo que está dissociado” (Morin, 1977, p. 18).

Dessa forma, Morin (2000) aponta que a Teoria da Complexidade é, ao mesmo tempo, uma análise crítica da fragmentação dos saberes e do reducionismo a que é submetida nossa maneira de pensar, e uma proposta de superação dessa fragmentação por meio do exercício do pensamento complexo (Morin, 1998, p. 170).

Nesse contexto, pensar a complexidade socioambiental e a sustentabilidade no município de Praia Grande, a partir do recebimento da chancela de Geoparque Mundial da UNESCO, é uma tarefa que exige um olhar capaz “de reunir, de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto” (Morin; Le Moigne, 2000, p. 207).

Pensar de maneira fragmentada, separando os saberes e analisando apenas uma parcela da realidade, não propicia o entendimento dos elementos que compõem o todo. Assim, conforme Morin (1998), é necessário “religar os saberes” para compreender as relações complexas e todos os fatores que as envolvem.

Não podemos mais considerar um sistema complexo a partir do reducionismo, que busca compreender o todo apenas pelas qualidades das partes, nem do “holismo” simplificador, que negligencia as partes em favor do todo. “Só posso compreender um todo se conheço,

especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conheço o todo” (Morin, 1998, p. 181-182).

Cada realidade precisa, portanto, ser compreendida e analisada a partir de suas partes, considerando as relações que as integram, mas entendidas dentro de seu contexto global, pois “a complexidade está presente quando os componentes que constituem o todo, como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico, são inseparáveis” (Morin, 2004, p. 14).

A partir desse contexto, conhecer o município considerando sua totalidade e, ao mesmo tempo, observando suas particularidades e os seres humanos que o habitam, em sua unidualidade (Morin, 2000, p. 52), é fator essencial para compreender a complexidade que o constitui.

Durante muitos anos, o município de Praia Grande reconheceu e manifestou o desejo de preservar e conservar seu território, destacando-se por suas paisagens naturais e pela valorização da cultura local (AMESC, 2023). Com o passar do tempo, esse ideal de preservação foi se intensificando e ganhando visibilidade nacional e internacional. Após anos de estudos, dedicação e organização por meio do CICCIS, o município finalmente recebeu a chancela da UNESCO, integrando o território dos UGGp.

Além da chancela recebida em 2022, Praia Grande está localizada em uma região que abriga duas Unidades de Conservação Federais: os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, que concentram a maior quantidade de cânions do país. Soma-se a essa realidade a presença de uma comunidade tradicional remanescente de quilombolas, reconhecida pela Fundação Palmares, IPHAN e Ministério Público, residente na comunidade de São Roque/Pedra Branca.

Nesse cenário singular, Praia Grande não pode ser considerada apenas mais um município comum. É um território que exige estratégias e consensos sociais capazes de fomentar um diálogo de saberes a partir da realidade local, berço de fomento de novas práticas e de uma esperança fundada em uma cosmovisão voltada ao futuro sustentável (Leff, 2010).

Tal realidade emerge de um contexto municipal distinto, no qual é possível construir diálogos que transcendem a simples troca de conhecimentos disciplinares, promovendo reflexões que permitem “[...] reconstruir o mundo por diferentes vias de sustentabilidade, de vida e de convivência” (Leff, 2010, p. 108).

Assim, faz-se necessário pensar o contexto municipal à luz do recebimento da chancela da UNESCO, cujos objetivos incluem a valorização da participação comunitária e o incentivo a novas formas de uso consciente do território. O propósito é “ir além de apenas motivar a

preservação da paisagem e da geodiversidade de uma região, inspirar a comunidade local a valorizar seu patrimônio por meio do desenvolvimento da economia local, do geoturismo e da educação ambiental” (Boggiani, 2010; Oliveira, 2014).

De acordo com os ideais da UNESCO, tais ações não podem ocorrer de forma fragmentada, mas sim de modo colaborativo e integrado com a população local, “territórios construídos com pessoas e para pessoas” (Martini et al., 2022, p. 29), princípio que será retomado em diferentes momentos deste estudo.

A promoção de ações que fomentem a conscientização, o conhecimento e a valorização do patrimônio natural e cultural, aliada à conservação da natureza e a um novo olhar sobre a sustentabilidade regional, constitui um pilar fundamental desse processo.

Dessa forma, a partir da chancela, um novo cenário se estabelece em Praia Grande/SC um contexto de maior visibilidade nacional e internacional, marcado pelo compromisso com a preservação e pela difusão da geodiversidade, do desenvolvimento sustentável e da geoeducação (Duart et al.; Rocha; UNESCO, 2024).

Alguns rearranjos, contudo, são necessários diante das complexidades emergentes nos setores político, econômico, social, cultural e ambiental do município. Analisar essa complexidade socioambiental, bem como as possibilidades e obstáculos à sustentabilidade a partir da chancela de Geoparque, configura uma tarefa de extrema relevância, porém de grande desafio.

O presente estudo é norteado pelas contribuições teóricas de Morin (1995; 2000; 2001; 2003; 2005); Leff (2000; 2002; 2004; 2008; 2010); Capra (2006); Freire (1967; 1979; 1996; 1997; 2005); Gadotti (2001; 2008); Acosta (2016); Brilha (2005; 2009; 2015; 2022), além de referenciais da UNESCO e de outros autores que contribuíram para as reflexões desenvolvidas neste trabalho.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A realidade mundial evidencia uma crise ambiental de caráter irreversível, em que, de acordo com Boff (2008), vivemos um impasse final, uma crise terminal, na qual o limite do sistema é o próprio limite da Terra. Trata-se de uma realidade em que a cultura do “ter” e do “acumular” conduz ao esgotamento dos recursos naturais, refletindo um olhar capitalista voltado ao consumo e ao crescimento ilimitado, sem respeito aos limites da natureza.

“Tudo para concentrar riquezas, não importando a destruição ambiental que possa haver, nem que essa geração de riqueza seja, ao mesmo tempo, geração de pobreza, exclusão social, desigualdades de todo tipo” (Grzybowski, 2011 apud CNCTI, 2014, p. 70).

Para Capra (2002, p. 270), “[...] a associação da virilidade com o acúmulo dos bens materiais relaciona-se com outros valores favorecidos ou incentivados pela cultura patriarcal a expansão, a competição e uma consciência ‘centrada nos objetos’ [...]”.

O município estudado recebeu, em 2022, a chancela de Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp). A partir dessa realidade, o território ganha visibilidade e vivencia o aumento da demanda turística em diversos setores, pousadas, gastronomia, passeios turísticos (de balão, quadriciclo, a cavalo, trilhas, passeios de bicicleta etc.). Novos guias tornam-se necessários e, com isso, surge a demanda por formação continuada e qualificação nos serviços, exigindo que todas as áreas constituintes do município se adaptem à nova realidade.

Entretanto, com a visibilidade nacional e internacional, constitui-se também um novo cenário permeado por desafios. Surgem conflitos relacionados ao aumento do turismo como fonte de lucro, à expansão da construção civil, à produção de resíduos, ao consumo de água e energia elétrica, à poluição sonora (especialmente provocada pelos voos de balão no centro da cidade), ao alto custo de vida, à formação fragmentada e não contínua em diferentes setores e à escassez de recursos públicos destinados à capacitação da comunidade para atender a essa nova demanda.

Os Geoparques Mundiais da UNESCO (UGGps) visam fomentar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a geoconservação e o aproveitamento turístico e educativo das regiões, protegendo e conservando os sítios de relevância geológica e paleontológica. Têm como metas promover benefícios sociais e econômicos, fortalecer o tecido produtivo, superar as fragilidades do turismo local e estimular a cooperação entre os membros da rede. Isso requer a participação ativa da população na educação, no turismo, na gestão e no desenvolvimento econômico sustentável, bem como o aprimoramento do ambiente e da qualidade de vida da população local.

Esses princípios incluem o zelo pela preservação ambiental, o uso racional dos recursos hídricos, a adoção de medidas de adaptação às mudanças climáticas, o trabalho em prol do bem-estar coletivo e a formação de sujeitos ambientalmente conscientes, capazes de compreender sua condição humana, perceber o contexto planetário e sensibilizar-se diante da necessidade de uma consciência ecológica (Morin, 2015; Red Geolac, 2017; Martini et al., 2021; UNESCO; GMCCS, 2024).

Dessa forma, o presente estudo, a partir do cenário atual, propõe-se a investigar as seguintes questões:

- Quais são as consequências (positivas e negativas) decorrentes do recebimento da chancela do Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul (GMCCS) no município de Praia Grande, sob o olhar da complexidade e da sustentabilidade?
- Considerando o modelo de gestão dos UGGps e seu compromisso com a educação para a sustentabilidade, como se efetivam ações práticas e eficazes na formação de sujeitos com consciência ecológica?
- Os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais observados atendem à interconexão sistêmica dos propósitos da sustentabilidade no território praiagrandense?
- Há fomento à formação de uma consciência ambiental que valorize, como fundamental, o respeito na relação ser humano-natureza, nas gerações atuais e futuras, bem como na gestão dos bens comuns?

Considerando essas problematizações, foram elencados objetivos específicos com o intuito de orientar a pesquisa e buscar respostas coerentes às questões propostas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a complexidade socioambiental, gestão dos Bens Comuns, possibilidades e obstáculos à sustentabilidade a partir da chancela de GMCCS, tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o município de Praia Grande, descrevendo seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- Contextualizar teoricamente os principais conflitos socioambientais presentes no município de Praia Grande;
- Distinguir o Parque Nacional (PN) e o Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp), evidenciando suas concepções conceituais e técnicas de naturezas distintas;
- Discutir processos relacionados à construção de uma nova racionalidade ambiental no território, fundamentada na complexidade, na abordagem interdisciplinar, na gestão dos bens comuns e na educação para a sustentabilidade.

Seguindo o objeto de pesquisa, apresentamos a seguir as hipóteses e justificativa:

1.3 HIPÓTESES

Com o intuito de responder à proposta deste trabalho, consideramos pertinente formular as seguintes hipóteses:

1. O recebimento da chancela de Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp) contribui para o fomento de uma nova racionalidade ambiental no território. Contudo, o aumento do turismo também corrobora a constituição de um novo cenário, que se configura como gerador de conflitos, tais como: o turismo como fonte prioritária de lucros e a consequente turistificação da cidade; a intensificação da construção civil; a produção de resíduos; o aumento do consumo de água e energia elétrica; a poluição sonora; o alto custo de vida; a formação fragmentada e não contínua em diversos setores; a participação limitada de grande parcela da população, que permanece apenas na execução de mão de obra, sem recursos para investir; e a falta de recursos públicos destinados à continuidade da formação comunitária para atender às novas demandas desse contexto.
2. As oportunidades e benefícios financeiros provenientes da chancela de UGGp existem, mas tendem a se distribuir de forma desigual, reforçando as disparidades sociais e, potencialmente, gerando desequilíbrios ambientais. Assim, embora o município apresente crescimento considerável em diferentes setores, o bem-estar da comunidade local deve ser considerado elemento essencial ao se pensar em desenvolvimento e sustentabilidade.

1.4 JUSTIFICATIVA

O extremo sul de Santa Catarina é caracterizado por notáveis características geográficas e uma ampla biodiversidade. Em virtude de sua formação geológica, constituída por imensos paredões rochosos, os cânions que se estendem pelos territórios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina formam uma paisagem única e inigualável (Ministério do Turismo, 2023).

A região também apresenta uma riqueza cultural expressiva, marcada pela diversidade e pela história de seu povo. Esse povo, inserido no contexto contemporâneo, compõe o cenário praiagrandense, tornando-o ainda mais belo, singular e encantador.

Sob a perspectiva teórica, o presente estudo propõe uma análise da complexidade socioambiental e das possibilidades de sustentabilidade a partir da chancela do Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul (GMCCS), tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC. Busca-se levantar dados políticos, econômicos, sociais e ambientais do município, tanto anteriores quanto posteriores ao recebimento da chancela, analisando sucessos e conflitos ao longo dessa trajetória.

Sob a perspectiva prática, o estudo apresentará discussões sobre a construção de uma nova racionalidade ambiental no território, fundamentada na complexidade, e trará contribuições reflexivas sobre a gestão dos bens comuns e o Bem Viver planetário.

1.5 ESTRUTURAÇÃO DA TESE

No primeiro capítulo, Introdução, apresenta-se uma abordagem inicial da tese, contendo o tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e as hipóteses.

No segundo capítulo, Procedimentos Metodológicos, descrevem-se a natureza e os sujeitos da pesquisa, a unidade de análise, bem como o processo de sistematização e análise dos dados coletados, além das limitações da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta o município em estudo, sua localização, origem, economia, evolução política e aspectos ambientais. Trata-se de uma realidade que não pode ser pensada de maneira isolada, por meio de metodologias tradicionais pautadas na separabilidade, mas sim com base em uma visão complexa (Morin, 2000). Na sequência, analisam-se os conflitos socioambientais no território praiagrandense, a partir da perspectiva de um ecossistema localizado no extremo sul de Santa Catarina.

O quarto capítulo, Referencial Teórico expõe a compreensão dos conceitos de Parques Nacionais e Geoparques Mundiais da UNESCO, que ainda geram dúvidas na população praiagrandense. Por existirem no município dois Parques Nacionais - Aparados da Serra, criado pelo Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, e Serra Geral, pelo Decreto nº 531, de 20 de maio de 1992, anteriores à chancela de Geoparque, muitos municípios ainda associam o termo *Geoparque* aos Parques Nacionais. Assim, esclarecer as especificidades de cada um é essencial para a compreensão deste estudo.

Na sequência, apresenta-se a compreensão da gestão dos bens comuns, configurando-se como essenciais e insubstituíveis à vida e à existência coletiva, instrumentos do ser e do viver

juntos, baseados no reconhecimento do outro como condição da nossa própria existência. Essa abordagem confere sentido fundamental ao pensar a sustentabilidade, pois implica a centralidade irrenunciável das relações de alteridade entre humanos e entre humanos e natureza (Petrella, 2010; 2011).

Posteriormente, discorre-se sobre educar para a sustentabilidade e sobre a necessidade de uma nova racionalidade ambiental, com análises pautadas nos objetivos da pesquisa sob a luz de autores como Morin (1995; 2000; 2001; 2003; 2005), Leff (2000; 2002; 2004; 2008; 2010), Capra (2006), Freire (1967; 1979; 1996; 1997; 2005), Gadotti (2001; 2008), Acosta (2016), UNESCO, Brilha (2005; 2009; 2015; 2022), entre outros. Tais autores propõem reflexões relevantes acerca das relações estabelecidas entre o ser humano e o meio ambiente e dos paradigmas construídos a partir das visões de mundo reproduzidas socialmente como verdades, que interferem diretamente nas atitudes dos sujeitos enquanto gestores, educadores e membros da sociedade (Dalpiás; Milioli, 2024).

Traz-se também o conceito “praiagrandir”, o qual remete a uma nova racionalidade ambiental. O termo expressa um emaranhado de significados, cujos sentidos variam conforme o contexto. “Praiagrandir” significa compreender essa realidade e entrelaçar vivências que personificam um novo tecido de significações, voltado ao cuidado e à construção de um presente e futuro sustentáveis.

No quinto capítulo, Apresentação e Discussão dos Resultados, realizam-se a interpretação dos dados coletados e a comparação com as referências teóricas, observando seus significados, limitações, resultados inesperados e possibilidades de pesquisas futuras.

Para complementar, o sexto capítulo apresenta um olhar poético e artístico nos Caminhos dos Cânions do Sul, por meio da Poesia e da Arte como complementos teórico-científicos rumo ao *Praiagrandir*.

Vivemos em uma sociedade ainda fortemente pautada pela razão e pelas ideias positivistas. Morin (2011) destaca que razão e emoção devem caminhar juntas, guiando-nos na imensa viagem que é o viver.

No sétimo capítulo, expõem-se as Considerações Finais, as recomendações para estudos futuros e as limitações da pesquisa. Por fim, apresentam-se as Referências Bibliográficas utilizadas na construção da tese, seguidas pelos Anexos e Apêndices.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 NATUREZA E SUJEITOS DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza teórica, qualitativa e descritiva. Conforme Engers (1999), o paradigma qualitativo é de caráter estrutural e tem como finalidade aprofundar o conhecimento para obter maior compreensão da realidade em suas múltiplas manifestações, sendo fundamental a observação e a análise dos cenários investigados.

Nessa perspectiva, o pesquisador constitui-se como o principal instrumento de investigação, visto que mantém contato direto e prolongado com o campo de pesquisa, o que possibilita descrever de forma fidedigna os fenômenos observados (Alves, 1991).

A pesquisa qualitativa, portanto, busca compreender a realidade em toda a sua diversidade e complexidade, não podendo ser analisada de forma fragmentada ou dissociada de seu contexto. Diversos autores corroboram essa abordagem, entre os quais destacam-se Minayo (1994), Haguette (1995), Triviños (1987) e Lüdke e André (1986).

Segundo Minayo e Gomes (2013)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo; Gomes, 2013, p. 21).

Nesse ínterim, a pesquisa qualitativa apresenta o modo como os indivíduos entendem suas realidades, pautados em seus aspectos de singularidade e atribuições de significados próprios (Minayo, 2012).

Quanto aos objetivos, definiu-se como pesquisa exploratória e descritiva, pois de acordo com Gil (1991), envolve entrevistas com pessoas, levantamento de dados, análises de exemplos para maior compreensão do estudo em questão.

Quanto aos procedimentos a pesquisa define-se como bibliográfica, visto que

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Portanto, a pesquisa alicerça-se em dados e levantamentos de estudos já realizados, buscando informações pertinentes já expostas no campo acadêmico, com o intuito de sustentar e complementar a investigação em desenvolvimento.

Incluiu-se, entre os procedimentos metodológicos, a observação participante, na qual o pesquisador coleta dados por meio da participação direta no grupo ou organização estudada, buscando compreender as pessoas e seus comportamentos em seu cotidiano, atuando simultaneamente como participante e observador (Minayo; Becker, 1994).

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (Minayo, 2013, p. 70).

Dessa forma, a observação participante foi elencada neste estudo em razão da possibilidade de captar uma série de informações relevantes que não seriam obtidas apenas por meio de perguntas diretas ou observações pontuais, mas sim por meio do registro dos movimentos, ações e relações que os sujeitos estabelecem em torno do objeto de estudo.

Segundo Minayo (2014), a observação participante consiste em um processo no qual o pesquisador mantém presença contínua em determinado fato social, com o objetivo de realizar uma investigação científica. Logo, o observador se relaciona com os sujeitos pesquisados, participa de seu cotidiano e de seu contexto cultural, realizando a coleta de dados. Dessa forma, o observador integra o contexto de observação, modificando-o e, simultaneamente, sendo modificado por ele.

O universo e amostra da pesquisa definem-se conforme ilustrado na imagem abaixo:

Figura 1 - Demonstração do universo e amostra da pesquisa.



Fonte: a autora.

De acordo com Minayo (1994), a entrevista possibilita a obtenção de informações por meio da fala individual, revelando sistemas de valores, normas e representações de determinados grupos sociais. A entrevista semiestruturada consiste no momento em que o entrevistador busca informações junto ao entrevistado por meio de um roteiro previamente elaborado, que orienta a coleta em torno da problemática central da pesquisa (Haguette, 1995).

No presente estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada, considerando sua relevância para manter o foco no objeto de pesquisa e, simultaneamente, permitir que as respostas dos participantes emergissem de forma espontânea e contextualizada.

De acordo com Minayo (1994), os critérios de amostragem em pesquisas qualitativas não se baseiam em números absolutos, mas na representatividade das múltiplas dimensões da totalidade estudada.

Tendo em vista a complexidade da pesquisa e a diversidade de perspectivas que poderiam oferecer dados significativos para a análise das questões norteadoras e objetivos propostos, buscou-se definir cuidadosamente os participantes deste estudo.

Foram considerados dois aspectos fundamentais: a representatividade na dinâmica comunitária, abrangendo diferentes esferas, pública, privada, educacional (docentes e discentes) e comunitária, com envolvimento direto no contexto socioambiental local; e uma escala temporal de vivência e acompanhamento das transformações ocorridas na área de estudo.

O quadro a seguir sistematiza os atores que contribuíram com os dados primários da pesquisa.

Abaixo destacamos a listagem dos sujeitos:

Quadro 1 - Descrição dos sujeitos que compõem o objeto de estudo.

Descrição dos sujeitos	Representação
Presidentes/Representantes (Residentes nas comunidades a mais de três anos e maiores de dezoito anos).	Comunidades (do município)
Professores Efetivos Que estejam lecionando (em sala de aula) no município a mais de três anos que aceitem participar das entrevistas.	Rede Municipal e Estadual de Praia Grande do Ensino Fundamental e Médio: EEB Bulcão Viana EEB Alba Lucy Reis Magnus EEB Leonardo Thomaz EEB Abel Esteves de Aguiar EJA Comunidade Quilombola Pedra Branca
Estudantes do Ensino Médio (1º/2º/3º anos) Estudantes na faixa etária entre 15 e 17 anos. Serão selecionados aleatoriamente cinco estudantes de cada turma que aceitem participar da pesquisa.	EEB Bulcão Viana
Gestores Municipais	Secretarias do Município de Praia Grande
Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul	Diretor
CEPRAG (cooperativa de eletricidade de praia grande)	Presidente
SAMAE Serviço Autônomo de Municipal de Água e Esgoto	Diretor

Fonte: elaborado pela autora.

2.2 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados, de acordo com Triviños (1987, p. 137), “[...] os questionários, as entrevistas etc. são meios ‘neutros’ que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria.”

Dessa forma, a entrevista estruturada, o questionário e a observação participante foram adotados neste estudo por permitirem uma análise mais abrangente e coerente com a complexidade dos processos que envolvem o objeto pesquisado.

A entrevista estruturada e o questionário, compostos por perguntas abertas e fechadas, foram utilizados para obter dados comparáveis e sistemáticos, “[...] a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (Gil, 2008, p. 113).

Na observação participante, a coleta de dados ganha caráter científico quando é conduzida de forma sistematizada, planejada e com controle de objetividade (Queiroz et al., 2007).

Esses instrumentos metodológicos possibilitam diferentes compreensões sobre o objeto de estudo, uma vez que, conforme Gil (2008, p. 109), a entrevista constitui uma “[...] técnica

em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. ”

Quadro 2 - Descrição dos sujeitos e instrumentos utilizados

Descrição dos sujeitos	Representação	Instrumento Utilizado
Presidentes/Representantes	Comunidades (do município)	Entrevista semiestruturada
Professores Efetivos	Rede Municipal e Estadual de Praia Grande do Ensino Fundamental e Médio (todos): EEB Bulcão Viana EEB Alba Lucy Reis Magnus EEB Leonardo Thomaz EEB Abel Esteves de Aguiar	
Estudantes do Ensino Médio	EEB Bulcão Viana (1º/2º/3º anos)	
Gestores Municipais	Secretarias do Município de Praia Grande	
Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul	Diretor	
CEPRAG (cooperativa de eletricidade de praia grande)	Presidente	
SAMAE Serviço Autônomo de Municipal de Água e Esgoto	Diretor	

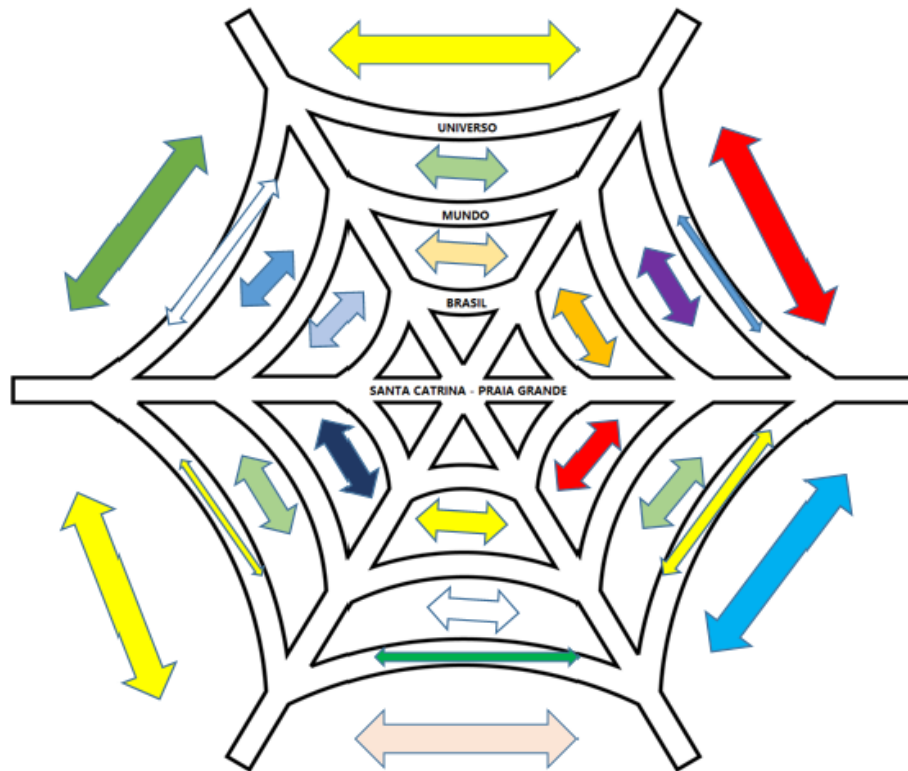
Fonte: elaborado pela autora.

2.3 UNIDADE DE ANÁLISE

De acordo com Minayo (1994), a exploração do campo constitui-se de atividades direcionadas ao espaço de pesquisa, estabelecendo critérios de amostragem e estratégia para organização e aplicação.

Nesse íterim, para obtenção dos dados necessários à análise e interpretação destacamos nesse estudo o município de Praia Grande/SC e sua constituição sistêmica e complexa, conforme demonstrado abaixo.

Figura 2 - Descrição da Unidade de Análise a partir de sua constituição sistêmica e complexa



Fonte: elaborado pela autora.

Apontamos neste estudo, de acordo com Morin (2005), que o objeto de pesquisa não pode ser compreendido de maneira isolada ou de forma fragmentada, mas em sua totalidade, a partir de um olhar interdisciplinar e sistêmico. Nesse sentido, “só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conheço o todo” (Morin, 1998, p. 181-182).

Portanto, cada realidade deve ser analisada considerando suas partes e as relações que as constituem, mas sempre compreendida como um todo em seus contextos, pois “a complexidade está presente quando os componentes que constituem o todo, como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo e o mitológico – são inseparáveis” (Morin, 2004, p. 14).

A partir desse contexto, conhecer o município em sua totalidade e, ao mesmo tempo, observar suas particularidades, os seres humanos que nele habitam e sua unidualidade (Morin, 2000, p. 52) é fator essencial para compreender a complexidade que constitui esse ambiente. Assim, não podemos pensar a realidade que compõe o município de forma isolada ou fragmentada. É necessário que o espaço de pesquisa seja observado sob a perspectiva da complexidade, capaz de ultrapassar a lógica da separação e convocar um olhar dialógico sobre o cenário estudado.

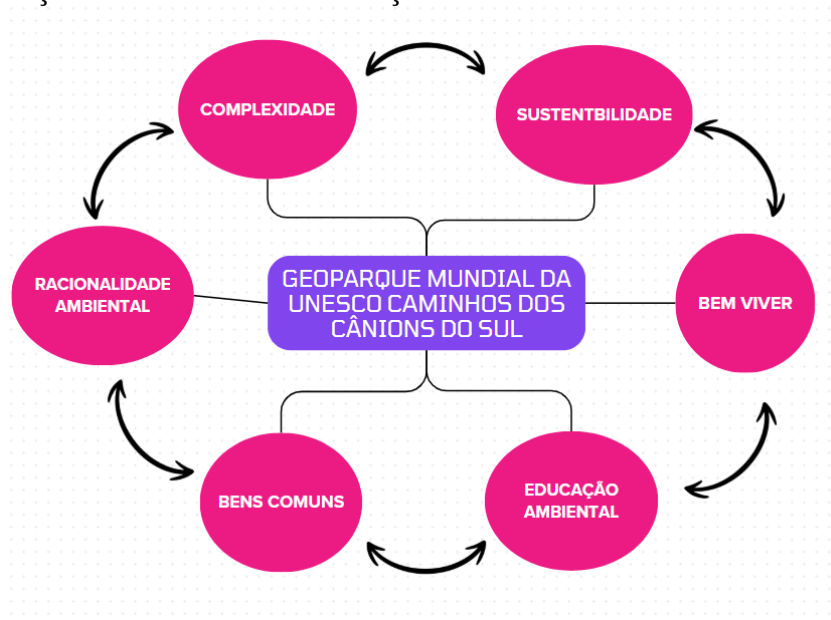
Os indivíduos conhecem, pensam, agem, influenciam e são influenciados por paradigmas culturalmente construídos, que afetam e são afetados de modo sistêmico modificam-se e, ao mesmo tempo, são modificados, transformam e são transformados.

Portanto, não podemos pensar a realidade que constitui este município de maneira isolada ou fragmentado. É necessário que este espaço de pesquisa seja observado por uma perspectiva da complexidade, que nos permita ultrapassar a lógica da separação e convoque um olhar dialógico sobre o cenário em estudo. Pois os indivíduos conhecem, pensam, agem, influenciam e são influenciados por paradigmas construídos culturalmente que afetam e são afetados de modo sistêmico, mesmo sem maior consciência, ou seja, se modifica é ao mesmo tempo é modificado, transforma e é transformado.

2.4 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Para atingir os objetivos da presente pesquisa, buscou-se referências que apontem para a complexidade a sustentabilidade e para uma nova racionalidade ambiental cujo olhar considere a partes, mas não deixe de considerar a totalidade, conforme demonstrado no diagrama abaixo:

Figura 3 - Ilustração da análise e sistematização dos dados.



Fonte: organizado pela autora.

A partir dessa realidade, um diálogo de saberes configurando sentidos da complexidade ambiental com intuito de formalizar propostas que abram caminho na efetivação de ações para

uma nova racionalidade ambiental a partir de estudos e reflexões de autores como: Edgar Morin (1977; 1986; 1995; 1996; 1998; 1999; 2000; 2002; 2003; 2004); Henrique Leff (2002; 2001; 2003; 2004; 2008; 2010); Acosta (2016); UNESCO (2024); Brilha (2005; 2009; 2012; 2022); Freire (1979; 2005); Gadotti (2008); Santos (1996), entre outros. Destacando objetivo de atender aspectos subjetivos, comportamentos, pontos de vista, ideias, ouvindo e entendendo o modo de agir, pensar de cada sujeito participante.

3 MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE SC - PK ²

Considerando a proposta de pesquisa, apresentamos o município em estudo, o qual não é possível ser pensado de maneira isolada a partir de metodologias tradicionais, ou seja, com olhar da separabilidade. Mas a partir de uma visão complexa. Dessa forma, pensar a área em estudo como um ambiente complexo, nos permite ir além de uma visão reducionista. Onde Edgar Morin (2000, p. 38), nos aponta que “unidades complexas são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional”.

Pensar nesse espaço de pesquisa a partir da complexidade nos permite ter uma visão além da separabilidade, convocando um olhar dialógico para o cenário em estudo. Pois os indivíduos conhecem, pensam, agem, influenciam e são influenciados por paradigmas construídos culturalmente que afetam e são afetados de modo sistêmico, mesmo sem maior consciência, ou seja, se modifica e, ao mesmo tempo, é modificado.

Nesse ínterim, o pensamento complexo “é o pensamento capaz de reunir (complexas: aquilo que é tecido conjuntamente), de contextualizar, de globalizar, mas ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (Morin; Le Moigne, 2000, p. 207). Observar esse espaço onde as ações se manifestam, vínculos afetivos acontecem, valores vão se construindo e, nessas relações com o outro e com esse lugar, se constituem os lugares de vivências onde Freire (1996, p. 18), nos aponta “mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros”.

Dessa forma, para Milton Santos (1996), a globalização tenta impor uma única racionalidade ao mundo, porém, “os lugares se definem, pois, por sua densidade informacional e por sua densidade comunicacional cuja função os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não se confundem” (Santos, 1996, p. 145).

Essa realidade ímpar representada e caracterizada nesse lugar chamado Praia Grande, precisa ser pensada e analisada nas suas especificidades. Não podemos pensar o município com olhar da separação, mas é necessário “religar os saberes” para dar conta das relações complexas e tudo que a envolve (Morin, 1995).

² Praia Grande tem um apelido de PK, em decorrência das placas automotivas dos anos 1970/80, quando as iniciais remontavam ao nome do município, Praia Grande ao invés de receber PG, era grafado PK e até hoje esse apelido é utilizado (Praia Grande, 2024).

3.1 MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE PK³: PERFIL POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL

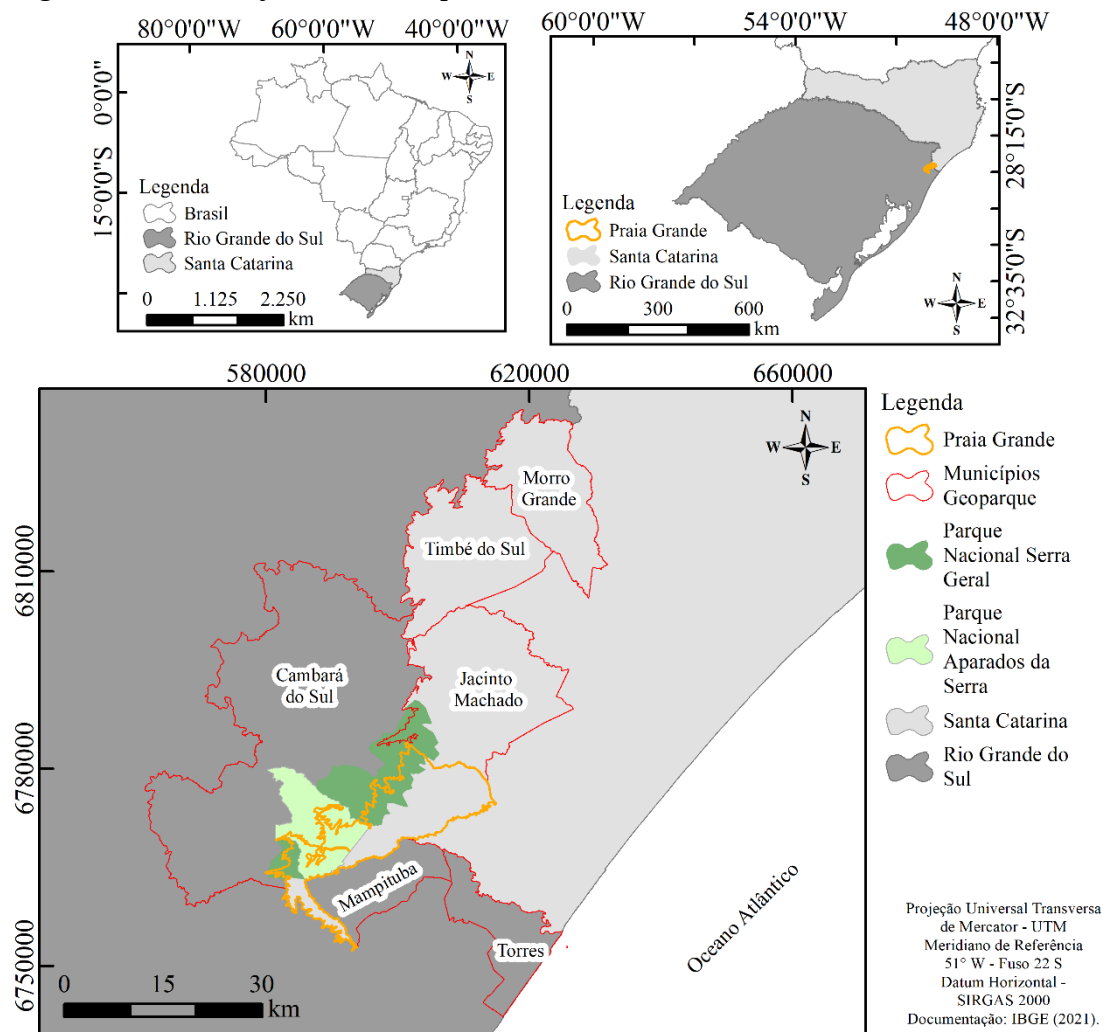
Apresentamos abaixo alguns elementos reais referentes ao município em estudo, indo ao encontro do primeiro e segundo objetivos específicos da tese com intenção de apresentar o município de Praia Grande, seus dados políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, seguidos da exposição dos conflitos socioambientais no município.

3.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Praia Grande encontra-se no Sul de Santa Catarina (Fig. 4). Localizado a uma latitude 29°11'48" sul e a uma longitude 49°57'01" oeste, estando a uma altitude de 45 metros.

³ Praia Grande tem um apelido de PK, em decorrência das placas automotivas dos anos 1970/80, quando as iniciais remontavam ao nome do município, Praia Grande ao invés de receber PG, era grafado PK e até hoje esse apelido é utilizado (Praia Grande, 2024).

Figura 4 - Localização do Município de Praia Grande/SC



Fonte: A autora (2025). Elaborado por José Gustavo S. da Silva (2025).

O perímetro urbano de Praia Grande/SC ocupa uma área de 2,5 km² e a área rural de 292,5 km (IBGE, 2024). Situado no Extremo Sul Catarinense, apresenta-se distante 280 Km da capital Florianópolis e 110 Km de Criciúma (Praia Grande, 2022, p. 19).

De acordo com o Mapa Climático do Brasil, IBGE (2024), o município de Praia Grande está localizado, predominantemente, sobre a zona de clima temperado, mesotérmico brando, com temperatura média entre 10 e 15 °C, úmido, sem secas.

O município apresenta cenários de rara beleza envolto aos grandes cânions no extremo sul catarinense.

Figura 5 - Imagem da cidade de Praia Grande

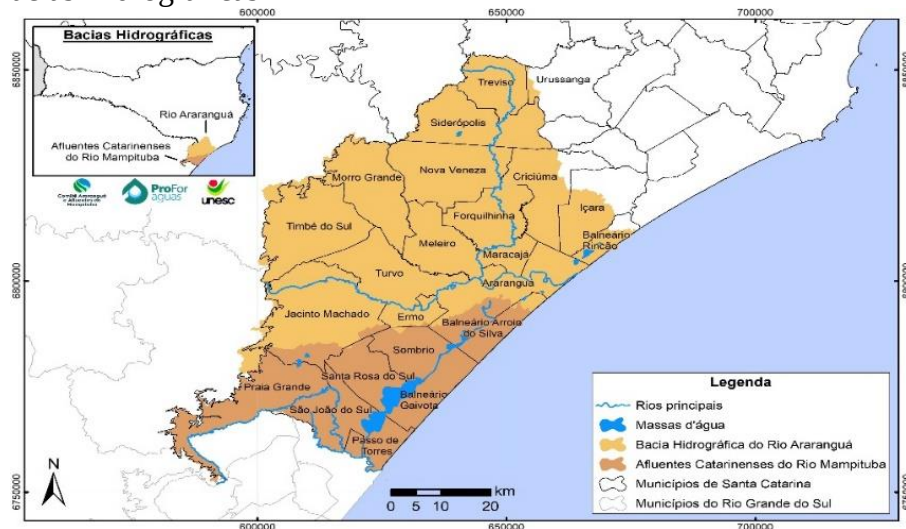


Fonte: Prefeitura Municipal de Praia Grande (2022, p. 21).

Está localizada na bacia do Rio Mampituba, que tem como principais afluentes os rios Canoas, Pavão, Malacara, Três Irmãos, Cachoeira, Leão e arroios Josafaz, Faxinalzinho e São Gorgonho (Prefeitura Municipal de Praia Grande, 2024, s/p).

As águas que, ao sul do rio das Pedras, vão para o rio Mampituba, descem da Serra Geral. São, entre outros, os rios Leão, Cachoeira, Três Irmãos, Malacara ou Macaco, que desembocam no rio Canoas, rio que se origina na planície, do rio Mampituba, e ao qual volta adiante, seguindo para leste em direção ao mar. Ao sul do rio das Pedras, os contrafortes da Serra Geral avançam bastante para leste, fragmentando-se em morros isolados (Peluso, 1991, p. 64 *apud* Rosa, 2016, p. 50).

Figura 6 - Bacias Hidrográficas



Fonte: SIRHESC (2024).

Nesse ínterim, a água que abastece a cidade de Praia Grande “é captada superficialmente no Rio Mampituba, que fica próximo à estrada geral do Pintada, distante 800 metros da ETA⁴. Esta região apresenta baixa densidade demográfica, sendo composta, predominantemente por pastagens, silvicultura (reflorestamento)” (Praia Grande, 2022, p. 41).

A Rede de distribuição de Acordo com PMSB⁵ (2022), contempla a área urbana e algumas localidades do Município (Vila Rosa, Pintada e Distrito de Cachoeira de Fátima), com projeto para expansão para demais localidades.

O município apresenta especificidades em sua hidrografia por possuir grande parte de seu território preservado. Encontra-se recoberto por vegetação arbórea, recebendo a proteção dos Parques Nacionais da Serra Geral e de Aparados da Serra (FBDS, 2018). Também, é reconhecido como região turística “Caminho dos Canyons”. Fazendo parte da Microrregião: Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). Conforme demonstrado na imagem abaixo:

Figura 7 - Municípios integrantes da AMESC



⁴ Estação de Tratamento de Água.

⁵ Plano Municipal de Saneamento Básico.

Fonte: SIRHESC (2024).

Apresenta população residente de 8.270. Estando distribuídos nas comunidades e bairros do centro e interior (IGBE, 2022).

3.3 ORIGEM DO NOME DA CIDADE

O nome Praia Grande, de acordo com Ronsani (1999, p. 40), “teve origem através dos fenômenos milenares que com o passar dos séculos através das grandes enchentes formavam aqui enormes despraiados de seixos rolados”.

Praia Grande, como parece à primeira vista, não fica no litoral, mas ao pé da Serra Geral, no sudoeste do município de Araranguá. Toma o nome de um grande despraiado existente no Rio Verde [rio Mampituba], aí denominado Rio Praia Grande. Não é uma praia comum, mas um imenso lençol de seixos rolados. Nesta zona entende-se por "praia" também o cascalho só, pois é frequente se ouvir a expressão: "levaram praia para a estrada", ou "assoalharam a estrada de praia", quando querem exprimir a atividade do governo em pavimentar com este material no leito da rodovia (Reitz, 1948, p. 87).

Abaixo, destacamos imagem de uma parte do espraiado do rio Mampituba que deu origem ao nome da cidade.

Figura 8 - Destaque do espraiado do rio Mampituba (acervo municipal Praia Grande).



Fonte: Praia Grande (2024).

Tal espraído avistado pelos tropeiros (quando subiam e desciam a serra) em razão das fortes enchentes, deram então origem ao nome da cidade (Corvino, 1999). Abaixo destacamos a imagem atual do Rio Mampituba.

Figura 9 - Destaque do espraído do rio Mampituba.



Fonte: Praia Grande (2024).

3.4 ECONOMIA LOCAL

A economia municipal é impulsionada pela agricultura, a qual podemos destacar o cultivo de arroz, banana, fumo, feijão, milho e demais hortaliças. Estando em constante crescimento o cultivo dos produtos ecológicos que vem trazendo sustentabilidade e melhores condições de vida para as famílias da região (IBGE, 2024).

Figura 10 - Exposição de produtos ecológicos pelos agricultores.



Fonte: Rosiane; Marlene Scariot (2020). Arquivo pessoal.

Também o município apresenta o comércio local e seu grande potencial turístico. Onde se destacam os cânions que rodeiam a cidade os quais podemos destacar dentre eles: Malacara, Fortaleza, Churriado, Cânion Molha Coco, Cânion Churriado, Cânion Rio Seco, Cânion Rio Leão, Índios Coroados (Praia Grande, 2024).

Figura 11 - Ilustração dos Cânions que rodeiam a cidade.



Fonte: Luzz Design (2024).

O município praiagrandense se destaca por sua beleza natural, de modo especial os cânions, e pela crescente atração turística dos voos de balão. A cidade atualmente é reconhecida como a "Capital dos Cânions" (AMESC, 2023) e possui paisagens únicas com destaque para as diversas trilhas que levam a cachoeiras e piscinas naturais exuberantes.

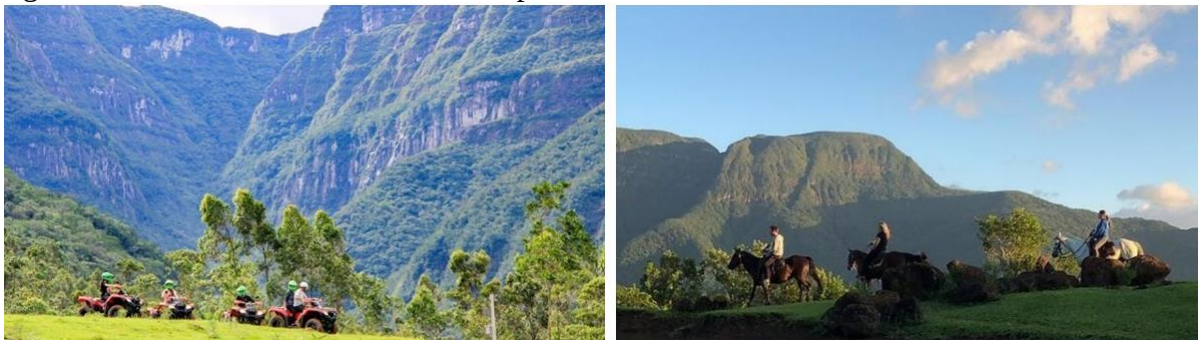
Figura 12 - Registro de voos de balão no município



Fonte: Silvia Cristina Boeira/Canyon Sul Balonismo; Morada dos Canyons, (2024).

Nesse ínterim, podemos destacar as cavalgadas turísticas, passeios de quadriciclo, trilhas nas piscinas dos cânions Malacara, Rio do Boi, Fortaleza, entre outros.

Figura 13 - Passeios turísticos no município de Praia Grande



Fonte: Tour Canyons (2024).

3.5 EVOLUÇÃO POLÍTICA DE PRAIA GRANDE

Praia Grande, contrariando o que o nome pode sugerir, não se localiza no litoral. Ela fica aos pés da Serra Geral, no extremo-Sul Catarinense, tendo como divisa o Norte do Rio Grande do Sul. Seu nome originou-se como citado anteriormente, da paisagem característica local, onde o movimento das águas dos rios é responsável por formar grandes praias de seixos rolados proveniente dos cânions da Serra Geral (Reitz, 1948; Ronsani, 1999).

No século XIX, a área conhecida hoje como Praia Grande era chamada de “Roça da Estância”. Esse nome foi dado pelos fazendeiros de São Francisco de Paula (RS), que utilizavam a região para plantar hortaliças, aipim, milho e feijão – cultivos que não se adaptavam bem ao clima do planalto gaúcho (Ronsani, 1999).

De acordo com o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER, 2026), os estancieiros enviavam pessoas escravizadas para abrir caminhos e cultivar essas roças “fora da estância”. Essa dinâmica social resultou na formação da primeira comunidade na localidade da Pedra Branca.

Com o passar do tempo, a mão-de-obra de escravizados tornou-se escassa, e começou a troca de mercadorias entre os campos de cima da serra e Praia Grande. Iniciando a fase do tropeirismo já na segunda metade do século XIX, onde por “ meio dos caminhos abertos pelos escravizados, deslocavam tropas de alimentos e de animais. Praia Grande fazia parte de uma das rotas dos caminhos das tropas que ligava a Serra Gaúcha ao litoral catarinense” (Silva, 2015, p.130).

A colonização da região teve início por volta de 1890, principalmente por portugueses (Reitz, 1948; Ronsani, 1999; Souza, 2014), e também como já mencionado, era uma rota de passagem para tropeiros (Corvino, 2005). Antes disso, por volta de 1820, a área de Três Irmãos em Praia Grande já servia como acesso à serra por meio de antigas picadas em encostas rochosas e vegetação densa. Alguns moradores dos bairros Fortaleza, Vista Alegre, Cachoeira e Três Irmãos ainda se referem a essa trilha como "trilha dos porcos" (Ronsani, 1999; Lummertz, 2014).

Os primeiros fundadores, colonos europeus, chegaram por volta dos anos 1916 e de 1917. Entre os habitantes de Praia Grande na época estavam Idalino Cardoso, os irmãos Camilo João Inácio e Ricardo João Inácio, Abel Esteves de Aguiar, Amândio Cardoso de Lima e Ildefonso Ramos da Silva. O Distrito de Praia Grande foi criado em 31 de dezembro de 1943, elevando-se à categoria de Vila (Ronsani, 1999).

A emancipação política de Praia Grande ocorreu por meio da Lei nº 348, de 21 de junho de 1958, com a instalação do município em 19 de julho do mesmo ano. Gualberto Elias foi nomeado prefeito provisório, e em seguida, foram escolhidos os candidatos à prefeitura, José Inácio Junior e Abel Esteves de Aguiar. Entre os principais fundadores, destacam-se João Inácio e seus filhos Ricardo João Inácio e Camilo João Inácio; Antônio Cristiano Scheffer; Idalino Cardoso; Ildefonso Ramos da Silva; Luis Bento dos Santos; Manoel Esteves e seu filho Abel Esteves de Aguiar; Marcílio Cristovão e Luiz Tramont (Souza, 2014).

Nesse interim, é importante abordar o apagamento dos povos originários e dos povos negros, pois, ao analisar os registros históricos, tanto na obra de Ronsani (1999) quanto nos sites oficiais de Praia Grande, é notável a invisibilidade dos povos originários e negros. Embora Ronsani (1999) mencione brevemente a comunidade de Pedra Branca como um "antigo refúgio de escravos", ele ressalta a escassez de registros, o que dificulta a pesquisa sobre sua presença.

Em relação aos povos originários, Ronsani (1999, p. 11) descreve:

A população indígena, apesar de ter-se afastado dos centros mais habitados, ainda pisava grandes faixas de terra completamente desabitadas em Praia Grande e em todo canto litorâneo. No interminável túnel verde que ligava o litoral ao serrado praia-grandense era frequente o encontro do civilizado com o bugre. Uma minoria insignificante deste elemento indígena contribuiu para o povoamento dessas zonas. Alguns índios imitando brancos fixavam resistência num rancho, continuando, porém, com costumes semisselvagens. São chamados de caboclos que nunca foram possuidores legais de terras, enquanto que grande parte deles recuou para as terras devolutas quase inacessíveis da serra geral como Pedra Branca, Mãe dos Homens, Alto da Esperança e fundo do rio do Boi.

Diante do exposto, percebemos na citação do autor Ronsani (1999), a construção de um discurso que privilegia exclusivamente a ocupação por populações brancas na narrativa histórica dessa região. O apagamento dos povos originários e dos povos negros em Santa Catarina, fica evidente a construção e a perpetuação de um discurso que privilegia, de forma exclusiva, a ocupação e a contribuição de populações brancas na narrativa histórica da região.

O apagamento da história dos povos originários e dos povos negros em Santa Catarina de acordo com Christóvão (2017), é um processo complexo e multifacetado, enraizado na própria formação histórica do Estado, que, por muito tempo, construiu uma narrativa hegemônica baseada na colonização europeia, “o estado branco”, especialmente a alemã e italiana, invisibilizando ou minimizando a contribuição e a existência desses grupos.

Vale destacar que Santa Catarina foi e continua sendo território de diversos povos indígenas, como os Xokleng (Laklãnõ), Guaraní e Kaingang. O processo de colonização teve um impacto devastador sobre eles como: violência, extermínio, perdas de territórios, morte de suas culturas, proibição de suas línguas forçando a perda de identidade e a invisibilidade na narrativa oficial. A história de Santa Catarina, contada a partir da chegada dos europeus (como se o território estivesse vazio), foi fator que também contribuiu para esse apagamento (Szlachta ; Guimarães, 2024; Selau, 2006).

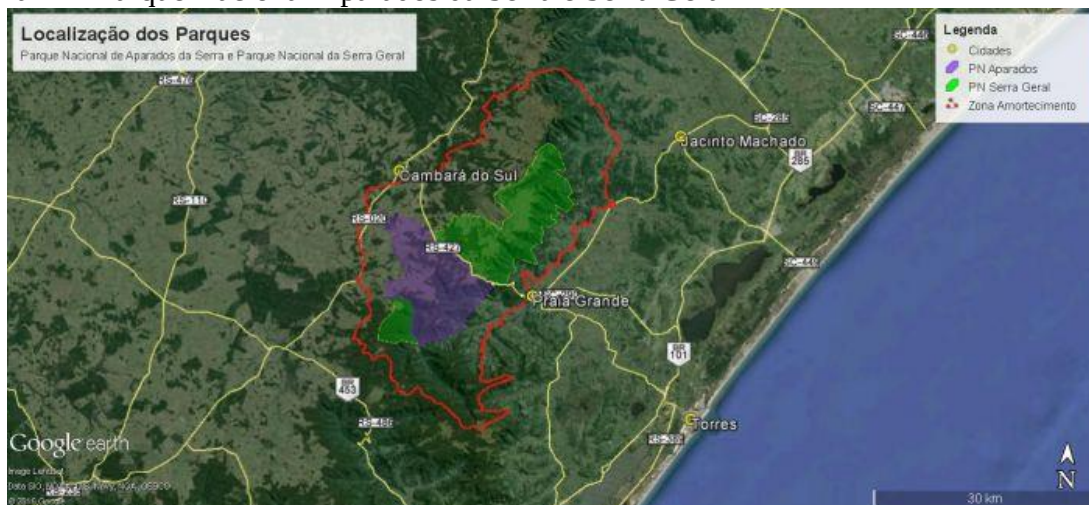
Quanto a presença dos povos negros em Santa Catarina e consequentemente em Praia Grande, embora muitas vezes silenciada, é histórica e significativa, remontando ao período colonial e em Praia Grande a partir do século XIX, com a vinda forçada de africanos escravizados para diversas atividades econômicas. Essa narrativa seletiva não é acidental; ela serviu (e ainda serve) a interesses políticos e ideológicos, construindo uma identidade estadual específica que exclui outras identidades e histórias.

Diante disso, somos desafiados a desconstruir esse discurso e promover uma historiografia mais plural e inclusiva, que reconheça e valorize a riqueza e a diversidade das contribuições de todos os grupos que construíram o Estado de Santa Catarina e principalmente o município de Praia Grande.

3.6 ASPECTOS AMBIENTAIS

Ao iniciar os aspectos ambientais um dos primeiros destaques, o qual serão citados várias vezes neste documento, é o fato do município possuir em seu território duas unidades de conservação de proteção integral: Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral. Os quais vem contribuir para a preservação das áreas e do ecossistema.

Figura 14 - Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral



Fonte: ICMBio (2024).

Podemos descrever os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral

O Parque Nacional de Aparados da Serra situa-se no extremo sudeste do Planalto Sul-brasileiro, abrangendo terras dos municípios de Cambará do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e de Praia Grande, em Santa Catarina, perfazendo uma área nominal de 10.250 ha, com perímetro de 63 Km. O Parque Nacional da Serra Geral é contíguo ao Parque Nacional de Aparados da Serra, ocupando terras dos Municípios de Jacinto Machado e Praia Grande, em Santa Catarina, e Cambará do Sul e São Francisco de Paula, no Rio Grande Sul, contabilizando uma área de 17.300 há, com perímetro total de 97,5 Km, e dividido em duas porções, uma ao norte, com superfície de 15.000 ha, e uma ao sul, com superfície de 2.300 ha. O Parque Nacional da Serra Geral foi criado devido a uma recomendação do Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra, visando proteger as nascentes de cursos d'água, matas nativas, outros canyons da região e os ecossistemas que cruzam o Parque (IBAMA/DIREC, 2003, s/p).

Em um segundo momento, vamos destacar o recebimento da chancela em abril de 2022 do selo de Geoparque Mundial da Unesco Caminhos dos Cânions do Sul, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico sustentável da região, estimulando novas oportunidades de negócios e gerando novos empregos e renda para a população.

O Geoparque Mundial da Unesco, Caminhos dos Cânions do Sul, sendo constituído pelos seguintes municípios: Cambará do Sul-RS, Torres RS, Mampituba-RS, Jacinto Machado-SC, Morro Grande-SC, Timbé do Sul-SC e Praia Grande-SC.

Também podemos destacar que no município estão registrados elementos de arte pré-histórica conforme destacado nas pesquisas de Cezaro *et al.* (2019)

No geossítio “Cânion Malacara”, em Praia Grande, no leito do Rio Malacara, é possível identificar elementos de arte pré-histórica sobre suporte rochoso de basalto, com grafismos geométricos alusivos a duas técnicas de produção: o picoteamento e o polimento. No que se refere ao material lítico encontrado, destacam-se artefatos lascados como as pontas de projétil e de lanças, furadores, raspadores pedunculares, talhadores variados entre outros (Campos; Mizieski, 2022, p. 55).

Dessa forma, demonstramos que o município apresenta destaque no que tange aspectos ambientais. Está cercado pelos maiores cânions do Brasil, Praia Grande é um misto de morros, rios, cachoeiras e cascatas, balneários e piscinas naturais (Praia Grande, 2024).

Abaixo, apresentamos imagens de algumas cachoeiras: do funil e da cachoeira dos Venturas.

Figura 15 - Cachoeira do funil; Cachoeira dos Ventura



Fonte: Daiana Gewehr; Recanto dos Canyons (2024).

3.8 EDUCAÇÃO

Atualmente, a taxa de escolarização de acordo com o IBGE (2022), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 99 %. O IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental da Rede pública é de 6,4 e nos Anos finais do ensino fundamental 5,1 (IBGE, 2022).

O município conta com Centros de Educação Infantil, Fundamental e Médio descritos no quadro abaixo.

Quadro 3 - Instituições de Ensino de Praia Grande/SC

Instituição/Nome	Local	Municipal/Estadual
Centro de Educação Infantil Cantinho dos Sonhos	Centro	Municipal
Centro de Educação Infantil Leãozinho	Bairro Leão	Municipal
Centro de Educação Infantil Pequeno Aprendiz	1º de maio	Municipal
EEB Municipal Leonardo Pedro Thomaz	Centro	Municipal
EI Pedra Branca	Pedra Branca	Municipal
EEB Profª Alba Lucy Reis Magnus	Centro	Municipal
PE Chapeuzinho Vermelho	Centro	Municipal
PE Patinho Amarelo	Centro	Municipal
EEB Abel Esteves de Aguiar	Estrada Geral/Cachoeira	Estadual
EEB Bulcão Viana	Centro	Estadual
Educação de Jovens e Adultos EJA	Centro	Estadual
Educação Especial – APAE	Centro	Estadual

Fonte: Adaptado pela autora/Prefeitura Municipal de Praia Grande (2024).

Em seguida, apresentamos a listagem dos estudantes matriculados em cada etapa.

Quadro 4 - Estudantes matriculados por etapas

Local	Quantidade/Matrículas
Creche	227 matrículas
Pré-escola	216 matrículas
Anos iniciais	556 matrículas
Anos finais	423 matrículas
Ensino Médio	262 matrículas
EJA	67 matrículas
Educação Especial	121 matrículas

Fonte: Adaptação da autora a partir do site Edu/2024; IBGE.

A Rede Municipal de Ensino bem como a Rede Estadual, seguem a Matriz Curricular Nacional com as adaptações na parte diversificada.

3.9 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

O presente capítulo veio ao encontro do quinto objetivo desta tese, com intuito de identificar conflitos socioambientais no município de Praia Grande. Os conflitos socioambientais em um cenário mundial e nacional, são inúmeros e vem se multiplicando com

o passar dos anos. Diante dessa realidade, uma nova epistemologia é iminente ante a necessidade de uma nova racionalidade (Morin, 1999).

Um dos maiores entraves para que se possa entender os conflitos socioambientais, segundo Morin (2003), são as limitações da ciência moderna cartesiana, a qual reduz o conhecimento em fragmentos da natureza e da sociedade. Diante disso, a emergência de uma epistemologia ambiental que possa compreender a problemática socioambiental sob os parâmetros da complexidade é imprescindível (Morin, 1999). Pois tais conflitos representam a violência, dominação, privatização, destruição de ambientes ecológicos e humanos.

A concepção reducionista que foca apenas no crescimento econômico, reduzindo a sociedade ao determinismo sociológico, ignorando os seres humanos e todo o sistema planetário, desconsiderando todo processo histórico da constituição humana como também as causas históricas não naturais da problemática ambiental e os conflitos socioambientais, são fatores preponderantes que respondem a problemática sob a realidade atual, também o aumento dos conflitos socioambientais, bem como a necessidade emergente de mudança de paradigmas.

Na atualidade, “inúmeros problemas ambientais têm se agravado de forma significativa, culminando com as mudanças climáticas em nível global” (Alves, Denardin, Silva, 2011, p. 59). Ao longo dos anos, o ambiente urbano e rural do município de Praia Grande foi sendo modificado pela ação humana. O aumento populacional desprovido de infraestrutura sanitária adequada, somado ao uso inadequado dos solos às margens dos rios, foi gerando sérias consequências. Entre elas, podem ser citadas as inundações, que causam prejuízos à população; a contaminação das águas pela ação humana; o aumento na produção de resíduos sem destinação adequada; a ocupação das encostas ou de áreas prioritárias de proteção ou uso restrito; construções nas margens dos rios; e pequenos córregos sendo 'entubados', entre outros.

Nesse contexto, podemos citar o interesse imobiliário, por conta da demanda, que vem ocupando espaços sem maiores preocupações com a conservação ou proteção dos ecossistemas fundamentais para a sobrevivência das espécies.

A agricultura, também ocupa um lugar nesse cenário, contaminando fontes de água com uso de agrotóxicos e expandindo território para o aumento da produção. Não somente destacamos a contaminação das águas, mas o uso de agrotóxicos vem contaminando animais, plantas nativas, insetos e peixes, cuja existência é fundamental para o equilíbrio ecológico, a biodiversidade e a continuação da vida no planeta (Alves, 2002). De acordo com a Anvisa (2009), o Brasil é atualmente o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Ainda, conforme Peres e Moreira (2007), a utilização indiscriminada de insumos químicos nas práticas agrícolas, agropecuárias e agroindustriais tem produzido um volume

crescente de impactos destrutivos sobre os sistemas de suporte à vida e, por implicação, sobre a saúde e a qualidade de vida das comunidades locais e em todo o país (Alves, 2002; Koifman, Hatagima, Freitas, 2003; Barrigosi, Lanna, Ferreira, 2004; Bianchini, 2010).

Figura 16 - Aplicação de agrotóxicos nas lavouras



Fonte: Organizado pela autora.

Aqui trazemos um exemplo do uso de agrotóxico nas lavouras com manuseio de tratores agrícolas. Porém, esse problema pode se tornar ainda maior quando são utilizados drones agrícolas para tal serviço. Os mesmos estão sendo utilizados na agricultura para pulverizar produtos. Tais pulverizações utilizadas de maneira inadequada, principalmente com presença de vento, vem causando danos às lavouras vizinhas e às hortas dos moradores mais próximos. Ouvimos vários relatos de moradores que apresentam queixas de que em suas hortas morreram algumas verduras, que sentem o cheiro de longe. Que não é respeitado horário e nem as condições do vento.

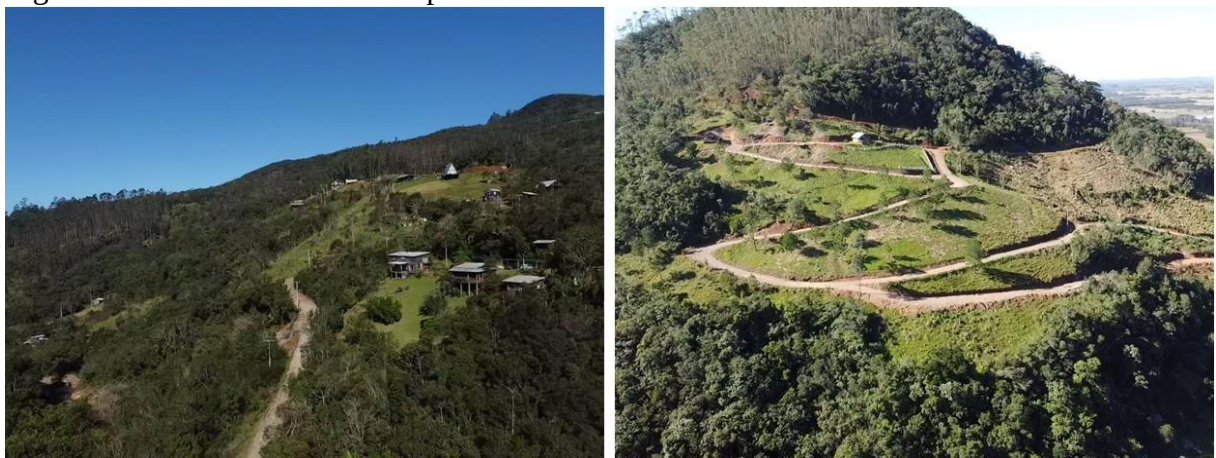
Diante disso, em 2023 a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) “decidiu pela simplificação das regras para drones utilizados em operações aeroagrícolas (ANAC, 2023, s/p), como na dispersão de sementes, fertilizantes e defensivos nas lavouras”, a partir da resolução Resolução nº 710 de 31 de março de 2023, onde fez flexibilizações diante de algumas regras, apontando algumas condutas.

Porém, a utilização e o manejo adequado (se é que podemos usar esse termo) para emprego de defensivos ainda é motivo de preocupação. Diante das legislações atuais, é

complexo definir distâncias mínimas (20 metros) para uso “seguro” como citado na Portaria do Ministério da Agricultura (2021).

Também podemos destacar o turismo sob o modelo da turistificação. Esse processo tem grande poder de transformar o espaço geográfico, com repercussões, positivas e também negativas, sobre o meio ambiente local (Barros, 1998). Podendo ser fator de degradação, onde espaços/acomodações, precisam ser organizados para o recebimento de turistas, os quais procuram cada vez mais locais que estejam bem próximos à natureza.

Figura 17 - Cabanas construídas para atender turistas e novas moradias



Fonte: Organizado pela autora.

Os passeios de balão em Praia Grande, referência no Brasil, são geradores de uma série de consequências registradas pelos moradores como: pouso em locais inadequados, poluição sonora, danos aos animais, agricultura, etc.

Figura 18 - Registro dos momentos do pouso/quedas dos balões.



Fonte: Globo Comunicação S.A (2024).

Junto a isso, há o acréscimo no custo de vida para a comunidade local, a especulação imobiliária em função do foco turístico e também o aumento do poder de consumo causado pelo impacto cultural. Diante da realidade municipal, fazem-se necessárias ações mais conscientes a respeito da sustentabilidade, embora os modelos capitalistas atuais atendam muito pouco a essa demanda.

Tal realidade perpassa a compreensão entre causas e consequências, nas quais a exigência pelo consumo e o impacto ambiental gerado nos trazem uma falsa ideia de que os recursos naturais são ilimitados e de que há uma infinita tolerância planetária. Também podemos destacar as inundações que vêm afetando a cidade, em que os rios transbordam de seus leitos e, aos poucos, causam estragos na zona rural e alagam as áreas urbanas, conforme demonstrado abaixo.

Figura 19 - Inundações em Praia Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Praia Grande (2024).

Diante dessa realidade de acordo com Rosa (2024),

Geoparques precisam promover a conscientização sobre riscos geológicos, incluindo na região do GCCS o alerta para enchentes e deslocamentos de grandes blocos rochosos das encostas dos cânions, preparando junto a equipe técnica e pesquisadores, estratégias de mitigação de desastres entre as comunidades locais. Por meio de atividades educacionais para a população local e visitantes, fornecendo informações sobre a origem dos riscos geológicos e formas de reduzir seu impacto, incluindo estratégias de resposta a desastres. Esses esforços constroem uma capacidade importante e contribuem para a construção de comunidades mais resilientes que tenham o conhecimento e as habilidades para responder efetivamente a potenciais riscos geológicos (Rosa, 2024, p. 99).

Ligados a uma série de fatores causadores das inundações, podemos destacar o assoreamento nos leitos dos rios que cada vez mais vem aumentando de maneira significativa e preocupante.

Figura 20 - Assoreamento nos leitos dos rios



Fonte: Organizado pela autora.

A ausência da vegetação nas margens dos rios favorece ainda mais o processo de erosão, e suas consequências são inevitáveis.

Figura 21 - Ausência da vegetação nas margens dos rios



Fonte: Organizado pela autora.

Aqui podemos destacar não somente o setor agrícola, mas também a construção civil que, em razão da proximidade com a natureza, desconsidera legislações ambientais. Dando seguimento, podemos perceber falhas na gestão dos resíduos, em que a conscientização da comunidade ainda caminha a passos lentos no município. Sabemos que a prioridade é fomentar a não geração, buscar diminuir tal produção, reutilizar, reciclar, tratar e dar uma destinação ambientalmente adequada (SEBRAE, 2024).

Muitos lares praiagrandenses não utilizam a separação doméstica como prioridade, considerando-a desnecessária, visto que, no momento da coleta, relatam que “todos os lixos são levados no mesmo caminhão”. Contudo, de acordo com servidores do SAMAE (2004), após a coleta, o centro de triagem realiza a separação.

Campanhas de conscientização são realizadas nas escolas municipais e estaduais; porém, tratam-se de ações fragmentadas, com atos práticos pouco efetivos no dia a dia. Em um diálogo realizado com estudantes, uma aluna destacou que sua família não separava o lixo por possuir poucas sacolas em casa para isso, aproveitando, assim, uma mesma sacola para todos os resíduos.

Outro fator que pode ser destacado é a grande quantidade de lixo espalhado pela cidade em razão da ação dos animais, que, durante a noite, buscam alimentos, rasgando e espalhando diversas sacolas destinadas à triagem.

Figura 22 - Lixo espalhado por conta da ação dos animais



Fonte: Organizado pela autora.

A situação dos animais de rua (abandonados), que abordaremos posteriormente, também contribui para essa realidade. No centro da cidade, em muitos locais já estão sendo utilizados suportes fechados para o acondicionamento do lixo; contudo, essa prática ainda não contempla todas as comunidades periféricas, nem alguns locais do próprio centro.

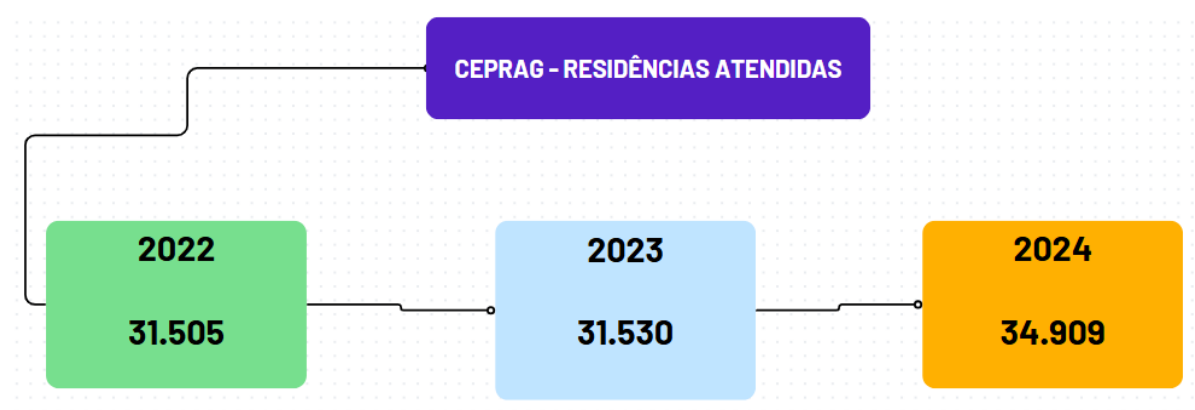
Sabe-se que, com a conscientização da população a respeito da coleta seletiva orientada e organizada, é possível obter várias vantagens, como: a redução da produção de resíduos, a reutilização, a destinação ambientalmente correta e, ainda, a geração de lucros com a venda de materiais recicláveis.

No município de Praia Grande, conforme já citado anteriormente, a prefeitura era responsável pela coleta, terceirizando os serviços de forma integral. Entretanto, no ano de 2023,

destinou tal tarefa ao SAMAE, que atualmente é o órgão responsável pela execução desse serviço.

Com o crescente aumento do turismo no município, percebe-se também o aumento na produção de resíduos, bem como no consumo de água, energia e outros recursos. De acordo com a Cooperativa de Eletricidade de Praia Grande (CEPRAG), houve os seguintes aumentos nos últimos três anos na rede de cobertura da instituição.

Figura 23 – Aumento de residências atendidas



Fonte: Cceprag (2024).

O saneamento básico do município, segundo dados publicados, contempla atualmente um total de 98% da população urbana (PRAIA GRANDE, 2022, p. 60). A Estação de Tratamento do SAMAE “Água dos Canyons” está localizada no bairro 1º de Maio e entrou em funcionamento em dezembro de 2016.

Figura 23 - Estação de tratamento do SAMAE no bairro 1º de maio em Praia Grande



Fonte: SAMAE (2024).

As etapas desse tratamento, segundo o SAMAE (2024), acontecem conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 5 - Detalhamento das etapas do tratamento.

ESPECIFICAÇÃO	DETALHAMENTO
Recebimento do esgoto	O esgoto é enviado das estações elevatórias por bombas até a estação de tratamento.
Pré-tratamento	Nessa etapa, os efluentes passam pelos processos de gradeamento e desarenação, que têm como objetivo separar as partes sólidas das líquidas. No gradeamento, são utilizadas grades para barrar os sólidos maiores; na desarenação, são removidos a areia pela técnica da sedimentação. Esse procedimento facilita o transporte dos efluentes e evita que grandes sólidos danifiquem o equipamento das próximas fases.
Tratamento primário	Na fase do tratamento primário o efluente passa pela caixa de gordura para retirar os óleos e graxas e segue para o tanque equalizador para homogeneizar o efluente.
	
Tratamento secundário	Na etapa secundária é que ocorrem os processos biológicos de tratamento. Nessa fase, a matéria orgânica é consumida por microrganismos e passa a apresentar níveis reduzidos de poluição.
Tratamento terciário	Tratamento terciário e última fase, aqui é destinada à remoção de compostos residuais que podem prejudicar a qualidade final do efluente tratado. Esta etapa ocorre no chamado tanque de contato onde é adicionado cloro para que haja a desinfecção do efluente e eliminação de microrganismos remanescentes do tratamento. O efluente então pode ser liberado para o corpo receptor com segurança.
O lodo	O lodo formado no reator RAFA vai para os leitos de secagem que depois pode ser utilizado como adubo respeitando alguns critérios sanitários que determinam quais cultivos podem receber este tipo de adubo.



Fonte: Adaptado pela autora de SAMAE (2024).

De maneira geral, podemos perceber que a problemática socioambiental demanda, na atualidade, outra abordagem epistemológica, a qual, de acordo com Morin (2000), precisa ser intermediada por uma visão sistêmica e por um posicionamento interdisciplinar, apoiado em uma mudança de pensamento. Apenas informações não sensibilizam para uma verdadeira transformação, pois elas apenas permeiam ações momentâneas, sem efetivação duradoura.

Romper com antigos paradigmas é iminente, uma vez que as transições para novos paradigmas são imprescindíveis, visto que, com o passar do tempo, a sociedade e suas necessidades se transformam; dessa forma, novas respostas precisam ser geradas diante de problemas antigos.

Tais mudanças são necessárias e devem partir de uma reflexão à luz de Morin (2000; 2011), cujo olhar aponta para um entendimento de que o sistema socioeconômico esgota simultaneamente suas próprias fontes de riqueza e de sustentação, indo muito além de se restringir apenas à relação sociedade/natureza.

Dessa forma, rever valores e adotar um novo olhar sobre o modo de viver, que possa integrar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, configura um grande e fundamental desafio rumo ao equacionamento da crise socioambiental e da complexidade que a envolve (Morin, 2000).

3.10 COMPLEXIFICANDO⁶ OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

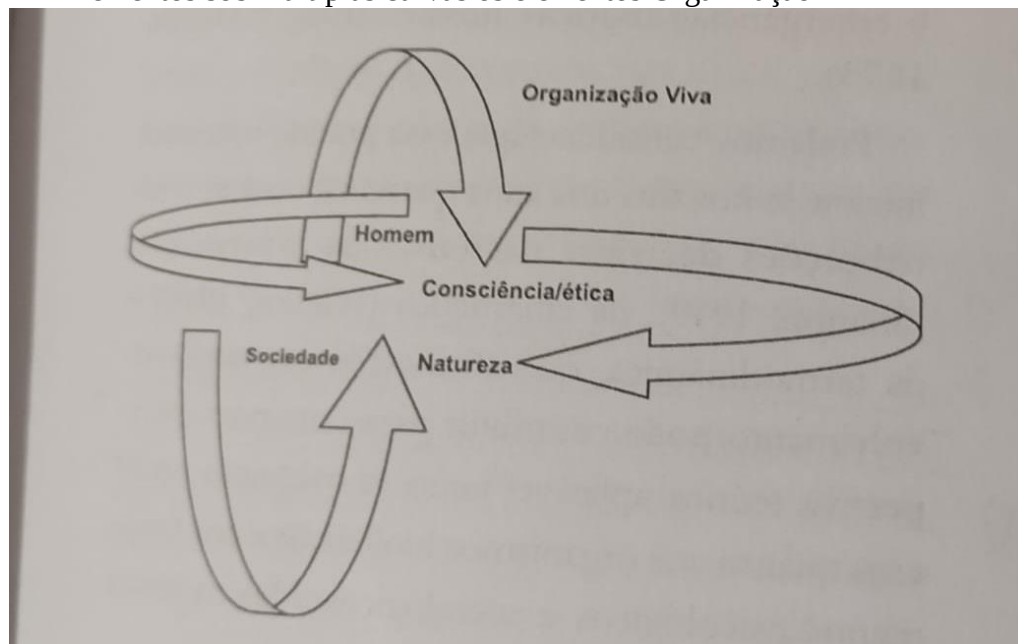
⁶ Complexificar significa tentar ver não apenas o jogo múltiplo e diverso das interações imbricações, retroações, antagonismo planetários, mas aspectos opostos de um mesmo fenômeno, notadamente o que na mundialização liga ao opor e opõe ao ligar (Morin, 2011, p.171).

Os impactos ambientais são visíveis em todas as partes do planeta. Notoriamente, os seres humanos seguem em um ritmo de consumo que compromete a vida planetária não apenas desta geração, mas também das gerações futuras.

Entretanto, “existe um laço, na forma de um nó górdio, entre processos negativos e positivos” (MORIN, 2011, p. 172), diante da degradação ininterrupta da biosfera.

Os ideais consumistas preponderam sobre as ideias de conservação e cuidado. Diante disso, a consciência dessa realidade nos aponta para a emergência de um novo olhar — uma “nova ecologia” (MORIN, 2003), descrita na imagem abaixo.

Figura 24 - Elementos sob múltiplas curvas os elementos Organização



Fonte: Morin (2003).

A organização viva apresentada acima rompe com as concepções fechadas da vida e propõe a aceitação de uma concepção fundamentada na dialógica da complexidade (MORIN, 2003), que rompe com antigos paradigmas acerca do olhar e da compreensão sobre a vida. Reafirma-se, assim, não a separabilidade, mas uma unidade global, em que “os sistemas vivos são todos integrados e suas propriedades não podem ser reduzidas” (MORIN, 2023, p. 31).

Nesse ínterim, pensar em soluções para os conflitos socioambientais de maneira fragmentada, sem compreender essa unidade global, na qual cada ação de cada ser vivo está interconectada a várias outras, configura uma concepção limitada e equivocada.

Portanto, o princípio fundamental da ecologia é baseado na interação, na interdependência. Um ecossistema é então um princípio dinâmico, um ciclo gigantesco que engloba o conjunto da biosfera e no qual todas as unidades de interação são interconectadas numa vasta e intrincada rede de relações (Morin, 2023, p. 31).

Dessa forma, uma nova consciência ecológica passa a considerar a totalidade como parte integrante que engloba, se interconecta e mantém uma relação integrativa de dependência e interdependência.

A partir desse olhar, baseado na consciência e na compreensão da responsabilidade com o futuro do planeta, o ser humano se reconhece como parte fundamental desse grande sistema da existência, o que fundamenta novos olhares e passos mais firmes rumo a caminhos que minimizem os conflitos socioambientais e se contraponham à realidade planetária atual.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentamos, no presente capítulo, o Referencial Teórico, no qual realizamos a exposição do tema, demonstrando a compreensão dos termos Parques Nacionais e Geoparques Mundiais da UNESCO, atendendo ao terceiro objetivo desta tese.

Posteriormente, discorreremos sobre o tema Educar para a Sustentabilidade e a necessidade de uma nova racionalidade ambiental. Trazemos também o conceito de “praiagrandir”, o qual remete a uma nova racionalidade ambiental pautada no quarto objetivo elencado.

Por fim, apresentamos a compreensão acerca da gestão dos bens comuns, configurando-os como elementos essenciais e insubstituíveis à vida e à existência coletiva.

4.1 PARQUES NACIONAIS (PN) E GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

De maneira geral, a compreensão dos termos Parques Nacionais e Geoparques Mundiais da UNESCO (UGGp) ainda apresenta dúvidas por parte da população praiagrandense, entre adultos, jovens e crianças.

Por existirem, no município, dois Parques Nacionais — Aparados da Serra, criado pelo Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, e Serra Geral, instituído pelo Decreto nº 531, de 20 de maio de 1992, ambos anteriores à chancela de Geoparque, muitos municípios ainda fazem uma forte associação aos Parques Nacionais quando o termo geoparque é utilizado.

Por existirem no município dois Parques Nacionais — Aparados da Serra (Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959) e Serra Geral (Decreto nº 531, de 20 de maio de 1992), ambos anteriores à chancela de Geoparque, muitos municípios ainda mantêm forte referência aos Parques Nacionais quando é utilizado o termo geoparque.

Portanto, apresentar as especificidades de cada um é fator importante para a compreensão do estudo em questão, atendendo, assim, ao segundo objetivo específico elencado. Pensar nos Parques Nacionais e nos UGGp é fundamental, pois cada um, dentro de suas abrangências, contribui de maneira significativa para a preservação e conservação ambiental no município.

Os Geoparques, conforme Oliveira (2014), têm foco principal na geologia, mas possuem outros dois componentes primordiais: o humano e o educacional, tendo como base, portanto, a geoeducação, a geoconservação e o geoturismo.

Eles integram a Rede Global de Geoparques, seguindo as orientações do documento “*Operational Guidelines for Geoparks Seeking UNESCO’s Assistance*” (Silva et al., 2009). Não apresentam legislação específica, apenas precisam cumprir os requisitos impostos pela UNESCO (Silva et al., 2009).

O Parque Nacional é uma unidade de conservação prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (*Sistema Nacional de Unidades de Conservação*), sendo áreas sujeitas a uso ou ocupação especial, normalmente voltadas à proteção de ecossistemas únicos e recursos ambientais de valor paisagístico. Seu objetivo é a preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, cênico, científico, cultural, educativo e recreativo, sendo proibidas as modificações ambientais e a interferência humana direta (Moreira, 2008).

Considerando a realidade municipal, que apresenta dois Parques Nacionais e um selo de Geoparque Mundial da UNESCO, tal contexto, de acordo com Morin (2024), precisa religar as relações entre as partes e as totalidades, a fim de superar a visão fragmentada que, em muitos momentos, promove a irresponsabilidade pois, ao considerar apenas partes, deixa-se de perceber a totalidade.

Assim, os Parques Nacionais e os Geoparques Mundiais da UNESCO entrelaçam ideais que fomentam ações voltadas à preservação, à proteção e à conscientização acerca da grandiosidade dos elementos naturais existentes no território. Propõem uma visão sistêmica, com um olhar de respeito ao ser humano, aos demais seres vivos, aos ecossistemas e aos recursos naturais, além do amadurecimento da consciência da cidadania planetária.

Diante dessa realidade, apresentamos, abaixo, o segundo objetivo da tese, que tem como propósito diferenciar os Parques Nacionais (PN) e os UGGp.

4.2 PARQUES NACIONAIS

Apresentaremos, a seguir, uma breve explanação sobre os Parques Nacionais e os UGGp, com o intuito de tornar mais claras as diferenças existentes entre ambos.

Para iniciar essa explanação, apresentamos uma breve construção histórica a respeito das primeiras áreas protegidas criadas pelo homem. Cabe destacar que, de acordo com Miller (1997, apud Pureza et al., 2015, p. 23), o conceito de áreas protegidas deriva de três diferentes

visões ao longo da história da humanidade. Além disso, o termo “unidades de conservação” é utilizado apenas no Brasil, enquanto “áreas protegidas” é a terminologia empregada internacionalmente.

O mais antigo registro apontava a necessidade de se preservar áreas naturais ou sítios culturais valiosos por questões religiosas ou históricas, por causa das espécies silvestres que habitavam tais locais, ou por sua beleza e características naturais próprias. Em fase posterior, o conceito relacionava-se aos recursos de alto valor, como mananciais de água, de caça e de plantas medicinais ou madeira. E, mais recentemente manter a diversidade biológica (Pureza, et al., 2015, p. 21).

Podemos destacar, de acordo com a IUCN, que “áreas protegidas são espaços geográficos definidos, reconhecidos, destinados e geridos por meios legais, com o objetivo de conservar a natureza a longo prazo, os serviços associados aos ecossistemas e os valores culturais” (Fernandes, 2024, p. 26).

Pureza (2014, p. 19) destaca que “as primeiras áreas protegidas datam do ano 252 a.C., na Índia, quando o imperador Ashoka ordenou a proteção de áreas florestadas e de algumas espécies terrestres e aquáticas”. Os registros posteriores mencionam a Ilha de Sumatra, em 648 a.C., com a criação de parques de caça destinados à realeza.

A reserva florestal mais antiga criada por lei, com fins específicos de conservação, foi a Reserva de Tobago, nas Ilhas de Trinidad e Tobago, no Caribe, em 1776 (Pureza et al., 2015). Destaca-se o Parque Nacional de Yellowstone como o primeiro parque nacional americano, criado em 1872. Duas décadas depois, foi instituído o Horto Botânico, no Brasil, em 1896. “O Parque Nacional de Itatiaia é considerado um marco histórico por ser o mais conhecido e representar a primeira unidade de conservação federal criada no Brasil” (Pureza, Pellin & Pádua, 2015, p. 24; Fernandes, 2024).

A seguir, apresentamos a listagem das primeiras áreas protegidas criadas entre os anos de 1776 e 1976, cujos objetivos variavam conforme o contexto de cada país, relacionando-se de forma limitada à conservação da biodiversidade (Pureza, 2014).

Quadro 6 - Primeiras áreas protegidas entre os anos de 1776 e 1976

DÉCADA	ANO	LOCAL	CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS UCS NO MUNDO	OBJETIVO
1770	1776	Caribe	Primeira Reserva Florestal registrada Tobago	Conservação
1860	1864	EUA	Doação do congresso Norte americano à Califórnia para criação de uma reserva pública supervisionada pelo Estado, no Vale do Yosemite e do Mariposa Grove of Giant Sequoias.	Uso público, refúgio e recreação.
1870	1872	EUA	Criação do Parque Nacional de Yellowstone	Recreação
	1879	Austrália	Royal National Park	Recreação

1880	1885	Canadá	Parque Nacional Banff	Recreação e promoção do turismo.
	1890	EUA	Parque Nacional de Yosemite	Recuperação da paisagem destruída.
	1894	Nova Zelândia	Parque Nacional Tonganro	Impedir a exploração das montanhas por imigrantes europeus.
	1896	Brasil	Horto Botânico São Paulo	Produção de mudas para replanto em áreas devastadas pela lavoura de café e pela extração de madeira para produção de lenhas para ferrovias.
	1898	África	Sabi Game Reserve	Preservação da Fauna
1900	1901	EUA	Theodore Roosevelt cria 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais, 5 parques nacionais e incorpora terras ao Parque Nacional de Yosemite.	Proteção de beleza cênica, recreação e conservação da biodiversidade.
	1912	França	Reserva das sete Ilhas	Promoção de viabilidade econômica.
	1914	Suíça	Parque Nacional Base Engandine	Conservação
	1925	África	Parque Nacional de Virunga	Proteção dos gorilas.
	1928	França	Reserva Camargue	Viabilidade econômica de certas regiões.
	1934	Argentina	Parque Nacional de Nahuel Huapi	Turismo (Reserva criada em 1903 para proteger fauna e flora).
	1937	Brasil	Parque Nacional do Itatiaia	Preservação de beleza cênica, da flora e da fauna endêmicas.
	1976		Primeiras reservas da biosfera a nível mundial.	Conservação

Fonte: Pureza (2014, p. 19).

Ao longo dos anos, cientistas e ambientalistas compreenderam que a conservação da natureza, por meio da criação de parques e áreas protegidas, seria uma forma eficaz de proteção ambiental. Essa visão, com o tempo, ganhou dimensão internacional (Félix & Fontgalland, 2021, apud Sutil, 2022).

Em 1940, ocorreu em Washington a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América (Pureza, Pellin & Pádua, 2015). Também se destaca a criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), fundada em outubro de 1948, que posteriormente alterou sua denominação com o intuito de fortalecer a cooperação internacional voltada às áreas protegidas (Pureza, 2014; Sutil, 2022).

Após a Conferência Internacional em Fontainebleau, França em 1956, a organização mudou seu nome para União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), cuja principal missão era a conservação da biodiversidade em escala mundial. Atualmente, os Programas Globais desenvolvidos pela UICN envolvem os seguintes eixos temáticos: negócio, economia, gestão de ecossistemas, direito ambiental, conservação florestal, equidade e igualdade de sexos, política global, áreas marinhas e polares, áreas protegidas, ciência e conhecimento, política social, espécies, água e patrimônio mundial (Pureza, 2014, p. 20).

No ano de 1962, a UICN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA), atualmente denominada Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA), com a missão de promover o fortalecimento de uma rede global de representantes, gestores e especialistas, de áreas protegidas, além de incentivar uma gestão mais eficaz nesses espaços. Uma das primeiras atribuições da UICN e da WCPA foi o estabelecimento de padrões para a categorização internacional de áreas protegidas, cuja primeira padronização ocorreu em 1942 e a segunda em 1993, demonstrando a complexidade desse processo (Pureza, 2014).

Dessa forma, a UICN define áreas protegidas como “uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, bem como dos recursos naturais e do patrimônio cultural associados, gerida por meios jurídicos ou outros meios eficazes” (Dudley, 2008, apud Pureza, 2014).

A seguir, apresentamos o histórico de cada um dos Congressos Mundiais de Parques da UICN, realizados em intervalos de dez anos (Pureza, 2014; Sutil, 2022).

Quadro 7 - Histórico dos Congressos Mundiais de Parques da IUCN.

CONGRESSO	TEMA	OBJETIVO
1962 - Seattle EUA	Os Parques Nacionais possuem significado internacional	Definições e padrões para sistemas representativos conduzindo para a lista de áreas protegidas.
1972 - Parque Nacional de Yellowstone EUA	Parques Nacionais para o futuro	Conservação de ecossistemas, origem do patrimônio mundial e convenção das terras úmidas.
1982 Indonésia	O papel das Áreas Protegidas na sustentação da sociedade	Áreas protegidas em desenvolvimento sustentável, e assistência no desenvolvimento de áreas protegidas.
1992 - Caracas Venezuela	Parques para a vida	Mudança global e áreas protegidas, categorias e efetivo gerenciamento nas áreas protegidas.
2003 - Durban África do Sul	Benefícios além da fronteira	Governança, finança sustentável, capacidade de desenvolvimento de áreas protegidas
2014 - Sydney Austrália	Parques, pessoas, planeta: inspirando soluções	Posicionar as áreas protegidas dentro das metas globais de bem-estar econômico e comunitário no mundo.

Fonte: Pureza (2014, p. 26).

Sentindo a necessidade de aprimorar a classificação, após o 3º Congresso Mundial de Parques, na Venezuela, em 1992, passou a ser dividido em seis categorias, em que a definição estaria baseada nos objetivos de manejo, sendo em 1994 a IUCN publicando diretrizes que estabelecem a definição de Áreas Protegidas, constituído por seis áreas que passaram a ter como objetivo central a proteção e manutenção da biodiversidade (Magalhães, 2017; Pureza, 2014; Sutil, 2022).

Quadro 8 - Categorias e funções das áreas protegidas reconhecidas pela IUCN no ano de 1994.

Categorias	Definição e Função
	Reserva natural estrita
Categoria Ia	Área natural protegida, que possui algum ecossistema excepcional ou representativo, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis para pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental.
	Área de vida selvagem
Categoria Ib	Área com suas características naturais pouco ou nada modificadas, sem habitações permanentes ou significativas, que é protegida e manejada para preservar sua condição natural.
	Parque Nacional
Categoria II	Área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para presente e as futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais, científicas e espirituais ou significância cultural.
	Monumento natural
Categoria III	Área contendo elementos naturais, eventualmente associados com componentes culturais, específicos, valor excepcional ou única dada sua raridade, representativa, qualidade estéticas ou significância cultural.
	Área de manejo de habitat e espécies
Categoria IV	Área sujeita à ativa intervenção para o manejo, com finalidade de assegurar a manutenção de habitats que garantam as necessidades de determinadas espécies.
	Paisagem protegida
Categoria V	Área onde a interação entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo produziu uma paisagem características distintas com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica.
	Área protegida para manejo dos recursos naturais
Categoria VI	Área abrangendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda às necessidades das comunidades.

Fonte: Bensusan, (2006), *apud* Sutil (2022, p. 39).

No Brasil, diversos marcos históricos contribuíram para a consolidação da base constitucional da política ambiental, fundamentada na Constituição Federal de 1988. O texto constitucional estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225).

A partir dessa base constitucional, o país instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que regulamenta a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação Ambiental (UCs), abrangendo as esferas federal, estadual e municipal. O sistema estabelece 12 categorias de UCs, divididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável (Sutil, 2022), conforme demonstrado a seguir.

Quadro 9 - Categorias de UCs de acordo com SNUC

Grupos	Categoria	Definição
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica	Área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
	Reserva Biológica	Área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
	Parque Nacional	Área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.
	Monumento Natural	Área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
	Refúgio da Vida Silvestre	Área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.

	Floresta Nacional	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
	Reserva Extrativista	Área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva de Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

Fonte: SNUC (2000), Apud Sutil (2022).

Diante do exposto, observa-se que as categorias descritas no primeiro grupo têm como finalidade a preservação da natureza, não sendo permitido o uso direto de seus recursos naturais. Já as categorias do segundo grupo têm como principal objetivo compatibilizar a proteção ambiental com o uso sustentável de parte dos recursos naturais (Simão Neto, 2017, apud Sutil, 2022).

Entre as Unidades de Proteção Integral, destacam-se os Parques Nacionais, foco deste capítulo. Essas Unidades de Conservação abrangem reservas biológicas, áreas de preservação ambiental, refúgios de vida silvestre, florestas nacionais, áreas de interesse ecológico e reservas de desenvolvimento sustentável (Rocha, Drummond & Gane, 2008).

O primeiro Parque Nacional do mundo foi criado em 1872, nos Estados Unidos: o Parque Nacional de Yellowstone, com 8.980 quilômetros quadrados, localizado entre os estados de Wyoming, Montana e Idaho (Castro & Maia, 2020; Judith, 1996).

Posteriormente, a ideia de criação de parques se expandiu para diversos países, entre eles: Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), Austrália e África do Sul (1898), México (1898), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela e Brasil (1937) (Rocha, Drummond & Gane, 2008). No Brasil, as primeiras iniciativas surgiram por parte do Governo Federal, em torno de 1937. O primeiro Parque Nacional criado foi o de Itatiaia, no mesmo ano (Rocha, Drummond & Gane, 2008).

Os Parques Nacionais foram instituídos a partir do Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23.793), que, em seu artigo 9º, estabeleceu que “os parques nacionais, estaduais ou municipais constituem monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o merecem” (Brasil, 1934, p. 3).

Mais tarde, de acordo com Medeiros (2006), novas unidades foram estabelecidas, e o novo Código Florestal de 1965 consagrou os parques como a principal categoria de proteção integral. No entanto, a regulamentação dos Parques Nacionais ocorreu apenas em 21 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 84.017, muitos anos após a criação do Parque Nacional de Itatiaia (Medeiros & Pereira, 2011).

De acordo com Decreto nº 84.017 de 1979, consideram-se Parques Nacionais

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se Parques Nacionais, as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.

§ 2º - Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem. (Brasil, 1979, p. 01).

Ainda, serão considerados Parques Nacionais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I - Possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os “habitats”, ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico;

II - Tenham sido objeto, por parte da União, de medidas efetivas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênicos, que determinaram a criação do Parque Nacional;

III - Condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos (Brasil, 1979, p. 02).

Em conformidade com o Decreto nº 84.017, de 1979, em seu Artigo 5º, para fins de preservação dos ecossistemas protegidos, devem ser elaborados estudos e diretrizes que visem a um manejo ecológico adequado, os quais constituirão o “Plano de Manejo” (Brasil, 1979, p. 2).

Dessa forma, conforme o Artigo 6º do mesmo decreto, o Plano de Manejo é definido como um “(...) projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (Brasil, 1979, p. 2).

De acordo com a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), “o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC” (Brasil, 2000, p. 1).

Os planos de manejo dos Parques Nacionais, ao longo dos anos, passaram por alterações, mas ainda carecem de aperfeiçoamentos e de ajustes que consolidem, de fato, os interesses da natureza e as diretrizes de preservação e conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica.

Assim, compreende-se que a conservação não está garantida apenas com a criação dos parques. Faz-se necessário corrigir falhas e assegurar um processo de gestão que garanta representatividade equitativa e participação efetiva dos atores sociais envolvidos (Brito, 2000), para que se possa atender plenamente aos objetivos elencados no Artigo 4º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que apresenta os seguintes propósitos.

- I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Brasil, 2000, p. 2).

Com o passar dos anos, os objetivos originais foram sendo ampliados e novos conceitos sobre a conservação da biodiversidade passaram a ser incorporados, indo além da valorização das belezas cênicas. Dessa forma, os limites territoriais das áreas de conservação foram expandidos para garantir a proteção dos ecossistemas e das espécies (Brito, 2000).

De modo geral, o Brasil é detentor da maior biodiversidade do planeta e de uma das legislações ambientais mais abrangentes. No entanto, em muitos momentos, sua aplicação prática ainda se mostra limitada. Entre essas legislações, podemos citar, de acordo com Santos et al. (2013).

O Código Florestal de 1965; Lei nº 5.197/67, de Proteção à Fauna; Lei nº 6.938/81, sobre a Política Nacional de Meio Ambiente; a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente; a Constituição Federal de 1988; Lei nº 7.797/90, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente; Lei nº 9.605/98, referente aos crimes ambientais; Lei nº 9.985/00 cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Santos et al., 2013, p. 12).

Porém, o cenário atual apresenta alguns retrocessos em relação ao destino dos Parques Nacionais, especialmente diante do modelo de “concessão” criado pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse modelo transfere à iniciativa privada a responsabilidade pela proteção e pelo cuidado dessas áreas, o que pode gerar desvantagens, como a aplicação da concessão de uso de bem público, a perda do foco na conservação, a priorização de interesses econômicos transformando-as em mercadorias, o distanciamento de sua função pública, social e ambiental, além da possível exclusão de moradores locais (Valença, 2015; Botelho & Maciel, 2018).

4.3 GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO

Os UGGp estão em expansão em todo o mundo. Atualmente, existem duzentos e vinte e nove Geoparques Mundiais da UNESCO distribuídos em cinquenta países (UNESCO, 2025).

Os Geoparques constituem territórios reconhecidos em diferentes contextos globais, com foco na conscientização e na promoção da compreensão das principais questões que a sociedade enfrenta: a utilização sustentável dos recursos naturais do planeta, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a redução dos riscos associados a desastres naturais (UNESCO, 2024)

Em dez anos, os Geoparques da UNESCO tornaram-se modelos de conservação do patrimônio geológico. Mas seu papel vai muito além: apoiam projetos educacionais, promovem o turismo sustentável e mantêm vivos os conhecimentos e as tradições

desses territórios por meio da participação ativa das comunidades locais e indígenas (Azoulay apud UNESCO, 2022, p. 1)

Podemos observar que o número de Geoparques no mundo vem aumentando de forma significativa. Em 2023, havia cento e noventa e cinco (UNESCO, 2023); em 2024, o número subiu para duzentos e treze (UNESCO, 2024); e, em 2025, chegou a duzentos e vinte e nove (UNESCO, 2025). Esse crescimento demonstra que, em diferentes contextos, os gestores públicos têm demonstrado maior interesse, especialmente no que se refere ao potencial turístico dessas áreas.

Embora os UGGp e os Parques Nacionais possuam nomenclaturas semelhantes, eles exercem funções educativas, sociais e ambientais distintas (Salvetti, 2019).

Implica também:

A constituição de uma equipe multidisciplinar bem suportada pelos organismos que, de facto, podem assegurar uma gestão efetiva do território (municípios ou estados). O apoio político ao nível do município é absolutamente essencial, não só porque é dele que advêm inicialmente os recursos para colocar em marcha um projeto deste tipo (embora possa e deva ter outras fontes complementares, públicas ou privadas) como é através do município que se conseguem articular as diversas políticas de desenvolvimento local (Brilha, 2006, p. 04).

Para tornar-se um UGGp, um território precisa de vários critérios estabelecidos pela UNESCO. Pois, “são territórios de ciência, educação e cultura que promovem e conservam o patrimônio geológico em conexão com outros aspectos naturais e culturais e são administrados sob uma abordagem holística e comunitária para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2016, 02).

Conforme as etapas demonstradas abaixo.

Figura 25 - Descrição das etapas de um Geoparque



Fonte: UNESCO (2024).

Dessa maneira, para integração na GGN aponta-se os seguintes requisitos abaixo.

Demonstrar que a área tem um patrimônio geológico de nível internacional;
 Demonstrar que o patrimônio já é usado para promover o desenvolvimento econômico sustentável da comunidade local, principalmente através do turismo sustentável (incluindo turismo educativo);
 Demonstrar que todos os aspectos do patrimônio da área (tanto natural como cultural) estão integrados no geoparque – já que um geoparque não se trata apenas de geologia (UNESCO, 2024).

Nesse ínterim, os geoparques visam a promoção da comunidade local em vários sentidos como:

Figura 26 - Descrição dos benefícios de um Geoparque.



Fonte: Quarta Colônia; Unesco (2024).

O trabalho desenvolvido está vinculado diretamente às comunidades locais, visto que os geoparques devem ser territórios “feitos com gente e para gente” (Martini et al., 2022). Onde as vivências e o etnoconhecimento⁷ são fatores fundamentais nesses territórios.

Neste ínterim, Brilha (2012), nos aponta que

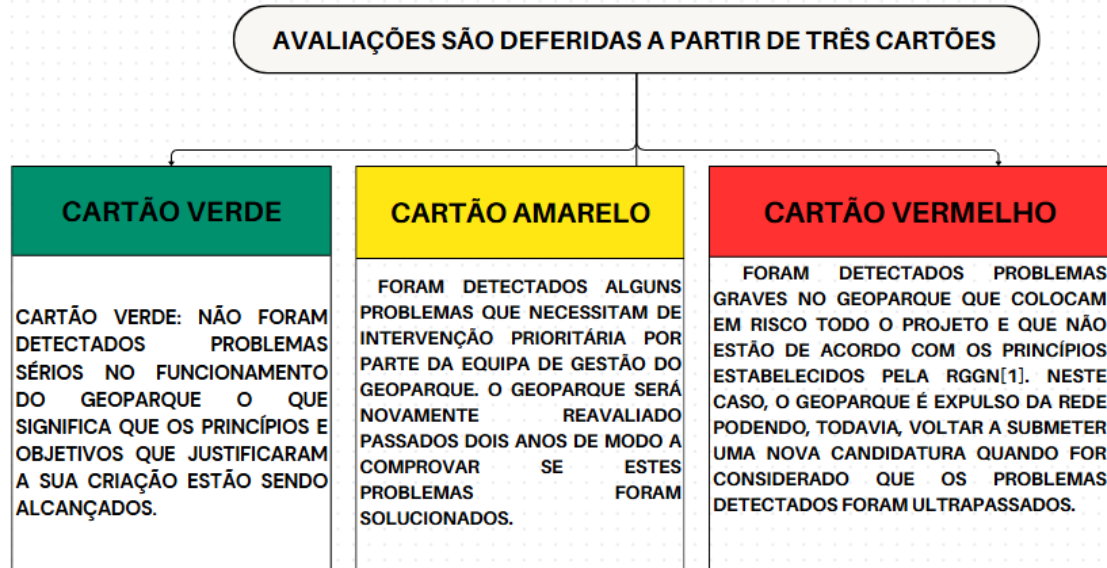
Um geoparque tem uma área bem delimitada, onde se conjuga a geoconservação com um desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam, sem esquecer as ligações com o restante patrimônio natural (fauna e flora) e cultural (arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico). Nestes territórios, procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de caráter turístico, com o envolvimento empenhado das comunidades locais (Brilha, 2012, p. 32).

Para receber a chancela de reconhecimento de geoparque, um território passa por avaliações, dependendo de uma série de critérios bastante rigorosos e estabelecidos por diretrizes específicas, sujeitas à avaliações e consentimento da UNESCO. Esses critérios são bastante rigorosos desde o momento da candidatura, adesão e também no processo de reavaliação (Brilha, 2006).

⁷Etnoconhecimento se refere aos “conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal” (Miranda, 2007, p. 2).

As avaliações são deferidas a partir de três cartões descritos a seguir:

Figura 27 - Processo de Reavaliação da UNESCO.



Fonte: Adaptado pela autora. Brilha (2006); UNESCO, (2024).

Portanto, apenas receber a chancela de geoparque não é o suficiente. É necessário a continuidade de ações no território para que as avaliações se mantenham positivas.

Em 2004, com a missão de aumentar a valorização dos territórios e garantir o uso sustentável dos recursos naturais, a UNESCO criou a RGGN (Rede Global de Geoparques Nacionais). O qual, de acordo com Brilha (2006), definiu como objetivos principais para os geoparques que integram a sua estrutura

- Conservação do património geológico;
- Educação da sociedade a nível das geociências e de questões ambientais no geral;
- Desenvolvimento económico-social e cultural sustentável;
- Cooperação multicultural;
- Promoção da investigação científica;
- Intervenção ativa na rede através do desenvolvimento de atividades comuns. (Brilha, 2006, p. 05).

De acordo com Brilha (2006), o papel da UNESCO nesse contexto se fundamenta em três níveis: a constituição de uma plataforma facilitadora para a cooperação, a definição de princípios orientadores e de qualidade, e a promoção da visibilidade mundial. Dessa forma, conforme a UNESCO (2019), os Geoparques são áreas contínuas, geograficamente delimitadas, que abrigam feições geológicas de relevância mundial, onde são promovidos a geoconservação e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. “A criação de geoparques vem revolucionando o modo como se divulgam as geociências em todo o mundo, tornando-se uma

importante ferramenta de educação e conscientização ambiental” (Brilha, 2009, p. 7). Para que uma área receba a certificação e integre a Rede Global de Geoparques (GGN), é necessário que siga diversas recomendações estabelecidas pela UNESCO.

Nesse ínterim, o Relatório da Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação (UNESCO, 2022) enfatiza as relações sociais e comunitárias, apresentando indicadores para a renovação da educação como fator primordial, conforme demonstrado a seguir.

A pedagogia deve ser organizada em torno dos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade;

Os currículos devem dar ênfase a uma aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que ajude os alunos a acessar e produzir conhecimentos, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a sua capacidade de criticá-los e aplicá-los; O Ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social;

As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo. Também devem ser reimaginados para melhor promover a transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sustentáveis (UNESCO, 2022, p. 16).

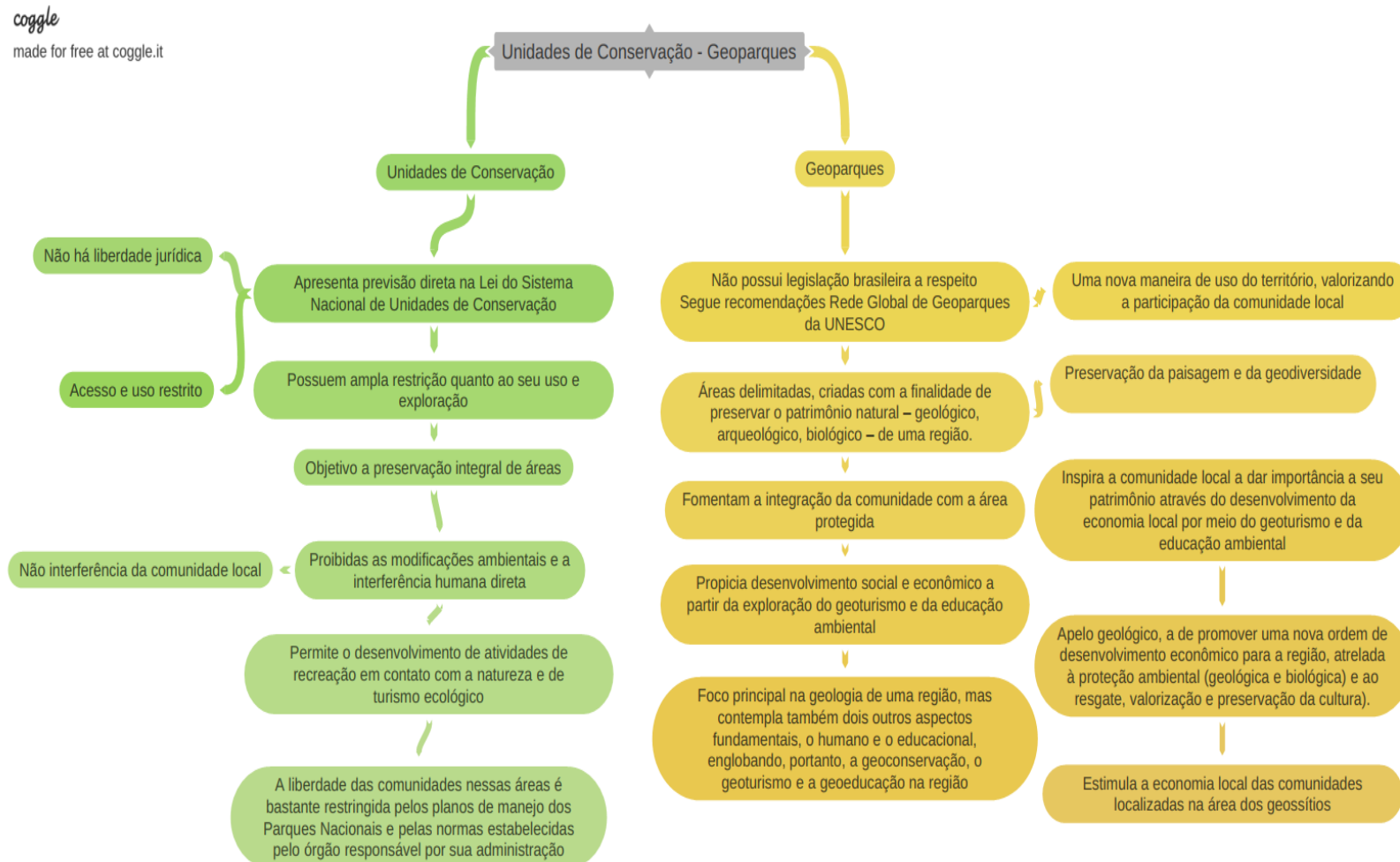
É necessário valorizar a participação da comunidade local, promovendo uma nova consciência em relação ao uso do território. Trata-se de “ir além de apenas motivar a preservação da paisagem e da geodiversidade de uma região, inspirando a comunidade local a reconhecer a importância de seu patrimônio por meio do desenvolvimento da economia local, do geoturismo e da educação ambiental” (Oliveira, 2014).

Dessa forma, é possível compreender, a partir das exposições anteriores, que existem diferenças significativas entre os UGGp e os Parques Nacionais, conforme demonstrado por Salvetti (2019).

Uma das principais diferenças entre o Geoparque e o Parque é que o Parque Nacional, Estadual ou mesmo municipal se tem previsão direta na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, enquanto o geoparque não possui legislação brasileira a respeito, portanto, para o reconhecimento de uma área de interesse. Geoparques são áreas delimitadas, criadas com a finalidade de preservar o patrimônio natural – geológico, arqueológico, biológico – de uma região. A principal diferença entre os geoparques e outras unidades de conservação no Brasil é a integração da comunidade com a área protegida, propiciando seu desenvolvimento social e econômico a partir da exploração do geoturismo e da educação ambiental. (Salvetti, 2019, p. 05).

Conforme demonstrado no diagrama abaixo, apontamos diferenças e semelhanças no que tange aos Parques Nacionais e UGGps.

Figura 28 - Diagrama das diferenças e semelhanças no que tange aos Parques Nacionais/Unidades de conservação e Geoparques Mundiais da UNESCO



Fonte: Adaptação dos autores: Moreira (2008), Brilha (2012); Boggiani, (2010); Oliveira (2014); UNESCO (2020); Salvetti, (2019); Brilha (2009).

4.4 GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO NO BRASIL

No Brasil, temos seis Geoparques chancelados pela UNESCO (2025). Abaixo, apresentamos os Geoparques presentes no território brasileiro.

Araripe UGGp, foi o primeiro geoparque reconhecido no Brasil no ano de 2006, o mesmo é caracterizado por importantes registros geológicos do período Cretáceo.

Abaixo apresentamos algumas características da região conforme descritas pela UNESCO (2024).

Está localizado na Bacia do Araripe, considerada a maior bacia sedimentar do interior do Nordeste brasileiro, estendendo-se até o sul do estado do Ceará, noroeste de Pernambuco e leste do Piauí. O Planalto do Araripe é seu principal diferencial, em termos de relevo. O patrimônio geológico do Geoparque é caracterizado por importantes registros geológicos do período Cretáceo Inferior entre 90 e 150 milhões de anos atrás, especialmente no seu conteúdo paleontológico. A preservação desse vasto e rico patrimônio fóssil na região foi causada por condições únicas durante a evolução geológica da Bacia do Araripe, especialmente no Cretáceo. A paleobiologia revela grande diversidade, incluindo troncos silicificados, impressões de samambaias, coníferas e plantas com flores, foraminíferos, moluscos, peixes, anfíbios e répteis. Os depósitos sedimentares preservam uma grande diversidade de rochas (calcários, argilitos, arenitos, depósitos espessos de gesso) que constituem um registro dos ambientes geológicos que existiram nesta região (UNESCO, 2024/tradução nossa).

Seguimos para o Seridó UGGp. Reconhecido em 2022, seu território contempla geodiversidade a qual determina em “grande parte a biodiversidade única da região, especialmente caracterizada pela Caatinga”, também, considera memórias da comunidade quilombolas que mantém viva sua cultura na região (UNESCO, 2024).

Cobre uma área de 2.800 km² no semiárido nordeste do Brasil. É o lar de mais de 120 mil habitantes, incluindo comunidades como os quilombolas, que mantêm viva a memória dos seus antepassados escravizados da África para preservar a sua cultura através de práticas tradicionais, museus e centros culturais. O geoparque é testemunho dos últimos 600 milhões de anos de história da Terra e abriga uma das maiores mineralizações de scheelita da América do Sul, um importante minério de tungstênio, bem como fluxos de basalto decorrentes da atividade vulcânica durante as Eras Mesozóica e Cenozóica. Esta geodiversidade determina em grande parte a biodiversidade única da região, especialmente caracterizada pela Caatinga (“floresta branca” na língua tupi), uma ecorregião marcada por uma flora subtropical específica. A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em nenhum outro lugar do planeta (UNESCO, 2024, tradução nossa).

Com titulação recebida no mesmo ano, destaca-se o *Caminhos dos Cânions do Sul UGGp*, chancelado em 2022. Em seu território, é possível contemplar uma cadeia de cânions de impressionante beleza, além de paleotocas e formações de grande relevância geológica em âmbito internacional.

Possui uma área de 2.830,8 km² e abriga 74.120 habitantes. É caracterizada pela Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ricos do planeta em termos de biodiversidade. Os habitantes pré-colombianos da área costumavam se abrigar em paleotocas (cavidades subterrâneas escavadas por megafauna paleovertebrada extinta, como a preguiça gigante), cujos numerosos vestígios ainda são visíveis no geoparque. Além disso, o local apresenta os cânions mais impressionantes da América do Sul, formados pelos processos geomorfológicos únicos pelos quais o continente passou durante a dissolução do supercontinente Gondwana, há cerca de 180 milhões de anos (UNESCO, 2024/ tradução nossa).

Seguimos para Caçapava UGGp. Reconhecido em 2023, se destaca por apresentar importância ecológica única.

Está localizado no extremo sul do Brasil, dentro dos limites administrativos do município de Caçapava do Sul. As características físicas e naturais únicas do território fazem dele um importante local de investigação e ensino para diversas universidades e grupos de pesquisa brasileiros. Os recursos minerais do geoparque têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento econômico da região, com sulfuretos metálicos e mármore a serem extraídos para produtos de cal/cimento. A geologia é caracterizada pelos depósitos vulcano-sedimentares. Vários geossítios dentro do geoparque, incluindo Serra do Segredo, Guaritas e Minas do Camaquã, foram reconhecidos como de importância internacional por vários levantamentos. Além disso, estes geossítios são exemplos de classe mundial e áreas de estudo promissoras no campo da geomorfologia, particularmente na investigação do intemperismo cavernoso. As colinas e serras sedimentares são de importância ecológica única, abrigando uma grande variedade de espécies endêmicas de cactos, flores nativas e abelhas (UNESCO, 2024/tradução nossa).

O Quarta Colônia UGGp, reconhecido em 2023, está localizado no Sul do Brasil, entre os biomas Mata Atlântica e Pampa.

O território é formado por nove municípios. Cerca de 62 mil habitantes vivem neste território, com uma das maiores diversidades culturais da região central do Rio Grande do Sul, incluindo culturas italiana, alemã, portuguesa, quilombola, indígena e missionária. Os costumes e traços culturais destas diferentes etnias perpetuam-se até aos dias de hoje nas mais diversas manifestações, como a gastronomia, a música, a dança e o artesanato (UNESCO, 2024/tradução nossa).

Por fim, reconhecido em 2024, Uberaba UGGp, fica no estado de Minas Gerais, apresentando patrimônio geológico relevante.

Todos os sete Geossítios compreendem elementos da geodiversidade contendo valores científico, pedagógico, histórico e cultural que sobrepõem à média. Os geossítios Caieira e Serra da Galga constituem Patrimônio Geológico Internacional. Já os geossítios Ponte Alta, Peirópolis, Santa Rita, Univerdecidade e Vale Encantado são classificados como de relevância Local e Regional. O Geossítio Peirópolis é um caso a parte que merece uma melhor reflexão por aportar valores científico, pedagógico, histórico e cultural de alta importância e atratividade, o que possibilita a efetiva aproximação da sociedade com o Patrimônio Paleontológico. Esta realidade vem promovendo o desenvolvimento socioeconômico - ambiental sustentável de toda uma comunidade através do geoturismo (Uberaba, 2025/tradução nossa).

Os UGGp, em parceria com as comunidades locais, têm como objetivo promover, em seus territórios, a conservação do patrimônio geológico, histórico e cultural da região, incentivando o uso consciente e sustentável dos recursos naturais.

4.5 GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (GMCCS)

Durante muitos anos, o município de Praia Grande vinha manifestando o desejo de preservação e conservação do seu território.

Não se almejava enquanto munícipes um ideal que tomasse proporções internacionais, mas apenas manter e cuidar da região para que continuasse com sua beleza paisagística intacta. Então, por volta do ano de 2005, observando as inúmeras belezas naturais existentes no município de Praia Grande, o senhor João José de Matos e algumas famílias pensaram em buscar parcerias, com o sonho de futuramente a região receber projetos de pesquisa, proteção ambiental e investimentos com visibilidade turística (Dalpiás; Ladwig; Campos, 2019, p. 248).

Dessa forma, com o passar do tempo, esse ideal foi ganhando força e se intensificando, indo muito além da preservação local e alcançando visibilidade nos contextos nacional e internacional.

Por volta de 2007, a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR/SC), em parceria com a Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC), fomentou ações voltadas à elaboração de um documento para a construção do Projeto Geoparque do Sul do Brasil.

De acordo com Dalpiás, Ladwig e Campos (2019), o projeto inicialmente incluía seis municípios: Praia Grande, Santa Rosa do Sul e São João do Sul, no Estado de Santa Catarina; e Cambará do Sul, São José dos Ausentes e Mampituba, no Rio Grande do Sul.

Com o passar dos anos, o número de municípios que aderiram ao sonho de tornarem-se aspirantes a Geoparque Mundial da UNESCO aumentou, abrangendo dezenove municípios do Vale do Araranguá, em Santa Catarina, e alguns no Rio Grande do Sul.

Entretanto, para que uma região receba o selo de Geoparque Mundial da UNESCO, é necessário atender a uma série de exigências estabelecidas e acompanhadas pela própria organização.

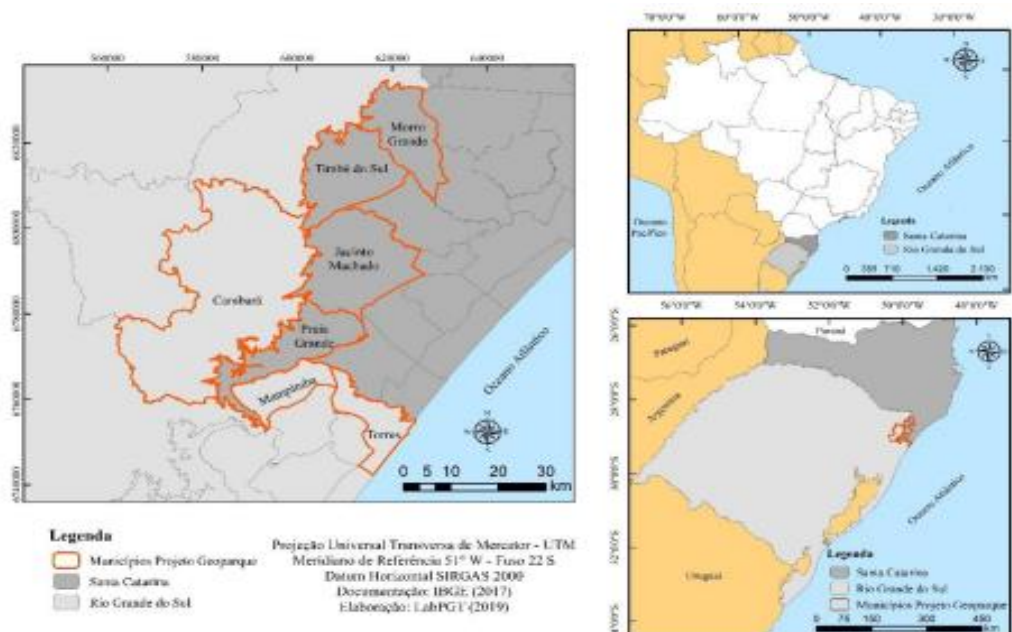
Os trabalhos que culminam na transformação de um território em um geoparque devem sempre iniciar com a ciência, principalmente com o desenvolvimento do conhecimento geológico sobre a região. Porque, sem patrimônio geológico, não há geoparque! Isso também constitui um dos quatro pilares fundamentais para que exista

um geoparque: Patrimônio Geológico de Valor Internacional. Em seguida, devem ser estabelecidos e fortalecidos os demais pilares: Gestão, Trabalho em Rede e Visibilidade. Apenas após o bom desenvolvimento de todos esses balizadores é que se deve pensar na submissão do território ao Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP). É importante frisar que a recomendação é a de que o território efetivamente esteja funcionando como um geoparque por, pelo menos, um ano antes da submissão da candidatura, segundo a orientação 5.2 das Diretrizes Operacionais para Geoparques Mundiais da Unesco (UNESCO, 2022).

Nos anos seguintes, entre 2010 e 2011, foram promovidas na região diversas reuniões e ações de esclarecimento a respeito do projeto, ocasião em que o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), por meio da Superintendência de Porto Alegre – RS, realizou estudos para dar início ao inventário dos geossítios do território (Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul – CICCIS, 2024).

Nesse ínterim, a comissão compreendeu que seria praticamente inviável atender às exigências estabelecidas pela UNESCO em dezenove municípios. Assim, em 2014, o território foi significativamente reduzido, passando a abranger apenas sete municípios: Praia Grande, Jacinto Machado, Morro Grande e Timbé do Sul, em Santa Catarina; e Mampituba, Torres e Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul (Dalpiás, Ladwig & Campos, 2019, p. 248), conforme ilustrado na imagem abaixo.

Figura 29 - Localização dos municípios que fazem parte do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul/SC



Fonte: Dalpiás, Ladwig, Campos (2019).

Dessa forma, no ano de 2015, os prefeitos assinaram um protocolo de intenções para a constituição do CICCIS, que em 2017 avançou para sua formalização oficial como órgão gestor, composto pelos sete municípios do território (Caminhos dos Cânions do Sul, 2024).

Em 2019, foi elaborado o dossiê de candidatura exigido pela UNESCO, o qual, após as devidas assinaturas, foi entregue oficialmente. Posteriormente, ocorreu a visita técnica, resultando na concessão da chancela de Geoparque Mundial no ano de 2022.

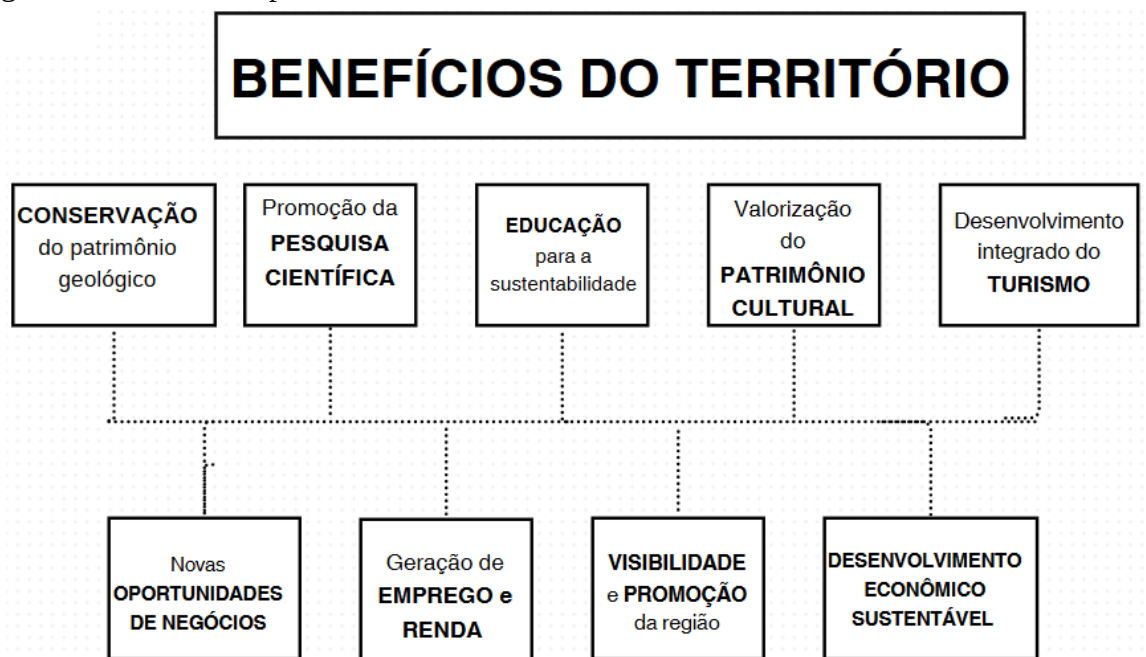
Foram anos de estudos, reuniões, trocas e ajustes até a concretização da tão sonhada chancela de Geoparque. Esse caminho foi trilhado por muitas pessoas, umas presentes desde o início da jornada, outras que se uniram ao longo do percurso, e algumas que ficaram pelo caminho. O Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul (GMCCS) é, portanto, uma conquista coletiva: de pessoas que sonharam, lutaram, erraram, acertaram e continuaram persistindo; de quem veio, de quem partiu e de quem ainda permanece firme, mesmo diante das intempéries do trajeto.

Nosso reconhecimento é dirigido a todos aqueles que fizeram, fazem e ainda farão história nos Caminhos dos Cânions do Sul.

Nessa trajetória de busca por melhorias e preservação, o Geoparque atende ao propósito de beneficiar o território com diversos ganhos, conforme destacados a seguir.

Nessa trajetória por buscar melhorias e preservação, atende a intenção de beneficiar o território com vários benefícios abaixo destacados.

Figura 30 - Benefícios para o território



Fonte: Adaptado pela autora de Caminhos dos Cânions do Sul (2024).

De maneira geral, o Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul (GMCCS) contribui para a “conservação dos principais sítios geológicos da região, favorecendo o uso sustentável desses locais para fins como pesquisa científica, atividades educativas e práticas turísticas de mínimo impacto ao meio ambiente” (Caminhos dos Cânions do Sul, 2024).

Mais uma vez, evidencia-se que tanto os Parques Nacionais quanto os UGGp, em seus contextos específicos, buscam, além do cumprimento de suas legislações (Parques Nacionais) e orientações (Geoparques), promover a preservação ambiental e a formação de sujeitos ambientalmente conscientes, indivíduos que compreendam sua condição humana, reconheçam o contexto planetário e desenvolvam sensibilidade diante da consciência ecológica (Morin, 2015).

Considerando a realidade vivenciada em Praia Grande, que abriga em seu território dois Parques Nacionais e a chancela de um UGGp, é fundamental que esse diferencial se traduza em ações concretas que realmente façam a diferença no município, na região e no mundo. Caso contrário, torna-se necessário refletir sobre as causas da fragmentação sistêmica que ainda persiste.

4.6 PRAIA GRANDE: UM ECOSSISTEMA NA PERSPECTIVA DOS BENS COMUNS NOS CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL

Uma anciã um dia me disse que somos árvores que caminham, carregamos folhas, galhos, raízes, e todos aqueles que vieram antes de nós são estrelas em nosso céu. Em direção ao sol, nossa eterna caminhada de pés descalços para não deixar de sentir a terra, o calor, as águas e cada respiração. Somos natureza viva!

(Tupinambá, 2016, s/p).

A compreensão dos bens comuns no município de Praia Grande configura-se a partir de um ecossistema situado no extremo sul de Santa Catarina, caracterizado por traços geográficos singulares, ampla biodiversidade e expressiva riqueza cultural na formação de seu povo. Essa realidade favoreceu o desenvolvimento socioeconômico local, mas também gerou, por outro lado, desafios e problemas de ordem socioambiental.

A partir dessa percepção, apresentam-se, a seguir, estudos cujos objetivos buscam identificar oportunidades e obstáculos relacionados à gestão dos bens comuns e à promoção da sustentabilidade no município em referência, atendendo, assim, ao último objetivo desta pesquisa.

O cuidado e a proteção dos recursos naturais enquanto bens comuns têm sido amplamente discutidos ao longo dos anos (Faria, Bessa & Tonet, 2009). Entretanto, o termo ainda carece de políticas públicas mais claras e definidas que orientem sua aplicação prática.

De acordo com Ruschel (2018), trata-se de um conceito de difícil definição e também de complexa conceituação.

Vários ramos do conhecimento, doutrinas e pensamentos diversificados e as vezes até contraditórios utilizam nomenclaturas idênticas ou semelhantes, tais como: ‘*Global Commons*’, ‘*Commons*’, ‘Comuns’, ‘bem comum’, dentre outros para designar ora coisas iguais, ora coisas diferentes (Ruschel, 2018, p. 124).

Nesse ínterim, abaixo apresentamos algumas significações.

Figura 31 - Definição geral do termo



Fonte: Houtart, (2011); (2006); Dardot; Laval, (2014); Unep; (2016); *apud* Ruschel (2018, p. 125-126).

Destaca-se aqui o conceito de “tragédia dos comuns”, mencionado anteriormente, termo utilizado por Garret Hardin em 1968. O autor descreve situações em que indivíduos, agindo de acordo com seus próprios interesses, acabam por esgotar os recursos disponíveis, comprometendo o bem-estar coletivo. Dessa forma, Hardin evidencia problemas complexos que impactam diretamente a sustentabilidade e a gestão dos recursos naturais comuns.

“Todos acabam agindo conforme o melhor para seu ganho, para seu crescimento individual, com uma racionalidade individual sobreposta à racionalidade coletiva” (Ruschel & Milioli, 2024, p. 85).

Rosa (2024, p. 61) descreve que

Quando Hardin (1968) propôs o conceito da “Tragédia dos Comuns” para descrever a perspectiva humana que leva ao mau gerenciamento dos recursos e ao conflito. A lógica é de que os recursos comuns tendem a ser usados excessivamente quando os indivíduos não são cobrados pelo seu uso, criando uma questão negativa. O recurso ou é esvaziado significativamente, corroído, ou completamente usado, levando ao detrimento dos ecossistemas. Dessa lógica decorrem duas formas de gestão dos recursos comuns: a Intervenção controladora do Estado, ou a implantação da propriedade privada. Em contraponto, surge Elinor Ostrom, (Nobel de economia, em 2009) no livro “O Governo dos Comuns”, que apresentou novas alternativas às propostas de Hardin: Áreas comuns geridas de forma sustentável, durante séculos, não eram nem privatizadas nem sofriam um controle estatal rigoroso. As comunidades criaram regras de gestão comuns para esses recursos, conseguindo um bom manejo.

Nesse ínterim, com base nas alternativas propostas por Elinor Ostrom (1968), surge uma nova forma de gestão dos recursos comuns, fundamentada na atuação comunitária e na sustentabilidade. A autora demonstra que “um conjunto de bens comuns pertencentes a vários indivíduos não é necessariamente mal gerido por seus utilizadores, e que a privatização ou a regulação por entidades externas não são as únicas, nem as soluções mais eficientes, para a gestão sustentável dos recursos” (Simões, Macedo & Babo, 2011, p. 1).

A seguir, são apresentadas algumas características comparativas entre as duas teorias, considerando aspectos como gestão, benefícios, escala temporal e resultados.

Figura 32 - principais características apresentadas por Ostrom e de Hardin.



Fonte: Simões, Macedo, Babo (2011, p. 12).

Dessa forma, Ostrom (1996) destaca que o egoísmo e o individualismo representam um retrocesso em relação aos ideais de gestão comunitária, de cooperação, de bem-estar social e dos processos de governança (Simões, Macedo & Babo, 2011).

Em sua obra de 1990, Ostrom enfatiza que os recursos comuns devem ser geridos por meio de um processo sustentável, fundamentado em princípios que garantam sua preservação e uso equilibrado. A autora descreve, então, oito princípios essenciais para a gestão eficaz dos bens comuns.

Demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum e dos seus utilizadores;
 As regras definidas têm de ser adequadas às condições locais (época, espaço, tecnologias disponíveis, quantidades de recursos disponíveis...);
 Os utilizadores participam na definição/adaptação das próprias regras – acordos coletivos;
 Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização;
 Há um reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas;
 É realizada a monitorização e são respeitadas as regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores;
 É garantido o fácil acesso a meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
 Há uma ligação na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral (Ostrom, 1990, p. 90/102).

Diante do exposto, Ostrom (1990) destaca como fator de grande relevância a gestão dos recursos sob uma perspectiva cooperativa e sustentável, apresentando uma abordagem que possibilita o uso equilibrado e responsável dos recursos naturais comuns. Essa visão se contrapõe à lógica capitalista e individualista que predomina na sociedade contemporânea.

A seguir, são apresentados os conceitos de bens comuns, conforme definidos pela Associação Internacional para o Estudo dos Bens Comuns.

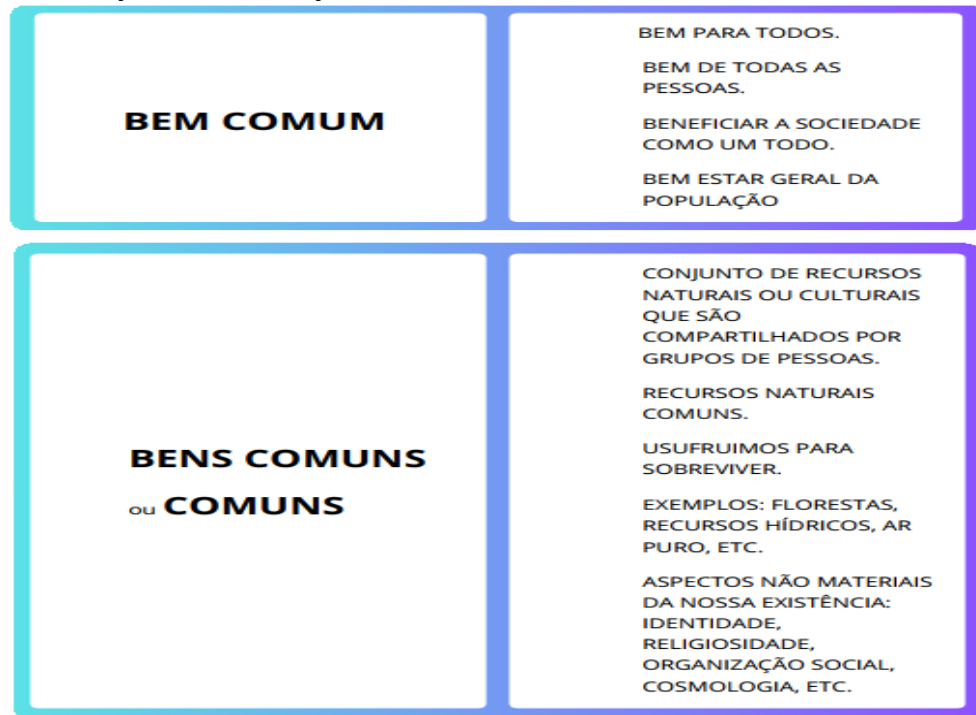
Bens comuns, comum ou simplesmente comuns (do inglês *Commons*) denominam um conjunto de recursos, naturais ou culturais, que são compartilhados por um grupo de pessoas. O significado original do termo “comuns” vem da forma como as comunidades administravam as terras que eram mantidas “em comum” na Europa medieval. Juntamente com esta terra partilhada, a comunidade desenvolveu um conjunto claro de regras sobre como deveria ser usada. Com o tempo, o termo “comuns” assumiu vários significados. De modo mais geral, pode ser usado para se referir a um amplo conjunto de recursos, naturais e culturais, que são partilhados por muitas pessoas. Exemplos tradicionais de bens comuns incluem florestas, pescas ou recursos hídricos subterrâneos (*International Association for the Study of the Commons*, 2023, s/p - tradução nossa).

Nesse contexto, podemos destacar que “cada vez mais vemos o termo *bens comuns* ser utilizado para um conjunto mais amplo de domínios, como bens comuns do conhecimento, bens comuns digitais, bens comuns urbanos, bens comuns da saúde, bens comuns culturais, entre outros” (*International Association for the Study of the Commons*, 2023, s/p - tradução nossa).

Diante do exposto, abordaremos aqui os bens comuns como “um conjunto de recursos, naturais ou culturais”, os quais, em alguns momentos, serão especificados como recursos naturais comuns, conforme a abordagem de determinados autores. Esses apontamentos serão desenvolvidos adiante, considerando a complexidade que envolve sua definição e conceituação em diferentes literaturas.

Para tornar a compreensão mais clara, utilizaremos a seguinte comparação:

Figura 33 - Definição e conceituação



Fonte: Adaptado de (*International Association for the Study of the Commons*, 2023; Morin, 2012; Adams, 2018).

A partir dessa realidade, é necessário compreender que os recursos naturais comuns possuem estoques finitos, ou seja, quanto mais são utilizados, menos restará para as próximas gerações.

Cenci e Rossini (2024) apontam os bens comuns como uma variedade de fenômenos, abrangendo diferentes dimensões e expressões dentro das relações sociais, ambientais e culturais.

O conceito de bens comuns emerge em uma perspectiva complexa e aporta uma ampla variedade de fenômenos: se refere aos sistemas ambientais, sociais, culturais, econômicos e jurídicos para a administração de recursos compartilhados buscando melhorar a equidade de acesso e a luta por sociedades sustentáveis. Nesse patamar, o meio ambiente se apresenta como um bem comum de elementar importância para a humanidade. A discussão em torno do “bem comum” ganha particular relevância em momentos de crise e de transição (Cenci, Rossini, 2023, p. 524).

Nesse sentido, de acordo com Cenci e Rossini (2024), os bens comuns se apresentam como elementos indispensáveis à vida, o que reforça a importância de se estabelecer um diálogo mais amplo sobre sua riqueza, seu valor e a imprescindibilidade de sua preservação.

Conforme Adams (2018), há uma série de burocracias que buscam impedir ou controlar o uso excessivo dos recursos naturais por parte dos usuários, especialmente quando esse uso ultrapassa as necessidades básicas de sobrevivência ou a capacidade de reposição dos ecossistemas. No caso da água e do ar, os maiores riscos estão associados à poluição e à

superexploração, sendo a água o recurso mais vulnerável, devido à fragilidade dos sistemas de cuidado e à deficiência na governança ambiental.

Diante desse cenário, é necessário promover estudos e pesquisas que considerem a complexidade socioambiental e as possibilidades, obstáculos e perspectivas da sustentabilidade. De acordo com Morin (2012), atitudes políticas, teóricas e práticas podem se tornar caminhos para o futuro da humanidade, orientando-a à partilha e ao cuidado com os bens comuns.

Nesse contexto, o município se constitui dentro dessas preocupações quanto à ocupação do território e à utilização de suas riquezas naturais. As projeções de um desenvolvimento socioeconômico integrado representam um ponto essencial para Praia Grande, integrante do território do GMCCS. A partir da compreensão do meio ambiente como um bem comum (Cenci & Rossini, 2023) e dos desafios que decorrem dessa concepção, torna-se possível refletir sobre as crises institucionais que atravessamos. Muitos dos recursos naturais de que dependemos como florestas, água e ar puro, são recursos comuns, disponíveis para o uso humano, dos quais usufruímos para sobreviver. Contudo, é igualmente necessário lembrar dos aspectos não materiais da existência, como a identidade, o conforto espiritual, a religiosidade, as cosmologias, a organização social e o aprendizado (Leff, 2010).

Nesse ínterim, “os recursos naturais comuns são, ao mesmo tempo, unos e múltiplos, mas indivisíveis em uma percepção biosférica, onde tudo se liga a tudo, em uma totalidade viva e auto-organizada, que reconhece a dependência da independência humana dentro do planeta Terra” (Morin, 1984, p. 251).

Morin também reforça, sob o enfoque complexo e transdisciplinar da sustentabilidade, que o município de Praia Grande pode ser compreendido como um ecossistema. Assim, um dos caminhos mais eficazes para fomentar o cuidado com os bens comuns é a união das comunidades, que tem se mostrado decisiva nesse processo.

As comunidades locais, por estarem mais próximas da realidade e perceberem com mais clareza as mudanças no ecossistema, possuem um olhar privilegiado para o cuidado com os recursos naturais. Elas sabem quem habita o território, quem o utiliza, quem o respeita e quem o degrada. Essa proximidade torna o manejo e o uso sustentável mais efetivos do que as ações conduzidas apenas por órgãos públicos.

As ações cooperativas das comunidades, voltadas ao controle e à preservação dos bens comuns, revelam relações sociais significativas, sobretudo em áreas rurais. Destaca-se, nesse contexto, a comunidade quilombola de Praia Grande, cujo modo de vida expressa um histórico de cuidado e de gestão comunitária que faz a diferença no território.

Tais exemplos revelam alternativas para a humanidade, a economia e o Bem Viver como caminhos rumo à sustentabilidade. No entanto, essas ações e formas de vida ainda precisam ser mais amplamente reconhecidas e valorizadas pelos poderes públicos e pela população. Se antes a luta dos remanescentes quilombolas era pela liberdade, hoje é pelo respeito, pelo reconhecimento e pela valorização de sua cultura.

No território do GMCCS, essa realidade ainda está em processo de construção junto à comunidade quilombola de Praia Grande, que carrega receios históricos em relação aos órgãos ambientais. Ainda se encontra em fase de amadurecimento no entendimento sobre o conceito de Geoparque, que difere significativamente do de Parque Nacional.

Cada um dos municípios que compõem o território do GMCCS possui belezas inigualáveis. Seguindo as orientações da UNESCO, todos devem fomentar a conscientização e a preservação, celebrando a integração entre o patrimônio geológico e os aspectos patrimoniais naturais, culturais e imateriais da região (UNESCO, 2020).

Dessa forma, o município de Praia Grande enfrenta o desafio de valorizar todas as pessoas e culturas, promovendo a conscientização não apenas voltada à preservação do planeta, mas também ao reconhecimento e à valorização da cultura local, especialmente a quilombola.

De acordo com Grzybowski (2010), a mudança de consciência reafirma a importância dos bens comuns. Organizar a sociedade em torno desses bens significa revalorizar a coletividade como condição essencial para a sustentabilidade. O autor acrescenta o Bem Viver como pressuposto fundamental dos bens comuns, defendendo que é por meio da composição coletiva, do zelo e do uso sustentável que se garante a conservação desses recursos.

“É na participação em igualdade de condições de todos os integrantes da coletividade, de forma democrática, que a gestão de seus bens comuns se torna garantia de manutenção de seu caráter de bens comuns e do Bem Viver coletivo” (Grzybowski, 2010, p. 1).

Grzybowski (2010, p. 1) também nos lembra que é preciso cuidar “do que recebemos como dons da natureza: a água e a chuva, as nascentes, os rios e os mares, os ventos e o sol, o clima e a atmosfera como um todo, a biodiversidade, os solos e sua fertilidade, os minerais”.

Assim, a partir do olhar de Grzybowski (2010), podemos compreender que a lista dos bens comuns naturais é extensa e fundamental. A forma como esses bens são utilizados determinará a qualidade de vida, o nível de conscientização, o sentimento de pertencimento e o cuidado com todos os seres vivos e com a Mãe Natureza, orientando-nos, assim, rumo ao ideal do Bem Viver.

Para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte,

dança, música, vestimenta, etc. Nesses termos, identidade sugere historicidade, viver o tempo presente a partir de uma memória, de uma ancestralidade, que projeta uma perspectiva de futuro possível de ser vivido (Mamani, 2010, s/p).

O sentimento de pertencimento constitui um fator primordial para as comunidades locais situadas nos territórios dos geoparques. De modo semelhante, o Bem Viver busca “construir uma vida em harmonia dos seres humanos consigo mesmos, com seus congêneres e com a natureza, vivendo em comunidade” (Acosta, 2016, p. 40).

Nesse ínterim, “a gestão comunitária equilibrada é o que propicia a sustentabilidade. Um exemplo disso é quando a gestão é realizada por um grupo formado por comunidades tradicionais, nas quais os índices de degradação são mínimos” (Rosa, 2024, p. 62).

Valorizar o território, compreender suas belezas naturais e contribuir para sua preservação são propósitos centrais destacados pela UNESCO. No *Relatório para a Renovação da Educação* (UNESCO, 2022), enfatiza-se a importância das relações sociais e comunitárias, salientando a necessidade de reconstruir os vínculos entre as pessoas, o planeta e a tecnologia, uma “chance para reparar as injustiças do passado e transformar o futuro”, reconhecendo o ensino e a aprendizagem como esforços sociais compartilhados e, portanto, como bens comuns (UNESCO, 2022).

Esse processo dialógico que ocorre nas comunidades é essencial para promover a solidariedade e uma educação que estimule relações de cooperação, compreensão mútua e empoderamento coletivo.

Observar o município de Praia Grande, integrante do Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul (GMCCS), sob a ótica do Bem Viver, significa permitir que todos os ideais aqui apresentados se concretizem em sua totalidade, evitando que o território se torne mercantilizado favorecendo apenas uma parcela da população e excluindo outras do processo.

Nesse contexto, o Bem Viver

Aponta uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo. Sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações (Acosta, 2016, p. 44).

Em suma, os Geoparques Mundiais da UNESCO (UGGp) fomentam, em seus territórios, a preservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a conscientização coletiva, de modo a garantir que as próximas gerações possam desfrutar das mesmas oportunidades que temos no presente.

Nesse sentido, o desenvolvimento da consciência ecológica constitui um fator primordial. Construir e reconstruir valores é condição essencial para compreender a

complexidade do universo, a qual, segundo Nicolescu (2005), se estrutura em três eixos fundamentais.

A Atitude Transdisciplinar busca a compreensão da complexidade do nosso universo, da complexidade das relações entre sujeitos, dos sujeitos consigo mesmos e com os objetos que os circundam, a fim de recuperar os sentidos da relação enigmática do ser humano com a realidade;

A Pesquisa Transdisciplinar pressupõe uma pluralidade epistemológica. Requer a integração de processos dialéticos e dialógicos que emergem da pesquisa e mantém o conhecimento como sistema aberto;

A Ação Transdisciplinar propõe a articulação da formação do ser humano na sua relação com o mundo (ecoformação), com os outros (hetero e co-formação), consigo mesmo (autoformação), com o ser (ontoformação), e, também, com o conhecimento formal e o não formal. Procura uma mediação dos conflitos que emergem no contexto local e global, visando a paz e a colaboração entre as pessoas e entre as culturas, mas sem desconsiderar os contraditórios e a valorização de sua expressão (Nicolescu, 1999, s/p).

A partir dos apontamentos de Nicolescu (1999), reflexões são necessárias no que tange a compreensão da realidade sem fragmentações.

Vivemos em uma sociedade extremamente consumista, a qual, por consequência, coloca em risco a vida de todo o planeta, tornando seres humanos máquinas de consumo. Os quais são reduzidos a mercadoria, assim como “os processos atuais de privatização de quase todos os bens da Terra e dos seres humanos têm conduzido à mercantilização generalizada da vida” (Sbardelotto, 2011, s/p).

Estamos envoltos a uma cultura do “ter”, do “ser”, do poder de compra. O qual, está intimamente ligada a falsa ideia de felicidade. Que, no momento é compensador, reforça emoções, autoestima, vendendo uma falsa ideia de que se podemos comprar em demasia, somos pessoas felizes, realizadas.

Porém, esse desejo de compra nunca é saciado, pois cada vez mais, coisas, objetos, são necessários para o sentimento de bem-estar que dura cada vez menos, principalmente entre os mais jovens que sentem cada vez mais tédio e distantes da satisfação. A cultura do excesso, o desejo de comprar, efetiva-se de modo automático, para preencher um vazio existencial, onde os meios de comunicação facilitam manipulando e implantando o anseio imediato de adquirir tudo em tempo real.

Dessa forma, de acordo com Bauman “O consumo é uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que os humanos compartilham com todos os organismos vivos”. (Bauman, 2008, p. 37).

O consumo na sociedade atual, marcado pela falta de reflexão, leva ao gasto impulsionado por desejos insignificantes e pouco relevantes, resultando na aquisição de bens supérfluos. Como consequência, surge uma satisfação momentânea e rapidamente passageira. Então,

Muitíssimas pessoas só trabalham e produzem pensando em consumir, mas, ao mesmo tempo, vivem na insatisfação permanente de suas necessidades. Produção e consumo se tornam, assim, uma espiral interminável, esgotando os recursos naturais de maneira irracional e acirrando ainda mais a tensão criada pelas desigualdades sociais. Nesse ponto, desempenham papel determinante muitos avanços tecnológicos que aceleram o círculo perverso de produção crescente e apetites cada vez mais vorazes (Acosta, 2016, p. 20).

Diante dessa realidade, apontamos o Bem Viver como uma oportunidade para construção de um novo olhar e novas atitudes diante da oposição ao conceito de acumulação e novas alternativas relacionado a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, observando habitação, vestuário, alimentação, relações familiares, trabalho, enfim, seres em sua totalidade e principalmente o cuidado com o planeta.

Nesse sentido, o Bem Viver define-se como

Um compromisso com a mudança [...] que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. O Bem Viver também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida (Senplades, 2009, p. 10).

O Bem Viver é uma oportunidade para construção de uma nova sociedade onde, de acordo com Tortosa (2016), transmite a “convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no mundo”. (Tortosa, 2016 *apud* Acosta, 2016, p. 5).

Tal convivência reflete sobre a sociedade do consumo e a escravidão que traz consigo. Principalmente para os que sofrem com a desigualdade e renda. Onde, de acordo com Sen (2000)

Só se pode conseguir o bem-estar social e o desenvolvimento humano se as pessoas tiverem capacidade para articular e construir seus projetos de vida. O enfoque do desenvolvimento humano incorporou progressivamente dimensões socioculturais em suas análises, destacando a importância de políticas multiculturais que permitam manter e fortalecer a identidade de pessoas e grupos humanos, corrigindo injustiças historicamente enraizadas e socialmente arraigadas (PNUD, 2004).

Então, refletir sobre o ser humano, valores, diferenças sociais, injustiças, é fundamental para reconhecimento, valorização bem como para pensar alternativas para construção de um mundo mais humano, mais justo, fraterno e mais sustentável.

Nesse contexto, Acosta (2016), aponta o Bem Viver, como uma oportunidade para uma outra realidade possível, a qual os seres humanos se sintam parte de um todo de maneira mais harmônica com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade.

Portanto, Bem Viver traz a diversidade e a complexidade como fundamento. De acordo com Leff (2001), A complexidade ambiental requisita, portanto, uma reestruturação na forma como os valores humanos têm influído no conhecimento do mundo, buscando-se equilibrar o aspecto racional e moral (Leff, 2001). Repensar maneiras de ver e viver no mundo é fundamental, pois, de acordo com Acosta (2016),

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (Acosta, 2016, p. 9).

Portanto, segundo Acosta (2016), o Bem Viver é o caminho para uma construção de novas formas de vida. As quais sugerem uma quebra de paradigmas, reatando a comunhão entre humanidade e natureza. Onde

[...] o maior potencial do Bem Viver reside nas oportunidades que ele gera para o diálogo com outros discursos modernos e as formas atuais do desenvolvimento, ampliando o quadro dos debates atuais e permitindo a possibilidade de aparecimento de concepções inovadoras, instituições e práticas através a aprendizagem coletiva (Vanhulst; Beling, 2014, p. 61).

Dessa forma, o Bem Viver, “não são ideias que foram construídas na academia, nas universidades ou partidos políticos, são ideias e valores, experiências e muitas práticas existentes em muitas comunidades” (Acosta, 2016, s/p), assim como o exemplo de cuidado uns com os outros e com os Bens Comuns, onde protegem, sentem/percebem mudanças no ecossistema.

Então, o Bem Viver consiste em construir um novo olhar para a vida, e como se deseja viver, com quais ideias e valores, quais prioridades e quais relações vamos estabelecer com nós mesmos e com a natureza e com “a reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades” (Acosta, 2016, p. 33).

Somente a partir desse olhar e modelo de viver, conseguiremos encontrar um meio para gerir os recursos naturais comuns de maneira sustentável, ultrapassando assim uma racionalidade individual para uma racionalidade coletiva, a qual vai muito além de apenas classificar ou diferenciar os recursos naturais comuns (realidade complexa) ou de fragmentar o Meio Ambiente como um todo (Ruschel, Milioli, 2024), mas na complexidade do entendimento que **“o comum é a práxis: a combinação das pessoas, dos bens e a relação entre eles”**

(Rotondaro, Haddad, 2024, p. 68). Tal relação vai traçar, definir atitudes políticas, teóricas e práticas rumo ao futuro da humanidade (Morin, 2012).

4.7 EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Ao longo dos anos, percebemos que a intensidade da degradação vem atingindo cada vez mais os seres humanos. Uma crise ambiental, cujas consequências estamos sentindo na atualidade sob efeito colateral com sérias consequências.

Estamos numa era agônica, de morte e de nascimento, onde como nunca até hoje as ameaças convergem sobre o planeta, a sua biosfera, os seus seres humanos, as nossas culturas, a nossa civilização. O mais trágico, ou cômico, é que todas estas novas ameaças (desastres ecológicos, aniquilamento nuclear, manipulações tecnocientíficas, etc.) provêm dos próprios desenvolvimentos da nossa civilização. (...) trata-se atualmente de controlar o desenvolvimento descontrolado da nossa era planetária. A Terra-Pátria está em perigo. Estamos em perigo, e o inimigo, podemos finalmente apreendê-lo hoje, não é outro senão nós próprios (Morin; Bocchi; Ceruti, 1996, p. 22-23).

Nesse contexto, um novo olhar reflexivo sob à luz de autores como Edgar Morin (1986; 2000; 2002; 2003; 2005); Fritjof Capra (2006); Paulo Freire (1979; 2005; 2006); Moacir Gadotti (2008) Leff (2000), propõem importantes reflexões no que tange às relações estabelecidas com o meio ambiente e os paradigmas construídos a partir das diferentes visões que são construídas ao longo da vida e reproduzidas socialmente como verdades, que interferem diretamente as atitudes dos sujeitos enquanto gestores, membros da sociedade e também educadores (Dalpiás; Milioli, 2024).

Diante dessa realidade, apresentamos abaixo o quarto objetivo da tese que tem como intenção discutir processos a respeito de uma nova racionalidade ambiental no território a partir da sua complexidade, abordagem interdisciplinar, bens comuns e a sustentabilidade.

4.7.1 Educar para a sustentabilidade: ressignificação de discursos e mudanças de paradigmas ⁸

⁸ Extrato desse capítulo reproduzido no artigo intitulado “Diálogo pertinente em Educação Ambiental para Ambientes Complexos”. DALPIÁS, Jucelia Tramontin; MILIOLI, Geraldo. Diálogo pertinente em Educação Ambiental para ambientes complexos. **Revista REMEA**, Rio Grande do Sul, v. 41, p. 69-85, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea>. Acesso em: 22 maio 2024.

Educar para a sustentabilidade apresenta fatores complexos na atualidade, pois, este fator exige muito mais que um olhar fragmentado, mas, uma educação que caminhe com olhar cooperativo entre a ciência e a humanidade (Shephard, 2008), que se efetive na prática como transformadora, indo além da visão fragmentada e simplista de natureza (Freire, 2005).

A consciência ambiental não é fator a ser imposto, memorizado, a conscientização não surge em um contexto isolado. Mas, surge a partir de diferentes visões que são construídas ao longo da vida, em um universo de práticas, interesses, valores e visões.

Diante dessa realidade, Loureiro (2006), nos aponta categorias

- **Percepção Naturalista:** os problemas são abordados de forma histórica, ignorando as relações sociais; trata-se de uma visão positivista dos fenômenos, que é aquela que acredita no encadeamento linear das coisas (causa-efeito).
- **Percepção Tecnicista:** visão de que as soluções vêm da correta alocação dos recursos, sejam na promoção de pesquisas, leis/multas rígidas e/ou na reciclagem dos bens de consumo. É, também, econômica.
- **Percepção Romântico-ingênua:** porque pautada num ideal ‘politicamente correto’ tende a sacralizar o meio ambiente. Nessa visão, encontramos frases que impõem a necessidade de mudança de atitudes individuais como solução para os problemas que assolam o Planeta.
- **Percepção Elitista:** a percepção elitista aparece nos discursos que atribuem os problemas ambientais à falta de informação e/ou educação da população. Trata-se de uma percepção que é também linear, creditando ações sustentáveis somente aos indivíduos graduados pela educação formal.
- **Percepção Ecocidadã:** a percepção ecocidadã é aquela calcada no pensamento complexo e crítico. Ao dissertar sobre os problemas ambientais, o ecocidadão nem sempre faz afirmações, mas apresenta postura crítica frente às adversidades sociais. É também uma visão emancipadora, que “como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade” (Loureiro, 2006, p. 112).

As categorias apontadas por Loureiro (2006), acima destacadas, estão muito enraizadas, afetando diretamente no olhar e atitudes dos sujeitos. Entendemos que a partir das categorias descritas por Loureiro, o olhar dos sujeitos resultará em suas atitudes. Dessa forma, de acordo com Morin (2000), somente a mudança de pensamento romperá com a reprodução desse paradigma.

Nesse sentido, Capra nos aponta que “a mudança de paradigma requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também em nossos valores”. (Capra, 2006, p. 27). Onde, a partir de diferentes visões de mundo, é possível experienciar diferentes percepções de cidadania, de distintos sujeitos, em díspares culturas com saberes constituídos e outros ainda em construção.

Nessa relação, se constroem significados que, de acordo com Castro e Baeta (2002), se estabelece acordos mútuos proporcionado pela prática da cooperação em detrimento a coação onde

A proposta de educação na gestão ambiental, busca superar a perspectiva de uma razão instrumental, procurando abarcar as contradições no interior do grupo, tem no conflito, das diferentes concepções e formulações dos sujeitos no grupo, elementos fundamentais para uma ação dialógica, trabalho de reflexão que busca desentranhar a inteligibilidade da experiência a ser compartilhada, da situação-problema a ser compreendida, enquanto objeto da análise posta pelo grupo (Oliveira, 2003, p. 107).

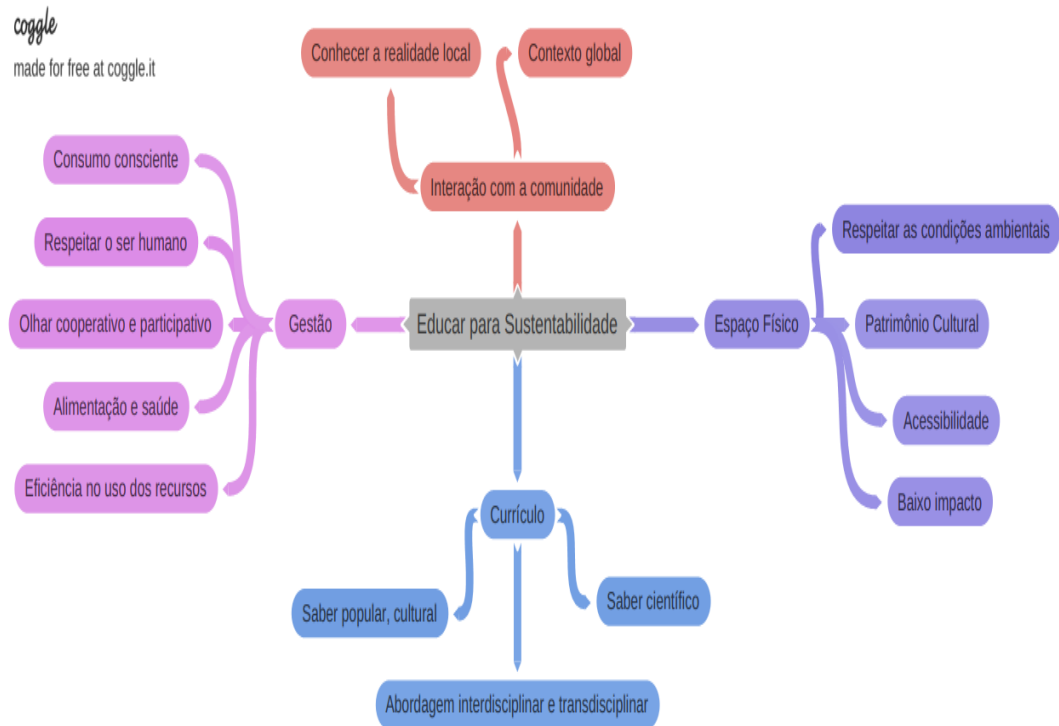
Promover uma educação para cidadania não é uma tarefa simples, pois, envolve questões multidimensionais, sendo que implica em questões políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, científicas, dentre outras.

A Carta da Terra determina que precisamos educar para vida, educar para a cidadania, educar para a solidariedade. Educação baseada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura e promover uma cultura de paz (Carta Da Terra, 2000).

Neste sentido, educar para sustentabilidade não é um processo isolado, fragmentado. Mas construído, pensado em conjunto, de maneira participativa e cooperativa, envolvendo ideais democráticos, fazendo parte, dividindo responsabilidades, estar envolvido em ações conjuntas.

A partir desse olhar, o fazer pedagógico baseia-se em valores, atitudes, mudança de comportamento, aguça a curiosidade. E um novo modelo de gestão que se constrói, conforme ilustrado abaixo:

Figura 34 - Modelo de Gestão para Sustentabilidade



Fonte: Adaptado MEC (2013).

Dessa forma, a educação para sustentabilidade poderá se efetivar de maneira real, prática a luz de um futuro alternativo. “Uma aprendizagem efetivada de valores, atitudes e comportamentos empreender ações que sustentem todos os seres vivos e o nosso planeta, de forma que as necessidades de nossa geração e das gerações futuras sejam atendidas e garantidas” (Shephard, 2008).

De acordo com Morin (2000, 42), “a educação do futuro deverá integrar os conhecimentos de maneira que estes sejam mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários”. Dessa forma, esta realidade deve estar baseada no contexto que vivemos. A partir de um olhar crítico e reflexivo.

Então, torna-se evidente, uma ação educacional que seja reflexiva e consciente, que busque transformar a mentalidade humana influenciando diretamente a percepção e o comportamento da sociedade, construindo uma relação harmoniosa entre os seres humanos, a sociedade e a natureza (Morin, 2000).

Que esteja comprometida com os seres humanos e com sua qualidade de vida, onde Gadotti pontua que

A educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível

ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela (Gadotti, 2010, p. 7).

Educação para a sustentabilidade não é um conceito que pode ser apresentado de maneira isolada, mas sim integrada compreendida em suas múltiplas dimensões. Somente assim, é possível conscientizar e mobilizar a sociedade a respeito da necessidade da implementação de um estilo de vida sustentável que permita a existência humana e as futuras gerações.

Porém, estas ideias ainda precisam ser alinhadas juntas a uma reforma na educação. Onde, reforçamos o pensamento de Morin (2000), não é possível pensar em reforma do ensino sem antes, pensar a reforma do pensamento, priorizando um pensamento que une e contextualiza o conhecimento.

Pensamento que fomente práticas e ações voltadas para uma visão sistêmica, com olhar de respeito ao ser humano e não humanos, ecossistemas, recursos naturais, preocupação com as gerações atuais e futuras, amadurecimento da consciência da cidadania planetária e de uma educação que considere em sua prática a experiencição, a vivência, o respeito, o aprender com as interações, com diferentes cenários naturais e culturais que nos envolvem como parte integrante das nossas vidas.

Onde podemos caminhar rumo a uma mudança para poder garantir uma educação de qualidade, comprometida com o cuidar de si, do outro e do planeta, garantindo qualidade de vida para as atuais e as futuras gerações.

Educar para sustentabilidade, de acordo com Shephard, é romper com o modelo de educação tradicional, curricular cartesiano, fomentando um processo de aprendizagem efetiva de valores, atitudes de mudanças também de comportamento (Shephard, 2008). Diante dessa realidade, despertar uma consciência ambiental nas instituições de ensino, sem uma reforma de pensamento é apenas trabalhar com causas e efeitos, sem maior reflexão a respeito da realidade planetária. Conforme ilustrado na imagem abaixo:

Figura 35 - Estudantes coletando lixo nos arredores da escola no município de Praia Grande/SC



Fonte: Joelcir Padilha Duart/Acerto da autora.

Tais ações, trabalham apenas com causas e efeitos, não fomentam mudanças de pensamento, de atitude. Tais ações apenas permitem que crianças reproduzam aquilo que vivenciam em suas casas a partir das categorias apontadas por Loureiro (2006).

Então, temos um grande desafio, romper com o olhar cartesiano e fragmentado, fazendo uma reforma no ensino. Mas, de acordo com Morin (2000), não podemos pensar em reforma do ensino sem antes, pensar a reforma do pensamento, priorizando um pensamento que une e contextualiza o conhecimento. Rompendo com as “gavetas” disciplinares cujo olhar não compreendem a plenitude de uma nova racionalidade e sua capacidade transformadora, fundada num pensamento crítico.

Abaixo, apresentamos ilustração das gavetas disciplinares. Apontando que, de acordo com Floriani (2022), não é possível implementar uma prática interdisciplinar à luz de uma formação disciplinar (Floriani, 2022).

Figura 36 - Ilustração das gavetas disciplinares



Fonte: Dalpiás (2022).

A imagem, demonstra acima, expõe claramente o sistema disciplinar ainda muito presente nas instituições de ensino. Cujo foco principal é “depositar”, acumular conhecimentos apenas.

Não será possível promover consciência ambiental comprometida sem um modelo de educação libertadora, cujo objetivo é formar sujeitos conscientes e capazes de construir sua história e interagir com o mundo que o rodeia (Freire, 2005).

De acordo com Gadotti, “A Educação planetária implica em uma revisão de nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo” (Gadotti, 2000, p. 142).

Em um movimento que esteja voltado não para cumprir requisitos de um sistema, mas que compreenda “Os homens enquanto “seres-em-situação” encontram-se submersos em condições espaço-temporais que influem neles e nas quais eles igualmente influem” (Freire, 1979, p. 19).

Nesse sentido, cabe tornar a educação ambiental mais lúdica, usando ferramentas importantes como o lazer e ambiental, a arte ambiental e todo o diálogo com a corporeidade

(Silva; Sammarco; Teixeira, 2012, p. 49). Utilizando os recursos ambientais existentes para estudo, para análise, para uma maior reflexão. Pois

Os problemas ambientais são sistemas complexos nos quais intervêm processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaço-temporais demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO, 1986).

Dessa forma, o sistema educacional atual, com a pedagogia tradicional carece novos olhares, como a Ecopedagogia, é um movimento, e uma perspectiva da educação a qual amplia o ponto de vista para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania ética, estética, ecológica e social (Gadotti, 2010).

Nesse ínterim, Gadotti (2001), apresenta o sentido profundo da ecopedagogia, que aponta uma revolução pedagógica, supera olhares cartesianos disciplinares apresentando um sentido da existência humana, voltado para uma educação sustentável que se preocupa com o futuro da humanidade.

A ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje (Gadotti, 2001, p. 94).

A mesma fomenta um olhar para garantir a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, bem como avançar para uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo entre os diferentes saberes. Que possa fomentar de acordo com Leff

Uma reflexão crítica sobre os fundamentos e os sentidos do conhecimento; sobre suas fissuras e seus fracionamentos; sobre a possibilidade de reintegrar conhecimentos e saberes que, mais além do afã retotalizador das visões holísticas e os métodos sistêmicos, abra uma via de reapropriação do mundo pela via do saber. É nessa perspectiva que se inscreve, hoje em dia, a reflexão sobre uma prática interdisciplinar fundada em um saber ambiental (Leff, 2000, s/p).

Dessa forma, o saber ambiental está transitando, assim, do desafio da interdisciplinaridade para a abertura de um diálogo de saberes (Leff, 2000). Não colocando a complexidade ambiental como um acúmulo, mas como fomento a mudança de olhares, mudanças de paradigmas.

Para Capra (2006, p. 27), “A mudança de paradigma requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também em nossos valores”. Onde a partir de

diferentes visões de mundo é possível experienciar diferentes visões de cidadania, de diferentes sujeitos em diversas culturas com saberes constituídos e outros em construção.

Sendo entendido neste contexto, “O ambiente é um objeto complexo, onde se configuram entes híbridos, feitos de natureza, tecnologia e texto (Haraway, 1991; 1997; Escobar, 1999; Leff, 2000).

Essa construção se efetiva a partir das vivências, das experiências:

A educação ambiental pode contribuir para modificar as relações entre a sociedade e a natureza, a fim de melhorar a qualidade de vida, propondo a transformação do sistema produtivo e do consumismo em uma sociedade baseada na solidariedade, afetividade e cooperação, ou seja, visando à justa distribuição de seus recursos entre todos. Parte de um princípio de respeito pela diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classes, etnia e gênero, defendendo, também, a descentralização em todos os níveis e a distribuição social do poder, como o acesso à informação e ao conhecimento. A educação ambiental é definida como o processo que busca desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos. (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2001, s/p).

Portanto, a partir deste olhar oportunizando a observação e o diálogo com a complexidade do mundo, é necessário o olhar da transversalidade e da transdisciplinaridade.

Não podemos tratar das questões ambientais de maneira fragmentadas, mas sim manter seu caráter transversal e integrador. Rompendo com a linguagem atual disciplinar individualista. Onde Leff nos aponta que

A interdisciplinaridade é uma chamada para a complexidade, a restabelecer as interdependências e inter-relações entre processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade, a internalizar as externalidades (condicionamentos, determinações) dos processos excluídos dos núcleos de racionalidade que organizam os objetos de conhecimento das ciências (de certos processos ônticos e objetivos). Nesse sentido, a interdisciplinaridade é uma busca de “retotalização” do conhecimento, de “completude” não alcançada por um projeto de cientificidade que, na busca de unidade do conhecimento, da objetividade e do controle da natureza, terminou fraturando o corpo do saber e submetendo a natureza a seus desígnios dominantes; exterminando a complexidade e subjugando os saberes “não científicos”, saberes não ajustáveis às normas paradigmáticas da ciência moderna (Leff, 2000, p. 22).

Compreender a interdisciplinaridade em sua plenitude é romper com antigos paradigmas disciplinares, fragmentados em “gavetas” cujo olhar não compreende a plenitude de uma nova racionalidade e sua capacidade transformadora, fundada num pensamento crítico, sendo assim, teremos

Uma revolução na mente, uma revolução pessoa/natureza. A nova aliança encontra suas raízes na profundidade humana. É lá que se elaboram as grandes motivações, a

magia secreta que transforma o olhar sobre cada realidade, transfigurando-a naquilo que ela é, um elo na imensa comunidade cósmica (Boff, 2008, p. 51).

Essa harmonia, poderá criar um caminho para solucionar os desafios atuais e modificar a história da humanidade até então, e sensibilizar a sociedade de maneira efetiva e realmente o caminho para nos levar a um futuro sustentável.

A partir dessas ideias, se constrói uma educação contextualizada nas vivências, na mudança de valores e atitudes, formando um sujeito comprometido, crítico, que vise proteger e melhorar o meio ambiente não somente para si, mas para todos os seres vivos e preservar para as futuras gerações.

Um saber ambiental que na visão de Leff (2008), significa os valores éticos, dos conhecimentos práticos e tradicionais que está sempre concebido como um processo em constante construção e movimento.

O qual seja capaz de concretizar uma educação para “Era Planetária” (Morin, 2001), onde sua missão é: “fortalecer as condições de possibilidade da emergência de uma sociedade-mundo composta por cidadãos protagonistas, conscientes e criticamente comprometidos com a construção de uma civilização planetária. (Morin, 2009, p. 98).

A educação ambiental nas escolas ainda é trabalhada de maneira bastante fragilizada, abordando apenas discussão de causas e efeitos.

Em vez de corrigir esses desenvolvimentos, nosso sistema de ensino obedece a eles. Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (Morin, 2003, p. 15).

De acordo com Matos (2006) a escola precisa oferecer condições de estudo e aperfeiçoamento, promovendo seminários e cursos oportunizando maior compreensão por parte dos educadores. Assim, de acordo com Paz (2006), uma abordagem interdisciplinar e propiciando a formação de uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas a ele relacionados (Paz, 2006).

Uma formação que compreenda os sujeitos como parte integrante de todo esse processo. Que compreenda

o ser humano, ao mesmo tempo natural e supranatural, deve ser pesquisado na natureza viva e física, mas emerge e distingue-se dela pela cultura, pensamento e consciência. [...] O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser ao mesmo tempo totalmente biológico e totalmente cultural. (Morin, 2003, p. 40).

A partir das discussões elencadas, inúmeros questionamentos surgem diante dos novos tempos. Relações diferentes foram sendo estabelecidas entre o ser humano e a natureza. No contexto educacional, as fragmentações curriculares não podem fragmentar a compreensão dessa totalidade e da complexidade do processo educativo, onde o processo de ensino pode tentar, eficientemente, promover a convergência das ciências naturais, das ciências humanas, da cultura da humanidade e da Filosofia para a da condição humana (Morin, 2002).

De acordo com Leff (2010), a interdisciplinaridade, juntamente com o pensamento complexo, formula esperanças reais para crise ambiental também para crise da razão e do conhecimento. Pois

A crise ambiental é a crise das formas como temos compreendido o mundo e do conhecimento com o qual temos transformado; do processo de racionalização que desvinculou a razão do sentimento, o conhecimento da ética, a sociedade da natureza. É uma crise da razão que se reflete na degradação ambiental e na perda de sentidos existenciais dos seres humanos que habitam o planeta Terra (Leff, 2010, p. 174).

Nesse contexto, a educação é um dos principais instrumentos para reverter essa realidade. Pois é “(...) na dimensão da educação dialógica, em que os indivíduos se constroem em comunhão, mediados pelo mundo, esse mundo constitui o ambiente, que traz em seu âmago toda sua complexidade de realidades e fatores (Freire, 2005, p. 91).

Negar o importante papel da educação nesse processo é ignorar a importância e o seu poder transformador, pois ela é um dos caminhos que constitui os sujeitos do seu papel para promover uma sociedade mais consciente e mais humana (Freire, 2005).

E o papel da educação ambiental neste contexto, enquanto território de Geoparque Mundial da Unesco, alarga a complexidade desta tarefa, pois permeia um território envolto a complexidade dos sujeitos pertencentes a esta terra, a grandiosidade dos elementos naturais existentes e reflexão diante do desarraigamento de ambos no contexto do território.

4.8 É PRECISO “PRAIAGRANDIR”⁹ RUMO A RACIONALIDADE AMBIENTAL

O contexto da palavra traz em sua essência um emaranhado de significados, cujos sentidos podem ser entendidos a partir do contexto em que se fala, exterior a ele, tal tarefa não é possível.

^{9 9} “Praiagrandir” Termo usado pela autora, natural de Praia Grande, para destacar sua ligação com os valores ali presentes tanto sociais, quanto biofísicos e culturais. Essa ideia precisa identificar, então, que “praiagrandir” faz parte peculiar da vida das pessoas comprometidas com a fatia planetária desse lugar.

O município de Praia Grande, não pode ser pensado como os demais municípios. Apresenta cenários diferenciados, é possuidor de dois Parques Nacionais, selo de Geoparque Mundial da Unesco e possui em seu território uma comunidade quilombola cujo olhar e vivências nos mostram outro modelo comunitário de viver.

“Praiagrandir”, nesse contexto, é compreender essa realidade e entrelaçar vivências que personificam um novo tecido que entrelaça novas maneiras de viver e um olhar para um novo discurso rumo ao cuidado e a construção de um presente e futuro sustentável.

É formar uma nova consciência para compreensão do mundo, rompendo com antigos paradigmas e retomando novos, cujo resultado não corrobora mais com modelos tradicionais e fragmentados que constituem o ser humano e o planeta. Os quais apontam que “todos os discursos produzidos a partir desse paradigma, verão o homem como estranho e superior à natureza”. (Morin, 1986, p. 77).

Praiagrandir nesse contexto, rompe com paradigmas opressores, que separa não une, que exploram não preservam, que empodera a epistemologia materialista que coloca o ter acima de tudo. Praiagrandir é evoluir, criar significados tecidos entrelaçados em diálogos de saberes que acontecem e se tornar ação/reflexão em busca de um futuro melhor, mais humano, mais consciente, mais preocupado com o outro e com a vida planetária. É tornar-se um ser apaixonado, que se encanta, que sente, que se sensibiliza, que sonha e também se indigna.

Tais palavras, apreciadas por olhares capitalistas, jamais poderão compreender o sentido verdadeiro do Praiagrandir, pois seus valores estão impregnados em uma cultura egoísta e acumuladora, que não permitem ver além do que tais paradigmas enraizados lhe permitem.

É como estar em uma bolha e ver o mundo por meio dela, não sendo possível enxergar de outra maneira. Ou, como se estivessem presos em uma “caverna” com uma escuridão que aprisiona, caminham rumo ao abismo, mas não tomam consciência; tal ignorância (se podemos citar imbecilidade), não lhe permite ver a “luz”.

Alcançar essa luz só será possível quando se libertarem da escuridão. E essa libertação não é um processo complexo, pois, precisa romper antigos paradigmas enraizados como verdades absolutas e inquestionáveis. Infelizmente, apenas algumas pessoas conseguem romper tal bolha e ver além, rompendo com a cegueira da ignorância que não permite evoluir e perceber que a “bolha” pela qual viam o mundo não permitia que visualisassem que outro mundo é possível “(...) fundamentado na diversidade cultural, na coevolução das culturas em relação aos seus territórios biodiversos, permitindo a convivência nesse mundo e a construção de outro mundo possível” (Leff, 2010, p. 96).

Infelizmente, tal evolução é apenas para “os fortes” e somente acontecerá com uma (...) reforma do pensamento, ou seja, revolução, uma transformação nas estruturas do próprio pensamento” (Morin, 1921, p. 10).

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir, apresentamos os resultados e discussões os quais serão permeados por análises e discussões a partir das referências utilizadas.

5.1 DO DESPRAIADO*¹⁰ NO TEMPO À PROSPECÇÃO DE POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS NO TERRITÓRIO PRAIAGRANDENSE

Ao apresentar os resultados coletados ao longo dessa pesquisa, destacamos a importância de trazer nessas discussões, uma análise de todo o processo até o recebimento da chancela como GMCCS, a partir de múltiplas visões: UNESCO, idealizadores, gestores e também a visão da população local. Possibilitando um espaço de fala a todos os envolvidos nesse processo, principalmente a população local que é, ou deveria ser sujeito principal de todo esse movimento, destacando a importância de atender aspectos subjetivos, comportamentos, pontos de vista, ideias, ouvindo e entendendo o modo de agir, pensar de cada sujeito participante durante todo o processo.

Para dar início a essa apreciação, vamos apresentar alguns pontos primordiais à essa discussão não-final nessa pesquisa os quais foram pontuados durante as entrevistas em campo: quem mora em Praia Grande? Ou quem pode morar em Praia Grande? Como podemos descrever a vida dos moradores locais? Como descrevemos a identidade de lugar e pertencimento na atualidade? Como as pessoas mais humildes (população mais pobre), se insere nesse processo? A essência comunitária se mantém? A qualidade de vida se mantém? Temos realmente apresentado dados de cuidado e preservação do local ou nossa identidade ou se firma como turistificação da cidade? O termo Capadócia brasileira adotado para Praia Grande por algumas autoridades, nos remete à qual sentido? Quem pode andar de balão no município? Quem é o público que oferece apenas mão de obra para o resgate (balões)? Os balões e pousadas oferecem/contribuem com renda ao município? Tal realidade é boa para quem? Quem frequenta as cabanas no município e quem pode ofertar esse serviço? Quem frequenta os locais de gastronomia? Ou quem pode frequentar? Ganhamos visibilidade internacional e reconhecimento. Quem pagou e está pagando por isso? A que custo? Ganhamos uma quantia significativa de pesquisas e publicações. O que elas descrevem? Para quem? Com qual

¹⁰ Significado descrito no Capítulo 03.

interesse? Tais pesquisas, atendem as necessidades locais? Nossa realidade ambiental modificou, melhorou nossas ações em relação ao cuidado com nosso lugar, com nosso planeta? Nossa realidade educacional, está mais sensibilizada com ações voltadas ao cuidado e preservação ambiental, ou apenas estamos “cumprindo” algumas cobranças curriculares rotineiras e realizando ações de jardinagem (as quais morrem uma semana depois por esquecimento) nas datas específicas as quais muitas vezes se destinam/resumem ações ambientais?

Essas são perguntas e questionamentos que vamos discutir ao longo desse capítulo a partir das falas e visão dos munícipes com intuito de contribuir para ações cuja finalidade atendam efetivamente os ideais da UNESCO em relação ao processo de gestão dos Geoparques tendo como referência o município de Praia Grande/SC.

Com intuito de responder aos questionamentos anteriores e caminhar rumo aos objetivos elencados diante dos conflitos socioambientais e caminhar rumo a uma nova racionalidade ambiental, buscou-se ouvir a população local em seus diversos cenários conforme destacado anteriormente nos procedimentos metodológicos.

Destacamos que nem todos os setores listados nos procedimentos metodológicos aceitaram participar da pesquisa. Embora tenhamos feito contato várias vezes, não obtivemos retorno. Dessa forma iremos listar e fazer análise somente dos que aceitaram. Os demais, cuja solicitação não aderiram, nos remete à necessidade de estudos posteriores que possam compreender esse universo.

De acordo com a UNESCO (2021, p. 08), “para que se desenvolva um geoparque, diversas etapas, que envolvem desde o conhecimento científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação deverão ser cumpridas”. Nesse ínterim, ouvimos a população local com intuito de reverberar tal realidade fomentando destacar ações positivas cuja consequências são dignas de reprodução e divulgação e observar as fragilidades para que seja possível traçar caminhos rumo a transformar tal realidade entrelaçadas por um movimento transformador cujo foco seja pautado na construção de um futuro sustentável (Leff, 2010).

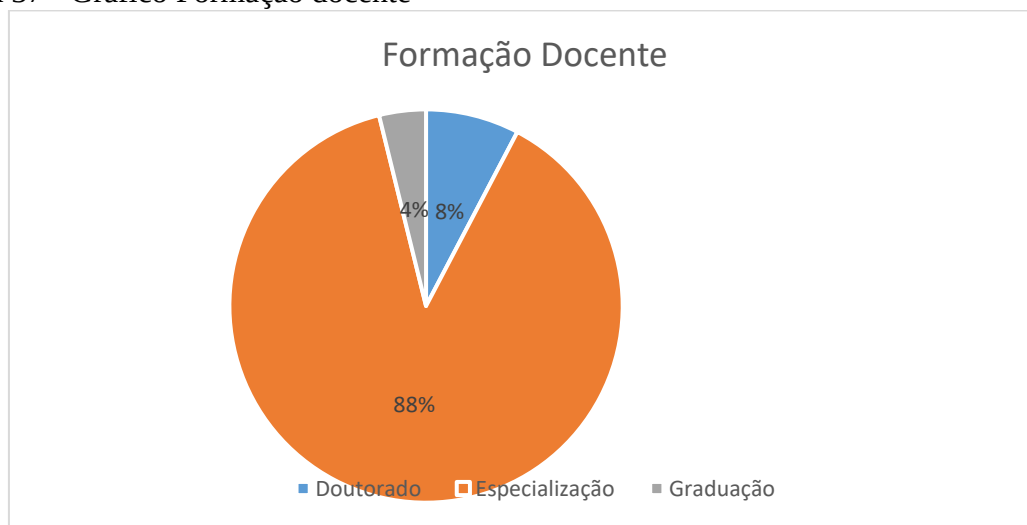
Dessa forma, vamos apresentar os dados coletados durante as entrevistas realizadas cujo público está descrito nos procedimentos metodológicos. Também, os participantes serão descritos por elementos da fauna e flora praiagrandense. Em primeiro, para resguardar o sigilo exigido por todos e segundo como fonte de apreço a esses elementos que compõem a diversidade da região.

Vamos a seguir para análise dos dados do grupo de docentes.

Para dar início a essas informações vamos destacar neste primeiro momento os docentes efetivos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município praia-grandense. Público efetivo, pois acompanharam todo o processo de implantação e recebimento do selo de Geoparque. Destes docentes efetivos, foram ouvidos somente os que estavam atuando em sala de aula por conta da demanda da entrevista a ser aplicada.

Foram considerados aptos a responderem a entrevista (dentro dos critérios estabelecidos) vinte e seis (26) docentes. Desses, na identificação diante da formação apontaram que:

Figura 37 - Gráfico Formação docente



Fonte: organizado pela autora.

Ao observarmos a formação docente, podemos apontar que a maioria dos docentes possuem especialização, buscando aperfeiçoar habilidades no campo que atuam.

Diante da pergunta seguinte, ao serem questionados se já ouviram falar a respeito do Geoparque, eles foram unânimes ao descreverem que sim. Demonstrando já ter ouvido a respeito. Porém, no momento que foi solicitado que descrevessem um pouco a respeito, os mesmos apresentam vários olhares e definições sendo apresentadas na sequência, organizadas por semelhanças e definidas de maneira fictícia por elementos que constituem a fauna e flora praia-grandense.

Ao observarmos o retorno podemos perceber que denominaram como “Áreas geográficas de paisagem verdes” (Ipê Amarelo), ou “Uma área florestada protegida pela Unesco para preservá-la e para o turismo” (Andorinha).

Diante dessa realidade, Brilha (2012) nos aponta que um geoparque tem uma área bem delimitada, onde se conjuga a geoconservação com um desenvolvimento econômico sustentável

das populações que a habitam, bem como as ligações com o restante patrimônio natural (fauna e flora) e cultural (arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico).

Seguindo descrevem “*geoparque é uma área geográfica que tem um patrimônio geológico em uma área que deve ser preservada*” (Figueira da folha miúda), corroborando com a descrição de “*Um território que traz um patrimônio geológico de importância mundial, mas que tem obrigações socioculturais e ambientais*” (Canela). Também, descrevem como “*Um selo concedido pela Unesco da área a ser conservada e protegida, tornando mundialmente conhecida*” (Palmito Juçara).

Sendo assim, de acordo com a UNESCO (2025), são áreas geográficas únicas onde sítios e paisagens com importância geológica internacional são administrados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável apresentando abordagem de baixo para cima, combinando conservação com desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que envolve comunidades locais.

Bacupari nos aponta como “*um território que reúne patrimônios arqueológicos, ambiental, cultural e histórico. Promove a preservação ambiental, cultural e conservação sustentável*” (Bacupari), corroborando com Ingá-feijão, que apresenta “*Geoparque é a conservação do patrimônio geológico visando o desenvolvimento econômico sustentável por meio de uma conscientização ambiental*” (Ingá Feijão). Assim como Pitangueira, relata que são “*áreas que foram delimitadas para preservação locais e paisagem visando a proteção ambiental*”.

Seguindo, temos a definição “*geoparque é um projeto da Unesco que tem o objetivo de preservar parques geológicos*” (Bromélia) e Ipê Roxo define como “*um parque geológico onde preserva-se o patrimônio geológico que apresentam áreas geográficas únicas*” (Ipê Roxo).

Um geoparque de acordo com a UNESCO (2025) faz uso da sua herança geológica, para aumentar a conscientização, como usar os recursos da nossa Terra de forma sustentável mitigando assim os efeitos das mudanças climáticas e reduzir os riscos relacionados a perigos naturais.

Em seguida trazemos o registro de Sabiá que descreve: “*em conjunto com o selo uma série de responsabilidades vem junto*” (Sabiá). Portanto, a UNESCO (2025), reitera que os geoparques fomentam às pessoas locais um senso de orgulho em sua região e fortalecem sua identificação com o território trazendo maior conscientização sobre a importância do patrimônio geológico no local, na história e também na sociedade. Indo ao encontro da descrição de Pica-Pau que nos aponta que “*Geoparque é uma grande conquista para a cidade de Praia Grande. Onde busca o desenvolvimento da cidade aproveitando as belezas dos*

cânions” (Pica-Pau). Gralha Azul descreve que *“o geoparque caminho dos cânions do Sul já é uma realidade na nossa região, reconhecido mundialmente pela Unesco”* (Gralha Azul).

Ao ouvirmos Araçá, o mesmo relata *“Sim, já ouvi. Procuro acompanhar o desenvolvimento do Geoparque e tudo que está relacionado a sua implantação, inclusive para o fortalecimento econômico, educacional e ambiental”* (Araçá). Diante dessa realidade, novas fontes de receita são geradas por meio do geoturismo, enquanto os recursos geológicos da área são protegidos (UNESCO, 2025).

Seguindo, Tiriva, demonstra *“o que eu sei foi porque eu já ouvi falar. Um selo importante, não existe outro lugar no mundo igual”* (Tiriva); assim como Lontra aponta que *“Temos muitos pontos turísticos na região sendo reconhecido pela Unesco e recebendo assim o selo de reconhecimento”* (Lontra). Dando continuidade, Gavião relata como *“uma grande oportunidade para conhecermos melhor e preservarmos nosso território através do desenvolvimento sustentável”* (Gavião).

Quero-Quero passa sua opinião, porém, ainda em construção apontando que *“é um selo de reconhecimento internacional. Suas contribuições são muito vagas”* (Quero-Quero). Descrevendo em seguida, não *“haver ainda um processo de aprofundamento a respeito do tema”* (Quero-Quero).

Preá demonstra que Geoparque *“é um local que precisa ser preservado em função das riquezas geológicas locais”*(Preá); logo, Bugio descreve como *“um espaço de conservação natural que deve permanecer sem destruição. Mantendo o ecossistema de uma região (vários municípios)”* (Bugio). Seguido por João de Barro apontando como *“um território de características únicas que deve ser protegido e desenvolvido de forma sustentável”* (João de Barro). Nesse ínterim, o mesmo abrange o patrimônio geológico, também sendo territórios de ciência, educação e cultura que promovem e conservam o patrimônio geológico em conexão com outros aspectos naturais e culturais e são administrados sob uma abordagem holística e comunitária para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

Dando sequência, Paca descreve: *“o que sei é que existem vários municípios com suas belezas naturais que formam esse que tem o nome da Unesco e para isso precisa manter alguns critérios”* (Paca). A chancela de Geoparque depende de uma série de critérios bastante rigorosos e estabelecidos por diretrizes específicas, sujeita à avaliação e consentimento da UNESCO. Esses critérios são bastante rigorosos desde o momento da candidatura, adesão e também no processo de reavaliação que acontece a cada quatro anos (Brilha, 2006).

Ingá-Feijão faz referência descrevendo como *“um projeto que nosso município está inserido e que foi homologado pela Unesco, temos vários municípios vizinhos que também*

fazem parte” (Ingá-Feijão). Capivara apresenta como “uma área determinada que possui uma estrutura geológica de grande importância regional e nacional” (Capivara).

Nesse íterim, de acordo com Brilha (2012), um geoparque tem uma área bem delimitada, estabelecendo ligações com o restante patrimônio natural e cultural. Nestes territórios, procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de caráter turístico, com o envolvimento empenhado das comunidades locais.

Ao final apresentamos as opiniões de Garça-Branca e Tarumã que assinalam ressalvas. Garça-Branca aponta como *“um selo que o município recebe a nível mundial, onde suas contribuições não são tão positivas, pois a educação participou enquanto o município estava batalhando para conquista do “selo” (Garça-Branca); Tarumã expõe que “é um título de reconhecimento internacional, participamos até conseguir esse título. Ao conseguir, a educação foi esquecida e excluída” (Tarumã).*

De acordo com a UNESCO (2025),

Os Geoparques Mundiais da UNESCO capacitam comunidades locais e dão a elas a oportunidade de desenvolver parcerias coesas com o objetivo comum de promover os processos geológicos significativos da área, características, períodos de tempo, temas históricos ligados à geologia ou beleza geológica excepcional. Os Geoparques Mundiais da UNESCO são estabelecidos por meio de um processo de baixo para cima envolvendo todas as partes interessadas e autoridades locais e regionais relevantes na área (por exemplo, proprietários de terras, grupos comunitários, provedores de turismo, povos indígenas e organizações locais). Esse processo requer um compromisso firme das comunidades locais, uma forte parceria local múltipla com apoio público e político de longo prazo e o desenvolvimento de uma estratégia abrangente que atenderá a todas as metas das comunidades (UNESCO, 2025).

A gestão para a participação e fomento de parcerias junto às instituições de ensino são fundamentais nesse processo, pois incluem a educação como um dos seus pilares, tendo como exemplos de ações

- Inclusão das práticas pedagógicas do Geoparque nas redes de ensino dos municípios que integram o território;
- Disseminação de conhecimentos sobre o território e seu patrimônio natural e cultural;
- Formação de professores, gestores e alunos, incentivando-os a atuar como multiplicadores de conhecimento;
- Incentivo à produção de material didático-pedagógico (UNESCO, 2024).

A educação é um pré-requisito fundamental de todos os Geoparques Mundiais da Unesco, bem como: recursos naturais; riscos geológicos; mudanças climáticas; ciência; cultura; mulheres; desenvolvimento sustentável; saberes locais e indígenas e conservação; como

fomento ao desenvolvimento de atividades educacionais para todas as idades promovendo consciência do patrimônio geológico e as conexões com outros aspectos naturais, culturais (UNESCO, 2016).

Ao observar os relatos de Garça-Branca durante o processo de entrevista, a mesma expõe: “*quando começou essa história do geoparque eu ensinava os alunos sem saber o que estava fazendo*” (Garça-Branca). E detalha que se sentia angustiada, pois era uma organização de cima para baixo, a qual não foi construída com a comunidade de maneira democrática, simplesmente foi solicitado que fosse trabalhado nas escolas esse tema.

Atualmente Tarumã, sente uma exclusão, um esquecimento da educação em todo esse processo. E relata firmemente sua opinião de angústia pelo esquecimento dos docentes no evento que aconteceu em parceria com o município, na 7ª Conferência da Rede de Geoparques da Unesco da América Latina e Caribe (GeoLAC) (De 6 a 9 de novembro/2024), onde Tarumã descreve que os professores da Rede Municipal de Ensino não foram convidados a participar.

A conferência apresentou temas como geoconservação, educação, turismo e desenvolvimento sustentável, com a participação de especialistas internacionais. Entre os destaques estão Dr. Nickolas Zouros (Grécia), presidente da Rede Global de Geoparques (GGN); Dr. Guy Martini (França), secretário geral da GGN; Dr. Artur Sá (Portugal), membro do Conselho Executivo da GGN; e Dra. Emmaline Rosado (México), coordenadora da GeoLAC. Além disso, representantes de geoparques do Brasil, Colômbia, Cuba, México, Uruguai, Paraguai Peru, Equador e Costa Rica (Torres, 2024).

Tarumã ressalta a importância de um evento dessa magnitude, onde focava temas sobre geoconservação, educação, desenvolvimento sustentável etc., toda comunidade docente precisava estar presente, porém, “*a grande maioria docente não tinha conhecimento do mesmo*” e descreve: “*Como tem um evento nessa proporção e ninguém é convidado?*” (Tarumã).

A partir da exposição de Tarumã, percebemos as lacunas existentes no município no que tange aspectos do Eixo Educação não apenas neste evento citado por ela, mas em uma série de diálogos apresentados anteriormente pelos participantes. Porém, diante dessa realidade, entendemos que alguns ajustes são necessários no processo de gestão que necessitam ser repensados. Os docentes são parte fundamental desse processo. Precisam caminhar em conjunto abraçando esses ideais. Mas tal realidade exige um processo de governança que seja pautado nas orientações da UNESCO: trabalho em equipe, uma abordagem de baixo para cima “bottom-up”, participação e parcerias de toda comunidade escolar (Frey et al., 2006; Global Geoparks Network; UNESCO, 2015; Zouros & McKeever, 2008; Zouros & Valiakos, 2017).

Dessa forma

O ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social. A colaboração e o trabalho em equipe devem caracterizar a atuação dos professores. A reflexão, a pesquisa e a criação de conhecimentos e as novas práticas pedagógicas devem se tornar parte do ensino. Isto significa que a autonomia e a liberdade dos professores devem ser apoiadas, e que eles devem participar de forma plena do debate público e do diálogo sobre os futuros da educação (UNESCO, 2022, p. 16).

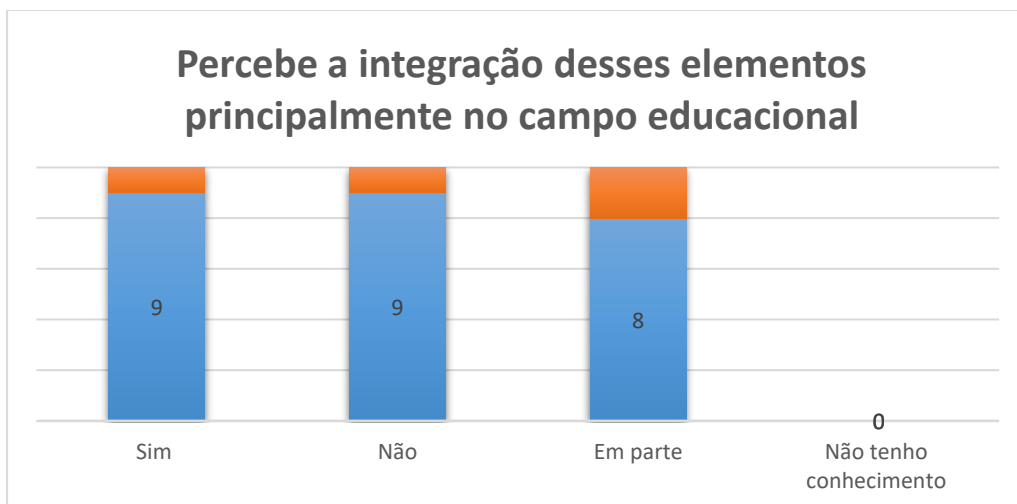
A participação de maneira plena dos docentes nos debates públicos fomenta um novo olhar no processo de construção e reconstrução do fazer pedagógico em um processo colaborativo e participativo. O não participar dessas discussões na sociedade, limita todo esse processo alienando o fazer pedagógico.

Ipê Amarelo, em suas contribuições durante o processo questiona de maneira espontânea: *“são só os Cânions ou tem mais coisas no geoparque? Não vai colocar isso com meu nome”* (Ipê Amarelo).

De maneira geral, percebemos que alguns docentes ao falarem a respeito das informações científicas a respeito do geoparque, sente-se inseguros, um pouco desconfortáveis, solicitando que algumas respostas sejam dadas posteriormente onde procuraram buscar, pesquisar para atenderem o que lhes é solicitado. Muitos entrevistados ouviram, contribuíram, porém, solicitaram ficar com o roteiro de entrevista/questionário para entregarem posteriormente.

Dando sequência às entrevistas, onde foi apontado que de acordo com a UNESCO (2024), para que se desenvolva um geoparque, diversas etapas, que envolvem desde o conhecimento científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação deverão ser cumpridos. Quando questionado se eles percebiam a integração desses elementos principalmente no campo educacional apontaram o seguinte.

Figura 38 - Gráfico Integração de elementos principalmente no campo educacional



Fonte: organizado pela autora.

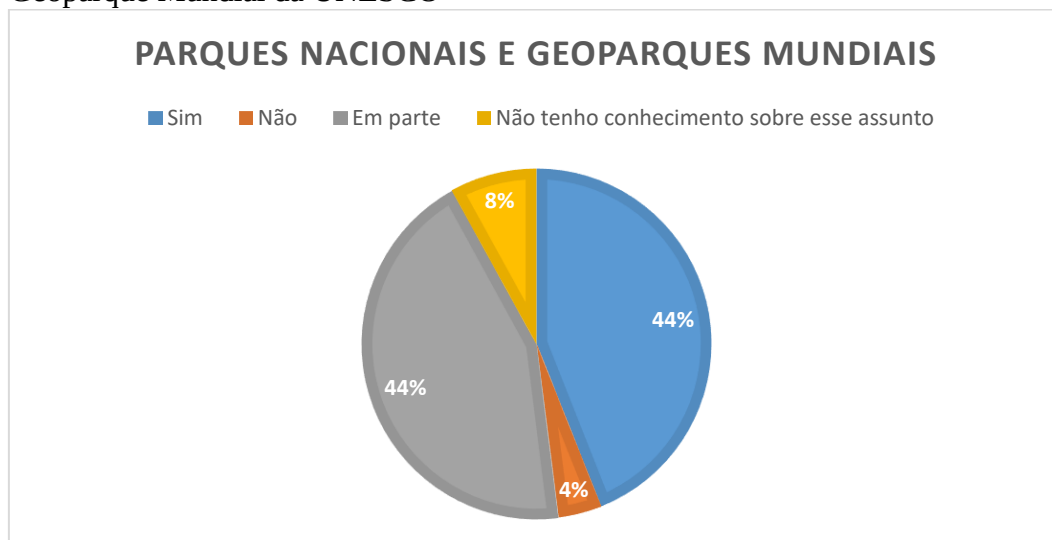
Dos vinte e seis entrevistados, nove apontaram que sim, percebem a integração do conhecimento científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação.

Nove dos vinte e seis também apontaram que não percebem essa realidade no contexto do território praiagrandense. E, por fim, oito desses percebem apenas em partes e nenhum apontou não ter conhecimento diante dos itens descritos. Portanto, de maneira geral, percebemos que ainda existe necessidade de amadurecimento para que se possa atender essas demandas orientadas pela UNESCO no que tange conhecimento científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação de acordo com os dados dos docentes.

Seguindo para a pergunta posterior que foi elencada diante da realidade municipal onde a população ainda manifesta dúvidas referentes aos Parques Nacionais e Geoparques. Foi descrito: enquanto um Parque Nacional versa de uma área em que a preservação ambiental é o principal foco, os geoparques são territórios com foco na conservação de um patrimônio único, o geológico, de valor internacional, mas aliado ao desenvolvimento socioeconômico da região (UNESCO, 2024) e, portanto, são duas nomenclaturas e concepções conceituais e técnicas díspares, porém que se complementam rumo a conscientização e a preservação ambiental.

Ao apontar esse questionamento se reconheciam a presença dos Parques Nacionais e Geoparque Mundial da Unesco no Município de Praia Grande e suas concepções conceituais e técnicas díspares entre os mesmos o resultado foi o seguinte:

Figura 39 - Gráfico Concepções conceituais e técnicas díspares entre Parques Nacionais e Geoparque Mundial da UNESCO



Fonte: organizado pela autora.

Se voltarmos às palavras do Ipê Amarelo, o mesmo descreve que Geoparque “*são áreas geográficas de paisagem verdes*”, bem como Andorinha, aponta como “*uma área florestada protegida pela UNESCO para preservá-la e para o turismo*”. Percebemos que alguns ainda apresentam dúvidas. Ao observar o gráfico acima exposto, podemos perceber tal realidade junto aos docentes.

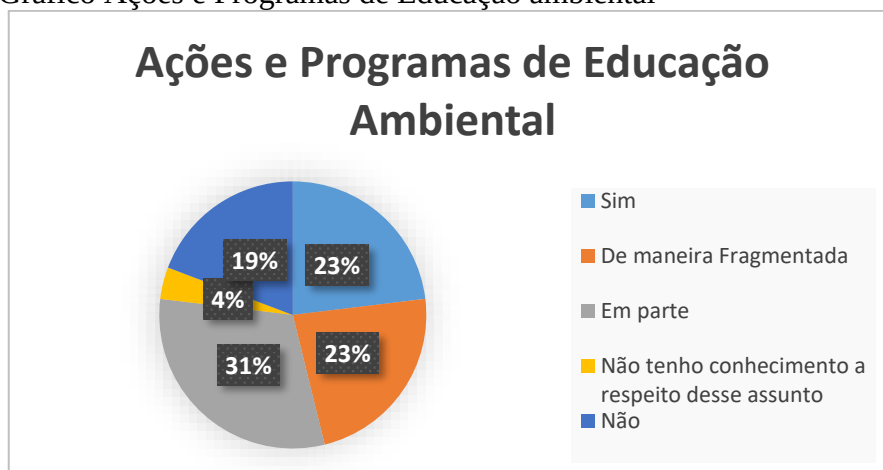
O município praiagrandense possui em seu território, como já citado anteriormente, dois Parques Nacionais e chancela de UGGp, portanto, vivenciamos tal realidade. Para que haja empoderamento da população local não podemos ficar alheios a isso, pois é justamente tal realidade que nos diferencia que “*deixa de ser apenas mais um pedaço de terra*” (Zouros, 2024), tendo sentimento de pertencimento.

Tal realidade é possível quando utilizado uma abordagem, estratégia de desenvolvimento de conhecimento do território por meio da educação, da criação de capacidades, com sentimento de pertença e orgulho dessa terra que passa a ser bem mais que apenas um pedaço de chão, mas lugar feito de gente que sente orgulho e cuida do lugar que vive. Somente assim, esse povo passa a se sentir “Geoparquino” (Zouros, 2024). E abraça os ideais de cuidado e preservação do lugar em que vive pois sente-se parte dele.

Nosso sentimento de “*pertença*” está diretamente ligado à nossa compreensão de mundo (Grün, 2010). Somente vamos cuidar e preservar aquilo que conhecemos, respeitamos, dessa forma, os conflitos socioambientais só podem ser resolvidos através do educar para sentir-se parte integrante, pertencente.

Seguindo, perguntamos aos docentes se nos últimos três anos (2022, 2023, 2024), perceberam mudanças e embasamento de ações no campo educacional ligadas a programas de Educação Ambiental Escolar e formação e sensibilização profissional para sustentabilidade a grande maioria nos apontou que tais ações ainda carecem de ampliação, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Figura 40 - Gráfico Ações e Programas de Educação ambiental



Fonte: organizado pela autora.

A formação continuada é fator fundamental na prática docente, porém a fragmentação dos saberes e ações disciplinares ainda estão bastante enraizadas nas formações e ações pedagógicas. “A produção bem-sucedida de conhecimento para os futuros da educação precisará se tornar conscientemente inclusiva, social e culturalmente diversa, interdisciplinar e interprofissional e capaz de promover a comunicação, a colaboração, a apropriação e a aprendizagem mútua” (UNESCO, 2022, p. 131).

Ao longo de nossa formação curricular, não fomos ensinados a pensar de maneira interligada, interconectada, onde o modelo tradicional de ensino fragmenta o conhecimento distanciando os sujeitos deles mesmos, da vida humana e do planeta. Tais desafios precisam ser superados para que a educação assuma seu lugar na formação de sujeitos críticos, conscientes, compreendendo sua condição humana e seu papel na superação da disjunção da sociedade e natureza.

A reforma do ensino é um dos caminhos, porém o mesmo não acontece de maneira isolada. Faz-se necessário uma reforma do pensamento.

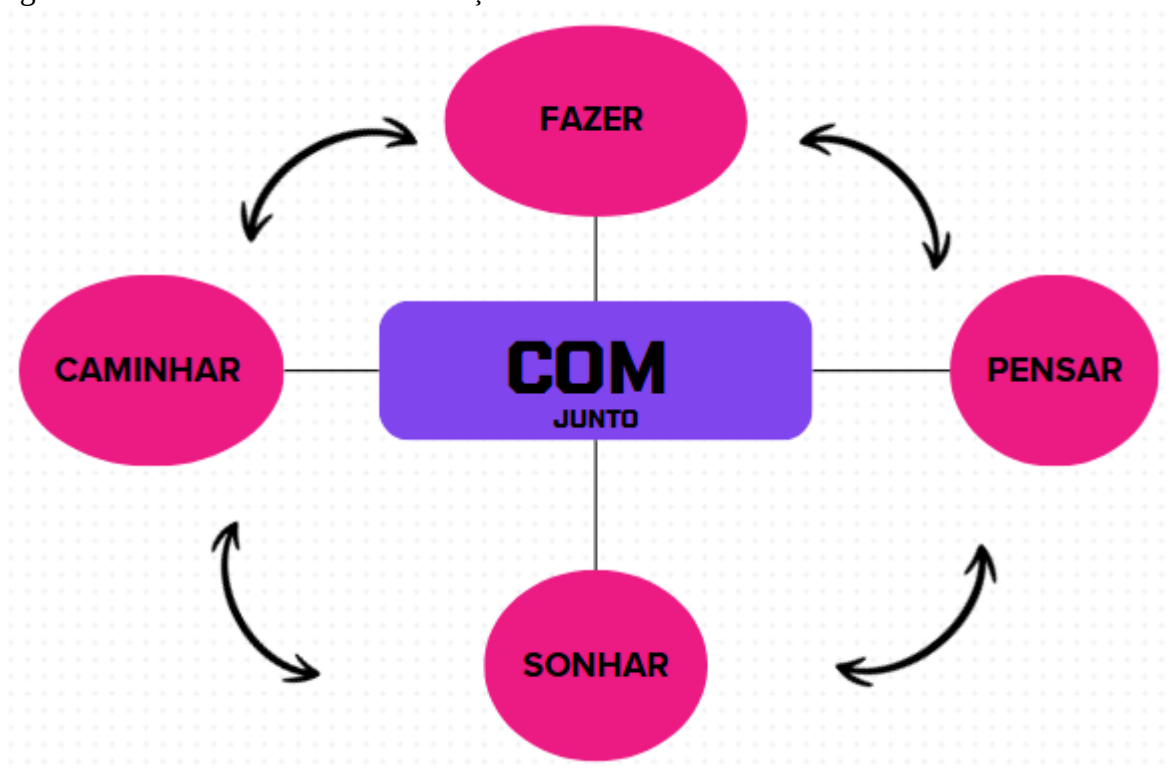
O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com a reorganização do saber; e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado, e nela renasceriam de uma nova maneira, as noções pulverizadas pelo esmagamento disciplinar: o ser humano, a natureza, o cosmo, a realidade (Morin, 2004, p. 104).

Só será possível uma reforma do pensamento, a partir de um amadurecimento cognitivo que rompa com antigos paradigmas. Sem um amadurecimento cognitivo não somos capazes de realizar tal ação, de compreender as “ambivalências” da vida humana, da ciência e da sociedade.

Tal amadurecimento acontece por meio de formação, aumentando nossas capacidades. Formação essa que precisa acontecer de maneira horizontal e não vertical. Que siga um processo de construção crítico e contínuo, dotado de significância e significado, pois, se não faz sentido, dificilmente irá interessar, fertilizar muito menos transformar.

Na maioria das vezes, buscar essa formação de maneira solo é bastante difícil. Por isso que a qualidade na ação dos Gestores Educacionais possui um papel fundamental nesse processo. Não de cobrar a formação (fato que acontece na maioria das vezes). Mas ofertar uma formação horizontal que se fundamente nas ideias de “**ConJunto**” em todos os momentos dessa caminhada conforme demonstrado na imagem abaixo.

Figura 41 - Gráfico Modelo de formação continuada horizontal “ConJunto”¹¹



Fonte: organizado pela autora.

¹¹ Metodologia apontada pela autora. Uma ideia de caminho cooperativo, onde cada um não vai precisar traçar caminhos de formação solo, mas vai fazer “ConJunto”. COM as pessoas e JUNTO das pessoas.

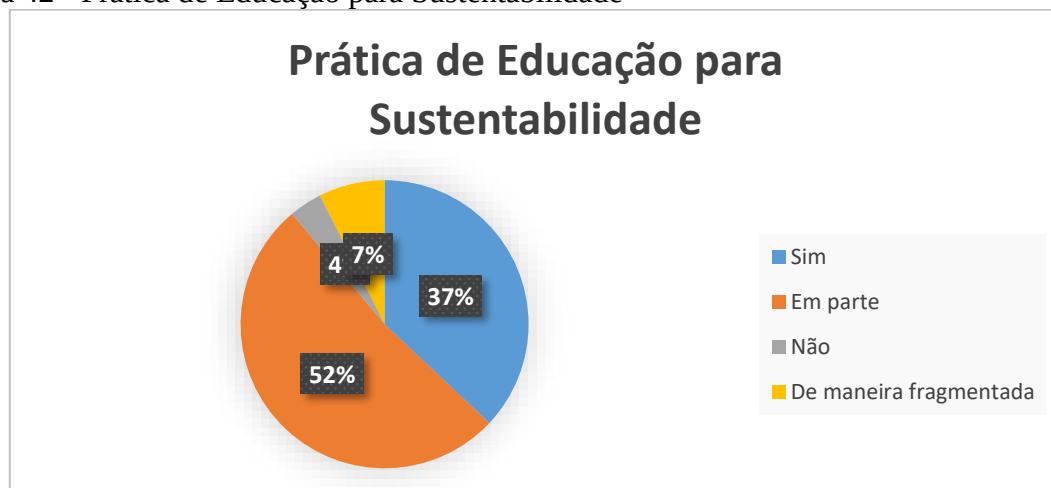
O modelo “**ConJunto**”, apresenta uma ideia de caminho cooperativo, COM as pessoas e JUNTO com as pessoas, onde os sujeitos não vão precisar traçar caminhos de formação solo, mas sim, Fazer “ConJunto”, Pensar “ConJunto”; Caminhar “ConJunto” e principalmente Sonhar “ConJunto”.

A docência não é um caminho fácil. É dotado de desafios diários que precisam ser superados. Muitas vezes os docentes desanimam da formação continuada por sentirem-se sozinhos e as informações e formações buscadas, estarem muito distantes da realidade que vivem. Não conseguindo fazer junções com a prática diária. Quando esse caminho é horizontal e realizado de maneira ConJunta, colaborativa e cooperativa muda a realidade pois no momento de transformar a teoria para prática o estar em “ConJunto” facilita todo esse processo, tornando-o mais próximo e possível agir-refletir/debater-agir (Adaptação Freire (1997), Ação/Reflexão/Ação). Todo o processo de docência seria bem mais leve, criativo, com olhar interdisciplinar se tal metodologia fosse efetivada na prática, onde o caminhar não seria tão solitário.

Seguindo, apresentamos aos docentes que educar para a sustentabilidade não é um conceito que pode ser apresentado de maneira isolada, mas sim integrada compreendida em suas múltiplas dimensões de maneira interdisciplinar. Em sua prática pedagógica, esses ideais conseguem se efetivar?

A partir desse questionamento, recebemos o seguinte resultado:

Figura 42 - Prática de Educação para Sustentabilidade



Fonte: organizado pela autora.

Ao observarmos os dados, tais ações a partir de um olhar interdisciplinar ainda precisam ser ampliadas pautadas nas ideias apontadas anteriormente. Percebemos que a educação ainda segue modelos que resguardam olhares disciplinares cuja ação engessa e limita uma prática

comprometida consigo mesmo, com os outros e com a incapacidade de analisar os problemas em toda a sua dimensão multifacetada (Morin, 2000).

Portanto:

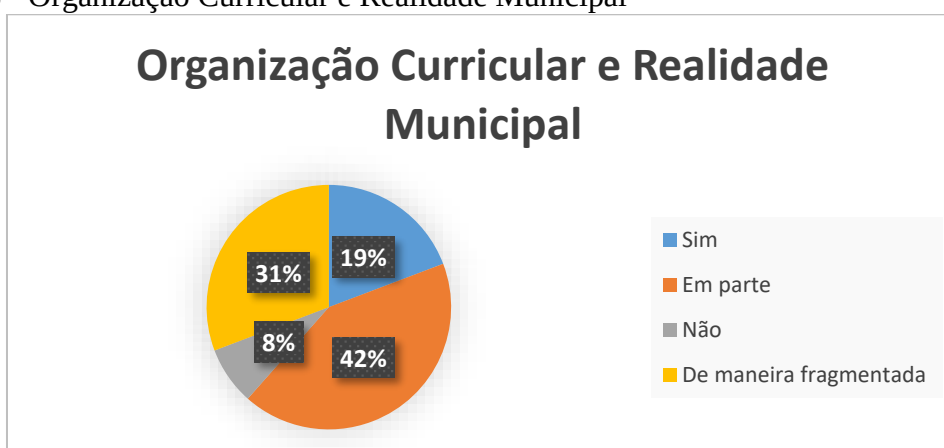
Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (Pombo, 2005, p. 13).

Abandonar modelos tradicionais de ensino não é tarefa fácil, assim como ouvir o outro, estar aberto a sugestões a pensar além das “gavetas” disciplinares e da formação específica que trazemos. Se fosse tarefa simples, essa realidade já teria se efetivado no contexto educacional. Porém, os modelos que observamos ainda estão bastante enraizados nessa prática.

A ideia de **ConJunto**” (anteriormente citada), apresenta um caminho que não se segue sozinho, mas junto àqueles que compreendem que essa mudança é uma ação necessária e uma responsabilidade diante do saber e suas dimensões éticas.

Seguindo para o próximo item, foi apontado que o sistema disciplinar ainda se faz muito presente nas instituições de ensino. Cujo foco principal é “depositar”, acumular conhecimentos apenas, seguindo na maioria das vezes currículos e metas estabelecidas de maneira vertical. Diante dessa organização foi questionado se os docentes conseguem visualizar ações práticas de Educação Ambiental na parte diversificada (parte do currículo que é complementada à base nacional comum, de acordo com as características locais e regionais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos), atendendo a realidade municipal.

Figura 43 - Organização Curricular e Realidade Municipal



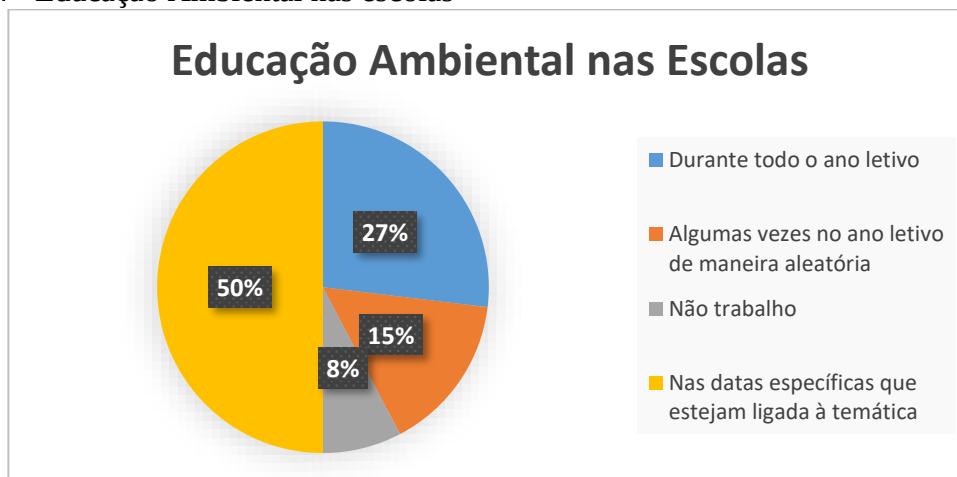
Fonte: organizado pela autora.

Diante do exposto, eles apontaram que esse processo acontece de maneira fragmentada ou em parte. Corroborando com a realidade apresentada até então. Seguindo a respeito do modo como a educação ambiental nas escolas (muitas vezes) é trabalhada de maneira bastante

fragilizada, abordando apenas discussão de causas e efeitos, solicitamos que os docentes apresentassem em seu contexto, como essas datas são trabalhadas junto aos estudantes.

Os mesmos apresentam em sua grande maioria, que trabalham de modo mais específico nas datas que estejam ligadas à temática, alguns de maneira aleatória. Sendo uma pequena porcentagem que relata trabalhar durante o ano inteiro.

Figura 44 - Educação Ambiental nas escolas



Fonte: organizado pela autora.

Percebemos na maioria dos docentes que o modo de trabalho vem ao encontro da realidade disciplinar exposta anteriormente que vai desenvolver um trabalho pedagógico nas suas “caixas” específicas, ou seja, nas datas específicas. Dessa maneira, a transmissão de informações desconexas, fragmentadas limita a criticidade dos estudantes (Morin, 2000). Não apenas a capacidade crítica, mas o olhar para todo, o sentir-se parte do todo como sujeito que transforma e ao mesmo tempo é transformado.

Em seguida, ao solicitarmos aos docentes que apontassem como essas ações se efetivavam na prática pedagógica, os mesmos descreveram: (Registramos que alguns docentes não registraram respostas nesse momento).

“Projeto direcionado para o resgate cultural das ervas medicinais e direcionado para proteção do ecossistema e a transformação do lixo” (Bugio);

“Convênio” (Lontra);

“Sustentabilidade são temas abordados com frequência, assim como coleta seletiva do lixo e preservação do meio ambiente” (Ipê Roxo);

“É possível trabalhar educação ambiental em vários momentos na sala de aula. Ex: separação do lixo, plantio e cuidado com as plantas, conscientização sobre os cuidados com o solo, preservação das águas e dos animais...” (Ingá-feijão);

“Interdisciplinarizando os conteúdos, buscando agregar com a prática em atividades a campo conhecendo locais: rios, cachoeiras, montanhas, espaços turísticos, etc.” (Gralha Azul);

“Em meu dia a dia procuro sempre trazer através de textos, de atividades práticas, da conscientização sobre o lixo, reciclagem, vídeos, saídas para apresentar nosso espaço ambiental e assim conseguir uma melhor conscientização” (Paca);

“Não se efetivam, são trabalhadas de forma fragmentadas e não com todas as turmas durante o ano letivo” (Bacupari);

“Através de projetos (sustentabilidade, reciclagem, horta, etc.” (Canjerana);

“Se efetivam por meio de debates, palestras, estudo do meio... também por incentivo a coleta seletiva do lixo na escola e na residência dos alunos” (João de Barro);

“Através de palestras, estudos e saídas” (Ingá Macaco);

“Através de palestras educativas e atividades que visam ampliar o conhecimento dos nossos sítios geológicos, cânions e todas as belezas naturais do nosso município” (Pica-Pau);

“No dia do meio ambiente e no dia da água” (Ipê amarelo);

“Através de projetos de iniciativa dos professores e gestão escolar” (Tarumã);

“Através de projetos utilizados pelos professores” (Garça-branca);

“São efetivados através de projetos escolares realizados pelos professores” (Quero-Quero);

“Através de textos, vídeos, desenhos, trilhas, plantio de árvores, dia do meio ambiente entre outros” (Canela);

“Dia do meio ambiente, dia da água” (Lontra);

“Devia estar no currículo das escolas, ações e práticas na vida cotidiana “em casa”, consciência ambiental e a valorização” (Pitangueira);

“Trabalhando dia do meio ambiente; conscientizar sempre os alunos sobre os cuidados e ações com o meio ambiente” (Bromélia);

“Distribuição de mudas de nativas, projetos educacionais voltados para a conscientização, preservação e cuidados com o meio ambiente” (Capivara);

“É muito atrelado ao tema transversal Meio Ambiente, por isso ocorre em datas específicas. Ou, por interesse interdisciplinar – um grupo de professores desenvolve e executa as ações do tema” (Araçá);

“No ambiente escolar através de projetos interdisciplinares, por exemplo projeto de vida e projeto na educação básica a partir de séries iniciais” (Preá).

E, por fim, sabiá descreve:

Primeiramente precisa de sensibilização para que todos estejam interessados, que toda a comunidade possa participar. Você precisa fazer, não porque alguém vai cobrar mais porque sensibilização, de forma interdisciplinar dentro de um coletivo que tenha também registos no Plano Político Pedagógico” (Sabiá).

O fragmento de muitas ações descritas anteriormente nos remete novamente ao modelo “ConJunto”, (acima citado), pois educar para sustentabilidade não pode ser um processo solo, isolado, fragmentado que acontece em alguns momentos e em outros não se faz necessário. Deve ser sim, uma ação conjunta que acontece de maneira participativa e cooperativa, envolvendo ideais democráticos, dividindo responsabilidades por meio de ações conjuntas. A consciência ambiental não é fator a ser imposto, cobrado em determinadas datas, memorizado, tal consciência não surge em um contexto fragmentado, mas ao longo de todo o processo, a partir de diferentes visões que são construídas ao longo da vida, em universo de ações, valores e visões que se entrelaçam em diálogos de saberes (Leff, 2010).

Portanto, a realidade em questão demanda um repensar pedagógico sobre a própria ação docente e a compreensão a respeito da superação da fragmentação dos saberes e racionalidade limitantes (Leff, 2009).

A complexidade ambiental auxilia um processo de construção de saberes a partir da diferença do ser. O ser, diverso por sua cultura, ressignifica seu saber para dar-lhe seu selo pessoal, para inscrever seu estilo cultural e reconfigurar identidades coletivas. A pedagogia prepara o encontro de seres diversos dialogando desde suas identidades diferenciadas. A complexidade ambiental se abre para um reconhecimento do mundo desde a lei limite da natureza (entropia) e da lei limite da cultura (finitude da existência). A complexidade ambiental se constrói e se aprende através de um processo dialógico de saberes, na hibridação da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. É o reconhecimento de significados culturais diferenciados, não apenas como uma ética da outridade, mas como uma ontologia do ser, plural e diverso (Leff, 2009, p. 22-23).

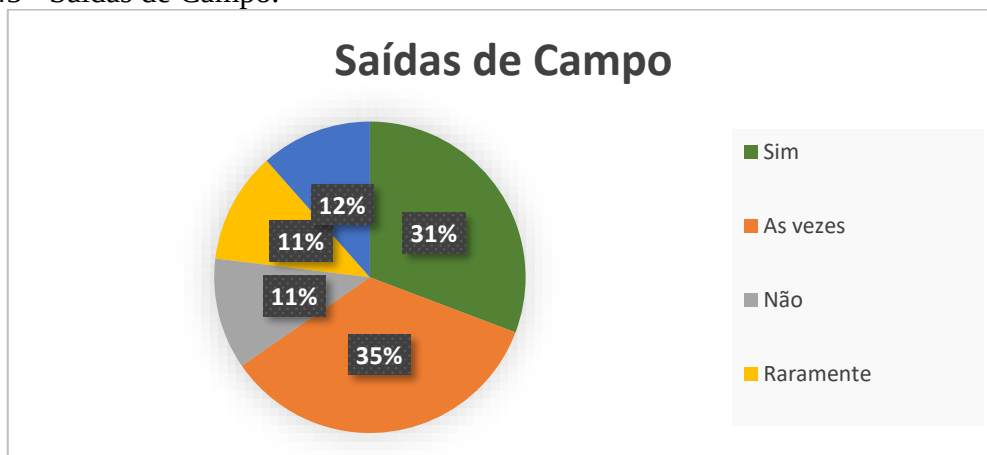
Tal processo empodera os sujeitos como agentes ativos na transformação do meio (Leff, 2009), fomentando um fazer pedagógico que ultrapasse o olhar disciplinar, inovando pensamentos e ações que possam criar um movimento transformador rumo a uma nova racionalidade ambiental.

Portanto, o fazer pedagógico possui um lugar primordial nesse processo de construção de conhecimentos por meio do diálogo, da autonomia, e do desenvolvimento de uma consciência crítica. Tais ações precisam ter “outridade”, serem contínuas, efetivas e cultivar sentidos.

No segmento, apontamos nessa prática docente que saídas de campo, são fundamentais para significar e ressignificar conhecimentos estando em contato e propondo atividades significativas. Ao solicitar como esta realidade estava acontecendo, uma parte aponta realizar

as saídas de campo, porém, a maioria descreve que realiza esta atividade poucas vezes e alguns relatam não realizar por vários motivos, sendo alguns deles a dificuldade em todo o processo para organizar tais saídas.

Figura 45 - Saídas de Campo.



Fonte: organizado pela autora.

Dentre os empecilhos que os docentes apontam nas saídas de campo, os mais citados nos diálogos são as exigências burocráticas, sendo o principal destacado o transporte. Que precisa ser organizado pelo município e muitas vezes isso é bastante limitador e burocrático.

Diante dessa realidade, o processo de gestão ocupa um papel fundamental, pois poderá em conjunto com os docentes realizar uma organização anual ou semestral para que sejam realizadas essas saídas e possam buscar junto aos órgãos responsáveis liberação do transporte para isso com antecedência.

A cada início de ano letivo os docentes planejam e organizam suas atividades durante o semestre. Dessa forma, os gestores poderiam articular um “Projeto Mãe” que nortearia e justificaria as propostas de saída de campo da instituição. Nesse projeto estariam inclusas as propostas dos docentes com seus respectivos objetivos de ensino. O papel do gestor da instituição nesse momento é fundamental para que vá ao encontro dos responsáveis e apresente a importância das atividades listadas no projeto da instituição para atender as demandas, já articulando agenda no setor responsável pelo transporte. Será bem mais difícil receber uma resposta negativa quando todo processo está organizado com antecedência e justificando sua necessidade.

Na realidade, somos sabedores que existem uma série de empecilhos, porém destacamos novamente que o papel da gestão é fundamental para que essa articulação aconteça, pois, observarmos essa realidade e a importância das saídas de campo, que ocorrem fora do espaço

escolar como estratégias de ensino fundamentais para aprendizagem dos estudantes nas diferentes etapas do ensino.

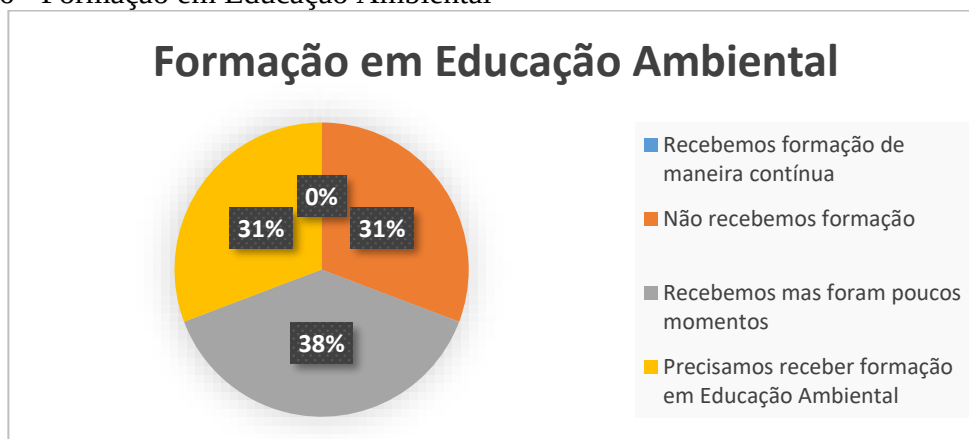
Viveiro e Diniz (2009), apontam que esses momentos de saídas de campo promovem a interação dos estudantes com o meio ambiente em situações de vivências práticas, aguçando a busca pelo saber, além de estreitar laços entre alunos com eles mesmos e com os docentes.

Devemos ampliar nossa concepção dos locais onde a aprendizagem acontece para além de espaços e instituições centradas no ser humano para incluir também parques, ruas da cidade, caminhos rurais, jardins, áreas selvagens, terras agrícolas, florestas, desertos, lagos, pântanos, oceanos e todos os outros locais que são locais que vão além da vida humana (UNESCO, 2022, p. 110).

Para que esse processo se efetive, a formação continuada é fundamental. Os programas educativos em educação ambiental na formação docente visam a promoção de uma educação contextualizada nas vivências, na mudança de valores e atitudes, formando um sujeito comprometido, crítico, que vise proteger e melhorar o meio ambiente não somente para si, mas para todos os seres vivos e preservar para as futuras gerações.

Nesse segmento, ao questionarmos se os docentes receberam oferta de cursos e formação em Educação Ambiental, (Oferta de diferentes instituições) delimitando os últimos três anos (2022, 2023, 2024), os mesmos apontaram que a formação em educação ambiental precisa acontecer e que no momento os docentes sentem que ficou a desejar conforme ilustrado abaixo.

Figura 46 - Formação em Educação Ambiental



Fonte: organizado pela autora.

Dessa forma, é possível alargar a compreensão dos diálogos expostos até o momento pelos docentes. A formação é essencial para que haja amadurecimento, reflexão e amadurecimento na ação docente. Sem ela a educação está fadada à repetição disciplinar que

reduz a educação a educação bancária (Freire, 1968), cuja memorização sem sentido, descontextualizada é o modelo seguido.

A seguir, vamos observar que no caminho rumo a alfabetização ecológica, as palestras nas escolas, visitas aos geossítios e oficinas lúdicas são fundamentais. Quando questionados se os docentes participavam desses eventos, os mesmos apontaram em sua grande maioria que raramente ou nunca participaram. Conforme demonstrado abaixo:

Figura 47 - Palestras, visitas ao Geossítios



Fonte: organizado pela autora.

As informações acima listadas, nos apontam a importância da formação continuada. Somos território de Geoparque, isso nos diferencia dos outros lugares. A formação de docentes, gestores e alunos, incentivando-os a atuar como multiplicadores de conhecimento (UNESCO, 2024) sendo a educação um dos três grandes pilares fundamentais dos Geoparques. É primordial que esse eixo seja trabalhado de maneira efetiva e contínua, onde todos os segmentos da educação sejam conhecedores e possam então segundo a UNESCO (2024), possam aplicar os princípios da geoconservação, a noção de patrimônio cultural, histórico e os valores locais.

O Eixo da Educação tem como objetivo elaborar e planejar as ações relacionadas à educação básica do território. Oferecendo aos professores e alunos a oportunidade de conhecer e compreender o registro geológico do seu território contribuindo na disseminação do conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural entre os municípios (UNESCO, 2024).

Diante dessa realidade, ouvindo os docentes, percebemos que no município essas ações no momento, encontram-se fragilizadas. Onde a maioria dos docentes não percebe a participação de maneira atuante dos representantes do Eixo da Educação no fomento de ações, junto às escolas e docentes no município de Praia Grande.

Em muitas situações, foram questionados a respeito de quem seria o representante do Eixo da Educação, as respostas apontavam dúvidas e outras ainda quando citavam conhecer a pessoa que ocupava esse cargo, apontavam pessoas que não correspondiam (citamos a realidade praiagrandense). Ainda nos relatos, apontaram que *“precisa ser alguém que seja do chão, da nossa terra que a todo ano, não mude que seja uma sequência, que essa pessoa tenha a cidade como prioridade, não pode ficar um ano e outro ser outro. Tem que ser alguém que tenha vontade”* (Garça-branca).

Ao observar os relatos dos docentes e acompanhar a realidade municipal, percebemos que assim como descritos nas falas, essas trocas constantes prejudicam e interrompem o trabalho contínuo junto a educação municipal.

Em diálogo com um dos gestores o mesmo nos aponta que

Os profissionais indicados são assistidos pelo Diretor Executivo e por Coordenadores de Eixos de Trabalhos que transmitem informações, atualização sobre ações desenvolvidas através do Geoparque, proporcionam conhecimento sobre a temática para os mesmos através de cursos e capacitações e apoio para desenvolver seus trabalhos nos municípios. Pode eventualmente acontecer de o profissional indicado acumular funções e se sobrecarregar com atividades, prejudicando assim sua atuação nos Grupos de Trabalhos. As substituições de servidores indicados não devem ser motivo prejudicial para o andamento das ações” (Gestor).

Diante dessa realidade, o mesmo nos aponta que *“Uma possibilidade seria a ampliação no número de servidores técnicos efetivos indicados pelos municípios com maior carga horária disponível para desenvolver ações relacionadas ao Geoparque”* (Gestor).

De maneira geral, na gestão, o processo de governança, mais uma vez é citado aqui como um fator primordial na organização e efetivação de ações de curto e longo prazo dentro do Eixo Educacional. Que fará toda a diferença nos processos de atuação e efetivação a respeito da conscientização ambiental.

A consciência e a sensibilidade diante das questões ambientais irão determinar fortemente os procedimentos e ações no que tange decisões a respeito da importância da educação e que precisa transcender com foco na sustentabilidade que deve permear todas as ações e políticas municipais.

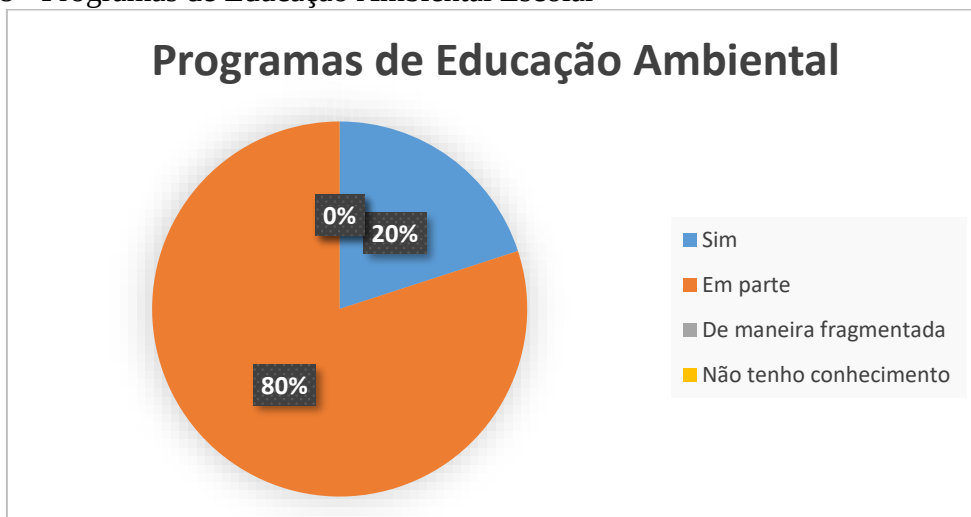
Dando sequência, fomos ouvir os gestores (municipais e estaduais), que aceitaram participar da entrevista. Foram ouvidos cinco Gestores (municipais e estaduais), os quais não serão listados ou definidos sua representação (Estado ou Município), garantindo assim, sigilo na identidade dos mesmos.

No primeiro momento apontamos aos gestores que de acordo com a UNESCO (2024), para que se desenvolva um geoparque, diversas etapas, que envolvem desde o conhecimento

científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação deverão ser cumpridos.

Diante desse apontamento questionamos se percebiam essa integração no município de Praia Grande, principalmente no campo educacional. Os mesmos diante da realidade, relatam que acontece em parte. Assim como o questionamento a seguir se nos últimos três anos (2022,2023,2024), tinham percebido mudanças e embasamento de ações no campo educacional ligadas a programas de Educação Ambiental Escolar, formação e sensibilização profissional para sustentabilidade. Apontam em sua grande maioria que acontece em parte. Apenas um listou que sim, que tem percebido mudanças.

Figura 48 - Programas de Educação Ambiental Escolar



Fonte: organizado pela autora.

Seguindo, apontamos que educar para a sustentabilidade não é um conceito que pode ser apresentado de maneira isolada, mas sim integrada compreendida em suas múltiplas dimensões de maneira interdisciplinar.

A governança da educação deve reconhecer e valorizar a capilaridade, porosidade e onipresença das instituições de ensino, instituições sociais e relações temporais. Garantir que atores tão diversos estejam comprometidos com a inclusão e a sustentabilidade, no entanto, requer colaboração e compromissos que assegurem que as oportunidades educacionais, formais ou não, permaneçam acessíveis a todos (UNESCO, 2022, p. 106).

Nesse íterim, foi perguntado aos gestores se essa realidade se efetiva na Rede Municipal/Rede Estadual de Ensino ou ainda é observado dificuldades diante da fragilidade na formação docente. Os mesmos apontaram:

“Observa-se ainda dificuldades para que realmente ocorra a educação para a sustentabilidade, mas é possível superá-las” (Beija-Flor);

“Ainda apresenta dificuldades, pois vimos em alguns momentos desinteresse dos órgãos competentes e da equipe docente” (Saíra);

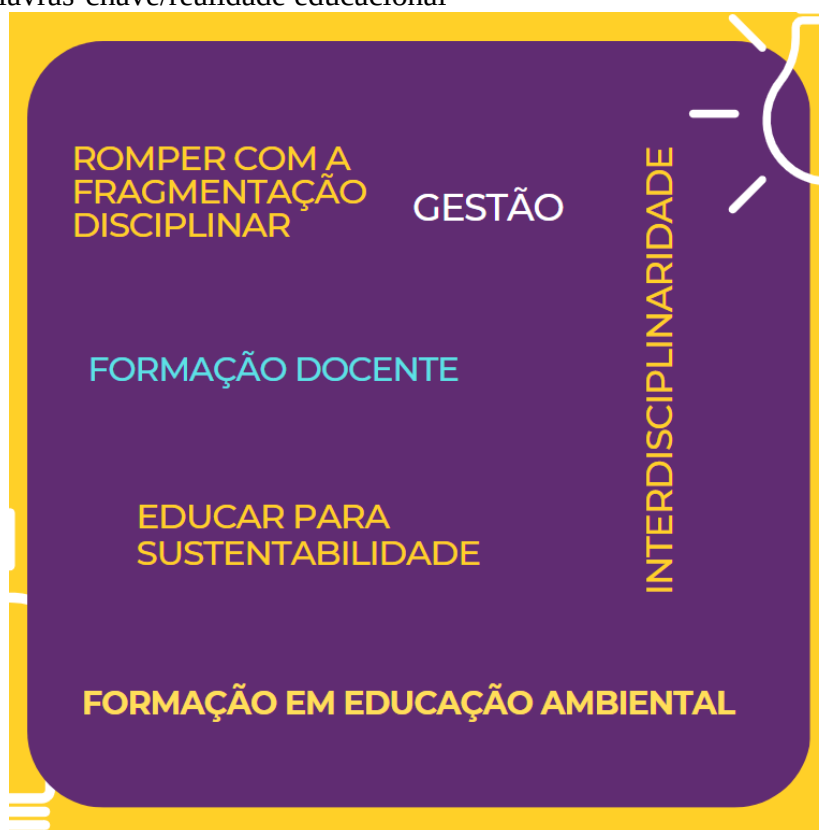
“Essa realidade se mantém, devido ao fato da falta de espaço e organização para um trabalho e planejamento mais coletivo e menos fragmentado” (Tiê);

“Essa realidade não se efetiva na rede municipal, há inúmeras dificuldades diante da fragilidade da formação docente” (Sanhaço);

“Muitas fragilidades estão sendo encontradas. Uma delas é o próprio conceito de sustentabilidade, que ainda é muito confundido” (Canário).

Diante da exposição dos docentes, resumimos com as seguintes palavras-chave:

Figura 49 - Palavras-chave/realidade educacional



Fonte: organizado pela autora.

Diante dos itens apontados acima, percebemos que vem ao encontro de tudo que foi pontuado até então nas análises anteriores.

A fragmentação disciplinar é um dos grandes obstáculos a serem superados na educação Leff (2018, p. 03), “nos propõe o desenvolvimento de uma educação ambiental fundada em uma visão holística da realidade e nos métodos da interdisciplinaridade”.

Nesse ínterim, nos aponta que

A problemática ambiental é o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO *apud* Leff, 2018, 03).

Portanto a interdisciplinaridade nos remete a uma ação transformadora que ultrapassa o campo disciplinar, transcendendo os campos dos conhecimentos e saberes que, mais além do afã retotalizador das visões holísticas e os métodos sistêmicos, desdobre um caminho de reapropriação do mundo pela via do saber (Leff, 2018).

Reconstruir essa realidade não é uma tarefa simples, mas é o único caminho para superação de valores que determinam a sociedade capitalista (dinheiro acima de tudo) para a cultura de valores da sustentabilidade, da humanidade que apoie a vida acima de tudo não o capital. Romper com esses paradigmas é uma tarefa complexa, mas um caminho necessário e quase tardio.

O projeto interdisciplinar surge com o propósito de reorientar a formação profissional através de um pensamento capaz de apreender a unidade da realidade para solucionar os complexos problemas gerados pela racionalidade social, econômica e tecnológica dominante. Este projeto busca fundamentar-se num método capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares sobre uma realidade homogênea, racional e funcional, eliminando as divisões estabelecidas pela fronteira dos territórios científicos, cancelando o espaço próprio de seus objetos de conhecimento, para reconstruir um mundo unitário (Leff, 2015, p. 180).

Seguindo para a participação do CICCIS no processo de organização e planejamento da formação docente e discente no processo de formação; os docentes apontaram (nem todos responderam essa questão): “*Deveria ser incentivar e proporcionar formações na área*” (Canário); “*Não tenho conhecimento dessa participação*” (Sanhaço); “*Em nossa escola não há recursos recebidos, visto que ela é da rede estadual*” (Tiê); “*Vimos que o consórcio ainda não é assíduo na formação*” (Saíra). Também ressaltaram dificuldade para responder a respeito dos representantes do Eixo da Educação no município.

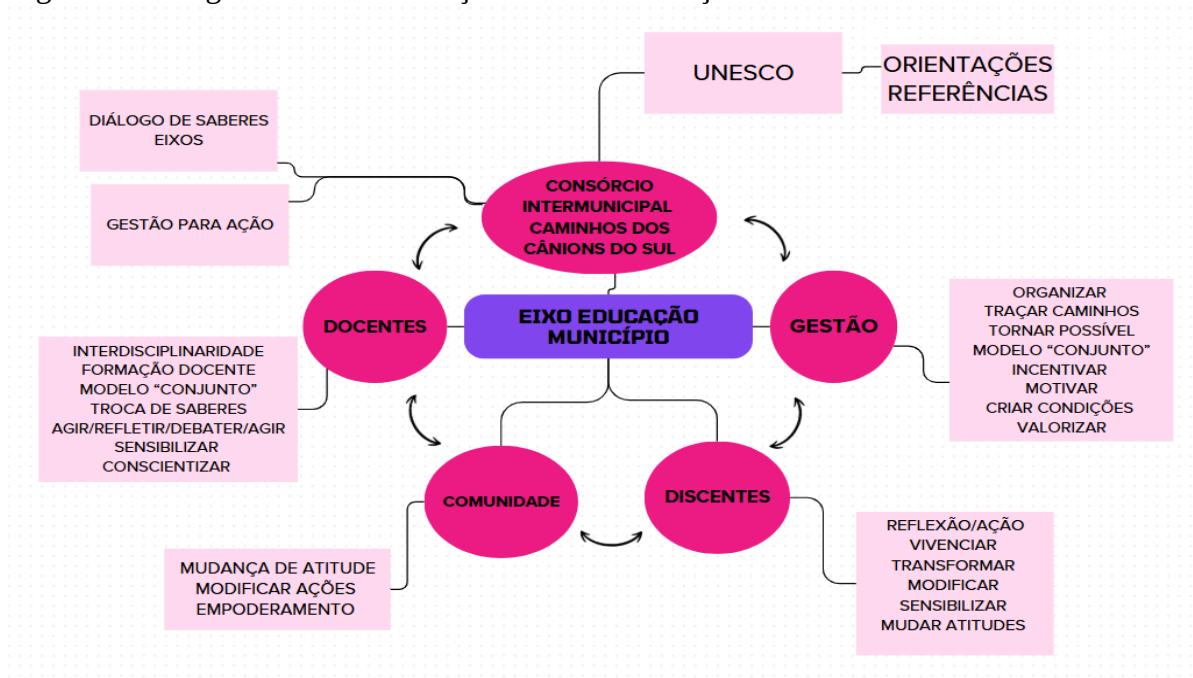
A partir desse cenário, pontuamos (a partir da exposição dos entrevistados) que as formações ofertadas durante o processo para recebimento do selo eram mais constantes, após isso, as mesmas foram ficando menos intensas.

Uma das funções do Consórcio Intermunicipal é planejamento estratégico, impulsionando a implementação de programas de educação ambiental, projetos de conservação da natureza e iniciativas de valorização da cultura e história local (Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul, 2024).

O eixo da educação precisa estar à frente em conjunto com a gestão municipal para que possam caminhar junto aos ideais anteriormente listados, visto que a educação permeia todas

as esferas da sociedade. Seguindo, a partir das orientações da UNESCO estratégias que venham ao encontro da realidade municipal e que atendam as demandas propostas conforme ilustrado no diagrama abaixo:

Figura 50 - Diagrama Ideal de atuação do Eixo Educação



Fonte: organizado pela autora.

Somos sabedores que manter essa organização não é tarefa fácil, pois depende de múltiplos pares, e muitas vezes da boa vontade dos gestores municipais em indicar as pessoas para compor os eixos. Outras vezes as pessoas escolhidas sentem pouco interesse ou ainda são indicadas e não correspondem às exigências necessárias.

Novamente voltamos ao processo de governança ao fazer a gestão no território, sendo o capital humano fundamental nesse processo, fazendo toda a diferença nas ações junto à comunidade. Ações estas que levem a sensibilização e compreensão e o cuidado com essa terra, com o planeta que é nosso bem comum, que precisamos estar juntos na defesa desse comum, entendendo a complexidade das relações que envolvem a vida na terra, freando as ações destrutivas que veem a biodiversidade como um objeto natural a ser apropriado pelo capital numa lógica anti-vida, antiecológica (Leff, 2022).

As ações de sensibilização junto aos setores educacionais de educação ambiental irão fomentar um giro epistêmico no processo formativo de educação, rompendo com a separação natureza e sociedade (Leff, 2022).

Repensando nesse contexto de acordo com Gadotti (2000), todo o sistema de ensino, políticas e práticas educacionais, onde a educação ambiental assume um propósito

problematizador, que adotando um olhar da inseparabilidade, superando a alienação a qual se pensa em educação ambiental apenas como cuidar do seu lixo. Onde o mesmo é esquecido quando é coletado diariamente pelos órgãos responsáveis. Ou geram ações fragmentadas que não modificam condutas ou práticas que não vão diminuir os impactos negativos rumo à “transformação destrutiva” (Leff, 2022).

Fomentar um saber que esteja a serviço da vida humana (Gadotti, 2000), é fator primordial para conscientização diante de um futuro sustentável. Seguindo fomos ouvir os discentes, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

Vamos a seguir para análise dos dados do grupo de Discentes.

Solicitamos se os mesmos já tinham ouvido falar a respeito do Geoparque. Os mesmos foram unânimes ao responderem que sim.

Quando questionados se poderiam descrever/falar um pouco a respeito do Geoparque a partir do que já ouviu falar a respeito no município sobre o que é, suas contribuições, os mesmos apontaram o seguinte (alguns não responderam):

“Já ouvi o ¹²Henrique Maciel falar sobre Geoparque. Já ouvi também a respeito dos cânions” (Caturrita);

“Pelo que me lembre, seria um projeto para proteger e preservar pontos turísticos” (Suiriri);

“Acredito que é mais relacionado ao meio ambiente/natureza, cuidado e preserva a vida rochosa e fauna e flora” (Anu);

“Não me recordo muito bem. Mas acredito que suas contribuições sejam quanto a preservação do meio ambiente” (Tangará);

“Sim, algo bastante importante sobre geoparque mais visibilidade ao município e a preservação da vida”; (Pássaro preto);

“Não lembro” (Anu-branco);

“Não lembro” (João de barro);

“É uma área protegida, contribuindo principalmente na economia local e principalmente também na fauna e na flora” “Cardeal”;

“Bem, pelo que me lembro, a questão de geoparque prioriza uma boa condição de meio ambiente, a preservação da natureza” (Tico-tico);

“O geoparque é uma forma de preservação dos recursos naturais (Cânions) ” (Gaturamo);

¹² Henrique Maciel - Ex-prefeito do município de Praia Grande.

“O geoparque é uma forma de preservar as belezas dos nossos cânions e os recursos naturais” (Maitaca);

“É um título dado pela Unesco que foi recebido pela cidade de Praia Grande para o cuidado e preservação do ambiente natural” (Saracura);

“O geoparque tem contribuições ecológicas para o município, de modo que haja uma preservação do meio ambiente (Curicaca);

“São belezas e riquezas naturais e culturais sendo os principais recursos para desenvolvimento sustentável” (Gavião-gato).

De maneira geral, os estudantes apontam questões referentes ao geoparque que estão atreladas aos seus princípios, porém, alguns se reportam “se me lembro”, “não recordo muito bem”; “não lembro”, nos remetendo a um tempo passado bastante distante. Ou seja: já ouviram falar em algum momento, porém em tempos passados, outros momentos os quais agora torna-se difícil recordar.

De acordo com Fornaro, Fernandes, (2018), no ensino médio pouco são discutidos ou trabalhados conteúdos geocientíficos e possibilidades de aulas práticas são bastante escassas, sendo um grande desafio. Portanto, ao observar os registros dos estudantes anteriormente, se justifica muitas vezes o não recordar.

Ao solicitarmos se já participaram de atividades em que o professor trabalhou com informações a respeito da importância do cuidado com a natureza, os mesmos apontam em sua grande maioria que sim, apenas dois estudantes apontaram não. Porém, ao solicitar que descrevessem como essas atividades aconteceram, alguns que haviam registrado como sim, sentiram dificuldades para descrever/lembrar dessas atividades. Outros apontaram:

“Sim. De forma teórica nas disciplinas de geografia e trilhas de aprofundamento do novo ensino médio, e também de forma prática com plantação e distribuição de mudas de plantas nativas” (Pássaro-preto);

“Já fizemos plantações, hortinhas (em aulas de trilha de geografia), reciclagem de papeis, já ajudamos a cuidar das plantações da escola também” (Tangará);

“Plantações de árvores, projeto de uma horta” (Anu);

“Na matéria de geografia fizemos plantações utilizando caixas de ovo e também plantamos flores usando potes reciclados de vidro” (Suiriri);

“Na matéria de aprofundamento em geografia, plantamos uma planta e estudamos bastante sobre isso” (Caturrita);

“Estudamos muito sobre as riquezas e benefícios do meio ambiente” (Gavião gato);

“Aconteceram através de pesquisas locais e visitas” (Curicaca);

“Um exemplo foi na aula de ciências humanas que produzimos cartazes de alguns geossítios entre outras coisas como leituras de panfletos em inglês” (Saracura);

“Trabalhos com cartazes, trilhas e explicações com atividades e trabalhos em grupo, nossos professores tentam ao máximo nos proporcionar uma explicação diversificada” (Maitaca);

“Trabalhos com cartazes, trilhas e explicações, atividades e trabalhos em grupo, saídas a campo” (Gaturamo);

“Tivemos uma aula ao ar livre sobre a preservação das árvores e a importância que ela tem para nós como a fotossíntese” (Tico-Tico);

“Em conhecimento. Científico foi passado vídeos de preservação e juntado o negócio com a renda” (Cardeal).

Ao observarmos o retorno dos estudantes, podemos perceber que listaram algumas disciplinas em específico, apontando ainda fortemente o olhar disciplinar presente no sistema de ensino, elencando a apenas algumas disciplinas o trabalho de educação ambiental. A educação envolve um conjunto de valores e percepções que vão muito além dos conteúdos disciplinares (Fornaro, Fernandes, 2018). Tema esse, já pontuado nas discussões anteriores que se expõe novamente e sendo reforçado no retorno obtido pelos discentes.

Seguimos para o questionamento se os mesmos ouviram falar a respeito dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral no Município de Praia Grande. Foram unânimes ao relatarem que sim. Nesse aspecto, os estudantes apontam ter conhecimento dos dois parques presentes no município.

Em seguida solicitamos que os estudantes apontassem alguns cenários de belezas exuberantes existentes em Praia Grande. Tivemos o seguinte retorno:

Figura 51 - Belezas do município de Praia Grande.



Fonte: organizado pela autora.

Os estudantes apontam vários itens que compõem o cenário de belezas praiagrandenses, também listado o céu com os balões que também é considerado como uma das belezas locais.

Em seguida convidamos os estudantes para que apontassem como podemos ajudar a cuidar e preservar as belezas naturais do nosso município. Descreveram os seguintes itens:

Figura 52 - Como preservar as belezas naturais no município



Fonte: organizado pela autora.

Os estudantes apresentam informações importantes a respeito de como cuidar das belezas naturais do município, apontando ações importantes nesse processo. Inclusive um deles demonstra ter observado nas trilhas volumes de lixo fazendo uma crítica a esse respeito. Vários outros itens poderiam ser acrescentados à imagem acima, porém os estudantes, diante da limitação/fragmentação disciplinar, sentem dificuldade para apontar caminhos para minimizar os impactos rumo a preservação do município.

De acordo com Toledo (2005), a educação brasileira pouco se preocupou em manter os conteúdos em Geociências na formação de professores. O resultado é uma carência de noções sobre o planeta e o reconhecimento de sua importância na cultura de maneira geral, por isso as limitações que os estudantes manifestam.

Ao perguntarmos se percebiam diferenças na cidade de Praia Grande nos últimos anos, os mesmos pontuam que em sua grande maioria que sim. Apenas um ressaltou não perceber diferenças. Apontaram para alguns itens referente ao que observaram:

Figura 53 - Mudanças percebidas no município nos últimos anos



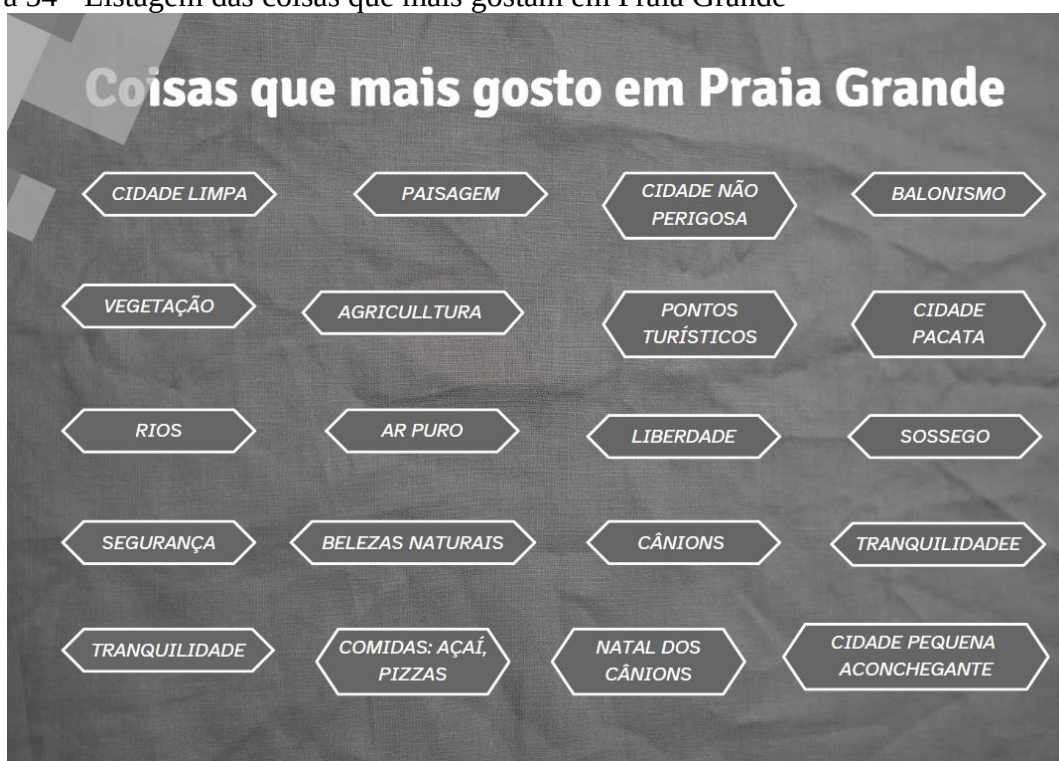
Fonte: organizado pela autora.

Os estudantes observaram mudanças significativas no município que realmente vem afetando a população. São mudanças positivas e negativas destacadas acima. Apontam que a cidade está mais voltada para o turismo, que tal desempenho melhorou a preservação.

Tal fato, precisa ser melhor investigado e refletido, pois, com o aumento do turismo, aumenta também a necessidade de acomodação para esse público, bem como o consumo, produção de resíduos, assim como aumenta a demanda, onde os preços modificaram etc. Portanto, essa análise é bastante complexa exigindo ampliação de estudos e pesquisas. Destacamos nos dados obtidos que nenhum estudante relatou emprego e renda nesse item.

Quando questionados se gostavam de morar em Praia Grande, todos relatam que sim. Mas não descartam o fato de um dia terem que sair em busca de estudos. Em seguida, apontaram o que mais gostam na cidade.

Figura 54 - Listagem das coisas que mais gostam em Praia Grande

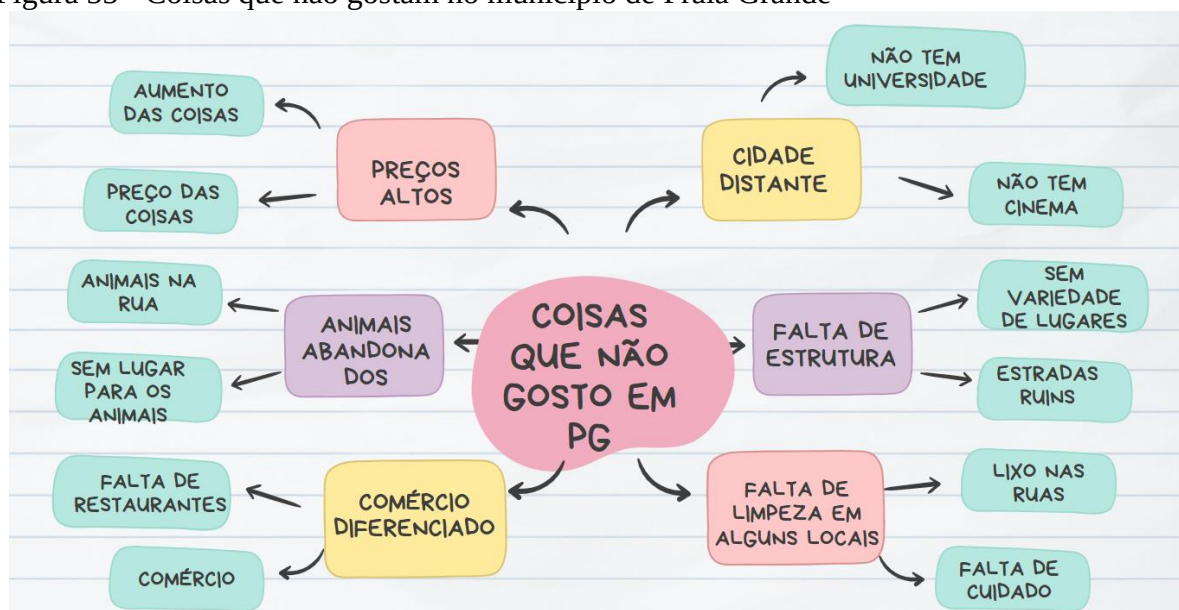


Fonte: organizado pela autora.

De maneira geral, os mesmos percebem as qualidades existentes no município, reconhecem as belezas naturais, a tranquilidade que ainda temos, algumas especificidades que uma cidade interiorana ainda mantém.

Também, apontaram inúmeras coisas que relatam não gostar no município que serão destacadas abaixo.

Figura 55 - Coisas que não gostam no município de Praia Grande



Fonte: organizado pela autora.

Os estudantes apontam questões importantes que ainda precisam ser aprimoradas no município, especialmente relacionadas à gestão de resíduos sólidos e ao alto custo de vida, que impactam diretamente o acesso da população local a determinados serviços e experiências turísticas.

Foi mencionado, por exemplo, que os valores de voos de balão, hospedagens e restaurantes, são na maioria das vezes, voltados ao público turista, o que limita o acesso dos moradores locais e reforça desigualdades socioeconômicas dentro do território.

Entre as observações destacadas, merece atenção o cuidado com os animais, tema que vem ganhando relevância social e emocional. Os estudantes demonstram sensibilidade ao reconhecer a importância da presença dos animais na vida humana, tanto pelo valor afetivo quanto pelo benefício terapêutico que oferecem aspectos que contribuem significativamente para o bem-estar físico e psicológico das pessoas.

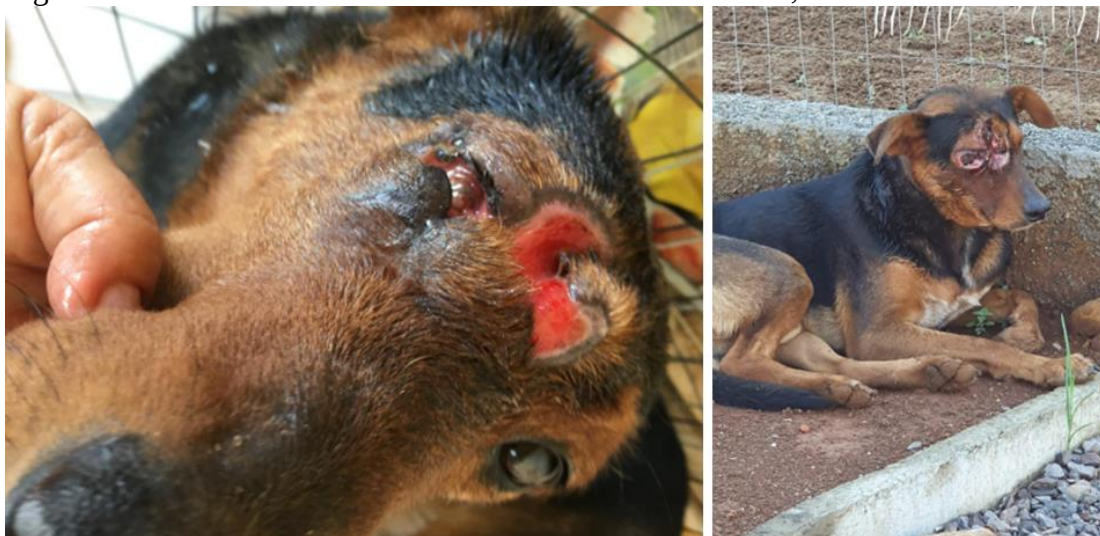
Contudo, também apontam preocupação com a falta de políticas públicas voltadas à saúde animal, especialmente no que se refere à castração e vacinação de cães e gatos. Muitos moradores não têm condições financeiras de custear o procedimento, o que mantém o ciclo reprodutivo descontrolado, resultando em abandono, proliferação de doenças e sofrimento animal. Alguns recorrem ao uso inadequado de vacinas para interromper gestações, o que compromete a saúde das fêmeas e, em alguns casos, leva à morte.

As imagens apresentadas a seguir retratam parte dessa realidade vivenciada em Praia Grande, evidenciando a necessidade urgente de ações educativas e preventivas voltadas ao bem-estar animal e à saúde pública.

De acordo com a UNESCO (2024) e autores como Souza (2016) e Ângelo (2014), os Geoparques têm papel essencial na proteção da fauna e dos ecossistemas, adotando medidas de conservação, combate ao comércio ilegal e promoção da educação ambiental. Essas ações, embora geralmente voltadas às espécies silvestres e ameaçadas, devem também inspirar políticas e práticas locais que assegurem o cuidado e a proteção dos animais domésticos, reconhecendo-os como parte integrante do ecossistema e da vida comunitária.

Assim, as observações dos estudantes revelam um olhar sensível e consciente sobre a realidade socioambiental de Praia Grande, apontando caminhos concretos para o fortalecimento da educação ambiental, do pertencimento comunitário e da responsabilidade coletiva no cuidado com todos os seres vivos.

Figura 56 - Animal acolhido na rua com sinais de maus tratos, ferimento do olho e no pescoço.



Fonte: Neuza Versolato (2024).

A imagem a seguir, aponta para os cães soltos, outros que vivem nas ruas e são alvo de brigas.

Figura 57 - Parte da pele arrancada por brigas com cães maiores na rua.



Fonte: Neuza Versolato (2024).

Outro animal é recolhido em péssimas condições, com saúde comprometida.

Figura 58 – Cachorro de porte médio em estado crítico de magreza com pulgas e carrapatos.



Fonte: Neuza Versolato (2024).

O abandono também se estende, indo além da falta de humanidade, conforme demonstrado na imagem abaixo uma cachorra com filhotes sendo abandonada, ou ainda apenas filhotes dentro de sacos abandonados.

Figura 58 - Cadela e filhotes abandonados, amarrada em grade.



Fonte: Neuza Versolato (2024).

Os estudantes, de maneira profundamente sensível e empática, reconhecem que situações de abandono e maus-tratos a animais ainda são frequentes no município, reforçando a necessidade urgente de ações efetivas para cessar essa realidade.

A preocupação demonstrada pelos alunos reflete consciência social e ambiental, evidenciando que o tema transcende o cuidado individual e demanda políticas públicas contínuas e ações educativas transformadoras.

Atualmente, o município conta com a Associação “Patinhas Amigas”, uma entidade sem fins lucrativos que atua com base em doações voluntárias, dedicando-se à proteção e defesa dos animais. No entanto, conforme relatado, a demanda cresce a cada dia, tornando difícil atender a todos os casos que surgem, especialmente os de abandono, doenças e reprodução descontrolada.

Existe também um projeto municipal de castração, mas este atende apenas os machos, o que limita o controle populacional e mantém o problema em aberto. Dessa forma, além de ampliar o programa de castração, é indispensável implementar ações de conscientização junto à população, abordando a responsabilidade na guarda de animais, a importância da vacinação e o compromisso ético com o bem-estar animal.

Prosseguindo com as entrevistas, os estudantes foram convidados a descrever a cidade de Praia Grande com uma ou algumas palavras que melhor representassem sua percepção e

vínculo afetivo com o lugar onde vivem. As palavras apresentadas, carregadas de emoção e pertencimento, revelam como os jovens percebem sua cidade um espaço de belezas naturais, memórias, desafios e orgulho coletivo.

Figura 59 - Descrição da cidade de Praia Grande



Fonte: elaborado pela autora.

De maneira geral, os estudantes se reportam a esse lugar reconhecendo no município aspectos que o diferenciam de outras localidades, citando:

“Belezas naturais únicas no mundo” (Pássaro Preto);

“Rica hidrografia” (Pássaro Preto);

“Cidade acolhedora” (Curicaca);

“E, claro, os balões que hoje fazem parte do turismo do município” (Rolinha).

Esses elementos são tão destacados quanto as belezas naturais, pois, na realidade, os passeios de balão têm como principal propósito a contemplação das paisagens praiagrandenses “de cima”, proporcionando uma nova perspectiva sobre as belezas do município.

Seguindo com as entrevistas, passamos aos questionamentos a respeito da participação dos estudantes em saídas de campo (passeios) com seus professores e colegas nos últimos anos.

A maioria dos estudantes (nove) apontou que sim, participaram, enquanto seis relataram que não. Um deles, inclusive, destacou: “Não saímos, mas a gente gostaria” (Rolinha).

Diante dessa realidade, como já destacado anteriormente nas entrevistas com os docentes, as saídas de campo são fundamentais e primordiais para a formação dos discentes, fazendo toda a diferença no momento de ensinar e aprender.

Abreu (2018), em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Ceará, apresenta um guia facilitador para o planejamento de aulas de campo, com o intuito de estimular e colaborar para que professores saiam das salas de aula e explorem o mundo com seus estudantes, promovendo ações que vão muito além dos muros escolares.

Abaixo, apresentamos um modelo de aplicação para saídas de campo ou aulas campais.

Figura 60 - Descrição saídas de campo.



Fonte: Adaptado pela autora de Abreu (2018).

Sabemos que, muitas vezes, as saídas de campo nas instituições de ensino exigem uma burocracia difícil de atender, sendo necessário não somente o planejamento que é fundamental, mas também a busca por recursos para que possam acontecer.

Entretanto, ao observarmos o registro “Não saímos, mas a gente gostaria” (Rolinha), somos levados a refletir sobre a importância desses momentos para os estudantes, que fazem grande diferença em suas vidas e em seu aprendizado, pois “(...) uma verdadeira aula de campo complementa os conteúdos disciplinares. Essas atividades precisam estabelecer relação entre os conteúdos do ensino formal e elementos do ambiente local que tenham significação ao aluno, relacionando aspectos naturais, históricos e culturais locais” (Oliveira *et al.*, 2015).

A seguir, apresentamos a análise dos dados do grupo de gestores da esfera pública e privada.

Seguimos com os gestores do município, entre os quais podemos incluir diretores, presidentes de instituições e demais representantes. Não serão citadas, neste momento, as instituições específicas, a fim de realizar uma análise geral das falas dos participantes e garantir o sigilo de suas identidades, evitando também qualquer indisposição com aqueles que se recusaram a participar.

Nesse contexto, cabe registrar que ocorreram visitas, trocas de mensagens e tentativas de agendamento sem retorno. Assim, compreende-se que a “ausência de respostas” também constitui uma fonte de dados, permitindo analisar os motivos da omissão e do silêncio institucional.

Diante dessa realidade, tal ausência pode emergir de diversos fatores. Em uma das visitas, por exemplo, um gestor afirmou: “Não podemos escrever qualquer coisa. Deixe as perguntas aqui e volte outro dia” (Cedro).

Em três ocasiões subsequentes, retornamos sem obter resposta. Em outra secretaria, observou-se a não participação por conta de dúvidas, conforme o relato durante a visita: “Eu tenho muitas dúvidas sobre isso e também estou sem tempo, mas deixa a folha que depois vejo se dá tempo de responder” (Aroeira).

Outro gestor, com quem a entrevista havia sido agendada por mensagem, não foi encontrado no momento combinado. O encontro foi reagendado, e, ao ser questionado sobre o motivo da ausência, respondeu: “Estava em reunião e não voltei para a secretaria, mas vou na escola falar com você uma hora” (Gabirola).

De acordo com Goldenberg (2004), em pesquisas qualitativas é comum encontrar dificuldades de acesso, recusas e silêncios. O que foi conseguido e o que não foi, quem colaborou e quem se recusou, são dados igualmente significativos. É preciso analisar não apenas o que é dito, mas também o “não dito”, interpretando a lógica presente na ausência de respostas.

A seguir, apresentamos os relatos dos gestores que aceitaram participar da entrevista. Ressaltamos que nem todas as perguntas foram respondidas, pois alguns relataram insegurança ou falta de conhecimento sobre determinadas questões, decisão que foi respeitada pelo entrevistador.

Nesse diálogo com os gestores, foram mencionadas as diversas etapas que envolvem o reconhecimento e o recebimento da chancela de Geoparque. Quando questionados se percebiam esses elementos presentes no município de Praia Grande, os participantes responderam que sim, destacando aspectos e percepções descritos a seguir.

Figura 61 - Elementos descritos que estão presentes no município.



Fonte: elaborado pela autora.

Em seguida, os gestores descreveram que, nos últimos três anos (2022, 2023 e 2024), alguns perceberam “sim” e outros “em parte” mudanças e ações voltadas a um plano de cogestão capaz de atender às necessidades sociais e econômicas das populações locais diante dessa nova realidade.

Relataram:

“Fortalecimento e desenvolvimento do artesanato local, novos produtos turísticos” (Araújo);

“Principalmente nos projetos sociais de formação e capacitação de jovens e mulheres cooperativistas” (Figueira).

E relata:

As mudanças vêm acontecendo gradativamente um grande exemplo é o projeto da Georota¹³ tem buscado atender diversas demandas junto à sociedade a qual teve o interesse de participar e buscar ainda mais conhecimento sobre a temática Geoparque percebendo uma grande oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico através do turismo integrado o qual traz oportunidades de emprego e renda (Peroba).

¹³ O Projeto de Desenvolvimento Turístico do Geoparque Caminho dos Cânions do Sul é uma iniciativa do Sebrae, em parceria com as prefeituras, entidades e instituições locais, que visa qualificar e integrar os produtos e serviços turísticos da região, valorizando o patrimônio geológico, natural e cultural. A Georota Cânions do Sul oferece uma imersão incomparável na natureza, ligando a Serra ao Litoral em uma região de beleza única. Abrangendo o Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, inclui municípios como Praia Grande, Jacinto Machado, Morro Grande e Timbé do Sul, em Santa Catarina, além de Cambará do Sul, Mampituba e Torres, no Rio Grande do Sul (Cânions do Sul, 2025).

Esse projeto, acima citado, encontra-se em fase de construção, sendo uma iniciativa do SEBRAE em parceria com as prefeituras e instituições locais, com o objetivo de integrar produtos e serviços da região.

Atualmente, não apresenta uma rota específica e concluída, mas oferece opções de escolha aos turistas, cujos trajetos ainda estão sendo estudados pela equipe responsável. Entretanto, é importante destacar que no percurso entre Praia Grande e Jacinto Machado (rota pelo interior) existe um grande obstáculo: as condições das estradas.

A rodovia SC-108 encontra-se em processo de pavimentação asfáltica, o que a torna, em muitos trechos, intransitáveis. Essa realidade representa um empecilho tanto para quem deseja ofertar produtos e serviços nessa rota quanto para quem precisa transitar por ela. Até o momento, não há data definida para a conclusão das obras.

No contexto mais amplo, os gestores também mencionaram a importância de ações voltadas à: Conscientização sobre o patrimônio geológico da região; Fortalecimento da identidade dos habitantes com o território; Estímulo a iniciativas inovadoras locais; Geração de novos postos de trabalho; Ampliação de fontes de receita por meio do geoturismo.

Quando questionados se tais metas vêm sendo efetivamente atendidas, alguns gestores responderam “em parte”, enquanto outros afirmaram que “sim”, destacando percepções e exemplos que serão apresentados a seguir.

Diante da realidade das comunidades rurais nesse processo, obtivemos os seguintes retornos:

Diante da realidade das comunidades rurais nesse processo, os retornos foram os seguintes:

Figura 62 - Retorno das comunidades



Fonte: elaborado pela autora.

“Percebo pouco envolvimento e conhecimento dos moradores dessas comunidades sobre os benefícios do geoparque” (Araçá).

“Não temos ainda os resultados para detalhar a mesma, pesquisas futuras serão executadas para trazer dados que demonstrem o desenvolvimento do turismo rural e agricultura familiar, fomentados através da Georrota” (Peroba).

A realidade apontada anteriormente, irá se consolidar em seguida nas palavras dos moradores das comunidades do interior que apontam exatamente o que foi citado. Onde poucos apresentam compreensão e benefícios. Alguns até citam prejuízos nas lavouras por conta do turismo. Os quais serão relatados posteriormente.

A UNESCO (2024), nos aponta que as riquezas naturais e culturais são os principais recursos para o desenvolvimento das comunidades, por meio do Turismo Sustentável. Diante dessa realidade foi descrito que o município vem atendendo em parte essa demanda.

“O desenvolvimento da atividade turística tem como ponto forte as riquezas naturais, no que se refere a cultura representa pouco” (Araçá).

“Precisa desenvolver atividades voltadas para a cultura local” (Araçá).

Dessa forma, de acordo com Brilha (2009), um geoparque possui uma área bem delimitada, onde se une a geoconservação com o desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam, sem esquecer as ligações com o restante do patrimônio natural e cultural.

A imagem abaixo, de acordo com Brilha (2009), apresenta o conceito de geoparque e seu grau de impacto.

Figura 63 - Conceito de geoparque e seu grau de impacto



Fonte: Brilha (2009).

Brilha (2009) aponta que o grau de impacto de um geoparque é máximo na localidade em que está inserido e que, de acordo com a imagem, “vai diminuindo gradualmente conforme a abrangência (regional, nacional e internacional) ” (Brilha, 2009, p. 32). Portanto, é fundamental estimular a criação de atividades econômicas sustentadas na geodiversidade da região, em especial as de caráter turístico, com o envolvimento efetivo das comunidades locais (Brilha, 2009).

O geoturismo compreende uma atividade turística que, nas últimas décadas, vem ganhando destaque internacional, sendo considerado uma forma de turismo mais sustentável, preocupada com a geração equitativa de benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para todos os envolvidos (Newsome; Dowling, 2018).

Diante da realidade acima destacada, questionamos se realmente tem sido observado esse cuidado e preservação do local, ou se está sendo utilizado um modelo que, no fundo, se firma como turistificação da cidade.

Os participantes destacaram, de maneira geral, que existem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da comunidade local e dos visitantes; contudo, na maioria dos casos, o foco tem sido a adaptação dos espaços para receber turistas.

Essas adaptações, frequentemente, são claramente observadas no município na construção de cabanas para atender aos visitantes. Tais construções, no entanto, são realizadas sem um padrão definido de exigência, e muitas vezes os munícipes recorrem a financiamentos para edificá-las, o que, em diversos casos, resulta em empreendimentos que não atendem às exigências turísticas, gerando prejuízos e insucessos financeiros.

Quanto à contribuição financeira e arrecadatória para o município, solicitamos informações sobre como ocorre o retorno desses setores turísticos por meio de impostos e fiscalização. Foi apontado que isso ocorre apenas “em parte”, uma vez que muitos ainda atuam sem registros formais, o que dificulta o recolhimento de tributos e o controle efetivo dessa movimentação econômica.

O turismo de base comunitária surge, nesse contexto, como uma estratégia fundamental de preservação, pois, além de proteger o patrimônio ambiental e cultural, promove o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Diante dessa realidade, perguntamos se esse modelo já se fazia presente no município. As respostas destacaram:

“Bem pouco, alguns casos pontuais” (Araçá);

“Estamos construindo parcerias junto ao SEBRAE e com as comunidades para atender a essa demanda.” (Peroba).

Nesse sentido, evidencia-se a importância do turismo de base comunitária, que “se caracterizaria por ser um modo de organização e gestão da atividade, organizado pela comunidade em rede interdependente, por meio de relações solidárias baseadas na confiança, valorizando a cultura, o respeito e a conservação ambiental, e oferecendo serviços e produtos advindos da própria localidade” (Silva; Matta; Sá, 2016, p. 84).

Tais ações permitem a construção de laços comunitários e conferem sentido coletivo às práticas locais, fortalecendo o ideal de cooperação e sustentabilidade no território.

Dessa forma,

Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (Hallack *et al.*, 2011, p. 10).

Essa realidade permite criar oportunidades para que a comunidade local demonstre sua sabedoria, seus costumes e seus saberes e fazeres, revelando o valor do conhecimento tradicional e das práticas cotidianas. Ao mesmo tempo, gera estratégias de sobrevivência para

as pessoas, promovendo trabalho e renda. Entretanto, essa não é uma organização simples, pois requer preparo, planejamento e articulação comunitária.

Esse modelo de turismo proporciona uma experiência única, em que quem chega traz um pouco de sua história e leva consigo um pouco da história do povo local, transformando tanto a vida de quem visita quanto a de quem acolhe, e gerando impactos socioambientais positivos.

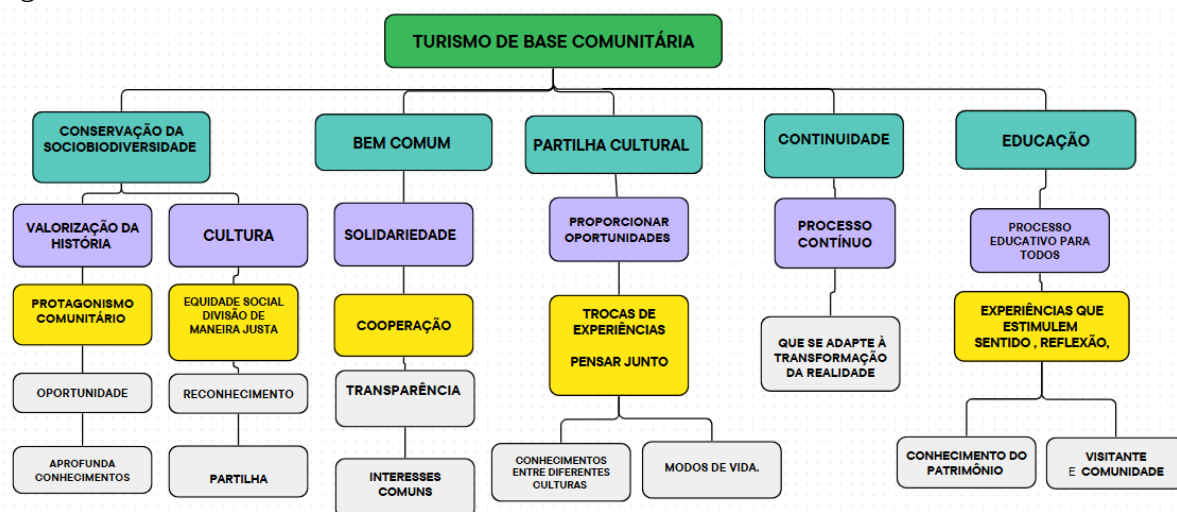
“O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida e a valorização da história e da cultura dessas populações” (Rios; Barros, 2021, p. 20).

Esse modelo precisa ser ampliado no município, por meio de ações de governança que incentivem, orientem e ofereçam condições para que as comunidades possam se organizar. Muitas vezes, elas já possuem todos os recursos necessários para tal iniciativa, faltando apenas clareza sobre como iniciar o processo.

É importante salientar que “o termo *ecoturismo* está associado a um dos diferentes segmentos da atividade turística, enquanto a expressão *de base comunitária* refere-se à forma de organização e ao modelo de gestão do turismo” (Rios; Barros, 2021, p. 21).

Nesse sentido, apresentamos a seguir, com base nos estudos de Rios e Barros (2021), propostas e planos integrados para a efetivação do turismo de base comunitária, destacando que todos os atores sociais precisam estar incluídos e envolvidos nesse processo inclusive sob o ponto de vista financeiro, com a participação conjunta do poder público e da iniciativa privada.

Figura 64 - Turismo de base comunitária



Fonte: Adaptado de Rios; Barros (2021).

A partir do ideal demonstrado acima, é de fundamental importância um processo de governança que possa, junto à comunidade, empoderá-la para que seja capaz de identificar os atrativos turísticos, os elementos que compõem o produto turístico, escolhê-los de maneira democrática, perceber os pontos fortes e fracos da comunidade, organizar atividades culturais e de lazer, oferecer serviços, investir em infraestrutura, preparar-se para receber visitantes e, sobretudo, estabelecer parcerias (Rios; Barros, 2021).

É essencial criar condições para que as comunidades percebam, no turismo de base comunitária, uma oportunidade de complemento de renda e, principalmente, de fortalecimento e crescimento comunitário. Complemento, pois é preciso ser realista ao considerar que é possível à comunidade conciliar seus afazeres cotidianos com a organização do turismo de base comunitária. Caso contrário, pode haver frustração financeira e comprometimento de ambas as atividades.

Seguindo para as comunidades, o objetivo foi compreender aspectos subjetivos, entender comportamentos e olhares, interpretando cada sujeito a partir de sua própria realidade, buscando compreender o todo que compõe o cenário em estudo. Foram ouvidas onze pessoas representantes das comunidades, todas maiores de dezoito anos e residentes há mais de três anos na localidade.

Destaca-se que alguns representantes foram procurados, mas optaram por não participar da entrevista. Um dos entrevistados, por exemplo, afirmou:

“Eu não entendo muito sobre isso, mas vou indicar uma pessoa que é conhecida minha, que mora no centro, está estudando e vai responder para você” (Sabiá-Una).

Em um primeiro momento, foi perguntado aos entrevistados se já haviam ouvido falar sobre o Geoparque. De forma unânime, todos afirmaram que sim, já tinham ouvido falar em algum momento. Em seguida, solicitou-se que descrevessem o que sabiam sobre o tema, e as respostas apresentadas foram as seguintes:

“É uma área conhecida por seu patrimônio geológico, promovendo a preservação ambiental, a educação e o desenvolvimento sustentável da região” (Araticum).

“É para ficar bom para o município. Está havendo um estudo para melhorar o Sul” (Caroba).

“União de locais e paisagens de importância geológica, com o objetivo de cuidar e preservar o local e promover o desenvolvimento sustentável” (Camboatá).

“Sobre turismo” (Canjerana).

“É o que a gente tem, essa cadeia de cânions” (Quaresmeira).

“Foi falado, mas não posso dar respostas, porque não tenho conhecimento. Para as comunidades, não foi esclarecido” (Ipê-Branco)

“Não tenho noção. Um parque em cima da serra” (Manacá).

“Não chegou bem claro o que é. A parte do território foi demarcada. É preservação e conservação” (Pata-de-vaca).

“O Geoparque dá visibilidade à nossa cidade, nos colocando mais aparentes no mercado do turismo e da sustentabilidade” (Açoita-Cavalo).

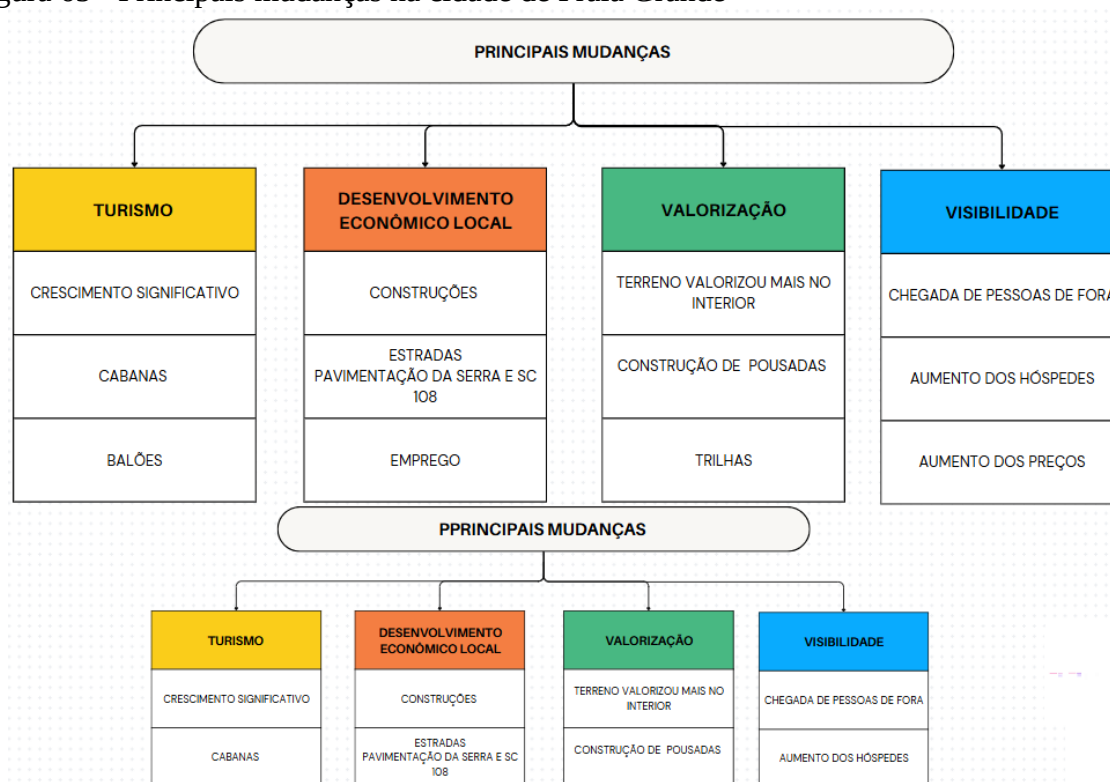
“É uma determinada região dentro do país, reconhecida nacional e internacionalmente por seus encantos e belezas naturais” (Angico-Branco.)

De modo geral, observa-se que as pessoas entrevistadas já ouviram falar sobre o Geoparque, como demonstrado anteriormente. Contudo, ao serem convidadas a explicar ou descrever o conceito, algumas ainda revelam dificuldades, evidenciando um certo distanciamento, como se o Geoparque fosse algo externo à comunidade. Outras, por sua vez, apresentaram definições mais precisas, mas, ao longo dos diálogos, esse sentimento de distanciamento ainda se mostrou presente.

Em seguida, foi questionado se perceberam mudanças na cidade nos últimos anos (2022, 2023 e 2024) e se poderiam citar algumas. Apenas uma pessoa respondeu não saber opinar. As demais afirmaram que sim, perceberam mudanças, sendo a maioria positivas.

Podemos citar:

Figura 65 - Principais mudanças na cidade de Praia Grande



Fonte: Elaborado pela autora.

Foram destacados vários itens, pontuando as principais mudanças observadas: o crescimento da cidade de maneira significativa, o aumento da construção de cabanas, a chegada de novos balões para atender à demanda turística, além do aumento geral nas construções de salas comerciais e casas para locação. As estradas também estão passando por processos de pavimentação, principalmente a Serra do Faxinal e a SC-108, obras esperadas há muito tempo pela população.

Esse olhar voltado ao turismo tem contribuído para que os acessos recebam melhorias. Ainda há muito a se desenvolver, mas os avanços já são perceptíveis. Inclusive, em um dos depoimentos, Quaresmeira relatou que turistas vieram a Praia Grande, mas não saíram do local em que estavam hospedados devido às más condições da estrada. Segundo ela, “os visitantes afirmaram que não iriam explorar a cidade com o próprio carro, pois não queriam danificá-lo”.

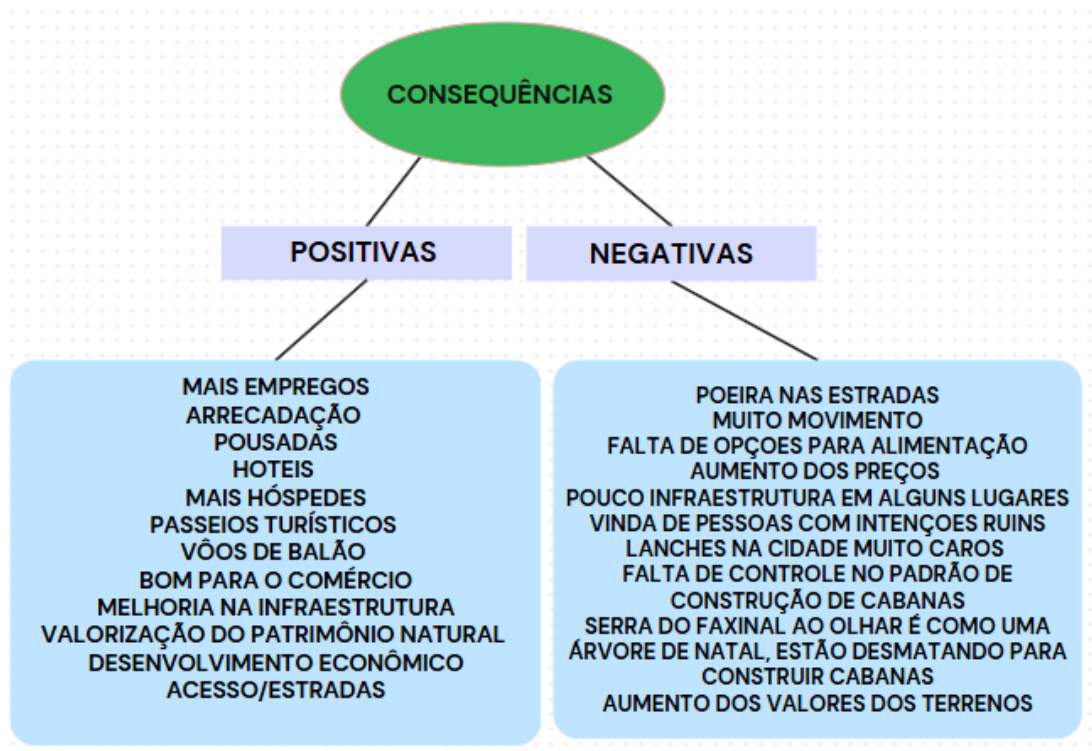
Esse relato reforça que o processo de melhorias asfálticas ainda está em andamento, com alguns trechos em fase inicial e outros em fase de conclusão.

Os entrevistados também apontaram a valorização dos terrenos no interior do município. Antes, apenas o centro era considerado mais valorizado, mas o interior passou a ser alvo de procura e especulação imobiliária.

Essa mudança foi acompanhada por um aumento geral dos preços, tema já destacado anteriormente pelos estudantes do Ensino Médio e agora reforçado pelos representantes comunitários, que percebem a elevação das taxas e do custo de serviços — não apenas para os visitantes, mas também para a população local, que manifesta queixas sobre essa realidade.

Observando o crescimento do turismo na cidade, foi solicitado que os participantes apontassem algumas das consequências percebidas, descrevendo-as em seus aspectos positivos e negativos.

Figura 66 - Consequências positivas e negativas com o aumento do turismo



Fonte: Elaborado pela autora.

Várias consequências foram apontadas pelos sujeitos entrevistados. Eles percebem que o turismo traz consigo inúmeros aspectos positivos, mas, ao mesmo tempo, apresenta fragilidades que precisam ser acompanhadas por um processo de governança para que sejam minimizadas e adequadamente geridas.

Diante do questionamento sobre se compreendem as mudanças que ocorreram no município como o recebimento da chancela de Geoparque Mundial da UNESCO e a maior visibilidade como fatores importantes para a preservação ambiental, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente, embora tenham feito algumas ressalvas, como já citado anteriormente:

“A Serra do Faxinal está ficando uma árvore de Natal. Estão desmatando e construindo nos morros” (Pata-de-vaca)

“Tem pouco cuidado com as nascentes e com os esgotos” (Pata-de-vaca)

“Não depende do turista a preservação, depende de cada um de nós.” (Ipê-Branco)

“Se for colocar na ponta do lápis, se preserva mais agora por conta da conscientização dos locais” (Ipê-Branco).

“Com o crescimento, podemos ter mais violência, mas, por enquanto, é só coisa boa.” (Quaresmeira)

“Agora as pessoas têm mais noção de como cuidar da natureza” (Canjerana)

Para complementar, Caroba faz um discurso mais extenso, apontando diversas questões relevantes e dignas de análise mais aprofundada, que serão exploradas a seguir.

Tudo tem que ter cuidado, pois, jogam lixo na beira de estradas os turistas. Eles não têm respeito com isso. Precisamos cuidar do que a natureza oferece. Ainda temos águas limpas nos rios. Precisa cuidar da poluição e agrotóxicos. Poluição, poeira, drones com veneno, movimentos dos carros, mais o gás dos balões, não está fácil. Antes, não passava ninguém na estrada, agora é direto. Começando às quatro horas e trinta minutos da manhã. Já escutamos aquele chuáááá´ arrastando pneus na brita e ninguém dorme mais. Quando dá uma enchente aqui é triste, é garrafa, saco plástico, é muito triste. O que foi juntado de lixo depois da enchente é terrível. Isso é um trabalho que precisa conscientizar as famílias. A área da educação precisa passar tudo isso às crianças para não poluir (Caroba).

Ao observar os apontamentos feitos por Caroba, percebemos seu olhar atento à conscientização ambiental e sua consciência sobre a importância do cuidado com os recursos naturais “que ainda temos”.

É importante destacar a expressão *“ainda temos águas limpas nos rios”*. A entrevistada não utiliza essa frase por acaso, mas a fundamenta em uma realidade próxima, marcada por exemplos de municípios que, em nome do desenvolvimento, tiveram suas águas e solos contaminados.

São várias as situações que ilustram esse cenário, mas podemos citar uma cidade bastante próxima de nós, Criciúma e seus arredores, onde a mineração trouxe consigo o tão sonhado desenvolvimento, mas cobrou um preço alto em troca (FAMCRI, 2012).

Portanto, a preocupação de Caroba apresenta grande pertinência ao salientar que *“ainda temos”*. O que não pode acontecer é a acomodação diante das mudanças que vão ocorrendo. Como ela mesma enfatiza: *“O que foi juntado de lixo depois da enchente é terrível”* (Caroba).

Essa realidade precisa nos incomodar, precisa nos fazer refletir e realmente considerar “terrível”. O grande problema surge quando a sociedade se acostuma, naturaliza o inaceitável e passa a enxergar o desequilíbrio ambiental como algo comum e normal.

Nossas ideias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio à enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte de nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem (Carvalho, 2012, p. 33).

A indignação presente na fala de Caroba é fundamental para que não ocorra a acomodação que nos impede de perceber a lacuna existente entre o olhar (consciência) e a paisagem. A partir do olhar demonstrado por ela “(...) *isso é um trabalho que precisa conscientizar as famílias. A educação precisa passar tudo isso às crianças para não poluir*” (Caroba), evidencia-se a necessidade urgente de uma educação voltada à sensibilização ambiental.

Diante do exposto, a realidade educacional, assim como o contexto ambiental, reflete problemáticas sistêmicas, epistemológicas e civilizatórias, que continuam a produzir práticas e pensamentos insustentáveis e hegemônicos (Leff, 2021).

Portanto, somente o poder transformador da educação poderá sensibilizar e modificar a realidade atual, mas não qualquer modelo educacional, e sim:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispucesse a constantes revisões. À análise crítica de seus ‘achados’. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (Freire, 1967, p. 90).

Portanto, ao observarmos a não funcionalidade educacional diante da crise ambiental existente, torna-se necessário implementar uma nova metodologia não disciplinar, para que, tamanha complexidade seja de fato compreendida.

A falta de compreensão da realidade atual, moldada por uma educação nos padrões criticados por Freire (1997), exige uma reorientação epistemológica e novas formas de facilitar essa compreensão, em modelos que possam estimular o entendimento e a reflexão crítica sobre a crise ambiental que nos assola, a fim de que se efetive, de fato, uma ação sustentável. Nesse sentido, Leff (2012) reitera que o caráter técnico e pragmático do projeto interdisciplinar deve ser ressignificado por meio de um saber holístico, construído a partir de diversos tipos de conhecimento, já que a crise ambiental é, antes de tudo, uma crise do conhecimento. Ao citar

“(...) precisamos cuidar do que a natureza oferece”, Caroba demonstra compreender que nossas ações são fundamentais na relação entre o ser humano e a natureza, reconhecendo que dessa relação depende nossa própria sobrevivência.

Conforme Berry (1991, apud FAMCRI, 2012), *“é importante haver um processo participativo e sustentável, cada um fazendo a sua parte e respeitando o ciclo de cada ser existente no planeta”*.

Seguindo com os diálogos, destacamos que Praia Grande é reconhecida como a “Capadócia brasileira”, sendo os passeios de balão um dos principais atrativos turísticos do município. Nesse contexto, solicitamos que os entrevistados comentassem sobre essa temática. Antes, porém, é importante apresentar, de acordo com os estudos de Santos (2016), as principais características desse fenômeno turístico, que serão descritas a seguir.

Os balonistas são praticantes de um esporte mundialmente reconhecido e regulamentado, que consiste no uso tripulado de uma aeronave sustentada por um balão de ar quente. No Brasil, o veículo deve ser matriculado junto à Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), e o seu piloto deve portar licença, como no caso de aviões e helicóptero, que tem brevê (Santos, 2016, p. 41).

Seguindo, os mesmos apontam:

Tenho dois pontos: positivo e negativo. O positivo é que Praia Grande está sendo reconhecida por isso. O negativo é que para muitos moradores isso tem dado prejuízo, pois eles (pessoas do resgate dos balões), cortam as cercas, invadem propriedades. Sem falar que animais estão perdendo suas crias com o susto que levam, se quebram e uns até morrem (Pata de Vaca).

Ipê-Branco reitera ao relatar: *“Semana passada plantei uns milhos e entraram e estragaram um monte. Falta esse cuidado do pessoal do resgate. O balão foi uma ideia boa, mas tem que ter responsabilidade”* (Ipê-Branco).

Diante das falas de Pata de Vaca e Ipê-Branco, observa-se que as práticas dos voos de balão apresentam algumas dificuldades, sendo uma delas a ausência de previsão específica do local de pouso, que depende diretamente das condições do vento.

Assim, as equipes responsáveis pelo resgate (busca no local de pouso) seguem até o ponto onde o balão aterrissa, o que, em muitos casos, ocorre em meio às lavouras, ocasionando prejuízos aos agricultores locais.

Balões não tem como corrigir a trajetória e voam sempre ao sabor dos ventos, mas sempre acompanhado no solo pela equipe de apoio que trará de volta ao ponto de partida, passageiros e equipamento, isso faz com que cada voo de balão seja único e inusitado, mesmo para uma equipe que voa sempre em um mesmo local, que raramente retorna ao ponto de partida ou pousa em um mesmo lugar (Aventurar, 2025).

Diante disso, os pousos, como citado anteriormente, não são precisos, podendo ocorrer em locais como lavouras, pastagens e áreas rurais diversas, ocasionando situações como as relatadas. Em alguns casos, os danos são ressarcidos, porém muitas vezes isso não acontece, gerando descontentamento entre os agricultores locais.

Seguindo, os demais entrevistados relataram:

“Vejo como positivo, uma coisa a mais. Os balões são incríveis. Fico encantada. Vem a somar, ajuda no crescimento” (Quaresmeira);

“Assim como o passeio de balão, tem as trilhas, cavalo, entre outros” (Araticum);
“Tem dado emprego para muita gente” (Canjerana);

“Um diferencial para nossa cidade, onde atrai diversos públicos; é um grande reconhecimento para o município” (Camboatá);

“Praia Grande realmente tem seus encantos e, vista de cima, se torna ainda mais linda. Nossa Igreja Matriz São Sebastião também é um grande cartão-postal” (Angico-Branco).

A partir das respostas registradas, percebemos que os entrevistados veem nos passeios de balão uma importante oportunidade de emprego e renda, representando um ponto positivo para o município e para seus habitantes.

Entretanto, ressalta-se que muitas pessoas em Praia Grande enfrentam dificuldades para realizar essa atividade, devido aos altos valores cobrados por voo, restando-lhes, em geral, a atuação na mão de obra dos resgates.

Por fim, Caroba levanta um questionamento relevante:

“É bom, mas até que ponto a poluição desse gás é prejudicial, poluente para a natureza? Tu sente o cheiro ruim quando passa. Tudo polui” (Caroba).

Buscando responder ao apontamento de Caroba, verificamos que, segundo a Escola Brasileira de Balonismo (2025), o gás utilizado nos voos é o propano. A seguir, apresentamos algumas características do gás propano, conforme informações disponibilizadas pela instituição.

Gás Propano constitui uma energia limpa e ecológica; não é tóxico, não é corrosivo e não cria um risco para a natureza se derramado quer no seu estado líquido ou no gasoso. O seu dano potencial só é produzido a partir do incêndio na sequência de fuga ou derrame. Situação muito rara e só possível em caso de incidente grave. O Gás Propano não é considerado um gás de efeito de estufa, não é nocivo para os ecossistemas de água, nem para plantas subaquáticas ou a vida marinha. O Gás Propano não é nefasto para os solos se derramado nem causará poluição atmosférica. Não é prejudicial se inalado acidentalmente por pássaros ou animais ou pessoas. O propano é um combustível fóssil que é normalmente armazenado em tanques de aço ou alumínio. O propano é o principal componente do gás liquefeito de petróleo (GLP), que também é usado em fogões e em motores de automóveis. O propano é inflamável e possui alta densidade energética. O propano é usado em aparelhos de ar-

condicionado, secadores de roupa, aquecedores, e na fabricação de plásticos, fibras, álcool e cosméticos (Escola Brasileira de Balonismo 2025, s/p).

Ainda para contribuir diante da queixa referente ao odor do gás, as pesquisas relatam que o propano não possui cheiro natural. Contudo, para que seja possível identificar vazamentos, é adicionado um composto químico odorizante. “O gás liquefeito de petróleo é um gás inflamável em temperatura e pressão ambiente. É incolor e inodoro e, por segurança, é adicionada uma pequena quantidade de aditivo odorizante (etil mercaptano), com a intenção de facilitar a detecção de vazamentos por parte do consumidor” (Freitas, 2022, p. 12).

Seguindo, solicitamos aos participantes que descrevessem o que mais gostavam na cidade e também o que não gostavam.

Obtivemos o seguinte retorno:

Figura 67 - Listagem das coisas que mais gostam e que não gostam em Praia Grande

LISTAGEM DAS COISAS QUE	
MAIS GOSTO	COISAS NÃO GOSTO
IGREJA MATRIZ BELEZAS NATURAIS (RIOS, CÂNIIONS, TRILHAS...) CONTATO COM A NATUREZA	SC 108 NÃO FINALIZADA ATENDIMENTO AO PÚBLICO CONHECER A CIDADE INTEIRA/AINDA NÃO CONHEÇO
CIDADE HOSPITALEIRA GENTE QUE TRABALHA AGRICULTORES EXEMPLARES PESSOAS ACOLHEDORAS FAMÍLIAS AMIGOS	AS PESSOAS DE FORA DÃO MAIS VALOR A CIDADE QUE OS DAQUI
SOSSEGO CLIMA AGRADÁVEL PAISAGENS TRANQUILIDADE LUGAR TURÍSTICO A MISSA NA IGREJA MATRIZ PESSOAS DE BOA ÍNDOLE/PURAS	AS ESTRADAS RECEBEMOS NOTAS RUINS NOS APLICATIVOS E PLATAFORMAS POR CONTA DAS ESTRADAS
PÁSSAROS CANTANDO AS PESSOAS SE IMPORTAM UMAS COM AS OUTRAS AÇAÍ* NATUREZA PRESERVADA POVO CATIVANTE VÔOS DE BALÃO	PREÇOS DAS COISAS OS VENTOS AS ENCHENTES

Fonte: organizado pela autora.

Foram citadas inúmeras coisas que os estudantes já haviam mencionado anteriormente. Percebemos que a população visualiza todas essas riquezas naturais presentes no município, mas destaca também as pessoas: “Gente que trabalha”, “agricultores exemplares”, “pessoas de

boa índole”, “pessoas que se importam”, “povo cativante”. Em um momento de diálogo, uma pessoa destacou que, aqui em Praia Grande, ainda podíamos sair e deixar as portas abertas. Referia-se à confiança que tinha na vizinhança, sujeitos que trocam experiências, que acreditam uns nos outros, que se respeitam, oportunizam diálogos de saberes e aprendem em conjunto.

Dessa maneira, precisamos compreender que somos seres formados por conexões múltiplas; somos natureza, com singularidades que nos definem como espécie humana; somos, ao mesmo tempo, biológicos, sociais, emocionais e racionais (Morin, 2000).

Em vários momentos, foram expostas palavras que se referiam a esse lugar de gente que se importa com os outros, que trabalha um lugar onde ainda se preserva uma cultura interiorana.

Destacamos, na listagem das coisas de que mais gostam, o item “açaí”. Na realidade, é um dos locais mais movimentados da cidade, onde é possível escolher mais de quarenta combinações a gosto. Abaixo, apresentamos a imagem que justifica tais respostas.

Figura 68 - Açaí da Ju



Fonte: Açaí da Ju.

A partir das imagens, acreditamos que seja possível compreender e justificar a escolha de algumas pessoas. Esse local também é um espaço de diálogo, de encontro entre as pessoas e de lazer.

Destacamos também a fala: “Conhecer a cidade inteira, que ainda não conheço. ” Essa fala nos remete a vários questionamentos: quantos munícipes não conhecem Praia Grande como um todo, apenas uma pequena parte dela? Quando relatado que “as pessoas de fora dão mais

valor à cidade do que os daqui”, podemos refletir que quem vem de fora, para explorar os atrativos e belezas naturais, realmente acaba conhecendo mais do que muitos moradores locais. Ressaltamos que vários locais exigem valores que, muitas vezes, são inacessíveis para grande parte da população local, cuja média salarial é de dois salários mínimos mensais (IBGE, 2022).

Também, na listagem apresentada das coisas de que não gostam, foram mencionados os ventos e as enchentes. As enchentes vêm causando grandes estragos no município nos últimos anos, de maneira consecutiva, deixando muitas pessoas desabrigadas. Sabemos que não podemos ir contra as forças da natureza, mas a ação do homem, que vai tomando o espaço natural, faz com que esses eventos se tornem ainda mais intensos. Nesse contexto, é necessário compreender as especificidades do mundo que nos cerca, para que possamos respeitar os limites ambientais.

Apresentamos, abaixo, o quadro de eventos dos desastres por enchentes em Praia Grande.

Quadro 10 - Desastres causados por inundações em Praia Grande 1974/2020.

Rio	Localidade próxima	Ocorrências e danos registrados nos eventos
Rio Macaco ou Malacara	Alvorada	2007 - Inundação e erosão do leito do rio com danos à residências e lavouras de arroz;
	Leão (Manoel Leão Pereira)	2007 - Fluxo torrencial e inundação com danos às residências e lavoura de arroz;
	1º de Maio	2007 - Fluxo torrencial e inundação com danos às residências e lavoura de arroz; 2020 - Fluxo torrencial e Inundação uma ponte de madeira foi destruída e 80 residências atingidas;
Rio Molha Coco	Vila Rosa	2007 - Fluxo torrencial atingindo residências e danificando o pavimento das ruas;
	Comunidade Pé da Serra	2007 - Fluxo torrencial, erosão e inundação, que causou a ruptura de uma ponte;
Rio Três Irmãos	Fortaleza	2007 - Fluxo torrencial atingindo residências e lavouras;
	Três Irmãos	2007 - Fluxo torrencial atingindo residências e lavouras;
		2009 - Fluxo torrencial e inundação, 1 óbito;

Rio Pavão	Passo Fundo	1974 - Fluxo torrencial, deslizamento nas encostas e inundações, não há registros detalhados dos danos desses eventos; 2007 - Fluxo torrencial e inundação, registro de danos na estrada que dá acesso à Comunidade Mãe dos Homens sofreu danos com inundação. Perdas em lavouras e danos de pontes;
Rio Facão	Mãe dos Homens	2007 - Fluxo torrencial e Inundação com danos às residências;
Rio Mampituba	Centro	1974 - Inundação danificando residências e lavouras; 1995 - Fluxo torrencial e inundação atingindo residências, pontes e estradas; 2007 - Inundação gradual com danos à residências, lavouras, uma ponte e registro de 1 óbito;
	Mãe dos Homens	2007 - Inundação atingindo residências;
Ribeirão Fortaleza	Centro	2020 - Inundações e alagamentos prejudicando o acesso às comunidades: Rio do Boi, Alto da Esperança, Mãe dos Homens, Aparecida, São Roque e Vila Rosa.
Rio Cachoeira	Comunidade Cachoeira	2007 - Fluxo torrencial, erosão do leito do rio e inundação atingindo residências e lavouras;
Rio Porão	Rio Porão	2009 - Fluxo torrencial e Inundação, 110 famílias isoladas;
Rio do Boi	Zona Nova	2009 - Fluxo torrencial e inundação, 22 famílias afetadas;
		2020 - Inundações e alagamentos prejudicando o acesso às comunidades: Rio do Boi, Alto da Esperança, Mãe dos Homens, Aparecida, São Roque e Vila Rosa.
Rio Figueira	Figueira	2009 - Fluxo torrencial e inundação, 06 famílias afetadas;
	Vista Alegre	2009 - Fluxo torrencial e inundação, 25 famílias afetadas;
	Cachoeira Baixo	2009 - Fluxo torrencial e inundação, 32 famílias afetadas;

Fonte: Costa (2022, p. 81).

Atualizamos esse quadro com as inundações de 2023 e 2024, que foram duas registradas no mesmo ano.

Geoparques precisam promover a conscientização sobre riscos geológicos, incluindo na região do GMCCS o alerta para enchentes e deslocamentos de grandes blocos rochosos das encostas dos cânions, preparando junto a equipe técnica e pesquisadores, estratégias de mitigação de desastres entre as comunidades locais. Por meio de

atividades educacionais para a população local e visitantes, fornecendo informações sobre a origem dos riscos geológicos e formas de reduzir seu impacto, incluindo estratégias de resposta a desastres. Esses esforços constroem uma capacidade importante e contribuem para a construção de comunidades mais resilientes que tenham o conhecimento e as habilidades para responder efetivamente a potenciais riscos geológicos (Rosa, 2024, p. 99).

Portanto, estudos e ações de governança são necessários no município para que possam amenizar os impactos causados pelas enchentes e reduzir os riscos de possíveis calamidades.

De acordo com Costa (2022),

As estratégias propostas vão variar conforme o tipo de risco a ser gerenciado, de modo que é preciso conhecer os condicionantes, os mecanismos de atuação e a frequência de ocorrência do fenômeno perigoso, como ele se manifesta e ainda que tipo de lugar ele tende a ocorrer. Avaliar o nível da organização social e a capacidade financeira necessária para o enfrentamento de um desastre. Assim, para que as ameaças sejam mitigadas, o poder público, a sociedade e as comunidades que estão inseridas nesse contexto devem possuir o conhecimento da dinâmica geradora do desastre e assim poder colocar em prática ações de preparação e mitigação. Estas ações se destinam a dirimir danos e prejuízos consideráveis caso a ameaça se confirme e venha a se transformar em um acidente ou desastre (Costa, 2022, p. 20 *apud* 2022, Santa Catarina, 2019).

Nesse sentido, Costa (2022, p. 30) nos aponta que “(...) resiliência [deve ser compreendida] como meta primordial para o desenvolvimento de comunidades mais seguras, o que ajudaria na redução de sua vulnerabilidade através de estratégias de mitigação e preparação para resposta a desastres, elaborando ações destinadas à construção de cidades sustentáveis e adaptadas às mudanças climáticas”.

Sabemos que tais impactos não podem ser descritos apenas como eventualidades do clima, mas também são oriundos da ação humana. As mudanças climáticas são, de fato, grandes desafios a serem enfrentados.

Dessa forma, ações de governança em prol de fomentar medidas preventivas são de fundamental importância. Trabalhar em favor de um presente e de um futuro mais sustentável é primordial. Entretanto, “criar comunidades sustentáveis será em vão caso as futuras gerações não aprendam a estabelecer uma parceria com os sistemas naturais, em benefício de ambas as partes” (Capra, 2006, s/p).

Logo, discutir tais desafios na contemporaneidade, embasados no diálogo de saberes, pautados nos princípios éticos e no respeito à diversidade, visando o equilíbrio ambiental e a compreensão dos limites da natureza e da vida, não é uma tarefa simples em um sistema capitalista sob o olhar da turistificação das cidades.

Diante desse entendimento,

Precisamos ter em mente que humanos e não humanos são Natureza, que o ser humano não é apenas uma parcela imprescindível do elo ecológico do nosso planeta, mas parte integradora, que tudo está integrado em tudo. E que, decorrente dessa integração, qualquer atitude destrutiva, violenta, reverterá contra o próprio opressor. (Soares, 2006, p. 121).

Portanto, o agravamento dos problemas ambientais na região precisa ser repensado por diversos olhares, para que haja equilíbrio nos sistemas naturais, sendo inviável ser pensado sob o viés capitalista da turistificação transformando paisagens para atender aos ideais humanos de cada sociedade (Vesentini, 2004, p. 192).

Dando continuidade, solicitamos que registrassem em uma palavra (ou mais), o que significava/representava a cidade de Praia Grande. Abaixo, apresentamos a listagem.

Figura 69 - Palavras que representam a cidade de Praia Grande



Fonte: organizado pela autora.

De maneira geral, as pessoas apresentam um olhar muito positivo da cidade, um sentimento de pertencimento abaixo descritos.

“Amo Praia Grande” (Canjerana);

“Lugar onde vivemos em meio a natureza com pessoas que tem muita pureza. Isso o dinheiro não compra. Passarinhos cantando, aqui você vive dez anos mais” (Quaresmeira);

“A cultura do interior de ajudar uns aos outros. Mas veio muita gente de fora e isso está mudando um pouco” (Ipê-branco);

“Conhecemos todo mundo, me sinto bem na Praia Grande. Não tem lugar melhor, tenho bastante amigos” (Manacá);

“Representa a vida da gente” (Pata de Vaca).

Diante do exposto, percebemos que as pessoas apresentam um elo afetivo com o lugar que, conforme Tuan (1983, p. 83), *somente se torna lugar quando o espaço nos é inteiramente familiar*, e consigo mesmas. Um sentimento carinhoso, de partilha e troca de experiências.

Nesse sentido, tal sentimento leva as pessoas não apenas a cuidarem dos espaços em que habitam, mas também a valorizarem o lugar onde residem, compreendendo que são “lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato. Há ocasiões em que até o adulto saudável anseia pelo aconchego que conheceu na infância...” (Tuan, 1983, p. 152).

Somente a partir do vínculo que é criado é que o espaço/lugar adquire sentido, identidade, simbolismo, valores e significado, elementos únicos para cada pessoa e passa a representar confiança para morar, viver e até morrer. Os lugares preservam e são carregados de valores; dessa forma, podem ser apreendidos por meio das experiências do mundo vivido (Buttimer, 1982, p. 178).

Tal realidade é claramente expressa nas palavras de Caroba:

Não penso em sair da Praia Grande, é difícil me acostumar em outro lugar. Quando saio e depois chego em casa, sinto a diferença e digo: Meu Deus obrigada! Sento na beira da taquaireira e tomo uma água gelada que desce do morro. Cada um que vem aqui se apaixona. Praia Grande é uma cidade privilegiada. O que me preocupa é que tem que ter normas para deixar igual para as futuras gerações, se preservar vai ajudar as futuras gerações. Tenho medo de expandir muito o turismo e isso mudar (Caroba).

Caroba apresenta, em sua fala, um profundo sentimento de pertença a esse lugar. “Não penso em sair da Praia Grande. ” Seu depoimento revela o valor simbólico que atribui ao município e, diante disso, manifesta também um senso de responsabilidade ao afirmar: “(...) me preocupa é que tem que ter normas para deixar igual para as futuras gerações; se preservar vai ajudar as futuras gerações. Tenho medo de expandir muito o turismo e isso mudar” (Caroba).

Demonstra, assim, sua preocupação com esse lugar que, para ela, é carregado de sentido e significado. É também um espaço de recomposição de suas energias, como expressa ao relatar: “(...) sento na beira da taquaireira e tomo uma água gelada que desce do morro” (Caroba). Ao fazer essa leitura, é possível visualizar, em suas palavras, o que esse lugar representa.

Portanto, “os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e dos sentimentos de pertencimento; sentimentos que correspondem às práticas e às aspirações, estando estas relações codificadas por signos que lhes dão sentido” (Almeida, 2003, p. 73).

Nesse relacionamento do homem com a terra, “(...) formam-se lugares. Ao habitar a Terra, construímos um lar, um lugar, e estabelecemos relações afetivas pelas vivências” (Freire, 2013, p. 01). Nas vivências, constroem-se novos significados, novos sentidos e novas maneiras de ver e ser no planeta. E cuidar do planeta é, essencialmente, cuidar de cada ser que está envolvido nesse grande sistema.

Diante da realidade observada por meio das devolutivas das pessoas que aceitaram participar da pesquisa, percebemos que a maioria tem consciência da importância do cuidado com esse “lugar” com o qual se identificam de maneira profundamente afetiva.

A partir desse sentimento de pertença, independentemente das ações institucionais de preservação ambiental, tais sujeitos já reverberam, em sua prática cotidiana, esse cuidado com a terra que valorizam e estimam. Tal sentimento precisaria ser ampliado a toda a população, de modo geral, pois ninguém cuida daquilo que não respeita, estima, conhece ou sente-se parte.

A crise que enfrentamos pode também ser compreendida como uma crise da “ignorância”. Se não entendemos que somos parte do planeta e ele, parte de nós, que cada ação tem uma consequência e que o esgotamento dos recursos ambientais nos conduz a um abismo, então reafirmamos que tal crise é, de fato, uma crise da ignorância.

Nossa mente apresenta raciocínio capaz de interpretar e compreender as coisas; contudo, essa compreensão é limitada pelo nosso grau de evolução cognitiva. Se não temos capacidade para compreender determinadas situações, é porque ainda se faz necessário amadurecimento para tal.

Esse processo ocorre por meio de construções contínuas ao longo da vida, pois “enfrentar a dificuldade da compreensão humana exigiria o recurso, não a ensinamentos separados, mas a uma pedagogia conjunta que agrupasse filósofo, psicólogo, sociólogo, historiador, escritor, que seria conjugada a uma iniciação à lucidez” (Morin, 2003, p. 51).

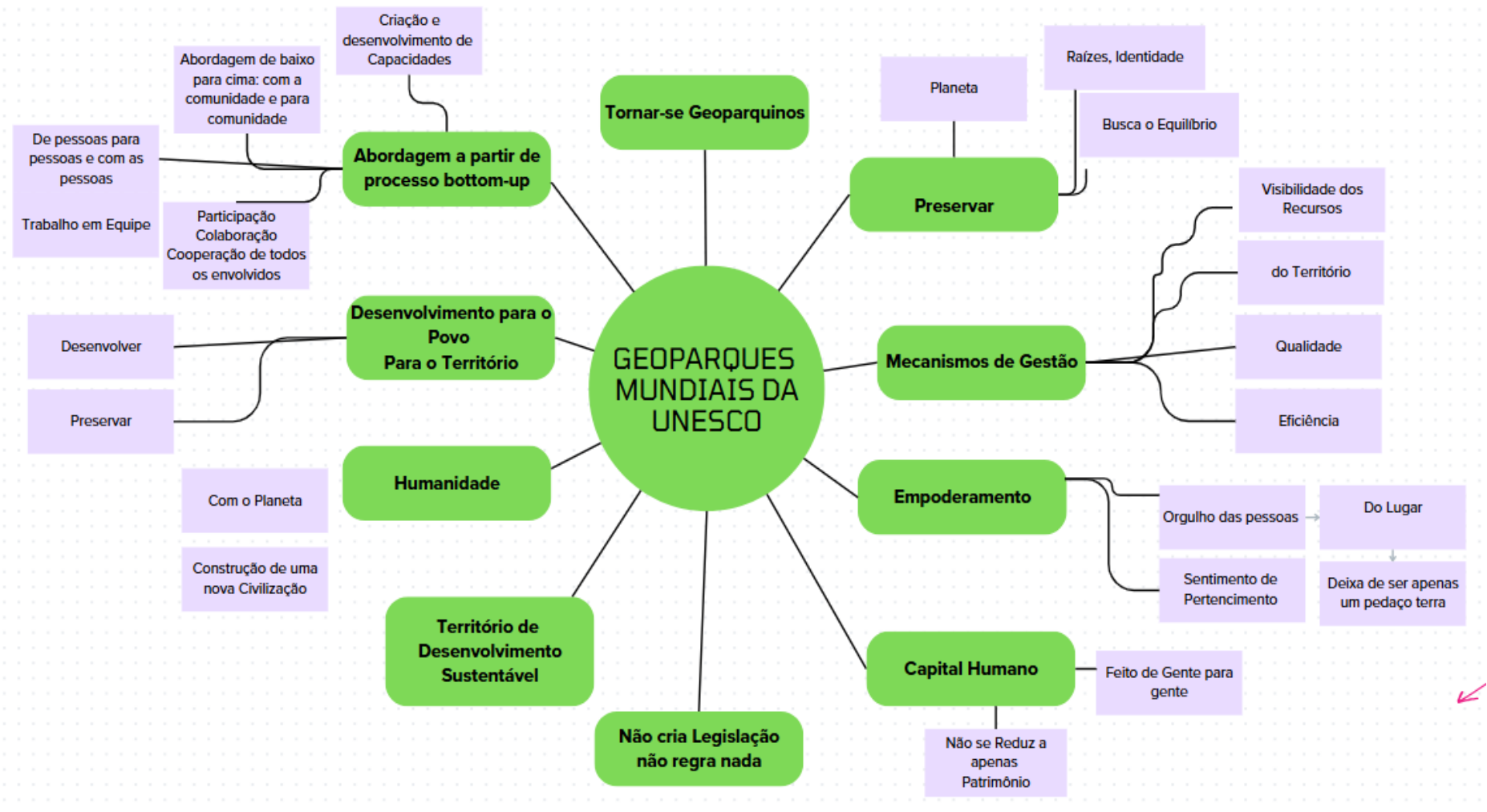
5.2 EM UM MUNDO DE CONEXÕES, A GOVERNANÇA É UM PRINCÍPIO DETERMINANTE NA EFICIÊNCIA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS E À CONSERVAÇÃO EFETIVA DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL NO TERRITÓRIO PRAIAGRANDENSE

O crescimento da cidade e o aumento da população, em 2010 contava-se com 7.267 habitantes e, em 2022, com 8.270 (IBGE, 2010/2022), embora esse número possa parecer insignificante em comparação a grandes centros urbanos, para uma cidade interiorana é um dado expressivo, representando um acréscimo de mais de mil novos residentes, sem considerar o fluxo turístico, ao qual a população local vem se adaptando gradualmente.

O cenário municipal apresenta uma visibilidade ímpar, abrigando dois Parques Nacionais, o território *Caminhos dos Cânions do Sul – Geoparque Mundial da Unesco* e uma comunidade quilombola. Essa realidade, além de motivo de orgulho, traz consigo grandes responsabilidades.

Nesse contexto, o processo de governança torna-se um princípio determinante, pois, conforme salienta a IUCN (2014), “não existe nenhum arranjo de governança ideal, nem um padrão com o qual se possam comparar modelos de governança, mas existe um conjunto de princípios de ‘boa governança’ que pode ser utilizado para qualquer área ou sistema”.

Figura 70 - Demonstra um caminho para efetivar essa realidade



Fonte: Adaptado de Zouros (2024).

Em tempos de mudanças e de pressões cada vez maiores, exercidas por formas insustentáveis de desenvolvimento, o processo de governança torna-se primordial para a conservação. Tal constatação não é uma novidade, contudo, sua articulação prática faz toda a diferença em todos os processos, assim como o conhecimento da realidade local, a visão abrangente do território, da biodiversidade e dos valores ecológicos e culturais.

Para contribuir com esses ideais, dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os Geoparques elencam oito principais, conforme Rosa (2024), apresentados a seguir.

ODS 1: Erradicação da pobreza, os geoparques buscam relacionar as populações locais, com as oportunidades advindas do recebimento da chancela UNESCO, possibilitando emprego, renda e desenvolvimento local. Como exemplo, Fabiano falou sobre o fomento para a agricultura familiar e o turismo de base comunitária, gerando geoprodutos comerciáveis.

ODS 4: Educação de qualidade, a geoeeducação é vista como o ponto focal dos Geoparques, gerando por meio da educação o contato com a natureza do local onde se vive. As atividades relacionando educação ambiental, além de valorização da nossa história e cultura. Sendo a formação de professor também um ponto bastante trabalhado no contexto do geoparque.

ODS 5: Igualdade de gênero, buscando o empoderamento de mulheres e meninas, inclusive na equipe de gestão dos geoparques, com a participação de mulheres em todos os níveis existentes. As questões relacionadas aos preconceitos ligados a gênero e também a violência cada dia mais constante contra as mulheres, também são temáticas abordadas em atividades como o cordel realizado pela equipe de socorristas de Torres, a título de exemplo.

ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico, promovendo o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, gerando empregos plenos e produtivos e trabalho decente para todos, principalmente por meio das práticas e mercados vindos do turismo.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis, dentro dos geoparques é primordial partir de uma abordagem holística, visando preservar e salvaguardar o patrimônio material, natural e cultural, com o intuito de tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS 13: Ação Climática, que envolve tomar medidas urgentes, para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Dentro do Geoparque, existem atividades voltadas às geociências no sentido de compreender as mudanças, que as alterações climáticas causam nesse território.

ODS 17: Parcerias e meios de implementação, sendo a base do ODS fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Dentro do Geoparque é fundamental o trabalho em redes, desde os municípios que compõem o território, como rede de Geoparques da América Latina e Caribe (RedGeolac) até a rede global de Geoparques (Rosa, 2024, p. 73/74).

Nesse ínterim, os Geoparques de acordo com Brilha (2022), fomentam oportunidades de ensino como incubadoras de desenvolvimento sustentável, valorização e conservação da diversidade natural e cultural, contribuindo para promoção do desenvolvimento sustentável, seguindo os ODS da agenda 2030. Onde, Zellmer (2019), destaca a indicação da UNESCO

como território modelo de cumprimento da Agenda 2030 destacando seu enfoque holístico ligado à história natural, cultural, a terra, e a gestão sustentável de recursos.

Nesse sentido Floriani (2016) nos aponta que

(...) promover o crescimento econômico sustentado e inclusivo, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente (são) essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluído o crescimento econômico sustentado e inclusivo, o desenvolvimento social, a proteção do meio ambiente e a erradicação da pobreza e a fome (para o nosso planeta e para as gerações presentes e futuras) (Floriani, 2016, p. 157).

Assim como as orientações da UNESCO, que expõem de maneira clara e abrangente os ideais de conscientização e preservação, o grande desafio como exposto na imagem acima é fazer com que tudo isso se efetive “de baixo para cima”, “no chão da fábrica”, em um processo de governança transformador. Um processo que rompa com as fragmentações, que faça a diferença, que crie capacidades e que transforme um simples pedaço de terra em um espaço vivo, pleno de sentimento de pertencimento e consciência.

Um território que torne sua população orgulhosa, que ensine a encontrar o equilíbrio e o sentido de humanidade com a Terra; que desenvolva estratégias de crescimento voltadas ao seu povo; que gere identidade humana e planetária; que ensine a gerir o território, a olhar para os recursos e aprender a utilizá-los com equilíbrio; que desperte o encantamento por esse lugar único no mundo, que não é apenas patrimônio, mas um espaço habitado por gente que sonha, que se respeita, que se importa, que se orgulha e que possui consciência planetária.

Eis aí um verdadeiro território de Geoparquinos! (Adaptado de Zouros, 2024).

6 UM OUTRO OLHAR PARA SEGUIR NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS: POESIA E ARTE COMO COMPLEMENTO TEÓRICO-CIENTÍFICO RUMO AO PRAIAGRANDIR

“É preciso ser guiado ao mesmo tempo pela razão e pela paixão, e isso é navegar pela vida” (Edgar Morin, 2019, s/p).

Vivemos em uma sociedade fortemente pautada na razão, onde as ideias positivistas ainda estão muito presentes, compondo a humanidade em partes. Cujo fragmento torna impossível a compreensão desse ser que em sua essência ao mesmo tempo há semelhança e a diferença de si, semelhança como espécie e diferença devido à singularidade e cultura de cada indivíduo (Morin, 2015). Compondo assim seus traços psicológicos, culturais, sociais e também aspectos biológicos onde nesse universo é possível compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade (Morin, 2011).

Nesse contexto, Morin aponta a emoção como fator fundamental, como poesia da vida, onde é necessário ser guiado ao mesmo tempo pela razão e pela paixão, navegando nessa imensa viagem que é o viver.

A afetividade pode ocorrer no âmago da racionalidade. Precisamos promover uma razão sensível e aberta: que conhece seus limites, que aceita o que não pode conhecer como o mistério do mundo e de coisas que fogem de seu controle –, e que aceita as contradições. Noções que podem ser contraditórias, como vida e morte, podem ser complementares, como tudo o que é inseparável. A razão sensível proporciona emoções. O pensamento precisa dialogar com a mitologia e o pensamento simbólico, por exemplo. A razão precisa ser vigilante contra seus próprios limites e sua tendência de ter certezas absolutas (Morin, 2019, s/p).

Morin (2019), descreve que a poesia da vida é o que nos dá o fervor, a emoção, a exaltação, a beleza, fato que nos possibilita contemplar o oceano, as gaivotas e as praias, nos coloca no deslumbramento e no êxtase. Porém, a sociedade da razão, nos impede de ir além, invadindo nosso ser com fragmentos, que nos impedem de assumir uma condição planetária, olhares sob uma única dimensão que ocultam o nosso ser político, ético, social, mitológico, religioso e complexo.

Minha vida intelectual é inseparável de minha vida, como escrevi em *La Méthode*: não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida. Nietzsche dizia: “Sempre expus em meus escritos toda a minha vida e toda a minha pessoa... Ignoro o que possam ser problemas puramente intelectuais”. Não sou daqueles que têm uma carreira, mas dos que têm uma vida (Morin, 2000, p. 09).

Navegar pela vida guiados pela poesia é fundamental, pois nos permite contemplar as belezas que nos cercam e deslumbrar tudo aquilo que não pode ser separado, indo além da racionalidade e vivenciando a dialógica entre a razão, a emoção e a paixão.

A seguir, apresentamos alguns poemas que vislumbram um pouco do que acabamos de refletir composições que rememoram histórias, lugares e emoções vividas pela autora ao longo de suas experiências nesta terra, que deixa de ser apenas um pedaço de chão (Zouros, 2014), tornando-se um espaço com identidade essencial (Gadotti, 2009), com sentimento de pertença, um lugar de pertencimento, sentido como *casa* (Antonsich, 2010, apud Mathias, 2022).

Iniciamos com Leff (2010, p. 248), que nos convida a tecer caminhos para as sustentabilidades possíveis, entrelaçados a olhares que arquitetam seus próprios destinos, movidos pelo prazer e pela alegria de viver complementando, assim, os dois últimos objetivos elencados neste estudo.

Discursos Sustentáveis

*Esperança, voo ao vento
 Vento que move o mundo,
 Que laça e entrelaça vozes,
 Vozes que são alento,
 Sopro de vida;
 Pensamento orgásmico que fecunda o futuro,
 Pensum que dá sentido aos saberes,
 Saberes que constituem o ser,
 Matrizes de uma nova racionalidade
 Que forjam novos mundos;
 Que nascem e renascem,
 Como frondosa floresta.
 Fluir de águas frescas que irrigam a terra,
 Banhando territórios educativos,
 Curriculando saberes.
 Revoado de condutores que passam cantando,
 De quetzais que renovam enverdecendo os céus,
 Pássaros azuis do Mayab;
 Fogo novo que faz arder o pensamento,*

*Saberes solares irradiando luzes sobre a sombra do conhecimento;
 Fotossíntese que cultiva a biodiversidade do continente,
 Que mata a sede de suas desertas terras,
 De povos famintos de ar úmido e de sementes cultivadas,
 Que devolvam a fertilidade ao solo da existência,
 A criatividade as suas culturas;
 Carícia que desperta a voluptuosidade de
 Nossas vidas desejantes,
 Riacho da torrente de nossos rios vivos
 Rumo à foz de novos mundos,
 Rumo a novos horizontes do ser.
 Carícia que busca,
 Sabendo que o que não queremos,
 Para chamar a ser o que não sabemos,
 Para deixar de ser o que ainda não é,
 O que pode vir a ser;
 Odisseia rumo a outros mundos possíveis,
 Onde seja possível sonhar,
 Sonhos de novos enigmas para decifrar,
 Não para descobrir a verdade oculta,
 Mas para alimentar uma vida repleta de sentidos e significados,
 Para que nos reencantemos com a vida e reerotizemos a existência humana
 Nesse planeta vivo chamado terra (Leff, 2010, pág. 248/249).*

Seguindo, vamos apresentar um pouco da realidade praigrandense expressa em poesias escritas pela autora. Todas as imagens utilizadas são arquivos pessoais da autora, com autorização para uso das imagens.

Aos pés dos Cânions os anjos descansam em paz na eternidade

*Aos que um dia aqui viveram,
 No reino de paz agora descansam.
 Ouvindo a brisa do vento,
 E a paisagem dos cânions encantam.*

*Anjos bondosos
Que um dia passaram,
Por esta terra de encanto e beleza
Descasam em paz ao brilho das estrelas,
Coberto pelo céu, rodeado de natureza.*

*Permita Deus, sublime Senhor,
Que após muitos anos de trabalho e bondade
Descansar sob este céu azul,
Com vista para lua e os Cânions do Sul.*



Fonte: Organizado pela autora.

A tapera, antiga morada dos meus avós

*Estão lá as figueiras,
Estão lá os limoeiros e lindos ipês.
Ainda está o velho galpão,
Só lá não estão vocês.*

*A saudade é dolorosa,
As lembranças jamais esquecidas.
Toda alegria, carinho e amor,
Ao longo de minha vida.*

Saudades do chimarrão,

*Saudade das longas prosas,
Saudade do carinho, do afeto,
E também do jardim de rosas.*

*Saudades de olhar para os cânions
Contemplando suas belezas
Sempre no fim da tarde era uma alegria,
Sentados na área com vocês e a natureza.*



Fonte: Organizado pela autora.

Os Geoparques Mundiais da Unesco, fomentam em seus territórios o fortalecimento da identidade cultural e local (Unesco, 2024). Um lugar onde “o modo como se experimenta a vida em sociedade deriva de estruturas que regem e norteiam o comportamento humano” (Rebellato; Carvalho; Filho, 2024). Apontando nesse olhar respeito, valorização, sem silenciar ou apagar os que vieram antes.

Morin (2000), aponta essa ligação profunda e complexa do cidadão planetário capaz de interagir com o mundo, com a sua cultura, com um local, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais, construindo uma cosmovisão ética, plural e cooperativa.

Caminhos da Fortaleza/SC

*Nos Caminho da Fortaleza,
Só eu sei os sofrimentos e as alegrias.
Que perpassaram minha infância,*

Juventude, tempos remotos, era tão feliz e não sabia.

*A inocência que trazia na alma,
Aos poucos foi dando lugar a sabedoria e desconfiança.
Que nos fazem desacreditar em muitas coisas,
Que acreditávamos quando criança.*

*Os amigos que lá estavam,
Muitos foram embora, outros lá ficaram.
Mas os guardo em minha memória,
Nossa amizade, momentos difíceis e alegrias passadas.*

*Muitos sonhos se desfizeram,
Outros foram conquistados mediante a tantos murmúrios.
Poderíamos voltar no passado e perguntar se aquela criança que um dia fui,
De mim hoje, ela sentiria tristeza ou orgulho?*



Fonte: Organizado pela autora.

Os ventos uivantes nos Cânions¹⁴

*Os ventos uivantes do inverno,
Ainda guardo na lembrança.
Que assustavam, amedrontavam e estragavam*

¹⁴ Casa do Vô e da Vó derrubada pelo vento.

Causando pavor na minha época de criança

*Não respeitava coisa alguma
Tudo vinha derrubando
Até a casa do Vô e da Vó
O maldito vinha arrancando*

*Era tristeza e lamentação
Nenhuma fruta, nada de verduras
Só restavam muitas coisas a refazer
Bastante tristeza e amargura*

*Mas, quando ele ia embora
As famílias se reuniam e juntas tudo arrumavam
As casas, galpões e principalmente as lavouras
Tudo eles replantavam*

*Naquela comunidade
Tinha pessoas de muita fé
O vento podia fazer seus estragos
Mas a união os mantinha de pé.*



Fonte: Organizado pela autora.

O paiol velho do Pai

*No antigo paiol na casa do pai,
Encontramos um belo museu.
Tem relíquias guardadas por anos
Que contam muitas histórias dos seus.*

*Tem a mesa antiga do Vô,
As bacias de alumínio, um pilão,
Um liquinho¹⁵, uma balança de ferro
E um pano branco usado para bater feijão.*

*Um ferro a brasa, uma panela e duas chaleiras de ferro,
Uma caixa cheia de diversos tamanhos de pregos,
Um rastel de madeira,
Foice de cortar arroz e alguns martelos.*

*Balaio, peneira e milho,
Latas para guardar banha e uma canga de boi,
Um caixote, cerrote e um mangual.¹⁶
Quirela para as galinhas, ração para os peixes,
Cordas, algumas correntes e um bornal¹⁷.*

*Uma porta que era da antiga casa da vó,
Com um vidro bem no centro e tramela.
Um banquinho de madeira,
Algumas enxadas e uma gamela.*

*Um garrafão de cachaça da boa,
Umas esponjas “buchas” para se esfregar.
Uma tábua de sabão caseiro,
Na janela, no sol para secar.*

*Muitas outras coisas, podemos encontrar por lá,
Infinitas tralhas, coisas que nem podemos a serventia imaginar.
Mas se você retirar algo do paiol,
Com certeza o pai vai logo notar.*

*Por detrás das tralhas no paiol do pai
Lembranças de uma geração podemos visualizar.
Histórias muito boas e lembranças da família,
Somente saudades podemos expressar.*

¹⁵ Botijão com gás e uma lâmpada adaptada para clarear.

¹⁶ Objeto utilizado para bater/debulhar feijão.

¹⁷ Suporte utilizado nos animais quando estão na lavoura para não estragarem a plantação.



Fonte: Organizado pela autora.

Carro de boi

*Parece ser coisa de outro mundo
O carro de boi hoje em dia
Mas lembro como se fosse hoje
Meu pai trabalhando noite e dia.*

*Nos dias de descascar o arroz,
Moer o milho para família
Era uma festa para mim e meus irmãos
Andar de carro de boi era só alegria.*

*Só não foi para meu irmão,
Que um dia dormiu ferrado.
Caiu do carro de boi
E ficou à beira da estrada.*

*Após seu choro tristonho
O pai se deu conta do susto.
Ainda assombrado com o acontecido,
Juntou o menino choroso em meio ao arbusto.*

*Nunca mais nos levou para a tafona,
Por nossa mãe ele foi proibido.*

*Recordo com saudades desse tempo,
Ir com o pai era muito divertido.*



Fonte: Organizado pela autora.

Diante das memórias expressas, um pouco da história é revelado ao mencionar objetos de uso familiar que evocam lembranças. Os Geoparques Mundiais da UNESCO buscam valorizar a cultura e as tradições da região, indo muito além das paisagens geológicas, constituindo-se como territórios onde as pessoas desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento (UNESCO, 2024).

Morin (2002) aborda a memória tanto em sua dimensão coletiva quanto individual, destacando sua importância para a construção da identidade e para a compreensão da condição humana.

Os animais da Lele

*Os animais da Lele,
São animais que foram rejeitados.
Uns jogados na rua, outros maltratados,
Em sofrimento e desamparados.*

*Um estava na rua doente,
La vai ela e recolhe.
Outro machucado, muito ferido,
Também leva para casa e acolhe.*

*Nascida em uma ninhada com doze filhotes,
Sua Cachorrinha foi adotada.
Com esperança de ser um pequeno porte,
A danada e gigante e bem agitada.*

*Dos seus seis gatos e dois cachorros,
Sua vida e repleta de alegrias.
Não se sente sozinha nem um minuto,
Sua família está ocupada noite e dia.*

*Os animais são nossos amigos,
Companheiros, nos dão carinho e são muito leais.
Pense muito antes de maltratá-los,
E não os abandone jamais.*



Fonte: Organizado pela autora.

Meu cachorro Bony

*Saudades do meu cachorro Bony,
Recebeu este nome como forma de carinho.
Era esperto, bem ligeiro.
Era um grande companheiro.*

*Nos dias de tristeza e desanimo,
Nos tempos de dificuldade,
O Bony fazia companhia
Ajudando com a ansiedade.*

*Parece que entendia
Tudo aquilo que eu falava
Ficava com os olhinhos atentos
Nem sequer ele piscava.*

*Um dia ele se foi
Só saudade ficou no seu lugar.
Saudade do meu velho amigo
Que não há mais de voltar.*



Fonte: Organizado pela autora.

A conservação da fauna e da flora constitui um dos pilares fundamentais para a proteção dos Geoparques (UNESCO, 2024). Nesse ínterim, o cuidado com todos os seres vivos que habitam esses territórios é de extrema importância. “Nos geoparques há terreno fértil para o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à construção de uma visão sistêmica da natureza e de uma consciência planetária” (Souza et al., 2019, p. 19).

Essa consciência inclui também os animais, inserindo-os em uma condição harmoniosa com a natureza e reconhecendo a nossa profunda conexão com todos os seres vivos (Morin, 2002).

Na casa da tia Elita

*Quando os mais velhos se vão,
Sempre fica um para liderar.
No caso da nossa família,
A tia Elita ocupou esse lugar.*

*Sempre cuidando de todos,
Querendo saber se estão bem de verdade.
Se estão alimentados, foram bem na escola,
Se tem amigos ou fizeram amizades.*

*Sempre está com a mesa repleta
De todos os doces, pães e salgados
La na tia ninguém passa fome
E também se sente muito amado.*

*Seu alimento é a melhor do mundo
Não existe outra casa nem parecida
Podemos morar longe ou pertinho
Quando vamos lá, a tia está sempre esperando com comida.*

*Mas as compras quem faz é o tio Lédio,
Queijo, tomate, verduras, batatas e saladas.
É uma casa cheia de comida e amor,
Na casa da tia não falta nada.*



Fonte: Organizado pela autora.

Vó Maria

*Todos amam estar
Na casa da vó Maria
Ela trata todos com muito carinho
Dia e noite, noite e dia*

*Os netos adoram passear lá
Pois ela faz todas as suas vontades
Compra tudo que eles gostam
Agrada a todos com muita bondade*

*Tem muitos doces na geladeira
Frutas em variedade
Pudim, torta de bolacha, bolo de chocolate, brigadeiro
Sempre armários cheios de verdade*

*Mas não é só a Vó que agrada
O Vô também não perde não
Leva todos para passear, ver as ovelhas, as galinhas, pescar
Colher frutas de montão*

*Na casa da Vó Maria
Parece que o tempo oscilou
Lá os netos ainda são crianças
Parece que nada mudou.*

*Troca os nomes de todos,
Até acertar o que queria.*

*O Vó, eu não sou fulano, mas atendo,
Tudo é motivo de alegria*

*Os amigos dos seus netos
Para ela são netos também
Cuida e os agrada
Todos se sentem muito bem*

*Não existe lugar melhor no mundo
Do que a casa da Vó Maria
Seu carinho, amor e paciência
São exemplos de família*

*Dizem que os avós estragam
E dão manias as crianças
Mas o amor recebido por eles
Fica eterno na lembrança.*



Fonte: Organizado pela autora.

Açaí da Ju

*Gostaria de poder representar,
Nessas palavras o gosto do açaí da Ju na cidade.
Mas não consigo expressar
Tudo isso com extrema sinceridade.*

*Alguns aqui na cidade,
Relatam que ele é milagroso.
Cura depressão e tristeza
Deixa todo mundo feliz, pois é muito saboroso.*

*Falam também que ajuda,
Os moços e moças a arrumarem namorado.
Outros contam também,
Que de lá já saíram casados.*

*São mais de quarenta combinações,
Que você poderá escolher.
Chegando lá fica na dúvida,
Pois muita coisa você vai querer.*

*Tudo isso é muito real,
Sugiro que venha conhecer e saborear,
Fazendo essa experiência gastronômica,
Quando a cidade você vir visitar.*



Fonte: Organizado pela autora.

Ser criança na PK¹⁸

*Enquanto muitas crianças
Ficam o dia todo no celular,
Nossas crianças se divertem
Como nunca ao brincar.*

*Tem brincadeira de esconde-esconde
Brincadeira de pegar,
Jogo de bolinhas de gude, subir em árvores
Até algumas que não dá para acreditar.*

*O jogo de queimada,
Para todos é bem normal.
Porém no interior da PK
A bola é coco de animal.*

*Vão para os poteiros
O espaço é livre, não tem estacas
E a bola arremessada,
É o próprio coco de vaca.*

*O grito ecoa nos Cânions
A vizinhança já está acostumada,
De longe é possível ouvir
A correria e as risadas.*

*Pensando que parou por aí,
A criança sem celular, nem reclama,
Até os marmanjos participam,
Tomando banho nas poças de lama.*

*Quem não gosta muito são as mães
Que precisam as roupas lavar,
Quando olham para as crianças
Com toda a sujeira, dá vontade de chorar.*

*Ser criança na PK
É realmente muito divertido,
Para os pequenos no interior
Excesso de celular é proibido.*

*Sobem em árvores, comem frutas,
Brincam com os animais
Crescem se divertindo, felizes e saudáveis
Dessa infância não esquecerão jamais.*

¹⁸ Nome dado nas placas dos carros no município de Praia Grande e adotado pelos nativos (citado anteriormente).



Fonte: Organizado pela autora.

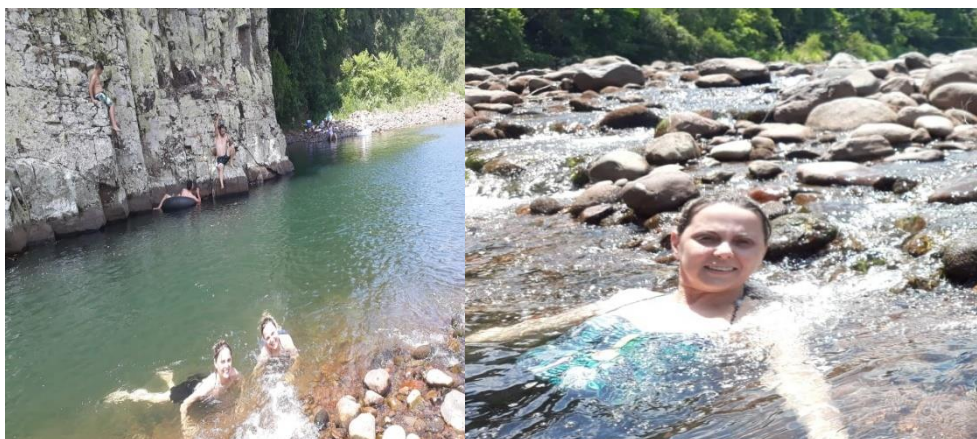
Nosso Rios

*Nossas águas ainda brilham,
Onde é possível os peixes olhar.
Mergulhar sem preocupação
Também deitar em seu leito e relaxar.*

*Ouvir o som da água seguindo seu caminho
Que é interrompido pelos gritos das crianças
Pulando das rochas mergulhando profundo,
Com o impacto, as águas balançam.*

*Nossas praias não têm água salgada,
Sob seu despraiado as pessoas adormecem.
Observando os mais belos e límpidos rios de água cristalina
Essa experiência é única, ninguém esquece.*

*São águas terapêuticas que curam,
O cansaço e o estresse do dia a dia.
Águas gélidas que espantam tristeza
Lavando a alma e trazendo alegria.*



Fonte: Organizado pela autora.

Cachoeiras

*Quando na infância nada tinha que fazer
Andávamos pela redondeza.
Explorando vários locais
Criados pela natureza.*

*Rios, vertentes, entre outros,
Era costume rotineiro
Mas um lindo lugar,
Eram as cachoeiras.*

*Embrenhávamos mato a dentro
Sem medo de nada e com coragem.
Para conhecer um lugar novo,
Fazíamos muitas viagens.*

*Não tínhamos ansiedade, nem tristeza,
Não dava tempo de sentir dor.
Nos ocupávamos com o que tínhamos
Trazíamos alma de desbravador.*



Fonte: Organizado pela autora.

Praia Grande, “Um lugar para viver e morrer”¹⁹

*Praia Grande cidade aos pés dos Grandes Cânions
Rodeada de esplêndida natureza
Águas cristalinas e céu coberto de estrelas
Lugar de encanto e beleza*

*Ao nascer o sol temos uma experiência magnífica
O brilho dos paredões refletido nas cachoeiras
Os pássaros ao amanhecer cantando
E nossa gente chimarreando*

*As tirivas despertam famintas
Interrompendo o silêncio da manhã que se inicia
Acordando seu bando e toda comunidade
Nessa terra, de encanto e magia.*

*O sol se põe, o entardecer é mais encantador
Sentar na varanda, relaxar
Um dedo de prosa com quem passa na estrada
Cidade pequena, todos têm muito a conversar.*

*À noite, alguns juram com veemência
Ouvir ecoando paredões a voz Gritador²⁰
São causos, lendas dessa terra
Que a muitos, causa medo e pavor.*

*Nascer aqui é um privilégio,
Vir morar em Praia Grande é um sonho realizado.
Viver sentindo o ar puro, ouvir os pássaros, se banhar no rio
Não é para qualquer um, só pra afortunados*

*Descansar após último suspiro de vida,
Ao fim de uma longa jornada que se encerra.
Ser enterrado às paisagens dos cânions,
Diante das belezas exuberantes dessa terra.*

*Não permita Deus que eu morra,
Distante desse luar.
Que meus últimos suspiros,
Seja com ares desse lugar.*

¹⁹ (Christovão, 2023)

²⁰ Lenda popular sobrenatural da região.



Fonte: Organizado pela autora.

O município de Praia Grande apresenta inúmeras belezas naturais preservadas, cenários raros e de grande encanto. Preservar e cuidar desse lugar é fundamental. Contudo, o olhar capitalista e individualista ainda impede muitas pessoas de adotarem práticas mais conscientes. Morin (2003) nos aponta que o enfraquecimento de uma percepção global conduz ao enfraquecimento do senso de responsabilidade, fazendo com que cada indivíduo se reconheça apenas em sua tarefa especializada. Tal fragmentação leva à perda da solidariedade, onde ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e com seus concidadãos.

Esse elo é essencial para perceber a interconexão entre a humanidade e o meio ambiente e compreender que o bem-estar humano depende, intrinsecamente, da saúde do planeta (Morin, 2003).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Apresentamos, a seguir, as considerações finais seguida das recomendações para estudos futuros e limitações da pesquisa.

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para a complexidade socioambiental e a sustentabilidade no município de Praia Grande, a partir do recebimento da chancela de UGGp, não é uma tarefa simples, pois exige um olhar capaz de reunir, contextualizar e, ao mesmo tempo, reconhecer o singular e o individual um desafio que envolve múltiplos passos. Tal olhar, a partir da complexidade, permeia uma trajetória não linear, baseada em teorias que se pautam na própria complexidade.

Para pensar a sustentabilidade, é necessário romper as “gavetas” da fragmentação que separam ser humano e natureza, propondo uma visão sistêmica e integradora, pautada no respeito ao ser humano, aos não humanos, aos ecossistemas e aos recursos naturais, promovendo o amadurecimento de uma consciência planetária.

Portanto, é fundamental desenvolver não apenas estratégias que visem à conservação do meio ambiente, mas também ações voltadas à valorização das diferentes culturas, ao respeito, à tolerância e ao rompimento do olhar fragmentado que separa os saberes aquele que revela apenas uma parte da realidade, sem propor o entendimento dos elementos que compõem o todo. É preciso superar a visão que separa a constituição do ser humano, não aprofunda a interdisciplinaridade e acaba por “engavetar” e fragmentar o conhecimento.

É necessária, então, uma visão além da separabilidade, convocando um olhar reflexivo e dialógico, pois os indivíduos conhecem, pensam, agem, influenciam e são influenciados por paradigmas culturalmente construídos que afetam e são afetados de modo sistêmico, modificando-se e sendo modificados simultaneamente.

Pensar nessa reconexão entre o ser humano e a natureza propõe um novo olhar planetário, trazendo não apenas mudanças nos antigos paradigmas e valores, mas também promovendo o bem-estar e a qualidade de vida.

Somos sabedores de que o município praiagrandense é diferenciado: além de receber a chancela de Geoparque, está localizado em uma região que abriga duas Unidades de

Conservação Federais, os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, contando com a maior concentração de cânions do país.

Nesse contexto, pensar os Parques Nacionais e o UGGp é fator essencial, pois cada um, dentro de suas abrangências, contribui de maneira significativa para a preservação e a conservação ambiental do município. Fomentar uma junção de trabalho coletivo, cooperativo, contínuo e duradouro entre essas unidades é fundamental e de grande relevância.

Uma análise mais detalhada se faz necessária, pois ambos, mesmo com objetivos e legislações distintas conforme já apresentado nos capítulos anteriores, se complementam na promoção de uma visão de totalidade rumo à sustentabilidade.

A partir da teoria Moriniana, é possível reunir elementos para traçar reflexões e caminhos que permitam compreender a complexidade do mundo contemporâneo e buscar um Bem Viver planetário. A realidade praiagrandense ainda não apresenta problemas ambientais “impossíveis” de serem resolvidos. Existem inúmeros problemas socioambientais que demandam atenção, conforme destacado anteriormente, mas eles podem ser enfrentados a partir de um processo de governança comprometido com a sustentabilidade e pautado em uma visão sistêmica.

Precisamos romper com as barreiras da fragmentação, nas quais cada indivíduo se responsabiliza apenas por uma pequena parte, sem compreender ou se reconhecer no todo. Pensar a partir dos moldes cartesianos é uma tarefa simples; romper essa cultura e substituí-la por uma cultura interdisciplinar e colaborativa exige, de fato, uma reforma do pensamento, rompendo antigos paradigmas e dando espaço a novos.

Não resolveremos problemas atuais com teorias ou modelos antigos, pois estes já não correspondem às necessidades contemporâneas. Pensar a sustentabilidade no município de Praia Grande implica promover uma mudança de consciência, que não pode ser imposta ou memorizada. A conscientização não surge em um contexto isolado, mas a partir de diferentes visões construídas ao longo da vida em um universo de práticas, valores, interesses e saberes. Somente a partir dessas visões de mundo é possível experienciar diferentes percepções de cidadania e reconhecer a pluralidade de sujeitos e culturas.

Refletir sobre essa nova racionalidade envolve dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e científicas, que precisam caminhar de modo sistêmico, interconectado e voltado ao bem comum, a partir de um olhar crítico e reflexivo.

Não é possível transformar realidades que não conhecemos ou não compreendemos, ou que enxergamos de forma fragmentada e descomprometida. Muitos moradores, em seus relatos, demonstram ainda não compreender plenamente a realidade praiagrandense enquanto território

UGGp, associando-a apenas aos Parques Nacionais, percepção que carrega tanto aspectos positivos quanto negativos, dependendo das experiências históricas individuais. Um dos caminhos mais potentes para superar essa fragmentação é a educação a partir de uma formação que compreenda os sujeitos como parte integrante de todo o processo.

Entretanto, um modelo educacional capaz de promover uma consciência ambiental comprometida precisa estar pautado em ideais de educação libertadora, cujo objetivo é formar sujeitos conscientes, capazes de construir sua história e interagir com o mundo que os cerca (Freire, 2005).

Modelos educacionais baseados no pensamento cartesiano não darão conta dessa demanda, pois as fragmentações curriculares não fomentam a compreensão da totalidade e da complexidade do processo educativo e ambiental.

Dessa forma, considerando o que foi proposto na tese, compreendemos que os objetivos e hipóteses foram alcançados. Será possível pensar a sustentabilidade no município de Praia Grande apenas a partir da reconexão entre o ser humano e a natureza, sob o olhar da complexidade e mediante ações interdisciplinares reconhecendo o papel essencial da educação nesse processo. Negar esse papel seria ignorar sua importância e seu poder transformador na construção de uma sociedade mais consciente e mais humana (Freire, 2005).

O papel da governança nesse contexto, enquanto município pertencente ao território de um Geoparque Mundial da UNESCO, amplia a complexidade dessa tarefa, permeando a grandiosidade dos elementos naturais e abrindo caminhos para reflexões. Não se pode pensar ou agir nesse território como em outros municípios, pois a realidade praiagrandense é singular: grande parte do território é preservada e recoberta por vegetação sob a proteção dos Parques Nacionais da Serra Geral e de Aparados da Serra (FBDS, 2018), além dos ideais de preservação guiados pelas orientações da UNESCO, com a chancela de reconhecimento como UGGp.

Portanto, o processo de governança nesse cenário é essencial, pois os gestores à frente da administração precisam cumprir, de maneira efetiva, seu papel de responsáveis e corresponsáveis por todas as ações e reações que ocorrem nesse território, tanto como Parque Nacional quanto como Geoparque Mundial. Isso requer modelos educacionais que fomentem um olhar crítico, reflexivo e consciente sobre a realidade vivida; que impulsionem o turismo de base comunitária, valorizando a cultura local e promovendo a troca de experiências; e que gerem complemento de renda, estimulando o empoderamento das comunidades locais diante dessa nova realidade.

Possuímos, por meio da regularização, os Parques Nacionais e o selo de reconhecimento como Geoparque. Com isso, recebemos não apenas visibilidade nacional e internacional, mas também responsabilidades e deveres que precisam ser efetivamente cumpridos.

7.2 RECOMENDAÇÕES FUTURAS

A partir das reflexões apresentadas ao longo deste estudo, propõem-se alguns caminhos possíveis para o aprofundamento de pesquisas e práticas futuras:

- a. Ampliar o debate sobre as possibilidades e os obstáculos relacionados à auto-organização e ao trabalho coletivo e cooperativo entre o GMCCS e os Parques Nacionais no município de Praia Grande;
- b. Desenvolver processos de gestão integrados, capazes de envolver todas as instâncias municipais no aprofundamento de discussões voltadas à educação ambiental e à sustentabilidade comunitária;
- c. Discutir e propor revisões curriculares junto à Secretaria Municipal de Educação, de modo a incluir de forma transversal e participativa os princípios da educação ambiental na matriz curricular municipal, em um processo construído coletivamente com docentes e discentes;
- d. Analisar a comunidade quilombola São Roque como um modelo de Bem Viver, cujas práticas e saberes comunitários podem servir de referência para a construção de uma vivência planetária mais solidária e sustentável;
- e. Acompanhar a execução do Decreto nº 12.180, de 19 de setembro de 2024, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola São Roque, localizado no município de Praia Grande/SC;
- f. Ouvir as crianças do Ensino Fundamental e os docentes contratados em caráter temporário, a fim de compreender suas percepções sobre o trabalho desenvolvido nas escolas em torno da temática da educação ambiental.

7.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Diante dos esforços empreendidos ao longo desta pesquisa e considerando a busca por alcançar resultados consistentes, reconhece-se a existência de alguns fatores que limitaram a possibilidade de uma análise mais ampla e aprofundada.

Entre as principais limitações, destacam-se:

a) Resistência de alguns participantes em colaborar com a coleta de dados. Em determinadas secretarias municipais, foram realizados diversos contatos sem retorno efetivo. Percebeu-se certo receio e resistência por parte de alguns sujeitos diante da temática proposta;

b) Desconhecimento dos respondentes sobre o tema. Em uma das situações, durante o primeiro contato com um membro de uma comunidade, foi solicitado o acesso prévio às perguntas. Após lê-las, o participante afirmou não possuir conhecimento suficiente para responder, indicando outra pessoa que não residia na comunidade para fazê-lo, o que evidenciou a limitação de compreensão sobre o assunto;

c) Tempo reduzido para aprofundamento teórico e metodológico, em razão da troca de orientação no segundo ano da tese, o que demandou a revisão de referenciais teóricos e a reestruturação de parte do trabalho;

d) Limitação emocional decorrente da perda gestacional vivenciada pela autora durante o processo, fato que exigiu um período de readaptação e reconstrução pessoal para retomar os rumos da pesquisa;

e) Desafios enfrentados pelas mulheres na ciência, especialmente no contexto da dupla jornada, conciliar os afazeres domésticos, a maternidade e o trabalho docente com a pesquisa acadêmica revelou-se uma experiência exaustiva e limitante, mas também de grande aprendizado e resiliência;

f) Olhar restrito de alguns gestores em relação à temática da pesquisa. Considerando que o município de Praia Grande apresenta uma realidade singular, os gestores públicos precisam estar atentos e comprometidos com as especificidades locais. A falta de engajamento e de visão integrada constitui-se, assim, em um fator que dificultou algumas etapas da investigação.

8 REFERÊNCIAS

ABREU, Leiza Jane Lopes Lima de. **Planejando Aulas de Campo? Tenha aqui um guia facilitador**. 2018. 30 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39240/4/2018_pe_ljllabreu.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver** – Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

ALMEIDA, Maria G. de. **Geografia, leituras culturais**. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALVES, João Batista; ENARDIN, Valdir Frigo; SILVA, Christian Luiz Da. **Aproximações Entre os principais indicadores de sustentabilidade e as alternativas ao desenvolvimento propostas por E. Leff**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIII Nº 24, dezembro de 2011, Salvador, BA.

ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. **Uso de drones na agricultura tem regras simplificadas**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2023/uso-de-drones-na-agricultura-tem-regras-simplificadas-pela-anac> . Acesso em: jan. 2025.

AVENTURAR. Equipe de Balonismo. Disponível em: <https://www.balonista.com.br/pouso.html> Acesso em jan. 2025.

BARBOSA, G.S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões, 4.ed., n.4, v.1, jan. 2008.

BARROS, N. C. C. **Manual de Geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1998. 133p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias/Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOTELHO, E. S. **Visitação e turismo em parques nacionais: O caso do parque nacional da restinga de Jurubatiba (RJ)**. 2018. 355f. Tese de (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. **A reprodução capitalista do espaço urbano: uma análise sobre as implicações da concessão de serviços do Parque Nacional da Tijuca** – RJ. Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 23-39, dez. 2018.

BRASIL – Lei 9.985, de 18 de julho de 2.000: instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (SNUC). Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. **Concessão de Parques**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/mma-conclui-concessao-de-parques-de-aparados-da-serra-e-serra-geral>. Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. **Década da educação das nações unidas para um desenvolvimento sustentável**, 2005-2014: documento do esquema internacional de implementação. Brasília: 2005.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340**. Regulamenta artigos da lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário oficial da União de 23/08/2002. Brasília – DF.

BRASIL. **Lei nº 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987.htm. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. SAMAE. Prefeitura de Praia Grande. https://aguadoscanyons.com.br/tratamento_esgoto . Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Prefeitura de Praia Grande**: Capital dos Canyons. Disponível em: <https://praiagrande.sc.gov.br/noticia-671020/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Base da Legislação Federal**. 2008. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=/legisla/legislacao.nsf%2FFrmConsultaWeb1%3FOpenForm%26AutoFramed> Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. **Decreto de 29 de abril de 1998**. Cria o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, 1998. Acesso em: mai. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/dnn6730.htm

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1930-1949/D23793.htm Acesso em: out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1930-1949/D23793.htm Acesso em: dez. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, 1979. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm Acesso em dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm Acesso: set. 2022. Acesso em: set. 2022.

BRILHA, José. **A Rede Global de Geoparks Nacionais: Um instrumento para a promoção internacional da Geoconservação.** In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Orgs.). Geoparks: propostas do Brasil. Brasília: CPMR – Serviço Geológico do Brasil, 2012. p. 29-37.

BRILHA, José. **Inventory and quantitative assessment of Geosites and Geodiversity.** Geoheritage, v. 8, n. 2, p. 119-134, 2015.

BRILHA, José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação:** A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica. Braga: Palimage Editores, 2005.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. **A importância dos geoparques no ensino e divulgação das geociências.** Revista do Instituto de Geociências–USP, v.5, p. 27-33, 2009.

BRILHA, José. **A rede global de Geoparques Nacionais: Um Instrumento para Promoção Internacional da Geoconservação.** Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17162/1/GeoparquesDoBrasil_cap2.pdf Acesso em: out. 2022.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidade de conservação: intenções e resultados.** São Paulo, Annablume. FAPESC, 2000. Acesso em: jun. 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0kHmbtQX_FkC&oi=fnd&pg=PA17&dq=OBJETIVOS+DAS+UNIDADES+DE+CONSERVA%C3%87%C3%83O&ots=Q6uA3c2SaK&sig=T4xxOEmk5XzH_dOAEU9o1uT8rnc#v=onepage&q=OBJETIVOS%20DAS%20UNIDADES%20DE%20CONSERVA%C3%87%C3%83O&f=true.

BROGNOLI, Maicol de Oliveira. **A relação pessoa-ambiente nas narrativas de moradores de praia grande, Santa Catarina: experiências de uma cidade em transformação.** 2022. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, UNESC, Criciúma, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10495>. Acesso em: dez. 2024.

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; ROZENDO, Cimone. **Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil.** Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2119/1460> Acesso: set. 2022.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.** In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.) Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; MIZIESCKIA, Mikael. **Arqueologia dos Povos Originários na região do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul Caminhos dos Cânions do Sul.**

In: BAZOTTI, Leandro. Guia dos Cânions dos Aparados da Serra Geral Contemplados no RIC (Rassemblement Internationale de Canyon) Brasil. 2022. Disponível em: <https://praiagrande.sc.gov.br/uploads/sites/438/2022/09/PORTUGUES-EBOOK-GUIA-DOS-CANIONS.pdf> Acesso em: nov. 2024.

CAPRA Fritjof et al., **Alfabetização Ecológica: A Educação das Crianças para um Mundo Sustentável**. Editora. Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CENCI, Daniel Rubens, ROSSINI, Cleusa. **Bens Comuns e Bem Viver: Elementos para a Sustentabilidade sob uma visão biocêntrica**. In: RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo. O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário. Criciúma, SC: Ediunes, 2023. p. 509-526.

CHRISTOVAO, Sílvia Regina Teixeira. **Festa, Música e Memória na Comunidade Quilombola de São Roque (SC) e os Vetores de Uma Identidade Étnica como Demarcação de Território e Pertencimento**. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/4186?show=full&locale-attribute=en> Acesso em: out. 2024.

CHRISTÓVÃO, Silvia Regina Teixeira. **Saberes e Fazeres do Quilombo São Roque: Subsídios para uma Pedagogia Quilombola na Educação de Jovens e Adultos**. 2023. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Ufsc, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/254868?show=full>. Acesso em: 03 dez. 2024.

CNCTI. 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Cidadania, Controle Social das CT&I e Democratização**. Cândido Grzybowski (Ibase). 2014. Disponível em: https://repositorio.mcti.gov.br/bitstream/mctic/4997/1/2010_sessao_plenaria_5_papel_cti_redacao_desigualdades_sociais_inclusao_social.pdf Acesso em: dez. 2024.

CORVINO, Renata Carreira. **A influência do tropeirismo na formação do município de Praia Grande/SC, 1900-1975**. Tempos acadêmicos: Revista do Curso de História da UNESC, 2005.

DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Op. Cit. p.513.

DALPIÁS, Jucélia Tramontin; LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: fomentando conhecimento, valorização e desenvolvimento territorial sustentável**. In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). Planejamento e gestão territorial: o papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural. Criciúma (SC): UNESC, 2019. Cap. 8.

DALPIÁS, Jucelia Tramontin; MILIOLI, Geraldo. **Diálogo pertinente em Educação Ambiental para Ambientes Complexos**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-

Graduação em Educação Ambiental-FURG, RG, v. 41, n. 1, p. 69-85, jan. 2024. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14846/10835>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ESCOLA BRASILEIRA DE BALONISMO. Curiosidades. Disponível em:

<https://www.escoladebalonismo.com.br/curiosidades> Acesso em: jan. 2025.

FAMCRI. Fundação de Meio Ambiente de Criciúma. **Diagnóstico Ambiental do Rio Criciúma**. Criciúma, Santa Catarina, 2012.

FERNANDES, Fladimir da Franca. **Avaliação da implantação de gestão nas unidades de conservação no Rio de Janeiro**. 2024. 109 f. Dissertação - Curso de Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<file:///C:/Users/Jucelia/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vladimir%20da%20Franca%20Fernandes%20-%202024%20-%20Completa.pdf>.

Acesso em: mar. 2025.

FLORIANI, Dimas. **As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de “Modernidades Múltiplas”**. In: FLORIANI, D.; HEVIA, A. E. (Org.). América Latina: sociedade e meio ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. Coleção Semeando Novos Rumos.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 31ª ed. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40ª ed. São Paulo: Paz e Terra, [1970] 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática de Liberdade** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Disponível em: <https://cpers.com.br/wpcontent/uploads/2019/09/5.-Educa%C3%A7%C3%A3o-como-Pr%C3%A1tica-da-Liberdade.pdf> . Acesso em: fev. 2024.

FREIRE, Janaina Mourão. **Habitar Terra e a Gente do Lugar - Uma abordagem fenomenológica para compreensão da memória de seringueiros do Estado do Acre**. Geograficidade, 2013.

FREITAS, Pâmella Martins Arêas de. **Fatores Contribuintes para Acidentes Envolvendo Operações com GLP**. 2022. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Engenharia Química, Escola de Química UF, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16479/1/PMAFreitas.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável** 1. ed. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf> Acesso em: out. 2023.

GEPARK AROUCA. **Declaração de Arouca**. Portugal, 12 de novembro de 2011 Disponível em: http://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf Acesso em: Jun. de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; WILDNER, W. **Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: Proposta. Projeto Geoparques**. Serviço Geológico do Brasil – CPRM . Ministério de Minas e Energia – MME. Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/14844/Rel_Godoy_geoparque.pdf?sequence=1. Acesso em: ago. 2022.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

GRZYBOWSKI, C. **Medidas da riqueza**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=437>. Acesso em: jul. 2014.

GUEDES, Grislayne; RAIMUNDO, Sidnei. **Modelos de concessão de serviços em Parques Nacionais brasileiros**. Disponível em: <file:///C:/Users/Jucelia/Downloads/77618-331709-1-PB.pdf> Acesso: out. 2022.

HAGUETTE TEM. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis (RJ), Vozes, 1987. HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. C. **Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras**. v. 1, n. 11-12, p. 7-25, jan./dez. 2011.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

IBAMA/DIREC. **Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra geral**. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-da-serra-geral/arquivos/dcom_pm_parna_de_aparados_da_serra_volume_5_anexo_encarte_3_aparado_s.pdf. Acesso em: mai. 2024.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/historico>.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/praia-grande/panorama> Acesso em: jan. 2025.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/praia-grande/panorama> Acesso em: jan. 2025.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. (Coord.). **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI/UNAM/ PNUMA, 2000.

LEFF, Enrique. 2008. **Decrecimiento o desconstrucción de la economía: Hacia un mundo sustentable**. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, 7(21):81-90.
<http://dx.doi.org/10.4067/s0718-65682008000200005>

LEFF, E. 2010. El desvanecimiento del sujeto y la reinención de las identidades colectivas en la era de la complejidad ambiental. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, 9(27):151-198. <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-65682010000300008>

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Ponta Grossa. 2018.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. México: Siglo XXI, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez/Edifurb, 2003.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez/Edifurb, 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique.
Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227055003.pdf>. Acesso jan. 2025.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - Depto Legislativo/2022. Disponível em:
<https://www.praia grande.sp.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-municipal-2020-depto-legislativo.pdf/view> Acesso em: out. 2022.

LEUZINGER, Márcia Dieguez et al. **Parques nacionais do Brasil: pesquisa e preservação**. Brasília: UniCEUB, 2020. Disponível em:
<file:///C:/Users/Jucelia/Downloads/Ebook%20Parques%20Nacionais%20do%20Brasil.pdf>
Acesso em: out. 2022.

LIMA, Flávia; VARGAS, Jean. **Geoconservação, Geoturismo e Geoparques**. TSGA, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://tsga.ufsc.br/index.php/biblioteca/materiaispedagogicos/apostilas2>. Acesso em: ago. 2022.

LUMMERTZ, Frank Cardoso. **A Roça da Estância: Memória e Experiência de trabalhadores rurais nos Aparados da Serra, 1940 - 1986**. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História - Ppgh, Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1153/frank__cardoso_lummertz.pdf. Acesso em: mar. 2025.

MARANDOLA Jr., E. (2014). **Lugar enquanto circunstancialidade**. In E. Marandola Jr., H. Werther, & L. Oliveira, L. (Ed.), Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia (p. 227-247). São Paulo, SP: Perspectiva.

MARTINS, K. **Sítio da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS: 2022. Disponível em: <https://www.uergs.edu.br/unesco-chancela-caminhos-doscanions-do-sul-como-geoparque-mundial>. Acesso em: mai. 2022.

MATHIAS, Dionei. **Pertencimento: discussão teórica**. Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Faculdade de Letras –UFRJ. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/5j8SHLFb5zy65tR5s5fjpSy/> Acesso em: jan. 2025.

MARTINI, Guy., et al. **UNESCO Global Geoparks in the “World after”**: a multiple-goals roadmap proposal for future discussion. Episodes. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18814/epiugs/2021/021002>. 2021. Acesso em: mar. 2025.

MARTINI, Guy., et al. **UNESCO Global Geoparks in the World after: a multiplegoals roadmap proposal for future discussion**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18814/epiugs/2021/021002>. Acesso em: mar. 2025.

MEDEIROS, Gustavo; PEREIRA, Simas. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do Rio de Janeiro. **Disponível em:** <https://www.scielo.br/j/rarv/a/tq97hvXxR99DY9BcKnSQRFH/?lang=pt> Acesso em: out. 2022.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Revista Ambiente e Sociedade, v.9, n.1, p.41-64, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: Atividades Interpretativas, Educativas e Geoturísticas**. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina; 2008, p. 84.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1 ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 29, 47 e 62.

MORIN Edgar. **A complexidade e a empresa**. In: M. AUDET; J.L. MALOIN (ed.), *The Generation of Scientific, Administrative Knowledge*. 1986.

MORIN, Edgar. *Lições de um século de vida*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2021.

MORIN, Edgar. **Terra Pátria**. 5ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad.: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. **O Método 3. O conhecimento do conhecimento**. 2 ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. **O Método 6. Ética**. Trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Tradução: Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MORIN, Edgar. PENA-VEGA, Alfredo; PAILLARD, Bernard. **Diálogo sobre o conhecimento**. Tradução de Maria Alice Araripe Doria; revisão técnica de Cleide R. S. de Almeida, Izabel Petraglia – São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, Edgar.; BOCCHI, G.; CERUTI, M. **Os problemas do fim do século**. 3ª ed. Trad. Cascais Franco. Lisboa/ Portugal: Editorial Notícias, 1996.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 7ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 128 p.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / tradução Eloá Jacobina. - 8ª ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **La stratégie de reliance pour l'intelligence de la complexité**. In: *Revue Internationale de Systémique*, Paris, v. 9, n. 2, 1995.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar; MOTTA, Raúl; CIURANA, Émilio-Roger. **Educar para a era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humanos**. Porto Alegre: Piaget, 2003.

MORIN, Edgar. **O Método**. A natureza da natureza. 2ª ed. Tradução: MG. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 1921. Edição revista e modificada pelo Autor Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 82ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5504158/mod_resource/content/1/MORIN%2C%20Edgar.%20Ci%C3%Aancia%20com%20Consci%C3%Aancia.pdf Acesso em out. 2024.

MOSS, R. **The integration of teaching on environmental education**. Paris: Universities and Environmental Education/UNESCO, 1986.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, J. C. S. **Geoparques no Brasil: Foco Geográfico na Superação dos desafios**. (Monografia de Graduação). Brasília: Universidade de Brasília; 2014, p. 12, 18, 81 e 83.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**, Indiana University, University Press, Cambridge, 1990.

PEREIRA, Ricardo Fraga; BRILHA, José; MARTINEZ, José Eduardo. **Proposta de enquadramento da geoconservação na legislação ambiental brasileira**. Memórias e Notícias, Coimbra, n. 3, p. 491-499, 2008.

PEREIRA, ELIZEU SANTOS. **Ubuntu Ecoturismo**. Disponível em: <https://www.instagram.com/ubuntuecoturismo/> Acesso em: Jan. 2025.

PIDLISNYUK, V. (2010). **Education in Sustainable Development: the role of universities**. Economic and Environmental Studies, 10(1), 59-70.

PNUD. Informe sobre Desarrollo Humano: **La libertad cultural en el mundo diverso de hoy**. Madrid: Mundi-Prensa Libros, 2004.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em revista, v.1, n.1. 2005. p.3-15. Disponível em: . Acesso em: jan. 2025.

PUREZA, Fabiana Almeida. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisas Ecológicas, Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Ipê, SP, 2014. Disponível em: <https://www.escas.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Historico-de-Criacao-das-Categorias-de-Unidades-de-Conservacao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PUREZA, Fabiana; PELIN, Ângela; PADUA Cláudio. **Unidades de Conservação**. 1. Ed. São Paulo: Matrix, 2015.

PRAIA GRANDE. Plano Municipal De Saneamento Básico – PMSB. Versão Preliminar Janeiro/2022. Saneville. Disponível em: https://praiagrande.sc.gov.br/uploads/sites/438/2022/05/2369000_PLANO_MUNICIPAL_DE_SANEAMENTO_BASIC0_PMSB_.pdf. Acesso em: 02 de mai. 2024.

REITZ, Pe. Raulino. Paróquia de Sombrio. Brusque, SC: [S.E], 1948.

RIOS, Ana Paula; BARROS, Marina de Araújo. **Um caminho para comunidade: entendendo os princípios do turismo de base comunitária**. SEMA/Secretaria do Estado do Meio Ambiente. São Luís, 2021. Disponível em:

https://www.sema.ma.gov.br/uploads/sema/docs/CARTILHA_ECOTURISMO_DE_BASE_COMUNIT%C3%81RIA_%282%29_compressed.pdf Acesso: jan. 2025.

ROCHA; DRUMMOND; GANEM. **Parques Nacionais Brasileiros: Problemas Fundiários e alternativas para a sua resolução**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bxmbmm3tG6MZWsshZngTXSG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: out. 2022.

RONSANI, Gilberto. **Praia Grande. Cidade dos Cânions: 180 anos de história**. Praia Grande: ed. do autor, 1999.

ROSA, Tarcísio Roldão da. **Das Unidades de Conservação ao Projeto Geoparque Caminhos Dos Canyons do Sul (SC/RS)**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. UDESC, Florianópolis, 2016.

Disponível em:

https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2308/tarcisio_roldao_da_rosa.pdf. Acesso em: nov. 2023.

ROTONDARO, Tatiana Gomes; HADDAD, Camila Jorge. **Comuns, Coletivos sociais e subpolíticos**. In: RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo. O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário. Criciúma, SC: Ediunesc, 2023. p. 509-526.

RUSCHEL, Caroline Vieira; Milioli, Geraldo. **Os recursos naturais comuns, os modelos de gestão e a perspectiva liberal**. In: RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo. O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário. Criciúma, SC: Ediunesc, 2023. p. 509-526.

SALVETTI, Rodrigo Artur Perino. **As unidades de conservação e os geopark contexto da educação ambiental**.

<https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2710/1236> Acesso em: jun. de 2022.

SANTOS, Erika Paula dos. **Festa no céu, conflito na terra: um estudo das práticas de turmas de “baloeiros” na cidade de São Paulo**. 2016. 102 f. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais-Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único** 6º ed. – RJ, 1996.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **"Mata Atlântica"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/biologia/mata-atlantica.htm>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88727/248673.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: mar. 2025.

SETUR. Secretaria de Estado do Turismo. **Dossiê do Projeto Geoparque Cânions do Sul é assinado e enviado para a Unesco.** Disponível em: <http://www.inovatur.santur.sc.gov.br/index.php/informacoes/noticias-institucional/5144-dossie-do-projeto-geoparque-canions-do-sul-e-assinado-e-enviado-para-a-unesco>. Acesso em: 2022.

SHEPHARD, K. (2008). **Educação Superior para a Sustentabilidade:** Buscando Resultados de Aprendizagem Afetiva. Revista Internacional de Sustentabilidade no Ensino Superior, 9, 87-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14676370810842201>. Acesso em: mai. 2024.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. de. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, ago. 2016.

SILVA, F. W. **Corpo e natureza:** perspectiva para uma educação do corpo mundo. Florianópolis. 2007.

SILVA, N. M.; ASSUMPÇÃO, F.A.M. E. S. G. **Geoparque em área de mineração e o ordenamento jurídico brasileiro.** In: XVIII Congresso Nacional de Pesquisa em Pós-graduação (Maringá-PR, julho de 2009), 2009, Maringá. XVIII Encontro Nacional do CONPEDI. Maringá: CONPEDI, 2009. V. 18. P. 5-20.

SILVA, Tiago Mores. **Dinâmica Demográficas e ocupacionais e a reprodução da agricultura familiar: um estudo de caso do município de Praia Grande – SC.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40233>. Acesso: fer. 2025.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os Comuns”.** 2011. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Faculdade de Economia, Economia Política do Ambiente, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, RJ, 2011. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/simoes_macedo_babo_2011_ostrom.pdf. Acesso em: mar. 2025.

SIRHESC. **Sistema de Informações de Recursos Hídricos de Santa Catarina.** Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-río-ararangua/municipios-da-bacia-río-ararangua>. Acesso em: mai. 2024.

SOUZA, Reni. **História de Praia Grande.** In Dossiê Vale Sagrado do Mampituba. Conselho Municipal de Política Cultural Passo de Torres/ SC, 2022.

SUTIL, Thaise. **Framework para zoneamento de áreas de proteção ambiental.** 2022. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Ambientais, UNESC, Criciúma, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10631>. Acesso em: 26 mar. 2025.

STERLING, S. **An analysis of the development of sustainability education internatável.** São Paulo: Cortez, 2003.

SZLACHTA, Tatiane Soethe; GUIMARÃES, Geovan M. **Colonização e Genocídio**. O Caso dos Indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará. Revista História em Reflexão, Vol. 18, N. 35 | fev. a jun. de 2024. Portal de Periódicos UFGD. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/download>. Acesso: mar. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
UNESCO. **Geoparque Uberaba**. Disponível em:
<https://www.geoparqueuberaba.com.br/geodiversidade.php> Acesso em: jan. 2025.

UNESCO. **Geoparques Mundiais**. Disponível em:
<https://www.unesco.org/en/igpp/geoparks/about>. Acesso em: jan. 2025.

UNESCO. **Global Geoparks Network**. Disponível em:
<http://www.globalgeopark.org/GeoparkMap/index.htm> Acesso em: jun. de 2022.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação**. 2022. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115/PDF/381115por.pdf.multi> Acesso em: mar. 2024.

UNESCO. **Global Geoparks**. Disponível em:
<https://www.unesco.org/en/igpp/geoparks/about> Acesso em: jan. 2025.

UNESCO. **Global Geoparks**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-names-16-new-global-geoparks>. Acesso em: jun. 2025.

UNESCO. Global Geoparks. **Relatório de missão de avaliação para aspirantes a Geoparques Globais da UNESCO, Caminhos dos Cânions do Sul, Brasil**. 2021. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389196/PDF/389196eng.pdf.multi>. Acesso jan. 2025.

UNESCO. **Orientações para candidaturas ao Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO** e apresentação de estudos de casos e boas práticas em geoparques. Data de Acesso: julho de 2022.

VALENÇA, M. R. **A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229873>. Acesso em: mar. 2025.

VESENTINI, J. William, et al. **Geografia Crítica**. 31. ed. São Paulo: Ártica, 2004.

VIVEIRO, A. A.; DINIZ, R. E. da S. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar**. Ciência em Tela, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2009. Disponível em:
<http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0109viveiro.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

WIKIAVES. **Painel Praia Grande/SC**. Disponível em:

https://www.wikiaves.com.br/municipio_4213807 . Acesso jan. 2025.

ZHANG, H.; LIU, Y. **Institutional evolution in concessions management in national parks and the response of China**. International Journal of Geoheritage and Parks, v. 6, n. 1, p. 17-31, 2018.

ZOUROS, Nickolas. **Rede Mundial de Geoparques da UNESCO** (Global Geoparks Network – GGN). 7ª Conferência da Rede de Geoparques da América Latina e Caribe (REDGEOLAC). Torres, 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC

Objetivo: Analisar a complexidade socioambiental e as possibilidades de sustentabilidade no processo de implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul no Sul em Santa Catarina.

Período da coleta de dados: 01/12/2024 a 12/02/2025

Tempo estimado para cada coleta: 20 minutos

Local da coleta: Praia Grande – Escolas Estaduais, Municipais e membros da comunidade.

Pesquisador/Orientador: Geraldo Milioli

Telefone: 48 (0000) 0000

Pesquisador/Acadêmico: Jucelia Tramontin Dalpiás

Telefone: 48 (0000) 0000

PPGCA/Doutorado Ciências Ambientais UNESC.

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma.

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos da entrevista e sobre o sigilo da mesma.

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERAO UTILIZADOS NA PESQUISA

O presente estudo acontecerá no município de Praia Grande/SC onde os participantes irão responder questionários semiestruturados. O momento será agendado com os participantes e a decisão de participar será livre e respeitada.

RISCOS

A privacidade será mantida, não sendo divulgado os dados pessoais do participante visto que em nenhum momento será registrado o nome pessoal, mas fictício. **Dessa forma, não há riscos para os participantes.**

BENEFÍCIOS

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 1 de 3



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Através do presente estudo, buscamos contribuir para fomentar um olhar a respeito do processo de implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul no município de Praia Grande, contribuindo e apontando pontos positivos e fragilidades que necessitam de melhorias para que além do recebimento do selo de Geoparque, seja possível mantê-lo com qualidade dentro dos ideais da UNESCO, pensando a complexidade socioambiental e a sustentabilidade no município.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos estão claros.

Em caso de dúvidas, sugestões relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Geraldo Milioli e Jucelia Tramontin Dalpiás pelo telefone (48) [redacted] e/ou pelo e-mail [redacted].

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante Assinatura Nome: _____ CPF: _____._____._____ - ____	Pesquisador(a) Responsável Assinatura Nome: _____ CPF: _____._____._____ - ____

Criciúma (SC), 13 de novembro de 2024.

APÊNDICE B - CEP – COMITÊ DE ÉTICA



RESOLUÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UNESCO, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)/Ministério da Saúde analisou o projeto abaixo:

Parecer n.º: 7.256.961 **CAAE:** 84778724.6.0000.0119

Pesquisador(a) Responsável: Geraldo Milioli

Pesquisador(a): JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS

Título: COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC.

Este projeto foi aprovado em seus aspectos éticos e metodológicos, de acordo com as Diretrizes e Normas Internacionais e Nacionais. Todas e quaisquer alteração do Projeto deverá ser comunicada ao CEP. Os membros do CEP não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

Criciúma, 28 de novembro 2024.



Marco Antônio da Silva
Coordenador do CEP

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
Bloco R1 – Sala 109 | Fone (48) 3431 2606 | cep@unesco.net | www.unesco.net/cep
Horário de funcionamento do CEP: de segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30

APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Prezado(a) Senhor(a),

Solicitamos autorização para realização da pesquisa intitulada: **COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado em Ciências Ambientais/UNESC. Sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo Miloli.

Temos como Objetivo Geral analisar a complexidade socioambiental, e gestão dos bens comuns, as possibilidades e obstáculos de sustentabilidade a partir da implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC.

Nos objetivos específicos destacamos: Apresentar o município de Praia Grande, seus dados Político, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Diferenciar Parque Nacional (PN) e Geoparque Mundial da UNESCO; Identificar os conflitos socioambientais no município de Praia Grande; Discutir processos a respeito de uma nova racionalidade ambiental no território a partir da sua complexidade, abordagem interdisciplinar, bens comuns e a educação para sustentabilidade; Aportar oportunidades e obstáculos para gestão dos bens comuns e da sustentabilidade.

A coleta de dados será realizada por meio de Observação Participante, Questionário e Entrevista Estruturada aplicado aos docentes (efetivos) e discentes (amostragem de cinco estudantes por turma) da Rede Municipal e Estadual de Ensino do município de Praia Grande/SC.

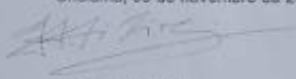
Asseguramos que o anonimato dos sujeitos será mantido não estando expostos na publicação das informações, bem como, serão observadas todas as normas técnicas e éticas durante todo o processo.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Criciúma, 03 de novembro de 2024.



GOV.BR
JUCILIA TRAMONTIN DALPIÁS
Orientanda e pesquisadora



Geraldo Miloli
Professor Orientador

Ao assinar o presente documento, manifesto o **TERMO DE ACEITE e AUTORIZAÇÃO** para realização da pesquisa acima descrita.

Assinatura do responsável
Nome da instituição e carimbo



Elza Dares Cardoso
Secretaria de Educação

APÊNDICE D - CARTA DE ACEITE


PRAIA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

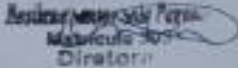

PRAIA GRANDE

CARTA DE ACEITE

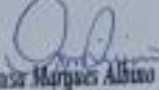
Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que concordamos em disponibilizar banco de dados das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação das Escolas: EBM Alba Lucy Reis Magnus; EBM Leonardo Pedro Thomaz; EBM Eliziani Citadin Marques, localizadas no município de Praia Grande/SC, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC**. Sob a responsabilidade do Prof. Dr. Geraldo Milioli e pesquisadora Jucelia Tramontin Dalpiás do Programa de Pós Graduação de Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC pelo período de execução do referido projeto.


Elza Dards
 Secretária de Educação

ELZA DARDS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO


 Rosilene Santos Sala Paganini
 Gestora EBM Alba Lucy Reis Magnus


 Cristiane da Silva Lima
 Gestora EBM Leonardo Pedro Thomaz


 Gerusa Marques Albino de Mattos
Diretora
Matricula 318
 Gerusa Marques Albino
 Gestora EBM Eliziani Citadin Marques


 Cristiane da Silva Lima
Matricula 340
Diretora
 E. B. M. Leonardo Pedro Thomaz

APÊNDICE E – CARTA DE ACEITE 02

PPGCA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

unesc

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Prezado(a) Senhor(a),

Solicitamos autorização para realização da pesquisa intitulada: **COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado em Ciências Ambientais/UNESC. Sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo Milioli.

Temos como Objetivo Geral analisar a complexidade socioambiental, a gestão dos bens comuns, as possibilidades e obstáculos de sustentabilidade a partir da implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC.

Nos objetivos específicos destacamos: Apresentar o município de Praia Grande, seus dados Político, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Diferenciar Parque Nacional (PN) e Geoparque Mundial da UNESCO; Identificar os conflitos socioambientais no município de Praia Grande; Discutir processos a respeito de uma nova racionalidade ambiental no território a partir da sua complexidade, abordagem interdisciplinar, bens comuns e a educação para sustentabilidade; Apontar oportunidades e obstáculos para gestão dos bens comuns e da sustentabilidade.

A coleta de dados será realizada por meio de Observação Participante, Questionário e Entrevista Estruturada aplicado aos docentes (efetivos) e discentes (amostragem de cinco estudantes por turma) da Rede Municipal e Estadual de Ensino do município de Praia Grande/SC.

Asseguramos que o anonimato dos sujeitos será mantido não estando expostos na publicação das informações, bem como, serão observadas todas as normas técnicas e éticas durante todo o processo.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Criciúma, 03 de novembro de 2024.

 Documento assinado digitalmente
JUCÉLIA TRAMONTIN DALPIÁS
Assinatura digitalizada pelo sistema gov.br
verifique em: https://verificador.gov.br/

Jucélia Tramontin Dalpiás
Orientanda e pesquisadora


Geraldo Milioli
Professor Orientador

Ao assinar o presente documento, manifesto o **TERMO DE ACEITE e AUTORIZAÇÃO** para realização da pesquisa acima descrita.


Assinatura do responsável
Nome da instituição e carimbo

Márcia Aparecida Machado
Assistente Técnico Pedagógico
Matr. nº 299314-9-03

E. E. B. Bulcão Viana
Autorizado, 11/11/24.

APÊNDICE F – CARTA DE ACEITE 03



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Prezado(a) Senhor(a),

Solicitamos autorização para realização da pesquisa intitulada: **COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O BEM VIVER EM PRAIA GRANDE NOS CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado em Ciências Ambientais/UNESC. Sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo Milioli.

Temos como Objetivo Geral analisar a complexidade socioambiental, a gestão dos bens comuns, as possibilidades e obstáculos de sustentabilidade a partir da implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, tendo como referência de pesquisa o município de Praia Grande/SC.

Nos objetivos específicos destacamos: Apresentar o município de Praia Grande, seus dados Político, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Diferenciar Parque Nacional (PN) e Geoparque Mundial da UNESCO; Identificar os conflitos socioambientais no município de Praia Grande; Discutir processos a respeito de uma nova racionalidade ambiental no território a partir da sua complexidade, abordagem interdisciplinar, bens comuns e a educação para sustentabilidade; Apontar oportunidades e obstáculos para gestão dos bens comuns e da sustentabilidade.

A coleta de dados será realizada por meio de Observação Participante, Questionário e Entrevista Estruturada aplicado aos docentes (efetivos) e discentes (amostragem de cinco estudantes por turma) da Rede Municipal e Estadual de Ensino do município de Praia Grande/SC.

Asseguramos que o anonimato dos sujeitos será mantido não estando expostos na publicação das informações, bem como, serão observadas todas as normas técnicas e éticas durante todo o processo.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Criciúma, 03 de novembro de 2024.



Documento assinado digitalmente
JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS
Data: 10/11/2024 22:28:55-0000
Certificado em: https://portal.br.gov.br

Jucelia Tramontin Dalpiás
Orientanda e pesquisadora



Geraldo Milioli
Professor Orientador

Ao assinar o presente documento, manifesto o **TERMO DE ACEITE e AUTORIZAÇÃO** para realização da pesquisa acima descrita.

Assinatura do responsável
Nome da instituição e carimbo

E. E. B. Abel Esteves de Aguiar

Autorizado, 11/11/24.



Mécia Aparecida Machado
Assistente Técnico Pedagógico
Matr. nº 209014-9-03

APÊNDICE G – ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTA 01

Prezado (a) participante, por favor, responda as perguntas a seguir avaliando cada um dos critérios elencados e respondendo alguns itens. Sua colaboração é muito importante!

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

1- Qual a sua formação acadêmica:

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado:
- ☐ Pós-Doutorado
- ☐ Outra (s)

2- Qual sua área de formação?

PERGUNTAS

1- Você já ouviu falar a respeito do Geoparque Mundial da Unesco?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

2- Poderia descrever a respeito do Geoparque a partir do que já ouviu falar no município sobre o que é, suas contribuições, etc.

3- De acordo com a UNESCO (2024), para que se desenvolva um geoparque, diversas etapas, que envolvem desde o conhecimento científico à integração da comunidade local, gestão, infraestrutura e logística adequadas, além de planejamento turístico e projetos no campo da educação deverão ser cumpridos.

Você percebe a integração desses elementos principalmente no campo educacional?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte
- ☐ Não tenho conhecimento a respeito desse assunto.

4 - Enquanto um Parque Nacional versa de uma área em que a preservação ambiental é o principal foco, os geoparques são territórios com foco na conservação de um patrimônio único, o geológico, de valor internacional, mas aliado ao desenvolvimento socioeconômico da região e, portanto, são duas nomenclaturas e concepções conceituais e técnicas díspares, porém que se complementam rumo a conscientização e a preservação ambiental.

Você reconhece a presença dos Parques Nacionais e Geoparque Mundial da Unesco no Município de Praia Grande e suas concepções conceituais e técnicas díspares entre os mesmos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte
- ☐ Não tenho conhecimento a respeito desse assunto.

5- Nos últimos três anos (2022,2023,2024), você tem percebido mudança e embasamento de ações no campo educacional ligadas a programas de Educação Ambiental Escolar e formação e sensibilização profissional para sustentabilidade?

- ☐ Sim
- ☐ Em parte
- ☐ Não
- ☐ De maneira fragmentada
- ☐ Não tenho conhecimento a respeito desse assunto.

6- Educar para a sustentabilidade não é um conceito que pode ser apresentado de maneira isolada, mas sim integrada compreendida em suas múltiplas dimensões de maneira interdisciplinar.

Em sua prática pedagógica esses ideais conseguem se efetivar?

- ☐ Sim
- ☐ Em parte
- ☐ Não
- ☐ De maneira fragmentada
- ☐ Não tenho conhecimento e formação a respeito desse assunto.

7- O sistema disciplinar ainda se faz muito presente nas instituições de ensino. Cujo foco principal é “depositar”, acumular conhecimentos apenas, seguindo na maioria das vezes currículos e metas estabelecidas de maneira vertical.

Nessa organização curricular, você consegue visualizar ações práticas de Educação Ambiental na parte diversificada (parte do currículo que é complementada à base nacional comum, de acordo com as características locais e regionais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos), atendendo a realidade municipal?

- ☐ Sim
- ☐ Em parte
- ☐ Não
- ☐ De maneira fragmentada
- ☐ Não tenho conhecimento a respeito desse assunto.

8- A educação ambiental nas escolas (muitas vezes) é trabalhada de maneira bastante fragilizada, abordando apenas discussão de causas e efeitos. Em seu contexto educacional essas datas são trabalhadas junto com os estudantes:

- ☐ Durante todo o ano letivo
- ☐ Algumas vezes no ano letivo de maneira aleatória
- ☐ Nas datas específicas que estejam ligadas à temática
- ☐ Não trabalho

9- Como se efetivam essas ações de Educação Ambiental no espaço escolar? Descreva Exemplos.

10- As saídas de campo, são fundamentais para significar e resinificar conhecimentos estando em contato e propondo atividades significativas.

Você costuma realizar saídas de campo com seus estudantes?

- ☐ Sim

- ☐ Não
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Gostaria de fazer, mas existem empecilhos que impedem

11- Os programas educativos em educação ambiental na formação docente visa a promoção de uma educação contextualizada nas vivências, na mudança de valores e atitudes, formando um sujeito comprometido, crítico, que vise proteger e melhorar o meio ambiente não somente para si, mas para todos os seres vivos e preservar para as futuras gerações.

Diante da oferta de formação em Educação Ambiental, você pode apontar nos últimos três anos (2022,2023,2024) que:

- ☐ Recebemos formação de maneira contínua
- ☐ Não Recebemos formação
- ☐ Recebemos, mas foram poucos momentos
- ☐ Precisamos receber formação em Educação Ambiental

12- Como meio facilitador no processo de alfabetização ecológica, as palestras nas escolas, visitas aos geossítios e oficinas lúdicas são fundamentais. Você já participou desses eventos?

- ☐ Sim
- ☐ Não/Nunca
- ☐ Raramente

APÊNDICE H – ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTAS 02

Prezado (a) participante, por favor, responda as perguntas a seguir avaliando cada um dos critérios elencados e respondendo alguns itens. Sua colaboração é muito importante!

PERGUNTAS

1- Você já ouviu falar sobre Geoparque Mundial da Unesco?

() Sim

() Não

() Não sei responder

2- Poderia descrever a respeito do Geoparque a partir do que já ouviu falar no município, sobre o que é, suas contribuições, etc.

3- Você percebeu mudanças no município a partir dos anos de 2022/2023 e 2024?

() Sim

() Não

() Não sei responder

Se a resposta for sim, descreva algumas mudanças observadas **na cidade**:

4- Essas mudanças foram:

() Positivas

() Negativas

() Não sei responder

5- Nossa cidade praiagrandense apresenta visibilidade Nacional e Internacional, para você essa conquista favoreceu, ajudou?

() Sim

() Não

() Não sei responder

Descreva:

6- Com o aumento do turismo em nossa cidade, algumas consequências ocorreram. Você poderia descrever essas consequências:

Consequências Positivas/Boas:

Consequências Negativa/Ruins

7- Você compreende as mudanças que aconteceram no município: recebimento do selo de Geoparque mundial da Unesco, visibilidade como fatores importantes para preservação ambiental no município no município?

() Sim

() Não

() Não sei responder

8- Praia Grande é reconhecida como “Capadócia” brasileira, sendo os passeios de balão um grande atrativo turístico.

Como você descreve essa realidade?

9- Você gosta de morar nessa cidade? Percebe modificações no modo de viver nos últimos quatro (3) anos em sua comunidade?

10- Descreva as coisas que você **mais gosta** na cidade de Praia Grande:

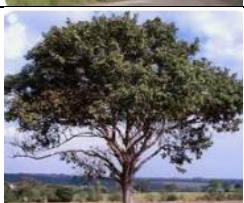
11- Descreva as coisas que você **não gosta** na cidade de Praia Grande:

12- Registre uma palavra (ou mais palavras) que representem a cidade para você.

APÊNDICE I – NOME CIENTÍFICO E IMAGENS DE PLANTAS QUE FAZEM PARTE DA FLORA PRAIAGRANDENSE UTILIZADA COMO DESCRIÇÃO NO DECORRER DA ANÁLISE DE DADOS.

NOME	IMAGEM
ACOITA-CAVALO LUEHEA DIVARICATA (TILIACEAE)	
ANGICO BRANCO ALBIZIA NIOPOIDES (SPRUCE EX BENTH.)	
ARAÇÁ PSIDIUM CATTLEIANUM	
ARATICUM ANNONA MONTANA	
BACUPARI GARCINIA GARDNERIANA	
BROMÉLIA BROMELIA	
CAMBOATÁ CUPANIA OBLONGIFOLIA	
CANELA CINNAMOMUM AMOENUM	

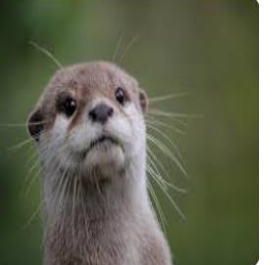
CANJERANA CABRALEA CANJERANA		
CAROBA JACARANDA MICRANTHAAN		
FIGUEIRA DA FOLHA MIÚDA FICUS CESTRIFOLIA		
INGÁ-FEIJÃO INGA MARGINATA		
IPE-AMARELO HANDROANTHUS CRYSITRUCHUS		
IPÊ-BRANCO HANDROANTHUS ALBUS		
IPÊ-ROXO HANDROANTHUS HEPTAPHYLLUS		
MANACÁ TIBOUCHINA MUTABILIS		
PALMITO JUÇARA EUTERPE EDULIS		

PATA DE VACA BAUHINIA FORFICATA		
PITANGUEIRA EUGENIA UNIFLORA		
QUARESMEIRA TIBOUCHINA GRANULOSA		
TARUMÃ VITEX MEGAPOTAMICA		

**APÊNDICE J – NOME CIENTÍFICO E IMAGENS DE ANIMAIS QUE FAZEM PARTE DA
FAUNA PRAIAGRANDENSE UTILIZADA COMO DESCRIÇÃO NO DECORRER DA ANÁLISE
DE DADOS**

NOME	IMAGEM
ANDORINHA DE SOBRE BRANCO <i>TACHYCINETA LEUCORRHOA</i>	
ANU BRANCO GUIRA GUIRA	
BEIJA FLOR CINZA <i>APHANTOCHROA CIRROCHLORIS</i>	
BUGIO-RUIVO ALOUATTA GUARIBA	
CANÁRIO <i>SICALIS FLAVEOLA</i>	
CAPIVARA <i>HYDROCHOERUS HYDROCHAERIS</i>	

CARDEAL PAROARIA CORONATA		
CATURRITA MYIOPSITTA MONACHUS		
CURICACA THELIDORNIS CAUDATUS		
GATURAMO BANDEIRA CHLOROPHONIA CYANEA		
GAVIÃO GATO LEPTODON CAYANENSIS		
GRALHA AZUL CYANOCORAX CAERULEUS		

GARÇA-BRANCA ARDEA ALBA		
JOÃO DE BARRO FURNARIUS RUFUS		
LONTRA LUTRINAE		
MAITACA PIONUS MAXIMILIANI		
PÁSSARO PRETO GNORIMOPSAR CHOPI		
PACA CUNICULUS PACA		

PICA-PAU BRANCO MELANERPES CANDIDUS		
PREÁ CAVIA APEREA		
QUER-QUERO VANELLUS CHILENSIS		
ROLINHA COLUMBINA SQUAMMATA		
SABIÁ-UNA <i>TURDUS FLAVIPES</i>		
SAÍRA DE PAPO PRETO HEMITHRAUPIS GUIRA		

SANHAÇO-DO-COQUEIRO <i>THRAUPIS PALMARUM</i>		
SARACURA DO BANHADO <i>PARDIRALLUS SANGUINOLENTUS</i>		
SUIRIRI <i>TYRANNUS MELANCHOLICUS</i>		
TANGARÁ <i>HIROXIPHIA CAUDATA</i>		
TICO-TICO <i>ZONOTRICHIA CAPENSIS</i>		
TIÊ <i>TACHYPHONUS CORONATUS</i>		

TIRIVA

PYRRHURA FRONTALIS



Fonte: Wikiaves/Imagens Google.